

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Artes de Comunicação Social
Programa de Pós Graduação em Comunicação

JORNALISTAS, PRA QUÊ? MILITÂNCIA SINDICAL E O DRAMA DA IDENTIDADE
PROFISSIONAL

Marco Antônio Roxo da Silva

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de doutor em Comunicação,
elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Afonso
Albuquerque.

Niterói
Junho – 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Artes e Comunicação Social
Programa de Pós Graduação em Comunicação

**JORNALISTAS, PRA QUÊ? MILITÂNCIA SINDICAL E O DRAMA DA
IDENTIDADE PROFISSIONAL**
Marco Antônio Roxo da Silva

Orientador: Prof. Dr. Afonso de Albuquerque

Niterói
Junho – 2007

Banca Examinadora

Prof. Dr. Afonso de Albuquerque
(Orientador/PPGCOM – UFF)

Prof. Dr. Alzira Alves de Abreu
(CPDOC – FGV)

Prof. Dr. Ana Lúcia Enne
(PPGCOM – UFF)

Prof. Dr. Ana Paula Goulart Ribeiro
(ECO – UFRJ)

Prof. Dr. Marialva Barbosa
(PPGCOM – UFF)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Afonso de Albuquerque, pela amizade, apoio, paciência e orientação trabalho;

Às minhas mestras queridas, Ana Paula, Ana Enne e Marialva Barbosa, pela amizade, boas conversas e por me apoiarem nos momentos de angústia;

Aos amigos, Mariana, Fernando, Kleber, Rafael, Letícia, Silvana e Wilson pelas horas de papo e de convívio;

Aos amigos do PPGCOM que compartilharam os momentos de construção desta pesquisa;

A David de Moraes, grande líder sindical, com quem eu tenho forte identidade;

A minha mulher e meus filhos, razão da minha vida e por me suportarem;

Ao meu sogro (in memoriam), pois sem o seu apoio eu não arriscaria esta caminhada;

A Silvinha, pelos momentos de descontração;

A FAPERJ, pela bolsa sem a qual esta pesquisa não existiria;

A liberdade de imprensa é a liberdade de expressão impressa, ou seja, a de qualquer pessoa publicar e escrever o que quiser, sem licença do poder público. Ela não pode ser restrita aos que têm acesso à universidade, por melhor que seja à universidade. Certa vez – e disso se lembrará o presidente Lula – disse-lhe, e aos que lhe acompanhavam em jantar em Roma, que ele, o torneiro mecânico de Garanhuns, poderia vir a ser o presidente da República - o que veio ocorrer bem depois – mas estava impedido de trabalhar como simples repórter do
Diário do Grande ABC¹.

¹ Mauro Santayana. Entulhos Autoritários. Coluna Coisas da Política. *Jornal do Brasil*, 01 de agosto de 1996.

RESUMO

O objetivo central dessa tese é investigar como se configurou a identidade profissional dos jornalistas brasileiros nos anos 1980. A década foi um período marcado pela redemocratização da vida política brasileira e por intenso ativismo sindical. No caso específico de jornalistas, as instituições de classe atuaram dentro de uma dupla perspectiva. De um lado foram, funcionaram com um fórum de articulação e debates entre jornalistas sobre questões relativas às definições das fronteiras de sua comunidade profissional; de outro, foram como instituições ativas e fundamentais na luta em torno da redefinição da identidade profissional desses agentes. Esse processo não foi tranquilo, pois os sindicatos tiveram de lidar com formas de tradicionais já consolidadas de representar o trabalho jornalístico. Havia uma teia complexa de posicionamentos existentes na comunidade, o que exacerbou um conflito entre os jornalistas na luta para definir quais os valores que deveriam reger suas práticas profissionais. Para entender os significados que a profissão de jornalista adquiriu, organizamos metodologicamente esse conflito em torno de três tipos ideais de jornalista: o “intelectual”, o “trabalhador” e o “profissional”. É em torno desses tipos que vamos identificar o modelo de jornalista profissional que emergiu no cenário jornalístico após 1980.

ABSTRACT

The main aim of this thesis is to investigate the Brazilian journalists' process of becoming professionals in the 80s. During this period, the journalists negotiated among themselves and with other agents, in a conflicted and dramatic way, the outlines of their identities as professionals. We decided to adopt this chronological reference due to the fact that the body of journalists had during this period an intense participation in the journalistic field centered in two ways of acting: some worked as an intense forum for journalists' debates in relation to their identities, and others had a fundamental role in defining the professional frontiers of these agents, behaving in an incisive way to form journalists as a body and as a class. This pattern of behavior enabled us to map the discursive matrixes which journalists used to define, in a tense and ambiguous way, their role in society. In order to organize methodically this field's force, we structured the debate focusing on three ideal kinds of journalists: the intellectual, the worker and the professional who are of the studied period, related to the reformers of the past, the companies and the union, respectively. We will identify the meaning of the journalist's job after the 80s using this typographical conflict.

ABREVIATURAS

ABECOM – Associação Brasileira das Escolas de Comunicação
ABEPEC – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação
ANJ – Associação Nacional dos Jornais
ABRT- Associação Brasileira de Rádio e Televisão
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
CCR – Conselho Consultivo de Representantes das Redações
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CFE – Conselho Federal de Educação
CFJ – Conselho Federal de Jornalismo
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CNC – Conselho Nacional de Comunicação
COMPOS – Coordenação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação
CONEJ – Comissão Nacional pela Melhoria da Qualidade do Ensino de Jornalismo
CONFERP – Conselho Federal de Relações Públicas
CONRERP – Conselho Regional de Relações Públicas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
ECA/USP – Escola de Comunicação e Artes de Universidade de São Paulo
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
FNAP – Federação Nacional de Agências de Propaganda
INTERCOM – Sociedade de Estudos Interdisciplinares de Comunicação
MODECON – Movimento de Defesa dos Cursos de Comunicação Social
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PCB – Partido Comunista do Brasil
PT – Partido dos Trabalhadores
SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa
UCBC – União Brasileira Cristão de Comunicação Social

JORNAIS DE SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES CITADOS

Nossa Pauta – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro

Nº Um – Jornal dos Jornalistas

Unidade e Ação – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro

Nº Um – Jornal dos Jornalistas – Federação Nacional dos Jornalistas

Unidade – Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo.

Jornal ANJ – Associação Nacional dos Jornais

Boletim ABI – Associação Brasileira de Imprensa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. JORNALISMO NUMA PERSPECTIVA COMPARADA	13
1.1 Os modelos clássicos de estudos comparativos	17
1.2 A identidade Jornalística nos EUA.	21
1.3 A identidade jornalística na França.	26
1.4 A identidade jornalística em Portugal	30
1.5 A identidade jornalística na América do Sul	32
2. OS ANOS 1950: OS “ANOS DE OURO” DO JORNALISMO NO BRASIL	38
2.1 As Representações do Jornalismo do Passado.	38
2.2 O Novo Jornalismo.	47
2.3 O Fim da “Boca Torta do Nariz de Cera”.	55
2.4 O Debate nos Anos 1980: o Conflito de “Gerações”.	62
3. A REGULAMENTAÇÃO DO JORNALISMO (1930-1980)	71
3.1 O Estado, as Leis e o Ensino de Jornalismo	71
3.2 Os Currículos e o Diploma	81
3.3 Os primeiros efeitos da obrigatoriedade do diploma sobre o jornalismo.	89
3.3.1 Os Jornalistas e o Mercado	90
3.3.2 O Conflito de Interesses entre os Jornalistas	94
3.3.3 Os Primeiros Debates sobre o Diploma	96
4. AS FRONTEIRAS PROFISSIONAIS	109
4.1 O Jornalista Profissional	109
4.2 As assessorias de imprensa	124
4.2.1 Os Assessores como Jornalistas Profissionais	126
4.2.2 As Disputas entre Jornalistas e Relações Públicas pelas Assessorias	141
5. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, A LUTA SINDICAL E O DIPLOMA	156
5.1 Os Currículos em Debate	163
5.2 A disputa nos sindicatos: PT X PCB.	177
5.3 Sindicatos X Empresas: O diploma em Questão.	199
6. A DEONTOLOGIA PROFISSIONAL	214
6.1 A Ética e o Código.	214
6.2 As Comissões de Ética em Ação.	232
CONCLUSÃO	246
FONTES PRIMÁRIAS E BIBLIOGRAFIA	251

Anexos

Legislação Profissional dos Jornalistas (1930-1980)	262
Íntegra dos Decretos e Leis que Legislam a Profissão de Jornalista desde 1970	263
- Decreto-lei 972	263
- Lei 6.612	268
- Decreto 83.824	269
- Decreto 91.902	275
Os Jornalistas e a Consolidação das Leis do Trabalho	276

Material Copiado:

- Parecer 1203/77 do Conselho Federal de Educação
- Resolução 03/78 do Conselho Federal de Educação
- Carta do Rio de Janeiro – 1985 – (Congresso Extraordinário do Rio de Janeiro)
- Carta do Rio de Janeiro – 1998 – (XVIII Congresso Nacional dos Jornalistas)
- Depoimento de Audálio Dantas sobre suas atividades como dirigente sindical.

(...) os jornalistas lutam por uma legislação profissional movidos não por interesses mesquinhos e isolacionistas, mas por sentirem a necessidade de uma defesa eficaz contra a moderna exploração do trabalho dentro das redações, onde os jornalistas deixaram para trás o velho trabalho improvisado e se profissionalizaram compulsoriamente, se assalariando e exercendo com exclusividade uma função antes complementar de outras mais “nobres” como a medicina, a diplomacia, o direito etc. É que a empresa capitalista do tempo do laissez faire foi substituída pela grande empresa do capitalismo monopolista e tanto o jornalista empresário como o jornalista eventual foram substituídos pelo grande empresário e pelo jornalista profissional de hoje.

Unidade, junho de 1980.

(...) recentemente, a industrialização da imprensa tornou possível ao mercado regular o que era regulado pela ideologia. Um compromisso milimétrico e quantitativo com a superfície pública que paga pela informação que consome, tende a substituir os compromissos fluidos, baseados no favor e na missão com o Estado e a sociedade. Pressionada, ameaçada de extinção, a estrutura tradicional reagiu(...) e a camada que antes correspondia a um anticapitalismo, deslocado da estrutura de classes, meramente boêmio ou intelectual, deslizou até o tempo presente, onde ela veste uma luva para fazer as vezes de resistência e revolução(...) Como não poderia deixar de ser, as reações da antiga formação jornalística se encastelaram na instituição sindical.

Otávio Frias Filho, diretor da Folha de S. Paulo, 1989.

As duas citações expressam visões antagônicas a cerca do processo de modernização e dos rumos da profissionalização do jornalismo brasileiro na década de 1980. De um lado, o jornal *Unidade*, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, defende a regulamentação da profissão tendo em vista as transformações que tiveram lugar no mercado de trabalho, em um momento em que as principais empresas jornalísticas adequavam o seu perfil às exigências do capitalismo monopolista. Neste contexto, o empresário-jornalista, afeito à improvisação e ao personalismo cedia lugar ao grande executivo, um personagem estranho à comunidade dos jornalistas, ao qual cabia gerir um conglomerado diversificado de empresas, que incluía diversas modalidades de produtos noticiosos e não noticiosos.

Daí, a profissionalização dos jornalistas passar, na visão do Sindicato, não só pela questão do salário, mas também pela luta em defesa da modernização das relações de trabalho e do monopólio em torno do exercício profissional garantido pelo diploma, mecanismos de defesa fundamentados em lei e não nas incertezas do mercado. A lei, portanto, seria um meio de defesa dos trabalhadores em geral e não dos jornalistas em particular.

Para Otávio Frias Filho, por outro lado, os mecanismos do mercado devem ser entendidos como os verdadeiros reguladores dos grupos sociais no capitalismo moderno. A liberdade de mercado seria, então, o fundamento principal de uma profunda renovação das práticas jornalísticas que, para melhor atenderem aos interesses dos leitores, deveriam se

libertar do atraso, representado pelos valores da missão e do favor. Estes valores eram resultantes de uma herança pernóstica do passado, época em que as empresas jornalísticas eram conduzidas pela improvisação e as notícias seguiam os padrões literários vinculados à tradição francesa de jornalismo. Daí resultava o espírito anticapitalista, boêmio e intelectual dessa prática social, adjetivações normalmente usadas para enquadrar um conjunto de procedimentos jornalísticos como artesanais que, pela permanência da herança corporativa comum ao Brasil e a França, teria eco nas instituições sindicais dos jornalistas brasileiros, responsáveis por diluir o vigor e a capacidade profissional dos homens de imprensa.

Embora antagônicas no que se referem à avaliação do significado das mudanças do jornalismo brasileiro na década de 1980, as duas perspectivas compartilham das mesmas premissas fundamentais. Ambas privilegiam os fatores sócio-econômicos do processo, mas, ao fazê-lo, deixam de lado outros aspectos importantes do problema, tais como, por exemplo, a sua dimensão cultural. Assim, o processo de reforma da *Folha de S. Paulo* passou a ser considerado como o paradigma da modernização do jornalismo brasileiro na década de 1980, bem como a atuação do Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo, é descrita como tendo um caráter puramente reativo a esse processo e por isso movida pela tentativa de evitar demissões, perdas salariais, recuperar a autonomia profissional dos jornalistas tal e qual existia num passado remoto. Neste sentido, o Sindicato seria o porta-voz de um discurso saudosista em relação ao passado bem como contrário às transformações econômicas e tecnológicas promovidas pelos conglomerados jornalísticos.

Entendemos que tal perspectiva não faz justiça à riqueza e à complexidade do papel que os sindicatos de jornalistas desempenharam na década de 1980. Assim, esta tese se propõe a considerar a atuação das instituições sindicais sob uma dupla perspectiva: como um fórum de articulação e debates entre jornalistas sobre questões relativas às definições das fronteiras de sua comunidade profissional e como instituições ativas e fundamentais na luta em torno da redefinição da identidade profissional desses agentes. Dadas às limitações de uma tese de doutorado, não vamos trabalhar com os sindicatos de uma forma geral, mas concentrar o nosso olhar nas instituições sindicais paulista e carioca, assim como na Federação Nacional de Jornalistas, FENAJ.

Esse tipo de enfoque pode ser justificado por três motivos. O primeiro é que nestas cidades estão situadas as principais empresas jornalísticas do país. O segundo é que existe uma extensa bibliografia sobre sindicalismo que aponta os anos 1980 um período de intensa atividade política dos trabalhadores em geral no Brasil. No início da década, os principais sindicatos de jornalistas e Federação Nacional de Jornalistas, FENAJ, tiveram à frente

diretorias identificadas com as ações de correntes políticas de esquerda, cada vez mais dominantes no campo sindical. Os jornalistas se dividiram entre a esfera de influência dos dois principais políticos que disputavam a preferência dos trabalhadores, o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, mais influente no Rio de Janeiro, e o Partido dos Trabalhadores, PT, com maior presença em São Paulo. Isto implicou em diferentes formatos de ação sindical entre comunistas e petistas, que tiveram resultados no modo como os sindicatos atuaram no período estudado em relação aos modos como os jornalistas passaram a interpretar as suas atividades profissionais.

O terceiro motivo reside no fato do campo jornalístico ter vivenciado de forma dramática na década de 1980 a eclosão de fenômenos que não se originaram neste período, mas que cresceram de forma cumulativa e se tornaram visíveis com o fim da censura e a conclusão do processo de distensão política. Entre eles podemos citar: 1) o processo de concentração empresarial; 2) o encolhimento do mercado de trabalho jornalístico nas redações dos principais jornais do país; 3) a expansão do mercado em comunicação como assessorias, editorias e até mesmo o exercício de atividades jornalísticas em instituições sindicais, políticas e empresariais públicas ou privadas; 4) a expansão gradativa da oferta de mão de obra com a proliferação dos cursos de Comunicação social; 5) a disputa por delimitação de lugares no interior desse mercado por distintas profissões, como jornalistas e relações públicas; 6) a alteração do perfil da mão de obra jornalística com a presença de jovens com formação universitária em Jornalismo concorrendo com os “velhos” homens de imprensa, autodidatas, “formados” no próprio ambiente de trabalho; 7) as reformas estruturais (ambiente e relações de trabalho), redacionais e gráficas que afetaram, em maior ou menor grau, a identidade dos principais jornais do país.

Acreditamos que estes fatores tenham sido responsáveis pela introdução no debate de algumas questões presentes nos jornais sindicais no final da década de 1970 suscitando um conjunto de perspectivas positivas sobre os rumos do jornalismo brasileiro nos anos 1980: quais os preceitos éticos que devem reger o jornalista no exercício da sua profissão numa sociedade democrática, pluralista e de massas? Qual o lugar que o jornalista deve ocupar nesta sociedade? As respostas a essas questões geraram, ao longo do tempo, uma teia complexa de posicionamentos no interior da comunidade que tentaremos simplificar organizadamente com o uso de três tipos ideais para representar o jornalista: o *intellectual*, o *trabalhador* e o *professional*.

O uso de tipos ideais, segundo Max Weber, permite estabelecer uma conexão de sentido entre a postura abstrata que os tipos representam e as práticas políticas concretas dos

agentes. O objetivo é, a partir da pureza abstrata dos tipos, buscar elementos para interpretar os “desvios” da ação racional que ocorrem na vida social dos indivíduos. A intenção, assim, não é encontrar a verdadeira essência dos fatos e das representações inerentes a eles que se cristalizam na dinâmica histórica, mas sim descrevê-los e analisá-los de forma lógica e coerente. Para Weber, o uso de tipos ideais não deve ser visto como um puro exercício de abstracionismo, mas somente como um recurso metodológico, pois ele não implica na crença de um predomínio racional e, portanto, idealizado, na vida².

A utilidade dos tipos não está na determinação de posições modelares e estáticas para os jornalistas, mas na possibilidade de se identificar padrões de variações entre a postura concreta dos agentes e as características dos tipos durante um transcurso no tempo. Sua utilização não implica o desconhecimento do fato de que os jornalistas não são homogêneos em suas crenças profissionais e que elas são na maioria das vezes ambíguas e confusas. Mas, eles nos permitem orientar as vertentes interpretativas que estavam em disputa na luta por uma dada conformação do campo jornalístico durante a década estudada.

Grande parte dessas interpretações sugere vertentes bipolares baseadas num recorte geracional (novos X antigos), de classe (patrões X empregados), vocacional (militante X burocrata) e funcional (carreirista X missionário). O problema das polarizações dualistas é que elas nos levam a pensar as diferentes tradições jornalísticas que os tipos representam em termos de rupturas e não de convivência tensa entre as mesmas. Acreditamos, por isso, que um sistema de três categorias se adapta melhor a dinâmica concreta dos agentes históricos. Em relação ao nosso objeto de estudo, o uso de três tipos nos permite incorporar novos elementos ao dualismo proposto nas análises sobre o caso da *Folha de S. Paulo*, no qual a polarização entre sindicalistas e os dirigentes do jornal representariam o dilema entre a tradição e a modernidade, supostamente presente em toda a imprensa nacional.

O tipo *profissional*, neste sentido, representa a influência dos valores do jornalismo norte-americano no Brasil, principalmente após 1950, estando associado tanto à modernização do campo jornalístico quanto a noção do carreirismo individualista típico de uma sociedade liberal democrática. O carreirismo deveria ser contrabalançado por uma ética herdada de profissões liberais, através da qual a atividade jornalística deveria ser vista como uma prestação de serviços públicos, orientada por uma técnica de produção de notícias baseada na

² WEBER, Max in *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1ª reimpressão da edição revista de 2001, p. 54 e *Introdução ao Pensamento Sociológico*. São Paulo, Editora Moraes, 1992, p. 106.

objetividade jornalística e na postura de distanciamento dos jornalistas em relação aos agentes políticos. Em tese, este modelo de ação era o que mais agradava às empresas jornalísticas.

O *trabalhador* está relacionado ao modo lideranças sindicais dos jornalistas estruturaram um modo ação ético-político no sentido de fazer os jornalistas se comportarem como classe e corporação. O corporativismo estava associado às estratégias através das quais as entidades visavam à regulação, através da lei e/ou outros dispositivos, das relações de trabalho dos jornalistas de forma a não sujeitá-las as incertezas do mercado. O modo como faziam era apelando para um discurso marxista calcado na luta de classe, em que procuravam mostrar como as condições de trabalho dos jornalistas eram similares às dos demais trabalhadores brasileiros e sugerindo adoção de uma postura coletiva típica de categorias com mais tradição no movimento sindical.

O *intelectual* também representa dois modelos de ação. A primeira relacionada ao papel que estes os jornalistas possuíam, mesmo diante das restrições que as organizações empresariais impunham ao trabalho jornalístico, de influir no debate público e de organizar de forma consensual agenda político-cultural da sociedade. Aqui o arquétipo é o do intelectual orgânico de Gramsci. A segunda deriva do fato de que o processo de modernização dos principais jornais brasileiros na década de 1950 teve na sua condução jornalistas capazes de orientar às empresas conscientes das pressões do mercado e da atmosfera política repressiva dos anos 1970.

Evidentemente que estes tipos não esgotam as formas de representação dos jornalistas e nem estão claramente identificados num único indivíduo ou grupo social no interior do jornalismo. Com eles procuro estabelecer conexões com linhas de força relacionadas a três conjuntos de agentes representados na conjuntura dos anos 1980 respectivamente pelas empresas jornalísticas, pelos sindicatos e, relativamente tensionados entre esses dois pólos, está um conjunto reduzido mais influente de jornalistas que eu chamarei de reformadores do passado.

Estes três grupos compõem as linhas de forças presentes nesse debate. A primeira linha é representada pelas empresas jornalísticas. Sabemos que cada uma tem sua própria história e vínculos específicos com a sua região de origem. Mesmo reconhecendo estas diferenças, vamos tomar para fins de análise que há um núcleo de pensamento comum entre as mesmas, como a defesa da livre iniciativa e propriedade privada dos meios de comunicação, representadas pela Associação Nacional dos Jornais, cujo jornal fez parte da discussão.

Isso não implica desconhecer o peso e a importância, na década de 1980, do mercado jornalístico paulista e carioca. Em relação ao paulista, reconhecemos sua maior ampliação para além do âmbito das empresas essencialmente jornalísticas, como as assessorias de imprensa, agências de publicidade, editoras de diversos tipos de revistas, assim como a crescente proliferação no interior de corporações empresariais de natureza diversas, de departamentos de comunicação. Enfim, formava um mercado em expansão com a transformação de parte das empresas jornalísticas em conglomerados e a sua diversificação para além do âmbito dos jornais.

No Rio de Janeiro, por sua vez, o processo de concentração empresarial se encontrava relativamente sedimentado e basicamente monopolizado por três jornais, *O Globo*, *O Dia* e o *Jornal do Brasil*, que disputavam o mercado de compra e venda de notícias; um processo gradual de reformas com o objetivo fazer os jornais terem uma administração mais moderna e impessoal. Fundamental aqui é preciso ter como referência à relevância da economia estatal.

Quanto aos sindicatos, o paulista, pela proximidade geográfica, esteve mais exposto a influência do novo sindicalismo, cujo modelo de ação sindical era o seguinte: origem e centro no setor moderno da economia, autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada para a base e ímpeto reivindicativo direcionado para os interesses dos trabalhadores. Neste sentido, o confronto com o patronato era uma das estratégias para firmar a identidade dos jornalistas. No Rio de Janeiro, a maior influência do PCB e sua visão da importância da modernização como uma etapa necessária e evolutiva em direção ao socialismo impunha um modelo de ação relativamente distinto, baseado na aliança de interesses entre a burguesia nacional e os trabalhadores e no colaboracionismo entre as classes. Além disso, boa parte da tradição sindical carioca se forjou no interior de empresas estatais e não em grandes conglomerados privados como em São Paulo.

Quanto ao terceiro grupo, sua influência transcende um pouco as questões regionais. Os nomes desses jornalistas estão ligados à reforma de determinados empreendimentos jornalísticos, como Cláudio Abramo à *Folha de S. Paulo*, Alberto Dines e Jânio de Freitas ao *Jornal do Brasil*, Mino Carta à *Veja* e ao *Jornal da Tarde*. Eles também tiveram um importante papel ao abrirem suas colunas ao conjunto de forças da sociedade civil que se postou contra o arbítrio na ditadura militar. Além disso, ainda carregam nos seus nomes uma aura de defensores de um modelo de jornalismo liberal, capaz conciliar a autonomia, a capacidade criativa dos jornalistas e o compromisso dos profissionais com o espírito público da profissão. Mas, é preciso ressaltar que todos estavam trabalhando em empresas paulistas

na década de 1980. Com isso, esperamos justificar inicialmente a centralidade e a ressonância que a dinâmica relacionada ao mercado paulista ocupa na tese.

Esses três grupos de agentes, entre outros, exerceram uma considerável influência nos debates sobre jornalismo e foi em torno do protagonismo desses agentes que se constituiu o drama da configuração da identidade dos jornalistas brasileiros. A nossa principal hipótese é de que os sentidos até incorporados à profissão de jornalista diluíram em termos dos seus significados mais vistos como mais nobres, nos quais se encaixavam os termos intelectuais e trabalhador, e a mesma passou a ser interpretada pela maioria dos jornalistas como uma profissão como outra qualquer. Só que, ao contrário da interpretação dominante, achamos que o modelo de ação sindical que se hegemonizou da década de 1980 teve um peso fundamental na predominância dessa forma de se entender o jornalismo.

Para sustentar este argumento estruturamos a tese em três partes. A primeira contém um capítulo em que discutimos a identidade jornalística sob um prisma comparativo. Tal discussão tem dois objetivos. Em primeiro lugar, trata-se de acentuar o caráter social e culturalmente situado da profissionalização dos jornalistas. Em segundo lugar, porque este prisma nos permite discutir a profissionalização em referência a modelos que, de certa forma, influíram no debate brasileiro. A segunda parte é composta pelos capítulos 2 e 3 em que discutiremos a identidade jornalística no Brasil. No capítulo 2, tomaremos as reformas dos anos 1950 como base para discussão. De um lado, a glorificação de suas memórias visava afirmar o caráter solene das mesmas e desqualificar as práticas anteriores. De outro, o discurso dos reformadores nos permite localizar um duelo dos reformadores desse período com os que estavam à frente das reformas nos anos 1980. No capítulo três tem o sentido de recuperar a dinâmica da história mostrando como o Estado, a lei e o ensino também foram fundamentais no processo de profissionalização dos jornalistas entre 1930 e 1980.

Os capítulos 4, 5 e 6 compõem a terceira parte que aborda a profissionalização nos anos 1980. O capítulo 4 tem como objetivo identificar papel das instituições de classe na em relação às definições das fronteiras profissionais dos jornalistas. O capítulo 5 diz respeito ao papel que a formação acadêmica, a militância sindical e a luta de classe tiveram na defesa da obrigatoriedade do diploma como um dos núcleos da profissionalização dos jornalistas. O capítulo 6 diz respeito à tentativa dos sindicatos assumirem para si a tarefa de impor à comunidade de profissionais um modelo ético de jornalismo, centrado numa concepção classista, modulando importância que estas entidades davam à formação superior específica e cujo desdobramento foi a tentativa de se institucionalizar o Conselho Federal de Jornalismo.

1. O Jornalismo numa perspectiva comparada

Não há incompatibilidade, ao contrário, há uma relação de causa e efeito entre a imprensa cumprir o seu papel de defender a sociedade e ter lucro. E eu não quero dizer que o jornalismo norte-americano seja o mais perfeito, mas algumas manifestações dele são para mim padrões, não padrões do Ideal, porém do possível. Se no Brasil nós tivéssemos um jornal como o New York Times ou Washington Post, ou mesmo jornais menores do interior, eu me daria, por enquanto, como satisfeito. E ia exigir mais como os jornalistas norte-americanos. (Alberto Dines, 1987).

O que caracterizou a imprensa alternativa foi ter atingido o grau de uma imprensa de leitores. Se isto não fosse possível na nossa estrutura social, pelo menos que se deseje uma imprensa de jornalistas. É claro que talvez seja difícil chegar à situação que a França tem. Jornais como Le Monde e Libération, mas até jornais de direita, como Le Figaro, são legalmente dominados pelos seus jornalistas. O corpo de redação tem um largo controle e uma relativa independência do nível empresarial mantido pelo dono da empresa (José Luiz Braga, 1987).

Os discursos acima foram pronunciados na XIII Semana de Estudos de Jornalismo, evento patrocinado pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo no primeiro semestre de 1986. Além de Alberto Dines, jornalista da *Editora Abril* e José Luiz Braga, professor da Universidade Federal da Paraíba, estavam presentes na mesa de debates Antônio Carlos Félix Nunes, assessor de imprensa de Luiz Inácio Lula da Silva, Pompeu de Souza, jornalista e senador da República pelo PMDB, e Nilson Lage, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Muito embora as opiniões de Dines e Braga não tivessem gerado controvérsias entre os debatedores, elas dividiram a platéia de estudantes, a grande maioria contrária à idéia de que o jornalismo norte-americano pudesse servir de referência ao funcionamento do jornalismo brasileiro (MEDINA, 1987, p. 30 e 47). Mas, não se trata aqui de fazer uma opção entre a França ou os EUA. A pergunta que queremos fazer é a seguinte: por que, em meados da década de 1980, em pleno processo de consolidação democrática, os modelos externos de jornalismo ainda serviam como um paradigma para se analisar a imprensa brasileira?

Vamos seguir um pouco mais o rastro desse debate para tentar encontrar a resposta. Seu título era *A Censura Acabou. Acabou?* A ironia da interrogação acompanhando o título traduzia uma percepção generalizada entre os presentes da permanência da censura. Porém, ela não era mais exercida pelo Estado. Funcionava com um outro padrão, resultante das novas relações de poder estabelecidas no interior da imprensa, de forma sensível e gradual, durante o período da abertura política.

Quem definiu de forma mais clara e incisiva essa nova forma de controle sobre a produção noticiosa foi José Luiz Braga. Seu raciocínio era o seguinte: a censura rígida imposta pela ditadura militar tinha três objetivos. Um, silenciar os diversos grupos de oposição, armada ou política ao regime; dois, possibilitar a modernização das empresas jornalísticas; três, eliminar os seus quadros mais antigos. Este último objetivo era fundamental para reconfigurar o poder no interior das redações. Os velhos jornalistas exerciam notória capacidade de liderança sobre as novas gerações de jornalistas e, pior, tinham uma conduta profissional incompatível com mecanismos de controles impessoais resultantes da adaptação das empresas à lógica de mercado. Conforme Braga,

O período de 1964 a 1970 implanta uma censura rígida que afinal carrega dois objetivos explícitos. Um, evidentemente, é o ‘cala a boca’ no nível político, mas outro foi possibilitar o crescimento empresarial moderno dessas empresas que estavam recheadas de jornalistas da escola antiga e que eventualmente não se dobrariam a controles empresariais do tipo moderno. (MEDINA, *ibid.*, 29-30).

Assim o período de censura rígida significou na realidade um período de transição entre dois regimes de censura. O primeiro baseado marcado pela lógica da personalidade, hegemônico no período anterior a 1964, em que os controles sobre a autonomia profissional dos jornalistas tinham uma forte dependência do grau de amizade e fidelidade entre estes agentes, suas chefias e os donos de jornais³. O outro regime, denominado por ele de censura empresarial, foi resultante dos processos de modernização conservadora da economia brasileira. Nestes, as empresas jornalísticas tiveram de usar de inovações administrativas e tecnológicas para sobreviver na selva do mercado. E fizeram isso sem abdicar da cultura autoritária herdada do patronato brasileiro. Hegemônica a partir dos anos 1980, a censura empresarial era responsável pelo deslocamento do centro de poder nos principais jornais do país. A cultura jornalística herdada era insuficiente para os novos gestores lidarem com as questões de marketing típicas da área gerencial.

Isto nos permite compreender melhor às referências Dines e Braga aos modelos externos. Funcionando com base no mercado, como no caso norte-americano, ou na ideologia, como no caso francês, esses dois tipos de jornalismo sintetizavam, de modo divergente, aquilo que os dois debatedores consideravam uma *imprensa de jornalistas*. Mas, até que

³ Braga deu um exemplo de como funcionava o regime de censura do período anterior a 1964, baseado na personalidade. *Um indivíduo podia ter idéias políticas de tal e qual teor e nem por isso ele estaria impedido de escrever nos jornais. Um jornalista de direita, por exemplo, mesmo que as suas idéias fossem convergentes com*

ponto os valores e práticas de profissionais inseridos numa cultura política tão distinta da nossa podiam servir de base para reconstituir a identidade profissional dos jornalistas brasileiros perdida no transcurso dos anos 1980? Quais são os referentes que dão suporte a esses dois modelos de jornalismo? O objetivo, então, deste capítulo é buscar nos estudos de natureza comparativa elementos que possam ilustrar as diferentes formas como os jornalistas articularam a sua identidade no interior de modelos que serviram, em maior ou menor grau, de referência para o debate nacional.

A importância dos estudos comparativos reside no fato de que eles podem não só apontar para as similaridades existentes entre modelos jornalísticos, mas também para evidenciar suas diferenças em relação às identidades dos profissionais que agem no interior desses modelos. Os modelos, por sua vez, são idealizações feitas pelo pesquisador. Funcionam como uma espécie de fotografia de um dado momento histórico, nos fornecendo um quadro de um determinado ambiente cultural, mas para isso paralisam a dinâmica do processo histórico no qual as identidades são permanentemente (re)construídas.

Desde que se detenha mais em aspectos empíricos e descritivos do que normativos, a análise comparativa constitui um possível antídoto contra abordagens etnocêntricas presentes em alguns estudos sobre jornalismo referendando, na maioria das vezes o jornalismo norte-americano como um modelo universal. A idéia é formar um quadro de referência através do conhecimento sobre diversos modelos de jornalismo e não tomá-los como base funcional para mostrar por que a imprensa brasileira não cumpre não o seu papel.

É preciso reconhecer que há uma tendência de se formar teorias sobre os meios de comunicação num sentido genérico. Segundo Hallin e Mancini (2003, p. 2-5), essa tendência decorre em grande parte da associação até certo ponto descuidada, do jornalismo com conceitos como urbanização, secularização, globalização, mercado de massas e outros, que tipificam a sociedade capitalista moderna. De um lado, esses conceitos carregam de forma implícita a idéia de que a cultura está subordinada a determinantes econômicos e tecnológicos de caráter expansivo e totalizante tendo, por isso, forte capacidade de homogeneizar as diferenças culturais⁴. De outro, o uso apressado dos mesmos pode ter influência na forma padronizada que muitas vezes pensamos qual deve ser o papel dos jornalistas diante da crescente segmentação das profissões imposta pela divisão social do trabalho. Maior urbanização, secularismo podem ser interpretados como maior grau de profissionalização ou

as do proprietário do jornal poderia ser censurado. Um esquerdista, um comunista podia ser amigo de Assis Chateaubriand e ter guardada para escrever na sua cadeia de jornais. (MEDINA, ibid, p. 29)

vice-versa, sem que nos detenhamos em que aspectos esse conceito varia de um contexto sócio-histórico para outro.

Por isso é fundamental ter em vista os diferentes contextos de desenvolvimento dos meios, sob pena de ficarmos submetidos a diagnósticos rápidos e imprecisos. A análise comparativa deve evitar as explicações deterministas e buscar refinar o aparato conceitual através de uma densa descrição do funcionamento dos meios jornalísticos em distintos ambientes culturais. Os estudos comparativos podem, desta forma, nos ajudar a reafirmar as inserções nacionais, regionais e/ou locais do jornalismo como prática social (ALBUQUERQUE, 1998, p. 9-27).

Mas, isto não deve nos levar a superestimar o peso dos estudos comparativos. Dois aspectos aqui devem ser novamente ressaltados. O primeiro é que, o uso descuidado de modelos pode nos levar a tomar os mesmos de forma petrificada e distanciada da dinâmica histórica. Os modelos são tidos como diferentes, porém, nas suas individualidades eles são tomados, na maioria das vezes, dentro de certas características invariáveis, negando o caráter fluído das identidades forjadas no interior das práticas sociais. O segundo é o caráter normativo que certas abordagens incorporam quando tomam determinados modelos como ideais. Em relação ao caso brasileiro, a questão não é negar a influência de outros paradigmas, principalmente o norte-americano e sim verificar até que ponto os valores e práticas deste modelo foram adaptados à realidade nacional (ALBUQUERQUE, 2005 e RIBEIRO, 2000).

É com base nesse olhar que apresentaremos uma bibliografia sobre estudos comparativos dividindo-a da seguinte forma. Em primeiro, um estudo do clássico livro *Four Theories of the Press*, escrito por Fried Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm na década de 1950, tido como um embrião dos estudos comparativos por se propor entender os sistemas de mídia em relação aos diferentes sistemas políticos em que estão inseridos, mas que na realidade é um documento político de difusão do jornalismo norte-americano. Depois, o estudo de Daniel Hallin e Paolo Mancini, *Comparing Media Systems*, lançado em 2003, que tenta lançar as diretrizes de um novo padrão de abordagem comparativa, centrado nas características empíricas dos modelos estudados.

Depois partiremos para os estudos que se concentram em modelos específicos que, em maior ou menor grau, tiveram ressonância sobre os processos de formação da identidade profissional dos jornalistas brasileiros. O primeiro é jornalismo norte-americano no qual a ideologia da objetividade e o mercado se apresentam como variáveis fundamentais para se

⁴ Trabalhos marcantes como *Notícia: Um produto à Venda*, de Cremilda Medina e *O Segredo da Pirâmide*, de Adelmo Genro entre outros, seguem esta tendência, ao tratar o jornalismo brasileiro na sua forma capitalista.

entender as práticas profissionais dos jornalistas. O segundo é o jornalismo francês no qual a boa parte das obras que fazem referência a ele destaca sua configuração literária deixando de lado a importância do Sindicato de Jornalistas na definição de quem era jornalista profissional na França após 1935. Em terceiro, vem o caso de Portugal, importante para entendermos como o profissionalismo envolveu a questão da formação universitária no interior da relação entre imprensa e um Estado com larga tradição na regulamentação do jornalismo. Por último, o caso do jornalismo sul-americano e os problemas gerados pela adaptação do jornalismo investigativo dos EUA neste continente em tempos recentes a partir da década de 1980.

1.1 Os modelos clássicos de estudos comparativos

Four Theories of the Press de Siebert, Peterson e Schramm, foi publicado em 1956 e tem como mérito a tentativa de interpretar o jornalismo dentro de uma perspectiva macropolítica, tentando estabelecer as conexões entre as diversas formas de se identificar essa prática social e os sistemas políticos em que estavam inseridas. Embutida nesta perspectiva está a teoria do espelho, na qual a imprensa funcionaria atrelada e de forma subordinada as variantes políticas de cada nação. Neste sentido, há quatro grandes modelos de funcionamento da imprensa que seriam correspondentes aos modelos políticos predominantes nos anos 1950: *O Libertário*, *o Autoritário*, *o de Responsabilidade Social* e *o Comunista*, que, na prática, se remetem a dois princípios políticos fundamentais, o Liberalismo e o Autoritarismo.

O modelo *Libertário* está baseado nas idéias dos filósofos liberais do século XVIII, como John Locke, no qual imprensa funciona como um *Quarto-Poder* controlando o governo o Estado para que ele não viole as liberdades fundamentais do homem e como uma tribuna para favorecer debate público de idéias, importante para gerar o consenso entre indivíduos racionais e esclarecidos. O modelo de *Responsabilidade Social* é um derivativo do anterior e o conceito de responsabilidade serve de salva-guarda para os jornalistas dirigirem à sua consciência profissional na defesa do interesse público diante do avanço do processo de concentração midiática em grandes corporações capitalistas e do ressurgimento das ideologias totalitaristas como comunista.

O modelo *Autoritário* se caracteriza pela restrição à liberdade individual. Este modelo tem como matriz as idéias de uma linhagem de filósofos como Platão, Maquiavel, Hobbes e Marx. No seu interior, a imprensa é um instrumento de poder fundamental para manter a

ordem tirânica sobre o poder do *Príncipe*. A variante em relação ao modelo *Comunista* é que o soberano é substituído pelo partido comunista. Como porta-vozes do poder totalitário, os jornalistas agem com movidos por sua fidelidade ao *Príncipe* ou ao Partido, não havendo, portanto, quaisquer resquícios de consciência profissional entre estes agentes.

O estudo foi produzido no contexto bipolar da Guerra Fria e procura enfatizar que a essência do jornalismo moderno tem uma correspondência pela com o modelo *Liberal*, sendo sua variante mais próxima no século XX o modelo norte-americano de jornalismo. Desta forma, os autores de *Four Theories of the Press* deram ênfase um debate de orientação intrinsecamente normativa com base numa oposição excludente entre um modelo liberal privado de imprensa, o único capaz de conciliar de forma positiva as liberdades individuais e com o mercado, e um outro, estatal no qual o jornalismo seria um aparelho de poder em regimes não democráticos. A imprensa dos demais países oscilaria entre um e outro modelo. O estudo encontra-se, assim, marcado por uma perspectiva fortemente ideologizada na qual ele deu uma contribuição considerável para que os estudos de jornalismo tomassem as características do caso norte-americano com um modelo universal de imprensa profissional e apartidária.

Numa outra perspectiva, Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) em *Comparing Media Systems*, procuraram responder o mesmo tipo de questão proposta no *Four Theories*, mas com algumas diferenças metodológicas. Uma delas foi delimitar geograficamente e temporalmente o estudo se propondo verificar os diferentes padrões de relações existentes entre os sistemas midiáticos e políticos dos países da América do Norte e da Europa Ocidental nas décadas de 1970 e 1980. Para isso, eles criaram três modelos para pensar as conexões entre jornalismo e política existentes nessas regiões: 1) *Liberal* prevalecente nos EUA, Canadá, Grã-Bretanha e Irlanda; 2) *Corporativo-Democrático*, nos países do Centro-norte da Europa (Alemanha, Suécia, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Holanda e Suíça) e o *Pluralista-Polarizado*, hegemônico nos países mediterrâneos (Portugal, Espanha e Grécia) incluindo a França. O recorte geográfico é arbitrário e não resultante de uma base teórica para seleção de casos. Ele tem como critério se limitar a países com níveis comparativamente comuns de desenvolvimento econômico e cultura democrática.

Em termos bem sintéticos, os modelos são descritos da seguinte forma: o *Liberal* representa a dominância dos padrões de mercado e da imprensa comercial e de massa no universo jornalístico. O *Corporativo Democrático* é identificado pela coexistência histórica de uma imprensa comercial e de outra conectada a grupos politicamente organizados, num tipo de consenso que reflete as regras do jogo político e o papel ativo do Estado na regulação na

harmonização das demandas dos diversos grupos políticos. O *Pluralismo Polarizado* se distingue pelos meios noticiosos serem instrumentos de partidos e forças políticas, pelo fraco desenvolvimento de uma imprensa comercial e por ter uma forte presença do Estado na regulação jurídica do funcionamento das mídias.

Os modelos são tipos ideais. Isso permite os autores identificarem um considerável número de variações no interior de cada modelo. O jornalismo britânico está incluso no *Modelo Liberal*, mas ele possui características distintivas do que caracteriza este modelo, entre as quais os tablóides identificados com jornalismo popular/partidário e uma imprensa centrada na prestação de serviços, cujo referencia principal é jornalismo produzido pela BBC, fincado no sistema público de radiodifusão. Daí as suas similaridades com os sistemas midiáticos dos países pertencentes ao modelo *Corporativo Democrático*.

A França é um outro caso. Ela possui uma circulação de jornais superior aos dos países Mediterrâneos, mas inferior ao restante da Europa, o que, para os autores, é um reflexo do desenvolvimento tardio que os meios de comunicação de massa tiveram neste país neste país. Apesar de possuir uma forte tradição de dirigismo estatal, o jornalismo francês preserva uma forte esfera de proteção ao indivíduo baseado no predomínio do domínio da autoridade racional-legal. Em função dessas características ela foi classificada como um híbrido do *Corporativo Democrático* e do *Pluralista Polarizado*. A Itália e a Espanha, pertencentes a este último modelo, criaram distintas tradições de governo democrático a partir da metade do século XX, com o consenso entre partidos predominando no primeiro caso e o governo majoritário no segundo.

Para fazer o estudo comparativo, os autores limitaram as variáveis a quatro dimensões: o nível de circulação dos meios de comunicação de massa; o nível de paralelismo político dos meios em relação às forças políticas; o nível de profissionalização dos jornalistas e do nível de intervenção do Estado no sistema mediático. Essas quatro variáveis se relacionam com outras de natureza política, como o tipo de governo, se majoritário ou de consenso; com o tipo de pluralismo político existente, se individualizado ou organizado em grupos; com a história política dos países, se de maior ou menor tradição democrática, e com nível de existência do domínio da autoridade racional-burocrática, se forte ou fraco.

Com base nesses elementos, Hallin e Mancini procuraram responder dois conjuntos de questões. O primeiro, identificar os papéis que os meios de comunicação exercem na vida econômica, política e social no interior de cada um desses modelos. O segundo, os interpretar os padrões de relacionamento que os meios têm com as instituições políticas, verificando se elas são estáveis ou não.

Muito embora o trabalho tenha um nível de complexidade e sofisticação elevado, o conjunto de variáveis listadas acima visava verificar duas premissas correntes nos estudos sobre jornalismo. A primeira é de que é bastante plausível afirmar que os jornalistas compartilham de um alto senso de profissionalismo quando os meios operam cumprindo papéis distintos do sistema político. Para isso seria necessário que os meios operassem em ambientes similares ao norte-americano, no qual há uma forte cultura de mercado, o individualismo é uma das bases da democracia de massas e o predomínio da autoridade racional-legal impede que os meios sejam instrumentalizados pelas forças políticas.

Daí a análise operar por contraste. Em ambientes nos quais há forte intervenção do Estado na sociedade e os partidos ocupam uma posição privilegiada na esfera pública, há um alto grau de paralelismo político dos meios significando forte interferência dos agentes políticos sobre a produção noticiosa. O que, em tese, acabaria por gerar baixo nível de profissionalismo, forte partidarização e alto nível de clientelismo nas relações entre os meios e as instituições políticas.

A densa análise descritiva do Modelo *Corporativo Democrático* tem o mérito de mostrar que essas premissas não são necessariamente verdadeiras. O alto grau de paralelismo político existente neste último é interpretado pelos autores como uma alternativa ideológica e coletivista ao individualismo apartidário dominante dos países do modelo *Liberal*, principalmente os EUA. Assim, o grau de profissionalização dos jornalistas, interpretado como a capacidade desses agentes criarem entre si um conjunto de procedimentos capazes de orientar suas práticas profissionais, está relacionado às matrizes culturais dos países em que o jornalismo opera.

As discrepâncias se encontram nos países do *Pluralismo Polarizado*. O elitismo dos meios, a democracia tardia, a fraqueza da autoridade racional-burocrática, a forte partidarização da vida política e o alto grau de intervenção do Estado na vida dos indivíduos e na economia sugerem haver uma forte instrumentalização da imprensa e o predomínio de interesses clientelísticos no relacionamento entre os meios noticiosos e o poder. Este tipo de relação tem haver com o facciosismo político tornando relativamente instável a convivência entre os sistemas midiáticos e as instâncias de poder. Conseqüentemente, este tipo de ambiente não favorece um alto nível de profissionalização dos operadores de mídia.

Assim, embora Hallin e Mancini (*Ibid*, p. 298-305) tenham afirmado serem os modelos tipos ideais, eles seguem um caminho oposto sugerindo que: 1) as categorias usadas pelo modelo *Liberal* tendem a se universalisarem sob a influência de forças como o neoliberalismo, comercialização e globalização; 2) que a imprensa dos países do modelo

Corporativo Democrático guarda relativa identidade com os sistemas asiáticos e do leste europeu; 3) que a dos países do *Pluralismo Polarizado* têm uma lógica que é acompanhada pelos sistemas políticos e mediáticos existentes na periferia do mundo, composta pelos países da África, da América Latina e a maioria das repúblicas da extinta União Soviética.

A análise desliza, então, sutilmente para um viés normativo. A imprensa situada nessa ampla região não seria profissional, pois o campo jornalístico se encontraria ainda subordinado ao sistema político, estando, portanto, impedido de exercer algum tipo de função pública. Embora o estudo de Hallin e Mancini nos permita ver que os processos de formação da identidade profissional dos jornalistas variam conforme a cultura de cada país, ele permanece preso a uma vertente sociológica que trata o profissionalismo com base no referencial das profissões liberais como veremos no caso norte-americano e desconsidera o papel exercido por agentes importantes na constituição da identidade profissional dos jornalistas como suas instituições de classe.

1.2 A identidade jornalística nos EUA

A associação entre profissionalismo e jornalismo nos Estados Unidos está intimamente relacionada ao surgimento da *penny press* em 1830. Os jornais da *penny* eram destinados ao público em geral, de baixo custo, privilegiavam notícias sobre eventos cotidianos, e contratavam repórteres pagos. Neste sentido, eles se impuseram em relação a um outro padrão de jornalismo, partidário, orientado pelo debate político e dirigido a um público de militantes. Mas, o processo de profissionalização dos jornalistas norte-americanos não pode ser entendido somente através do assalariamento dos jornalistas. Foi preciso também investigar a partir de quando estes agentes passaram a compartilhar de um conjunto de princípios e normas orientadoras do fazer profissional, destacando-se entre elas o da objetividade jornalística.

Segundo Schudson (1993, p. 281-287), o padrão discursivo identificado como pirâmide invertida só se consolidou no início do século XX. Até então, a idéia de objetividade estava relacionada a uma narrativa seqüencial e cronológica dos eventos. Além disso, a orientação para a factualidade não excluía uma diversidade de estilos seguidos pelos jornais estando os mesmos relacionados à experiência de vida de grupos sociais distintos no ambiente urbano. Eles foram sintetizados (SCHUDSON, 1978, p.119-120) no binômio *Informação x*

Narração estando relacionados a uma divisão moral do trabalho no qual o consumo de jornais era um signo de distinção entre os grupos sociais. Os grupos sociais bem situados financeiramente davam importância a um jornal escrito num linguajar sofisticado e contendo informações úteis a manutenção do seu estilo de vida. Já para os que viviam o drama da sobrevivência cotidiana e faziam da vida na cidade uma aventura os eventos adquiriam significado através de uma narrativa sensacional .

Desta forma, os ideais que nortearam a prática de um jornalismo centrado em fatos só se afirmaram no ambiente norte-americano após a Primeira Guerra Mundial. Quatro fatores histórico-culturais colaboraram para isso. O primeiro foi o Movimento Progressivo, no fim do século XIX, fundamental para tornar dominante a visão da política como ciência administrativa e o partidarismo um anacronismo do passado. O cientificismo reinante permitiu aos jornalistas encamparem as metáforas da ciência e se afirmarem como especialistas em assuntos políticos.

O segundo diz respeito ao desenvolvimento peculiar de um modelo de relato objetivo dos fatos, que se consagrou entre os jornalistas nos EUA: a pirâmide invertida. A nova convenção narrativa conferiu uma autonomia ao jornalista para criar uma hierarquia de fatos, dos incomuns para os mais banais, e uma autoridade como intérprete de assuntos políticos. O *lead* ajudou enquadrar a própria política, dando destaque ao papel do Presidente, secundarizando os debates partidários e tornando a política um assunto mais adequadamente discutido por peritos do que por militantes (SCHUDSON, 1993, p. 291). As convenções narrativas da objetividade contribuíram para autonomizar o campo jornalístico do literário e do político e permitiram que o exercício da reportagem se tornasse mais subjetivo e interpretativo (CHALABY, 2003 e Schudson, *ibid*, p. 289).

O terceiro fator foi à eficácia da propaganda política, da qual participaram muitos jornalistas, para convencer a opinião pública da necessidade da participação dos EUA na Primeira Guerra Mundial. A propaganda está de certo modo relacionada ao surgimento da profissão de relações públicas. A ação destes novos profissionais afetava o credo dos jornalistas de que as notícias eram descrições de determinados fatos para corresponderem a publicização dos interesses de grupos políticos e/ou de anunciantes no interior dos jornais. Isto gerou uma tensão no campo da comunicação com uma disputa entre jornalistas e relações públicas em torno da definição de seus papéis.

Isto nos leva ao quarto fator, o contexto de pessimismo generalizado gerado pela emergência de regimes totalitários e o comportamento irracional dos grupos ativados pela propaganda política. Com o abalo da fé na causa democrática e com os fatos sendo

manipulados pelas relações públicas, os jornalistas procuraram legitimar a sua autoridade perante a opinião pública com o apelo a um conjunto de regras e procedimentos. Estes com o tempo se tornaram ritualizados bem como necessários para eles se apresentarem ao público como profissionais aptos a narrarem os eventos de forma desinteressada (SCHUDSON, 1978, p. 134-159).

Portanto, na sua luta para firmarem suas identidades como profissionais, os jornalistas norte-americanos procuraram relacionar a objetividade com dois parâmetros básicos dos ideais profissionais: um, a autonomia em relação a grupos políticos e interesses particulares; dois, a busca de um sentido mais altruístico para a profissão, baseado prestação de serviço público. Esses ideais foram fundamentais para os jornalistas legitimarem para si o monopólio de determinadas tarefas. A questão é que a ideologia do profissionalismo foi herdada de profissões clássicas, como a medicina e o direito, estando, por isso, associada com rigorosa base conhecimentos sólidos e estáveis adquiridos nas universidades e ao elevado grau de compartilhamento de valores. Isto permite estes profissionais terem o reconhecimento público de que são especialistas e controlar o acesso de indivíduos as suas comunidades. Até que ponto essas condições podem ser aplicadas ao jornalismo?

A resposta não é simples. Apesar da objetividade ser um valor ocupacional relacionado a princípios altruísticos, como a defesa da democracia e do interesse público, os jornalistas operam de forma distinta dos profissionais liberais. Eles não possuem um corpo de conhecimentos fortemente codificados, a linguagem na qual operam é a do senso comum e suas atividades se dão em organizações cujo fim é o valor comercial da produção noticiosa. Neste sentido, uma das questões que preocupou a sociologia norte-americana era saber os meios de controle utilizados pelas organizações no sentido conformar os ideais profissionais dos jornalistas dentro de suas políticas editoriais e comerciais.

Breed (1993, p. 161-162) foi um dos que tratou da relação problemática entre a ética profissional e a organizacional. Com base numa série de entrevistas, ele concluiu que o processo de adaptação e conformação do jornalista às regras e rotinas de um jornal se dá cotidianamente pela convivência deste com os superiores hierárquicos e os pares mais antigos. Estes formam um grupo de referência que constitui seus laços de solidariedade em torno de critérios profissionais. Isto reduz os conflitos membros do grupo sobre o que é ou não notícia. Há padrão cultural naturalizado que se manifesta como uma consciência coletiva, sendo capaz de modelar os hábitos individuais e coagir os novos jornalistas a adotarem um senso pragmático de profissão. Com isso, cada jornalista individualmente direciona suas produções

noticiosas para serem aceitas pelos pares e superiores e não, necessariamente, para atenderem os anseios do público.

Para Breed (*ibid*, p. 165-6) esse deslocamento no senso de profissionalismo dos jornalistas tem como conseqüência a conformação desses agentes aos interesses comerciais das organizações. Estas não precisam adotar políticas explicitamente coercitivas para não agredir o senso de independência dos jornalistas, pois seus procedimentos são dirigidos para atender os critérios noticiosos e não para questionar os objetivos comerciais da organização.

Para Tuchman (1993, p. 88-90) esse caráter pragmático do profissionalismo no jornalismo está associado a uma definição operatória de objetividade criada pelos jornalistas norte-americanos. Os procedimentos rotineiros e naturalizados são estratégicos para duas finalidades. A primeira é protegê-los, assim como suas organizações, de eventuais erros e omissões diante das pressões de espaço e tempo existentes na organização do trabalho noticioso. Neste sentido, ao seguirem procedimentos de rotina eles podem dizer que foram objetivos sem terem de explicar o que é objetividade. A segunda é dar legitimidade aos jornalistas para definirem por que e quando um fato é noticiável. Essa capacidade é fruto das experiências adquiridas no convívio no interior das redações e do senso comum. A experiência está relacionada ao bom senso necessário para avaliar quando um fato é notícia. Já o senso comum constitui um conjunto de valores naturalizados e que permite ao jornalista distinguir o fato normal do atípico, este sim noticiável.

Mas, esta perspectiva realça o lado problemático do jornalismo enquanto profissão. Segundo Soloski (1993, p.97-100), a deontologia da objetividade forma a base da autonomia do jornalista em relação às tentativas de intervenção das organizações na sua produção. Mas essa postura independente funciona como uma espécie de disciplina do trabalho em organizações não burocráticas como as empresas jornalísticas. Isto, porém tem um caráter ambíguo. De um lado, a autonomia é valor fundamental para o jornalista lidar com a natureza imprevisível dos acontecimentos e exercer certa capacidade criativa para narrá-los.

De outro, essa capacidade criativa opera dentro de uma estrutura de referência aceita consensualmente pelos pares independentemente da organização na qual eles se encontram encontra. Neste sentido, a objetividade é uma norma transorganizacional e seu os padrões narrativos, por serem amplos e elásticos, exigem que as empresas adotem medidas de compensação intra-organizacionais, como aumento de salários, promoções funcionais e, em último caso, medidas coercitivas, para convencer os seus jornalistas seguirem suas políticas editoriais.

Diante disso, Zelizer (1992, p. 2-11) identificou alguns problemas nos estudos sociológicos que tomam os jornalistas, em maior ou menor grau, como uma categoria profissional. Para ela, o termo profissão sugere pensarmos os jornalistas como comunidades dotadas de um corpo de códigos e princípios muito mais formalizados do que realmente existe. Isso porque muitos jornalistas norte-americanos se mantêm distantes das escolas e cursos de jornalismo, desconfiam dos programas de treinamento, são indiferentes às associações profissionais e dão pouca ou nenhuma atenção aos códigos de ética.

Ao concentrar o seu olhar nas rotinas de produção noticiosa, observar o padrão da interatividade dos jornalistas com as fontes oficiais para obterem notícias e tentar entender o papel das assertivas morais que presidem a prática do jornalismo objetivo, o enfoque sociológico se preocupou mais com os efeitos dos discursos produzidos pela autoridade jornalística na manutenção da ordem (a construção social da realidade, a defesa do senso comum e do establishment político) do que os modos como esta autoridade se constituiu e legitimou no interior de um ambiente cultural.

Segundo Zelizer (*ibid*, p. 10), ao compartilharem com o público de determinadas convenções narrativas, os jornalistas podem reivindicar o seu papel de intérpretes autorizados da realidade. Com o objetivo de sustentar este argumento ela recorreu ao conceito de “comunidades interpretativas” presente na teoria literária de Stanley Fish (1980). Conforme Fish, os significados dos textos não podem ser extraídos em si ou retidos ao “pé da letra” por leitores individuais. Eles resultam das estratégias de interpretação compartilhadas pelos grupos sociais que determinam a forma de se ler e escrever um texto. A intenção de tal comunidade é padronizar o formato dessas interpretações no tempo, naturalizando a forma de se contar e ler histórias. A autoridade jornalística estaria fundamentada, assim, na capacidade dos jornalistas agregarem o público em torno de rituais de leitura.

Zelizer trabalhou o conceito ao examinar o papel que os tele-jornalistas exerceram na cobertura do assassinato de Kennedy. As convenções narrativas dos tele-jornalistas ajudaram a hegemonizar no tempo determinadas interpretações deste evento perante o público, fazendo com que os jornalistas fossem vistos como arquitetos da memória coletiva do público norte-americano. Os relatos sobre a atuação dos tele-jornalistas no caso do assassinato de Kennedy ajudaram o telejornalismo ocupar um lugar de relevo no noticiário norte-americano como também permitiu os jornalistas reivindicarem sua autoridade sobre o tema, pondo-os em confronto com outras comunidades de intérpretes como historiadores e sociólogos.

“O modo como os jornalistas se atribuíram o poder de interpretação, as maneiras pelas quais certas interpretações difundiram-se através das empresas noticiosas e o modo como os jornalistas marginalizaram outros grupos que tinham versões alternativas dos mesmos eventos são revelados pelos seus padrões de repetição da narrativa. Esses padrões sugerem que os jornalistas funcionam como uma comunidade interpretativa, como um grupo que se auto-credencia através de suas narrativas e memórias coletivas”(Zelizer, *ibid*, p. 11).

A abordagem de Zelizer, neste sentido, tende a mostrar que os jornalistas organizam o seu senso de comunidade pelo o apelo a determinadas tradições narrativas compartilhadas e não pelo apelo aos ideais do profissionalismo. A questão é verificar em que medida esta lógica de raciocínio pode ser estendida a outros contextos culturais distintos do ambiente norte-americano, como o francês.

1.3 A identidade Jornalística na França.

Na França, a formação de uma cultura profissional independente entre os jornalistas teve o seu ímpeto contido em função da forma imbricada que o jornalismo se constituiu com os campos político e literário. Conforme Chalaby (2003, p. 41) a influência de nomes como Honoré Balzac, Robert de Lamennais, Alphonse de Lamartine, Alexandre Duma, Victor Hugo, Émile Zola emprestou um enorme capital literário ao jornalismo. A imprensa francesa do século XIX foi produto de uma hierarquia de práticas discursivas nas quais gêneros com alto grau de literalidade, como a poesia, dramaturgia, artigos polêmicos, comentários, crônicas eram tidos como superiores a reportagem. Isso fez com que os jornalistas ambicionassem ter status de um escritor e não de repórter, fazendo do jornalismo um primeiro estágio de uma carreira literária⁵.

A política era o segundo norte do jornalismo francês. Segundo Neveu (2005, p. 21), o controle de um jornal diário era um recurso estratégico nas lutas parlamentares e na política local formando uma tradição na qual um jornalista político é tido como um jornalista portador de opiniões políticas. Chalaby (2003, 44) destacou o fato da estrutura bipartidária nos EUA e Inglaterra ter confinado a luta política nesses países em determinados limites. Na França, por volta de 1870, o campo das alternativas políticas era mais vasto, com as posições indo da monarquia ao marxismo, e as lutas políticas tinham um caráter mais intenso em função da radicalidade da luta de classes e da fragilidade da burguesia. Para Neveu (2005, p. 21) a

permeabilidade da imprensa francesa com a política pode ser ilustrada pelas táticas de repressão, corrupção e influência desenvolvidas pelos governos (antigos e atuais). Daí a compreensão de que muitos jornais e jornalistas estivessem, no início do século XX, comprometidos na polemização e publicação de idéias e doutrinas políticas.

Trabalhando com a noção de campo, Ruellan (2004 a, p. 9-15) tentou mapear a gênese das do jornalismo enquanto um mercado de trabalho e a dos jornalistas como profissionais. Isto envolveu o exame das condições materiais e simbólicas utilizadas pelos agentes na luta demarcar uma fronteira de forma a distinguir o campo jornalístico da literatura e da política. Para isso, ele mapeou as etapas históricas de regulação e demarcação dessas fronteiras.

Assim, na primeira etapa, por volta de 1860, as fronteiras do jornalismo como mercado de trabalho são muito mal definidas, apesar da existência de alguns tipos profissionais: os diretores, os copistas e os informadores. A segunda etapa, entre 1860 e 1914, se relaciona com a passagem do jornalismo de uma fase artesanal para uma outra, industrial e de massa. Tiveram influência nesse processo fatores econômicos (industrialização), políticos (democratização) e culturais (educação). Ela se caracteriza pela expansão da fronteira desse mercado pelo aumento efetivo dos indivíduos que exerciam algum grau de atividade jornalística. Eles são divididos da seguinte forma: num primeiro plano estão os que faziam do jornalismo uma atividade secundária e complementar em termos financeiros e simbólicos (tipógrafos, fotógrafos, comerciantes etc); depois, aqueles que faziam do jornalismo a atividade principal ou exclusiva (articulistas, repórteres e outros que exerciam atividades no âmbito das redações); por último estão os que faziam do jornalismo um palco para suas atividades principais (políticos, escritores, advogados e outros).

A terceira etapa, entre 1914 e 1935 é um período de grave crise econômica e conseqüentemente de acirramento da concorrência e de luta para a sobrevivência no mercado. Isto permite uma parte dos agentes presentes no campo se organizar e estruturar seus argumentos de defesa para monopolizar os espaços resultantes no mercado de trabalho e se diferenciar dos demais agentes se auto-referenciando como “profissionais”. Estes agentes vão se articular no interior de uma organização que foi muito ativa nesse processo, o Sindicato Nacional de Jornalistas, SNJ, instituição que teve um papel central na formulação da lei que definiu o estatuto do “jornalista profissional” em 1935. A quarta etapa, de 1935 até hoje, é da

⁵ Ver BALZAC, Honoré. *Das Ilusões Perdidas*, onde ele descreve a impossibilidade de um jovem colaborador da imprensa realizar esse sonho devido ao processo de industrialização do jornalismo e *Monographie de la Prensa Parisiense*, na qual ele descreve uma tipologia dos colaboradores da imprensa.

concretização do dispositivo legislativo que finalizaram a regulação da fronteira do jornalismo como mercado de trabalho e dos agentes portadores dos atributos que os tornam aptos a ocupá-lo (*Ibid*, p. 15-16).

A questão é como o SNJ se legitimou como representante dos interesses dos jornalistas. Para isso alguns passos na sua estratégia política foram fundamentais. Fundado em 1918, o SNJ ascendeu ao status de “nacional” em 1928. A estratégia de nacionalização se baseou no seu afastamento de todas as entidades federativas de trabalhadores com perfil político-ideológico: o SNJ abandonou a Confederação dos Trabalhadores Intelectuais e não aderiu a Confederação Geral dos Trabalhadores. Isto permitiu o SNJ se afastar das lutas que marcaram o operariado francês na primeira metade do Século XX e se concentrar em atender as demandas de cunho corporativo dos jornalistas, como aumentos salariais e benefícios sociais.

A nacionalização e o corporativismo permitiram ao SNJ se apresentar à categoria como um sindicato unitário, sem orientação política e tendo como eixo de atuação a defesa dos interesses dos que tinham o jornalismo a sua ocupação principal ou única. Com isso ele adquiriu autoridade em nome desses agentes e lutar para defini-los como “profissionais”, distinguindo-os no seio da categoria como “autênticos” em relação aos outros, enquadrados como “diletantes”, aqueles que faziam do jornalismo uma atividade complementar ou um prolongamento das suas atividades principais. Esta definição restritiva foi encampada pela lei de 1935 e o reconhecimento do status de profissional passou a ser simbolizado pela carteira de identidade profissional, fornecida aos jornalistas pela Comissão da Carteira de Identidade dos Jornalistas Profissionais (CCIJP). Esta comissão ainda é composta de forma paritária entre representantes dos patrões e empregados (Ruellan, 2004 b, p. 2-5).

Esse processo, porém, não foi isento de ambigüidades. De um lado, esta associação entre corporativismo e jornalismo está associada a uma tradição francesa, na qual certas estratégias monopolistas são mobilizadas por novas categorias de trabalhadores no intuito de criar e manter um mercado de trabalho legalmente protegido para os indivíduos incluídos nas suas fronteiras. De outro, como sistema de gestão desse mercado, o corporativismo opera por exclusão: tende a defender os interesses específicos de determinados grupos em detrimento de outros, que no caso específico em discussão, exerciam algum tipo de atividade no interior do jornalismo. Neste sentido, ele cria uma dualidade entre os situados “dentro” da comunidade de profissionais, cujos benefícios são a socialização, a proteção da lei e identidade profissional, e os de “fora”, expostos as incertezas do mercado.

Este tipo de regulação teve de lidar com o que Ruellan (2004 a, p. 11 e 21) chama de “vocação mestiça” do jornalismo francês, no qual o território profissional é marcado pela imprecisão e fluidez. A questão é que, diferentemente de outras profissões, o jornalismo é um campo em constante mutação e por isso prolifera no seu interior um conjunto de novas ocupações e atividades ligadas ao surgimento de novos meios de comunicação, surgidas com as inovações tecnológicas. Essa vocação mestiça facilita, assim, a adaptação das práticas jornalísticas ao regime de inconstância e da mutabilidade.

O fato da exigência de uma competência exclusiva nunca ter sido uma palavra de ordem entre os profissionais do jornalismo na França pode ser explicada, segundo Neveu (2005, p.27-28), pela dimensão mimética de certas aprendizagens do jornalismo. Os jornalistas são capazes de absorver desigualmente uma grande quantidade de competências justamente porque elas podem ser aprendidas de forma prática e autodidata. São elas e não o saber acadêmico que contribuíram para a manutenção do status dessa atividade nos tempos atuais⁶. Para Neveu

“o jornalista, diferente de profissionais como médicos e advogados, não granjeia o seu prestígio social através de um curso universitário longo e seletivo, mas sim a outros tipos de recursos como qualidade de expressão, visibilidade social, proximidade dos poderosos e a coragem do correspondente(...) A indefinição profissional, assim como a fraqueza de um controle deontológico trouxe mais vantagens que inconveniências.” (*Ibid*, p. 28)

A indefinição profissional exigiu dos agentes envolvidos com o jornalismo uma constante renegociação dos parâmetros que devem definir o rol de saberes exigidos para o exercício profissional. Isto obrigou o estatuto legal a manter relativamente abertas fronteiras dessa comunidade. Os debates e decisões da Comissão da Carteira dos Jornalistas Profissionais revelaram, ao longo do tempo, que este órgão teve de se pronunciar e estender o estatuto de profissionais a grupos ocupacionais como fotógrafos, cinegrafistas, apresentadores de rádio e telejornais etc. Tentando firmar jurisprudência sobre decisões anteriores, outros grupos ocupacionais levaram suas demandas para via judicial, aproveitando a brecha deixada pelo estatuto criado em 1935 (RUELLAN, 2004 b, p.7-9).

Com isso, nos últimos 30 anos, o número de o contingente de jornalistas aumentou. O jornalismo francês se encontrava, por volta de 1990, estruturado em três níveis hierárquicos: uma elite constituída por jornalistas do audiovisual e dos grandes jornais

⁶ Em 1990, 7 em cada 10 portadores da carteira profissional eram portadores de diploma de nível superior, mas destes, apenas 20% tinham formação específica em jornalismo.

parisienses; uma massa legítima constituída por todos aqueles que têm o estatuto profissional e se expandiu rapidamente nos últimos anos e a margem, subgrupos de configuração indefinida e que buscava a sua aceitação, pela via judicial, entre os incluídos.

A questão é: por que a legislação de 1935 ainda está em vigor? A resposta passa pelos efeitos gerados pelo corporativismo. Eles podem ser traduzidos da seguinte forma: primeiro, na manutenção conservadora do estatuto do jornalista profissional e os benefícios gerados por esse estatuto (reserva de mercado, proteção contra demissões etc); segundo, nos efeitos de sociabilidade e solidariedade que o estatuto produz nos membros dessa comunidade. Num país de forte tradição corporativa, esses efeitos se manifestam quando a comunidade é ameaçada pelos ventos neoliberais (Ruellan, 2004 a, p. 22). Ventos que querem varrer qualquer forma de regulação legal do no mercado de trabalho e deixá-lo a deriva de suas próprias forças, como no caso português.

1.4 A identidade jornalística em Portugal

Podemos olhar o caso português dentro de três perspectivas. A primeira diz respeito a forte intervenção do Estado nos meios de comunicação. A história do jornalismo português é marcada por cinco décadas de censura sistemática do regime salazarista. Durante esse período, os meios conviveram também com severas restrições econômicas, extensivas ao conjunto da sociedade portuguesa, que os impediram de desenvolver uma cultura empresarial. A Revolução dos Cravos em 1974 derrubou o regime salazarista, mas não rompeu com esta lógica, nacionalizando parte dos meios de comunicação que estavam sobre propriedade dos bancos privados e produzindo uma forte legislação regulamentando o exercício do jornalismo.

Dentro dessa lógica intervencionista, os governos pós-revolucionários criaram, com base num forte arsenal jurídico, uma série de organismos reguladores de acordo com a demanda de sindicatos e partidos. Entre eles estão, os Conselhos de Redação, eleitos pelos jornalistas no âmbito interno de cada jornal, e o Conselho de Comunicação Social, órgão responsável por definir as matrizes gerais da gestão comunicativa de cada meio. Muito embora estes órgãos tivessem de seguir, por norma legal, uma política de comunicação pautada pelo respeito ao pluralismo ideológico, pelo reconhecimento da autonomia profissional dos jornalistas e orientar suas produções para a prestação de serviços, na prática eles serviam de palco para as disputas político-partidárias, reproduzindo nos meios as relações de poder existentes no parlamento e na sociedade portuguesa (Traquina e Agee, s/d, p. 25-29).

Neste sentido, durante os primeiros quinze anos após a revolução, os jornalistas portugueses orientaram suas condutas e o seu senso de organização de grupo não em nome de uma autonomia profissional, mas como instrumentos da luta de classe. Daí o forte paralelismo da imprensa portuguesa com as forças políticas e o engajamento dos jornalistas em partidos e demais organizações sociais (Hallin e Mancini, 2003, p. 117). A instrumentalização da imprensa portuguesa e o distanciamento da mesma em relação ao modelo de profissionalismo centrado na objetividade e na prestação de serviço público tornaram o jornalismo português um *quarto poder frustrado* (Traquina e Agee, *ibid*, p. 133).

A segunda perspectiva é marcada por uma crescente expansão da formação universitária entre os jornalistas portugueses. O modelo inicial de curso, no fim da década de 1970, não tinha preocupações com uma formação específica, valorizando entre os alunos um sólido conhecimento das disciplinas das Ciências Sociais e Filosofia. Este tipo de formação gerou um forte clima de desconfiança mútua entre as instituições acadêmicas e o meio profissional dos jornalistas. Ao longo dos anos 1980, há um gradual avanço pelo país de centros universitários que tentaram acomodar uma perspectiva teórica, no ciclo básico e a profissional, de natureza habilitacional, nos quais o jornalismo é ofertado junto com publicidade e relações públicas (MANUEL PINTO, 2004, 49-61).

Essa tentativa de conciliação não impediu que nos anos 1990 houvesse um forte aumento de cursos especificamente centrados nos estudos de jornalismo, de caráter politécnico, de curta duração, com a formação profissional sendo aprimorada no local de trabalho pelos próprios jornalistas. Segundo Manuel Pinto (*idem ibid*) a tensão entre teoria e prática constituiu um tema recorrente na história da formação em jornalismo, sendo reveladora do fosso existente entre acadêmicos e profissionais na luta pelo monopólio da formação de quadros e dos valores que devem reger a produção noticiosa.

A terceira perspectiva tem um intercâmbio com as outras duas e diz respeito ao intenso processo de privatização que afetou jornais, rádios e os canais de TV portugueses a partir de meados dos anos 1980. Tal política foi chamada de “desregulação selvagem” por estar desacompanha por qualquer tipo de norma que obrigassem as empresas privadas prestarem um tipo de serviço relacionado ao “interesse público” como a promoção do pluralismo político, da língua e da cultura, incrementar a produção áudio-visual portuguesa etc (Hallin e Mancini, 2003, p. 124). Embora a privatização e a formação universitária fossem defendidas como medidas necessárias para por o jornalismo português no caminho do profissionalismo, elas acabaram servindo a uma outra lógica associada à ideologia de mercado, no qual passou a predominar a submissão do jornalismo à esfera da comercialização

e não a sua autonomização em relação ao campo político (Traquina e Agee, s/d 134-135). Neste sentido, ser profissional pode ter adquirido significados não altruísticos como pensado na ideologia das profissões, como o jornalista dissociando sua prática de qualquer sentido missionário.

O caso português, de qualquer forma, tem alguma ressonância com a discussão brasileira dos anos 1980, quando aqui as empresas passaram a adotar um conjunto de normas responsáveis, para alguns dirigentes sindicais, de para tirar o jornalismo da luta de classes e direcioná-lo para paradigma “neoliberal”. Mas, antes de apresentar quais as representações dos jornalistas que se digladiavam no panorama brasileiro em torno da identidade profissional, veremos o caso sul-americano e a influência do jornalismo investigativo norte-americano durante o processo de redemocratização de alguns países deste continente.

1.5 A identidade jornalística na América do Sul

Em *Watchdog Journalism in South América*, Silvio Waisbord (2000, p. XV) procurou explicar o aumento do jornalismo investigativo no contexto da redemocratização dos países sul-americanos nas décadas de 1980 e 1990. Trabalhando especificamente com Brasil, Argentina, Colômbia e Peru, a idéia do autor é discutir as características que esse tipo de jornalismo adquiriu na América do Sul e sua contribuição para a vida democrática do continente.

Waisbord define jornalismo investigativo como o conjunto de reportagens baseadas na má conduta de homens públicos, revelando um conjunto de informações que os implicados tentavam manter desconhecidas. Muito embora esta definição tenha um caráter abrangente, o padrão norte-americano acaba servindo como referência analítica do papel ideal da reportagem de denúncia, a formação de uma consciência pública que vá além dos interesses das facções políticas.

Isso leva o autor a fazer um exame dos fatores estruturais que facilitaram da emergência desse tipo de jornalismo no continente Sul Americano, como o avanço da democracia, o liberalismo econômico e a maior estruturação empresarial e privada dos meios noticiosos aumentando a independência dos mesmos em relação ao Estado. Este avanço depreciou, mas não anulou as tradições políticas e jornalísticas sul-americanas, entre elas o estatismo, o facciosismo e o autoritarismo.

A confluência dos fatores “modernos” e “tradicionais” apontam, então, para a convivência de três modelos de imprensa disseminados pela América do Sul. A primeira de coloração partidária, existente em países com partidos historicamente firmados na sociedade civil, como na Colômbia e Uruguai. Uma outra, influenciada pelo padrão norte-americano e disseminada em graus variados pelo continente. E por último, uma imprensa alternativa ativa na luta contra os regimes autoritários, principalmente no Brasil, Uruguai e Argentina durante as décadas de 1970/80, e na defesa de um jornalismo socialmente engajado (*Ibid*, p., 151-183).

A persistência dos modelos anteriores levou a Waisboard a diagnosticar por que aqui o jornalismo investigativo não cumpre a sua função virtuosa de ajudar a forjar uma vontade geral, como nos EUA. O primeiro motivo é a falta de consenso entre os profissionais sobre os princípios fundamentais que devem reger o exercício da produção noticiosa. O segundo tem haver com o relativo grau de instabilidade política em função das lutas entre facções. O dissenso político e profissional são fatores que promovem um “desvio” no papel que deveria ter a reportagem investigativa, podendo a mesma servir de instrumento para as facções incrementarem a luta política (*Ibid*, p., 240-242). Desta forma, aqui também encontramos um escopo funcional-normativo no qual o profissionalismo deve se ater à defesa do interesse público, levando o jornalismo a ter um papel importante na consolidação do regime democrático de massas. Este tipo de discurso era similar aos dos jornalistas brasileiros envolvidos em modificar o padrão de jornalismo aqui praticado. Vamos ver, então, o caso brasileiro.

No primeiro capítulo consideramos o jornalismo brasileiro sob um prisma comparativo. Neste segundo, pretendemos analisar, sob uma perspectiva histórica, alguns aspectos da construção da identidade do jornalista profissional no Brasil que permitirão entender melhor as características do debate travado entre os jornalistas na década de 1980. Basicamente, consideraremos dois conjuntos de fenômenos. O primeiro deles diz respeito à memória das reformas jornalísticas levadas a cabo na década de 1950, as quais são freqüentemente apontadas como o marco fundador do jornalismo moderno no Brasil. O segundo se refere ao papel que o processo de regulamentação legal da atividade jornalística e o ensino do jornalismo desempenharam na construção da identidade jornalística.

A primeira seção desta parte, o capítulo 2, analisa os debates em torno da memória das reformas jornalísticas ocorridas na década de 1950 tentando destacar a centralidade e a influência do jornalismo norte-americano nas mesmas. A mística da objetividade foi fundamental como instrumento de luta para o grupo que tipificamos na introdução como intelectuais afirmar sua legitimidade e autoridade no interior do campo e com isso tentar impor os marcos da ideologia profissional que deveria nortear as práticas dos seus pares.

Dois são os motivos da importância desta discussão. Em primeiro lugar, trabalhamos com a concepção de Pollak (1989, p. 4) que a memória coletiva é um campo de luta. Neste sentido, a intensa circulação das narrativas do grupo que conseguiu impor suas versões e representações do passado fez parte de um processo de auto-referenciação e legitimação do mesmo. As representações e versões presentes na memória coletiva do grupo não só exaltam os seus produtores como desqualificam todo um conjunto de práticas e agentes presentes que militavam no campo jornalístico até então.

Em segundo lugar, essas narrativas se encontram espalhadas por diferentes fontes primárias e bibliográficas e foram sendo produzidas ao longo dos anos. Mas, elas ganharam maior vigor na década de 1980. De um lado, elas encontraram eco numa extensa bibliografia produzida nesta época exaltando os anos 1950 como os anos de ouro do jornalismo por ser um período de transição do arcaico para moderno. De outro, elas funcionaram como um mecanismo de defesa do grupo que viu o seu papel de relevo e influência serem ameaçados por outros agentes no campo, principalmente a *Folha de S. Paulo*. Esta, através do Projeto *Folha* procurou sedimentar uma nova ideologia profissional entre os jornalistas, tendo como referência, paradoxalmente, o modelo da objetividade jornalística e a defesa intransigente das premissas de mercado para orientar o funcionamento do jornalismo.

A outra seção, composta pelo capítulo 3, explora o impacto da regulamentação legal e do papel da obrigatoriedade do ensino universitário do jornalismo como elementos

fundamentais para se compreender as distintas visões dos jornalistas sobre suas identidades como profissionais. Este é um passo necessário para que possamos mapear o papel exercido pela tradição interventora do Estado nesta questão e sua receptividade entre os homens de imprensa.

Começamos pelo período compreendido entre as décadas de 1930 e 1950, quando o chamado Estado Populista foi hegemônico e surgiram os primeiros decretos regulamentando o exercício do jornalismo. Três aspectos se destacam aqui. O primeiro deles é o tipo de relação que os jornalistas tinham com as autoridades estatais. Muito embora persista certo credo sobre a resistência do jornalismo à ditadura estadonovista, o que se percebe, em maior ou menor grau, é a demanda desses agentes para que o Estado regulamentasse suas atividades tendo em vista o ambiente de incertezas econômicas vivida por eles no jornalismo⁷.

O segundo aspecto diz respeito à abrangência das leis de regulamentação. Elas não se limitavam a definir o tipo de atividade exercida um jornalista profissional no interior dos jornais e visaram atender demandas no sentido de criar, mesmo que sob forte resistência, a exigência de um diploma específico de nível superior como forma de acesso à profissão. Este era tido por parte da comunidade como um critério capaz não apenas de separar os jornalistas autênticos dos falsos, mas também dignificar a profissão. Finalmente, na medida em que os cursos foram lentamente criados, algumas polêmicas se instalaram na comunidade entre os defensores e opositores da obrigatoriedade da formação superior; nos cursos, a tensão entre disciplinas teóricas e práticas; no mercado, entre a preferência pela formação prática de boa parte dos jornais e o crescente número de jornalistas graduados que reivindicavam emprego nestes.

O segundo momento se refere à década de 1960, quando foram criados os primeiros currículos mínimos, inicialmente para os cursos de jornalismo que depois se transformam em cursos de comunicação. Assim observaremos as disciplinas constantes dos currículos mínimos impostos aos cursos existentes pelo Conselho Federal de Educação em 1962, 1966 e 1969. A intenção aqui é mostrar como currículos, apesar de encamparem formatos curriculares distintos, suscitam um olhar do jornalista como um profissional múltiplo, o homem dos sete saberes. Neste sentido, chamamos a atenção não só para a incongruência do caráter genérico e abrangente dos currículos em relação a uma legislação profissional criada pela ditadura

⁷ Esse credo aparece em algumas obras de história da imprensa como em BAHIA (1990, p. 213-214), onde o papel do jornalismo aparece de forma idealizada como no seguinte trecho: *Não só em 1932, como também em 1937, o jornalismo encontra modos de viver num clima hostil à liberdade sem deixar de ser útil à recuperação dos direitos civis e a reconquista da democracia num regime constitucional inspirado em princípios universais*

militar, específica quanto aos atributos de cada profissional da comunicação. Mas também para o mútuo efeito paradoxal de ambos: enquanto a legislação definiu com certa rigidez a fronteira profissional, o diploma consagrava um tipo de formação que possibilitava o jornalista trabalhar nas diversas áreas da comunicação, como relações públicas e publicidade.

Por último vamos concentrar nossas observações sobre a década de 1970 tratando dos reflexos relacionados ao decreto-lei 972, lei que definiu a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício profissional. Consideramos as diversas vozes atuantes no interior do jornalismo, alunos, professores, profissionais, empresas e sindicatos para mostrar como os jornalistas formavam neste período uma comunidade partida, dividida em relação aquilo que deveria reger os códigos e normas profissionais. Aqui mobilizamos não só personalidades de destaque, mas também alunos e jornalistas comuns tentando visualizar através dos olhares recíprocos de cada agente as linhas de um conflito dramático em torno da identidade profissional que irá se acentuar na década de 1980.

É necessário, porém, esclarecer alguns pontos. Entre eles a diferença entre ideologia e cultura profissional. Hall (2003, p.267-268) define ideologia como os referenciais mentais, linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistema de representação, que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como uma sociedade funciona. Trabalhando dentro de uma perspectiva marxista, a questão seria então, seguindo a trilha de Hall, investigar como um conjunto particular de idéias se estrutura e contamina o pensamento social de um segmento social que passa a se identificar como grupo mais homogêneo em termos de pensamento e atitudes, disponibilizando-o para ação política. Ideologia profissional, neste sentido, se relaciona com as formas de luta de um grupo que se engaja mais incisivamente para tornar hegemônicas suas representações sobre a profissão e ganhar um lugar de prestígio e autoridade entre os pares e até mesmo para pessoas de fora da comunidade.

Cultura, por sua vez, é formada por um conjunto menos sistemático de atitudes, idéias e códigos de comportamento, normalmente relacionados ao modo como os grupos sociais mais amplos respondem as pressões econômicas, políticas e sociais. A análise das narrativas neste caso não se interessa pela visão de mundo do militante, mas do homem comum diante das pressões que enfrenta na sua vida cotidiana e no seu ambiente de trabalho. Segundo Darnton (1988, p. XVII) a expressão de um indivíduo ocorre dentro desse idioma mais geral e amplo fornecido por pela cultura. O que nos interessa aqui, tal como Schudson (1992, p 157),

de respeito à dignidade humana. (...) A imprensa e o rádio, mesmo no período do Estado Novo, assumem a condição de estuário das aspirações dos brasileiros.

é saber qual é o ar cultural que o jornalista brasileiro respira. Assim, para interpretar a cultura profissional dos jornalistas brasileiros vamos trabalhar com as narrativas do jornalista comum, tentando apreender as diferentes formas como os quadros sem destaque no jornalismo davam sentidos nem sempre convergentes a essa prática social.

Por último é importante ressaltar que os depoimentos de jornalistas comuns, intelectuais, militantes sindicais etc comuns foram retirados em sua maior parte de jornais sindicais, principalmente o *Unidade*, órgão oficial do Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo. Isto revela, como afirmamos na introdução, o duplo caráter destes jornais: ao mesmo tempo em que eram engajados, mantinham a característica de serem uma tribuna para discussão dos diversos problemas relacionados à categoria, entre eles salários, a questão do diploma, os currículos dos cursos de jornalismo e o seu papel como profissionais.

2. OS ANOS 1950: OS “ANOS DE OURO” DO JORNALISMO NO BRASIL

2.1. As Representações do Jornalismo do Passado.

O que se entende por jornalismo moderno, na parte que se refere ao texto, surgiu no início da década de 1950, no Rio de Janeiro, com um caderninho de 16 páginas intitulado Regras de Redação do Diário Carioca, mais conhecido na intimidade pelo nome que apontava a origem norte-americana de suas recomendações: style book(José Ramos Tinhorão).

Para esse grupo que procurava sair daquele jornalismo antigo do Brasil, a objetividade foi um valor, sim. Porque era exatamente aquilo que faltava para o jornalismo que se praticava. Os jornais eram todos engajados política e até partidariamente. Então, o seu texto, os seus títulos, o seu noticiário político, sobretudo, reproduziam muito esses compromissos políticos e partidários dos jornais(...) Ou seja, o que se queria era um jornalismo sem compromisso(...) Foi uma procura de não ser parcial política e partidariamente (Jânio de Freitas).

Quase dez anos separam os depoimentos de José Ramos Tinhorão e Jânio de Freitas. Apesar de pronunciados em lugares e tempos distintos, eles convergem para um diagnóstico comum: a positividade da influência do jornalismo norte-americano no Brasil durante a década de 1950. O style book, o lead e o copy desk foram procedimentos que, depois de adotados pioneiramente no *Diário Carioca* através da influência de Pompeu de Souza, se disseminaram pelo jornalismo brasileiro marcando uma inflexão no modo de se escrever um texto jornalístico e na postura do jornalista diante dos fatos. Conforme os depoimentos acima, as novas regras textuais advindas do modelo de jornalismo objetivo passaram a caracterizar gêneros informativos (notas, notícias e reportagens), dando a eles um ar de impessoalidade e distanciamento.

As reformas operadas no jornalismo brasileiro não tiveram um caráter somente técnico-discursivo. Os princípios deontológicos da objetividade jornalística, como as noções de distanciamento, apartidarismo e a importância no equilíbrio no uso de fontes, serviram como instrumentos valiosos para os agentes que lutavam para distanciar o jornalismo da política e defini-lo como uma atividade de *profissionais*. Essa luta pela profissionalização fez com que os anos 1950 fossem interpretados como anos de transição de um jornalismo arcaico para um outro modelo definido como moderno.

Parte da bibliografia acadêmica existente corrobora, de forma diferenciada, este tipo de visão. Em geral a década, a década de 1950 se encontra presente nestes livros e artigos como um momento dramático da história brasileira. Os avanços econômicos e a modernização do país estão associados à crescente industrialização incrementada pela postura intervencionista e desenvolvimentista do estado comandado pelo bloco nacionalista

simbolizado nas narrativas de memória como a Era Vargas por Getúlio Vargas. No plano político, esse modelo econômico encontrou uma densa rede de apoio identificada nos sindicatos de trabalhadores e movimentos populares liderados por trabalhistas e comunistas. Mas enfrentou dura resistência de grupos conservadores ligados, em maior e menor grau, a burguesia agro-exportadora representada politicamente pela União Democrática Nacional, setores das forças armadas, setores empresariais e parte dos setores médios receosos da implantação de uma “república sindicalista” no Brasil. A fermentação política chegou ao seu ápice em 1964, quando o conjunto de forças que deram sustentação ao nacionalismo varguista foi derrubado do poder pelo golpe militar⁸.

Neste contexto, as interpretações sobre o papel exercido pelo jornalismo possuem três variantes. Na primeira delas, a preocupação dos investigadores é verificar como os jornais refletiram no seu interior as mudanças estruturais na economia e na cultura. Um dos sintomas dessas mudanças podia ser percebido no aumento do grau de profissionalização dos jornalistas. Essas mudanças afetavam a natureza dos jornais como empresas e os estimulavam a buscar mais agressivamente a sua sustentação econômica em um público de massa. Para tal, elas precisavam de um novo tipo de jornalista, treinado para lidar com os acontecimentos do cotidiano em termos mais factuais que opinativos ou alegóricos e capacitados a enfrentar as exigências de um ritmo industrial de produção da notícia. Nessa configuração, um novo jornalista, de perfil mais técnico passou a rivalizar com a dos grandes intelectuais e publicistas do século XIX, que sintetizavam o papel exercido pelos os homens de imprensa na primeira metade do século. A lógica que acompanha este raciocínio é que por estar a reboque das mudanças estruturais na economia, o jornalismo brasileiro foi deixando de ser um jornalismo de causas, de opinião, para incorporar um padrão mais neutro e objetivo cuja referência era o modelo norte-americano⁹.

⁸ A política de substituição de importações teve nuances diferentes. No governo Vargas, ela teve um caráter mais nacionalista, com a criação de indústrias de bens de capital como siderúrgicas. O marco simbólico deste período foi a campanha pelo monopólio da exploração do petróleo pelo Estado, o que redundou na criação da Petrobrás. O governo JK incrementou à industrialização com a internalização de capitais estrangeiros para incrementar às indústrias de bens de consumo como as automotivas. Por último, João Goulart adotou as reformas de base (bancária, agrária e educacional) como lema, numa tentativa de dinamizar a distribuição de renda no país. Apesar das críticas, os sindicatos de trabalhadores se constituíram numa das sólidas redes de apoio dessa política. Comunistas e trabalhistas disputavam a hegemonia do poder político nessas entidades, sem abdicarem da defesa do nacionalismo econômico, num tipo de disputa que ficou conhecido como aliança competitiva.

⁹ ABREU (1996) destaca as mudanças industriais ocorridas no país transparecem nos suplementos literários dos jornais cariocas, nos quais os espaços dedicados aos artigos e ensaios artísticos foram sendo gradativamente ocupados por um material noticioso significando também uma mudança no perfil do jornalista, que vai deixando de ser visto como um intelectual, para ter uma formação mais especializada fornecida pela universidade encampando assim a figura do experto. LATTMAN-WELTMAN (1996) busca explicar as transformações ocorridas nos jornais brasileiros anos 1950 com base em dois modelos de jornalismo, um literário, submetido aos imperativos propagandísticos das idéias, opiniões e personalidades, se destacando aí os grandes publicistas. Esta

A segunda vertente procurou entender que tipo de lógica se subordinava à produção noticiosa nos anos 1950, diante da tensão entre o plano da estrutura econômica e o da superestrutura política e ideológica. Se a produção noticiosa se subordinasse ao primeiro plano, os jornais seriam geridos como empresas típicas da indústria cultural. Se ela subordinasse ao segundo plano, os jornais funcionariam como partidos políticos ou como uma espécie de estado maior, exercendo o papel fundamental de disseminar os valores e consolidar a hegemonia de determinado conjunto de forças políticas. As conclusões dos estudos relacionados a essa vertente apontam que na década de 1950, o jornalismo brasileiro estaria na interseção entre os dois planos, sendo os jornais, portanto produtos híbridos, próprios do caráter tardio e periférico do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A consequência disso era que os jornais, apesar de serem empresas, tinham um modelo de gestão ainda “*bastante improvisado*”, distante da racionalidade instrumental e da dominação burocrática predominantes numa economia de mercado¹⁰.

A terceira vertente não deixa de levar em consideração o contexto sócio-político dos anos 1950, mas evita atrelar o protagonismo do campo jornalístico a arranjos externos, de natureza econômica ou política. A principal preocupação dos intérpretes aí localizados é entender até que ponto influência do modelo norte-americano no jornalismo brasileiro foi determinante para a modernização das empresas jornalísticas e a formação de cultura profissional entre os quadros jornalísticos. A principal questão era perceber se a objetividade foi ou não um vetor fundamental para o jornalismo romper com as suas e tradições anteriores. O que pontua nestes trabalhos é a importância das diferenças culturais entre o Brasil e os EUA impedindo que a noção de objetividade e do jornalismo como prestação de serviços eliminasse aqui a idéia de que o jornalista possui senso de missão. Apesar de ser apontada aqui uma hibridização de valores como componente da cultura profissional dos homens de

fase é superada com a industrialização do país, entrando em cena o jornalismo empresarial, no qual ele constata o desenvolvimento de determinado padrão de objetividade jornalística.

¹⁰ GOLDENSTEIN (1987) esse hibridismo através do exame dos jornais *Última Hora* e *Notícias Populares*. Segundo ela, estes jornais comportavam duas dimensões, uma discursiva atrelada subordinada à lógica política e outra administrativa, relacionada à dimensão empresarial, sendo a primeira, predominante ainda submetida ao improvisado e capaz de contaminar a segunda, que tentava se guiar pela lógica fria do gerenciamento; ORTIZ (1988, p. 134 e 138) afirmou que os anos 1950 eram de transição classificando os empresários-jornalistas Samuel Wainer, que criou e geriu a *Última Hora* de 1951 a 1972 e José Nabantino, dono da *Folha de S. Paulo* entre 1945 a 1962, como típicos weberianos calvinistas, pois transformavam seu trabalho numa missão, algo que encerra uma dimensão religiosa, conciliando esta perspectiva com a idéia de eficácia. O empresário Otávio Frias, da *Folha de S. Paulo*, foi identificado como um *manager* por comandar um conglomerado de mídia e subordinar a reforma do jornal a partir dos anos 1980 somente à idéia de eficácia.

imprensa no Brasil, encontramos juízos normativos que ratificam o caráter improvisado do jornalismo no período anterior a 1950¹¹.

Assim, em termos de contexto, nós temos um quadro paradoxal nos anos 1950: forte industrialização e urbanização, porém a generalização da sociedade de mercado era contida pela intervenção do Estado populista nas relações sociais. Em tese, teria sido nestes anos que os jornalistas brasileiros experimentaram o dilema fundamental vivido pelas atividades culturais em geral, que contaminadas pela rotinização de suas atividades impostas pela industrialização perderiam o seu impulso criativo. O senso de profissionalismo estaria agora associado ao método e a organização racional. Assim, para se sobreviver economicamente no campo cultural, os jornais teriam de adaptar seus valores tradicionais como o improviso, o gosto pela polêmica e o espírito missionário aos valores do mercado.

Esse olhar sobre os anos 1950 como um marco de mudanças encontrou forte ressonância na memória dos jornalistas, graças ao esforço bem sucedido de um grupo de profissionais em se credenciar como agentes da transformação. Este papel não somente foi realçado nas memórias daqueles que se auto-definiram como pioneiros, mas também pelos relatos históricos elaborados a cerca do período, que destacaram o contraste das novas práticas com aquelas que caracterizavam o jornalismo até então.

No seu depoimento à *Folha de S. Paulo* em 10 de fevereiro de 1980, Samuel Wainer falou da *Última Hora*, jornal que criou para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Mas, ele não se limitou a isso. Apesar de falar da industrialização e da importância da publicidade, sua fala destaca uma série de características pejorativas do jornalismo anterior a 1950.

À medida em que o mercado brasileiro aumentava e o anúncio estrangeiro entrava, os jornais começaram a melhorar um pouco a qualidade. Não se preocupavam muito na época [1935] com o equipamento, as tiragens eram pequenas e o próprio jornalismo era uma profissão de transição. Os jornalistas passavam do jornal para o serviço público. Então, os salários eram pagos em vale, era uma empresa colonial em todos os seus aspectos até muito pouco tempo.

¹¹ Conforme RIBEIRO (2000, p.306), o olhar sobre as reformas dos anos 1950 resultou de um conjunto de ações que um grupo de jornalistas para se apropriar da memória em torno das mesmas. Apesar dos mesmos terem o jornalismo norte-americano como uma referência ela afirma que a imprensa sempre manteve uma relação simbiótica com a política, não conseguindo manter uma relação de distanciamento com os personagens públicos. Mas, em alguns momentos o seu trabalho reafirma a imagem caricaturada sobre o passado, como no trecho em que diz o seguinte: *os jornais brasileiros na primeira metade do século XX, não apresentavam uniformidade na tipologia das letras e nem lógica na hierarquia dos elementos nas páginas. A disposição gráfica se guiava totalmente pela improvisação* (Ibid, p. 238). O trabalho de SILVA (1990) não tem o mesmo nível de sofisticação, mas também usa a improvisação para explicar a dificuldade dos jornalistas brasileiros em aceitarem a objetividade como método: *a improvisação continua sendo melhor vista do que o método pela maioria dos jornalistas brasileiros* (Ibid, p. 68).

Quer dizer, era uma imprensa extremamente precária e estritamente intelectual. Era uma imprensa em que o valor da palavra era importante, não o fato. A grande reportagem praticamente não existia (Grifos meus).

A continuidade de seu depoimento aponta para a importância da Segunda Guerra Mundial, fundamental para a imprensa brasileira sofrer um abalo com sua aproximação com o jornalismo anglo-americano.

(...). Com a proximidade da Guerra, o Brasil começou a ser visitado por grandes repórteres e a ter mais contato com a imprensa mundial. Então a nossa imprensa se alterou. E começou a sofrer o impacto e as influências dos métodos de jornalismo mais modernos que eram os anglo-saxônicos. O americano e o inglês. Até então, a imprensa brasileira era estritamente influenciada pela imprensa francesa. Tudo isso contribuiu para ir mudando os aspectos gráficos e o conteúdo dos jornais.

Isso abre espaço para ele apontar o surgimento da Última Hora, jornal que nasceu sintonizado com o que havia de mais inovador em termos de jornalismo: a diagramação e a fotografia. Porém, ele destaca como o jornal estava ainda imerso numa imprensa ainda regida pelos métodos mais arcaicos de produção.

Anos depois surgiu a Última Hora, que aplicou os métodos atuais da imprensa moderna. Primeiro a diagramação, no estilo moderno. Nós mandamos buscar o Andrés Guevara, da Argentina, um artista. Mas a diagramação para ele não era só uma arte. Era um processo econômico. **Os jornais da época eram feitos pelos métodos mais primitivos. O secretário mandava a matéria a olho nu, o que não desse jogava fora (...)** Não havia consciência de diagramação e a Última hora introduziu a diagramação de ponta a ponta. **A ilustração da matéria, o máximo de fotografia: a valorização do fotógrafo. Nós tínhamos assunto que chegavam a ser cobertos por oito a dez fotógrafos (...). Introduzimos a fotografia em seqüência e assim terminamos por valorizar o fotógrafo, que antes era um paria que nem salário tinha.** (Grifos meus)¹².

Com esta metodologia, Wainer aproximou o jornal da elite popular, da classe média pelos comunistas, inimigos do sistema. *A Última Hora era um jornal da elite popular, lida pelo pelego e não pelo operário. Esta é a verdade. Era lida pelos advogados, médicos pelo empresário moderno e pelo inimigo do sistema, que lia o jornal para se informar.*¹³

De forma similar, um outro jornalista cujo nome é associado às reformas dos anos 1950/60, Cláudio Abramo, procurou mostrar, com base em dados de sua história pessoal, as

¹² A entrevista foi reproduzida em MOTA e CAPELATO, 1981, pp. 368-369.

¹³ Wainer definiu como elite popular lideranças sindicais e profissionais normalmente ligados aos seguimentos médios intelectualizados como médicos, advogados e pequenos empresários. Ibid, p. 368.

dificuldades que encontrou para mudar a fisionomia de *O Estado de S. Paulo*. Ele assumiu a secretaria do jornal em 1951, aos 28 anos de idade, com carta branca da direção para assumir o controle sobre o processo de produção, até então exercido pelos gráficos.

A reforma implicava a modernização das operações do jornal e a introdução de métodos que não eram usados até então nos jornais de São Paulo ou do Brasil. Por exemplo, a eliminação do cálculo da publicidade de maneira empírica. O *Estado* tinha uma massa gigantesca de anúncio. O chefe da oficina media com um barbante o tamanho de cada anúncio que entrava e ia acumulando. À meia-noite esse cidadão subia à redação com o pescoço enrolado de barbante e dizia: ‘tem tudo isso de anúncios’. Essa pantomima se repetia diariamente no *Estado* e em todos os jornais. Zizo (filho de Francisco Mesquita, um dos donos do jornal) ficava furioso, mas ele era moço como eu. **Nessa época não era costume os moços darem muito palpite, mas Zizo finalmente conseguiu introduzir o racionalismo naquele jornal, virtude de que até então era completamente desprovido** (Abramo, 1993, p. 31).

O discurso de Abramo repercute as imagens e representações existentes sobre o jornalismo brasileiro na primeira metade do século XX. Sua história pessoal exposta em relatos auto-biográficos dá destaque ao seu lado visionário como reformador vitorioso. Em 1952, ele assumiu, como homem de confiança da família Mesquita, proprietária do jornal, a secretaria geral de *O Estado de S. Paulo* e levou o processo de modernização para o interior da redação. Para isso, um passo necessário foi efetuar uma mudança no perfil dos quadros jornalísticos:

Da secretaria passei à secretaria geral, com poder absoluto sobre a redação (...). Uma vez no posto comecei a promover uma mudança total nos critérios de recrutamento de pessoal, treinamento e adestramento. Meu primeiro repórter foi Sabato Magaldi (...). Depois começaram a chegar outros. Perseu Abramo veio do *Jornal de São Paulo* (...). Entrou como repórter e depois (...) passou a chefe de reportagem. Fomos aos poucos substituindo os jornalistas de tipo antigo, **boêmios, jogadores e pessoas esquisitas** por tipos animados, saídos das universidades. Foi assim que recrutamos Antônio Pimenta Neves, Alexandre Gambirasio, Vladimir Herzog, primeiro aluno de Filosofia, Luiz Weiss, estudante de sociologia, José Carlos Azevedo entre outros (...). O pessoal novo criou um desnível brutal não só com relação aos outros jornais, mas também dentro da própria redação do *Estado* (*Ibid*, p. 33).

A mudança impunha a renovação de quadros, quase todos oriundos da classe média e universitários. Era uma necessidade tendo em vista a deformação intelectual e moral de uma parte dos jornalistas antigos. Porém, a presença de universitários no jornalismo não era uma novidade. Carlos Castello Branco confirma essa visão. Ao lembrar do seu ingresso no *Estado de Minas*, no início dos anos 1940, afirmou: *quando eu entrei no jornal, os repórteres eram*

*aliciados de uma maneira primitiva. Entravam os estudantes de direito e medicina e, também, pessoas quase analfabetas. Segundo ele, a revisão e a editoria de polícia eram os setores da redação onde se concentravam pessoas muito rudes, muito toscas*¹⁴.

Nelson Rodrigues manteve o mesmo tipo de argumento, ao falar da velha imprensa:

Havia na Imprensa uma massa de analfabetos. Saíam as coisas incríveis. Lembrome de alguém, num crime passional, terminou assim a matéria: *'e nem um goivinho ornara a coroa dela'*. Dirão vocês que esse fecho é puramente folclórico. Não sei e talvez. Mas saía coisa parecida. E o Pompeu trouxe para cá o que se fazia nos EUA, o copidesque. Começava a *nova imprensa* (In O Reacionário. Apud *Cadernos de Jornalismo da Fenaj*, n° 1, 1990, p. 10).

Nesse pequeno texto, podemos perceber dois tipos de sentimento. No primeiro há um misto de surpresa e admiração. Surpresa, pois como jornalistas oriundos de uma massa de analfabetos poderia produzir fechos de matérias semelhantes como o contido acima? Admiração, pois ele de certa forma retrata o grau de inventividade dos jornalistas *antigos*, cuja liberdade narrativa tornava saborosa as notícias jornalísticas. Isso explica o segundo sentimento, o tom de lamento com que Nelson Rodrigues via surgir a *nova imprensa* dos anos 1950.

Nova, por quê? Para compreender um pouco o significado desse termo, temos de olhar mais atentamente sobre o processo de modernização do *Diário Carioca*, lócus da implementação do modelo de jornalismo norte-americano no Brasil. Seu diretor de redação, Pompeu de Souza, no carnaval de 1950, resolveu fundir alguns *style books* de jornais norte-americanos para adaptar aqui a técnica jornalística baseada no *copy desk* e no *lead*. Porém, para criar o *copy* no jornal, Pompeu de Souza teve problemas. Ele se recusava a recrutar quadros experientes para o jornal, pois para ele *todo jornalista que estava em atividade representava um vício. O vício era exatamente o nariz de cera. Eu precisava de gente zero quilômetro* (1998, p. 22-24).

Pompeu adotou um método próprio de seleção de quadros, submetendo os candidatos ao emprego de jornalista no *Diário Carioca* a um teste de redação. O objetivo era verificar a capacidade dos candidatos escreverem com base no *style book* criado por ele para padronizar as práticas redacionais do jornal. Durante os testes, foram aprovados Evandro Carlos de Andrade, Armando Nogueira, Jânio de Freitas, José Ramos Tinhorão, Nilson Lage, Thiago de Melo, Ferreira Gullar, entre outros. O *Diário Carioca* passou a ser conhecido como verdadeiro *viveiro de focas*. Estes novos jornalistas ganharam notoriedade no jornalismo e em

¹⁴ Ver *Cadernos de Jornalismo da Federação Nacional dos Jornalistas*, n° 1, 1990, p. 13.

outros campos, sendo responsáveis, segundo Pompeu de Souza, por difundirem a nova linguagem jornalística, cunhada pelo *lead* e padronizada pelo *copy desk*. Na sua visão, foi através da produção desses novos quadros formados pela verdadeira escola de jornalismo criada no *Diário Carioca* que a *incurável boca torta, a literatice detestável do nariz de cera* pode ser eliminada do jornalismo (1988, p. 23).

Mas, afinal, o que era o *nariz de cera*? Por que ele era um mal para o jornalismo? Cláudio Abramo (1993, p. 26-27) exemplifica: “*O sujeito começava dizendo assim: ‘O advogado Sobral Pinto, essa fulgurante figura do Direito brasileiro, veio para São Paulo e se hospedou no hotel tal, de velhas tradições e ontem gentilmente se dispôs a nos conceder esta reportagem’.* Era tudo assim”. Ou seja, era um mero conjunto de frases sem nenhum dado de impacto, sem nenhuma informação relevante, tal qual o exemplo dado por Néelson Rodrigues.

José Ramos Tinhorão (1988, p. 24) deu um exemplo mais extenso, procurando realçar através de uma notícia relacionada ao cotidiano urbano, a distinção entre o novo e velho jornalismo:

Quando alguém matava alguém, nunca um jornal de **velho estilo** ia publicar simplesmente: ‘*O pedreiro Benedito dos Santos, 22 anos, foi morto na noite de ontem com três tiros em um bar na rua tal, ao recusar um copo de cerveja ao marginal conhecido por Toninho Malvadeza*’. Nesse caso a notícia começaria quase sempre assim: ‘*Ontem, ao cair da noite, o jovem pedreiro Benedito dos Santos despediu-se dos companheiros de serviço e se encaminhou para o bar próximo de sua residência, onde sempre tomava uma cerveja antes do jantar. Estava longe de imaginar o que o destino lhe preparava. De fato, ao chegar ao botequim, já lá estava o conhecido mediante Toninho Malvadeza, temido em todo bairro por suas provocações e violências*’. Por aí ia o *nariz de cera* até concluir, no pé da segunda coluna que ‘*ao ser o corpo do inditoso jovem trasladado para o Instituto Médico Legal, sobre o mármore frio da mesa do bar estava, ainda, a sua última cerveja*’ (...) É claro que tudo isso teve um motivo. E a razão foi econômica: com a fria objetividade do seu pragmatismo, os norte-americanos haviam descoberto que se gastava chumbo e tinta demais com adjetivos, advérbios de modo e tempos compostos dos verbos.

Segundo Tinhorão (*Ibid*), o *nariz de cera* era um recurso herdado de fato da maioria dos jornalistas antigos ser recrutada, desde o século XIX, entre políticos e literatos. Com base nessa herança, os jornalistas do tipo antigo eram dotados do hábito de improvisar recursos retóricos antes de apresentar a notícia propriamente dita para o leitor. Para Pompeu de Souza (1988, p. 23), no modelo antigo, a *abertura era um comentário, uma opinião, uma mistura de informação e interpretação e tudo mais, menos notícia*. Para ele, esta prática textual embutia também uma questão de status. Vendo-se como *homens de letras*, redatores e repórteres se sentiriam meros noticiaristas se contentassem unicamente em redigir uma notícia qualquer.

Era preciso, então, caprichar na forma, castigar o estilo para noticiar qualquer coisa (Ibid, p. 25).

Na seqüência do seu depoimento, Pompeu de Souza deixou pistas sobre o funcionamento do jornalismo no Brasil anterior a 1950, reforçando sua indignação com o estado das coisas:

Cada repórter escrevia sua matéria que ia direto para o chefe de redação, geralmente um homem ocupadíssimo. Ele passava os olhos, fazia algumas emendas e mandava para a oficina. Outra coisa eram os títulos que não eram contados. Eram na base do que desse. E o pior é que não eram informativos, mas simplesmente indicativos. Um rótulo, nada mais do que isso. As coisas não podiam continuar daquele jeito, precisavam ser revistas (Ibid, p. 23).

No seu entender, diante de tanto improvisado as técnicas narrativas baseadas no *lead* e no *copy desk* promoveram uma *subversão* na forma de se escrever notícias no Brasil. Com elas, a linguagem jornalística ganhou uma alta qualidade e um admirável padrão *técnico*, ajustado de forma coerente com a crescente falta de tempo de leitores, cada vez mais atormentados com a correria da vida moderna e, por isso, menos dispostos a lerem textos prolixos e pouco informativos. O jornalismo objetivo era o modelo que fornecia aos leitores uma informação ágil e veloz, mercadoria de alto valor numa sociedade caracterizada pela competição entre os indivíduos e, portanto, era importante adaptá-lo ao Brasil. Tal concepção lembra as formulações de Walter Benjamin em *O Narrador* (1992, p. 34). A forma pragmática da informação levaria ao fim da arte de contar histórias. *Cada manhã somos informados sobre o que acontece em todo mundo. E, no entanto, somos tão pobres em histórias maravilhosas!*

Muito embora não discordemos de todo deste tipo de análise, há dois tipos de obscurecimento nesta concepção que vê o *lead* e as regras de redação do *Diário Carioca* como os primeiros passos para a modernização do jornalismo impresso no Brasil. Um deles é que as dicotomias (jornalistas novos X antigos, a predominância do improvisado X o crescente caráter racional da produção jornalística posterior a 1950) criadas para louvar o impacto das reformas de 1950 não reconhecem outras reformas impactantes no jornalismo como as ocorridas no Rio de Janeiro no início do século XX. Os protagonistas se referem a e elas usando o termo *novo jornalismo*. Segundo, porque o argumento de Pompeu de Souza sugere implicitamente haver uma dicotomia absoluta entre o nariz de cera, visto como sublitteratura e *lead*, importado do modelo norte-americano de jornalismo objetivo. O nariz de cera teria um

verniz literário e uma carga subjetiva que dificultaria a padronização dos próprios jornais. O que está implícito é que o jornalismo pudesse ser algo efetivamente distinto da literatura.

Assim, antes de continuar nosso olhar sobre os discursos dos reformadores dos anos 1950 vamos investigar em algumas obras o *novo jornalismo* do início do século XX, para ver o que o fenômeno trouxe de novidade em termos de novidade. Por que novo? Quais as suas diferenças em relação ao jornalismo anterior? Qual o status que os jornalistas adquiriram? Nosso objetivo aqui não é fazer uma revisão histórica, mas verificar a forma de funcionamento do mesmo e extrair vestígios do tipo de cultura jornalística existente no período. O objetivo aqui é questionar até que ponto as reformas dos anos 1950 se constituíram no marco inaugural do jornalismo moderno no Brasil. Quanto ao segundo aspecto, nossa intenção é mostrar que essa oposição entre literatura e jornalismo é artificial. Ela na realidade sustenta um conjunto de estratégias para legitimar o lugar ocupado pelos agentes que comandaram as reformas e ratificar a mitologia criada em torno das mudanças ocorridas, glorificando-as, exaltando-as como o início de uma nova era a partir da qual o jornalismo se tornou efetivamente profissional.

2.2 O Novo Jornalismo.

Como regra geral, o discurso sobre o caráter revolucionário das transformações experimentadas pelo jornalismo brasileiro na década de 1950 lança sombras sobre tudo aquilo que precedeu a grande transformação. Se quisermos ir além do discurso *mítico* a cerca da fundação do moderno jornalismo brasileiro, e considerarmos efetivamente o significado histórico dessas mudanças, é necessário que observemos com um pouco mais de cautela o período que as precedeu. Quando entramos neste período mais detalhadamente, constatamos que o discurso sobre o “novo jornalismo brasileiro” tem raízes bem mais antigas do que geralmente se supõe¹⁵.

Isto fica claro, por exemplo, na análise que Sevcenko (1983) desenvolve a cerca do ambiente intelectual da cidade do Rio de Janeiro no período compreendido entre a abolição da escravidão e a década de 1920. O autor cita o *novo jornalismo* como um dos fenômenos mais

¹⁵ O termo novo marca uma distinção entre o jornalismo que começou a ser produzido no início do século e aquilo que notabilizou a fase anterior desta atividade, o debate de idéias e, principalmente, o que os críticos da modernização chamavam de “sensibilidade romântica tradicional”. Esta distinção ocorreu em um contexto de mudanças pelas quais passava o espaço urbano do Rio de Janeiro, ativando o gosto do público por novidades. Segundo SEVCENKO (1983, p. 96-97) a emergência do novo jornalismo significou o fim do grande império literário do século XIX e expôs os escritores à concorrência da ciência, do jornalismo e cinematógrafo, que

importantes do período. Dois são os motivos do seu argumento. O primeiro é que as mudanças ocorridas nos jornais da época estavam associadas às novas técnicas de comunicação que identificaram as artes de massa, como o cinema e a fotografia. Investimentos tecnológicos, como os linotipos, produziram o barateamento da produção, o aumento da circulação, da recepção e do raio de atuação dos jornais periódicos cariocas. Isto fez com que o jornalismo servisse de pólo de atração para os literatos, que viram nesta atividade a possibilidade realizar propósitos como: saírem da situação de penúria econômica vivendo das letras; ampliar o seu poder de ação social e de tutela sobre os demais grupos sociais. Daí o impacto do fenômeno revelando o peso e a importância dos jornalistas como novos formadores de uma opinião pública urbana: *Os jornalistas, ditadores das novas modas e dos novos hábitos, chegavam a desafiar e a vencer a própria Igreja pelo controle das consciências* (Sevcenko, *Ibid*, p. 99).

O segundo se refere aos efeitos negativos da ampliação do *mercado* cultural com o aumento da empregabilidade e do assalariamento entre os literatos. Este movimento, segundo ele, teve como subproduto a banalização do status de escritor com a poderosa da padronização da linguagem imposta pela regularidade da produção industrial e os baixos salários pagos. Isto obrigou os homens de letras, na maioria, a manterem um duplo emprego, como jornalistas e funcionários públicos, e a adaptarem seus estilos de escrever aos gostos do público para terem sucesso na nova profissão. Esse processo de adaptação se fez com os literatos incorporando nos artigos, reportagens e folhetins uma *linguagem aparatosa, repontada de retórica* (*Ibid*, p. 104). Daí a conseqüência drástica do fenômeno: a depreciação da literatura como arte engajada.

As reformas ocorridas na *Gazeta de Notícias*, em 1874 dataram o surgimento do *novo jornalismo*. Fundado por Ferreira de Araújo, este periódico inaugurou o sistema de vendas avulsas¹⁶ e ampliou o seu consumo por todas camadas da sociedade. O bom aproveitamento da publicidade foi uma das formas de baratear o jornal. Ferreira de Araújo procurou introduzir uma série de modificações nos textos jornalísticos para torná-lo de leitura mais fácil que os concorrentes, *Jornal do Brasil*, *O Paiz* e o *Diário de Notícias*, que vieram a segui-lo em alguns procedimentos (PEREIRA, 1994, p. 12).

O *novo jornalismo* surgiu *pari passu* com as reformas urbanas que mudaram completamente as feições do Rio de Janeiro. Entre elas, houve um desenvolvimento do

divulgados com as novas técnicas de comunicação eram capazes de alimentar o gosto do público urbano por novidades.

sistema telegráfico o que permitiu a instalação da primeira agência notícias, a *Havas*. Logo, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio* passaram a publicar notícias internacionais sob forma de telegrama na sua primeira página. Com essas mudanças, os periódicos dinamizaram o processo de massificação cultural da sociedade carioca no início do século XX (PEREIRA, *Ibid*, p. 12-13, BARBOSA, 2000, p. 23).

Um dos diretores do *Jornal do Brasil*, Clóvis Dunshee de Abranches traçou um pequeno painel sobre o jornalismo na Primeira República:

O jornal debalde procura manter as suas gloriosas tradições. A vida utilitária no país, cada vez mais intensa e exigente, muda rapidamente o cenário nacional, ajudada pela degeneração crescente nos hábitos, nas idéias e nas crenças, principalmente das classes mais cultas. O jornalista começa parecer acanhado em ser um doutrinador. O artigo de fundo decai, fica fora de moda. As próprias crônicas literárias e científicas mingam por falta de leitores. Um vocábulo estranho, o *suelto*, torna-se o único gênero suportado e suportável de crítica ou censura. **À imprensa doutrinária, à imprensa política, à imprensa partidária sucede por fim a imprensa industrial e ao seu lado a imprensa de escândalo** (BARBOSA, *Ibid*, p. 121. Grifos meus)¹⁷.

Neste painel fica claro o caráter de transição. A imprensa política e partidária ainda existia, porém estava sendo sucedida pela imprensa industrial e a de escândalo. Não se pode dizer que os aspectos comerciais das reformas apagaram, contudo, a disposição dos jornais empresariais citados acima servirem a determinados projetos políticos de grupos dominantes na sociedade¹⁸. Mas, fica evidente que a nascente imprensa industrial conviveu com uma outra concepção de jornal. Se as *grandes folhas* se voltaram para o público em geral, centrando o trabalho jornalístico na reportagem policial e produzindo uma maior divisão social do trabalho no seu interior (com hierarquia e estrita divisão de tarefas entre repórteres, revisores, secretários de redação, editores e redatores), os jornais *políticos* tinham uma vocação diferente. Eles eram dirigidos aos pequenos grupos e enfatizavam editoriais e artigos políticos.

¹⁶ Antes os jornais eram vendidos apenas em livrarias e casas de comércio frequentadas por uma pequena parcela da população.

¹⁷ Segundo BROCA (2005, p. 288-289), esse movimento foi fruto da própria evolução da imprensa. Os jornais tornaram-se mais leves exigindo crônicas cada vez mais curtas e vivas, condizentes com exigências de paginação, em vez dos folhetins que atravancavam o texto. Para ganhar em caráter informativo o que perdiam em feição doutrinária, os periódicos utilizavam com intensidade cada vez maior a reportagem e a entrevista, tudo isso para servir o gosto sensacionalista do público que começava a despertar.

¹⁸ Em 1900, os principais jornais periódicos do Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e *Jornal do Commercio* tinham, juntos, uma tiragem de 150 mil exemplares. Funcionavam como empresas voltadas ao lucro, vivendo, fundamentalmente das benesses do Estado, da venda de publicidade, de assinaturas e vendas avulsas.

Os jornalistas, apesar de perceberem estas distinções, circulavam entre um modelo e outro. Gilberto Amado, ao descrever o modo como a boêmia e o jornalismo estavam entrelaçados, mostrou, de forma sutil, como ele e alguns de seus pares trabalhavam em jornais com propostas e modos de funcionamento bastante distintos.

O trabalho na redação da *Imprensa*, jornal político, despreocupado de notícias de última hora, valendo-se só pelo editorial e um ou outro tópico, terminava cedo. Com a noite diante de nós, íamos Abneu Mourão, Bueno Monteiro e eu para *O Paiz*, onde Mourão começara também a escrever. Passávamos no Suíço, à esquina da Assembléia, para uma média, uma cerveja...Quando saíamos da redação, tarde, ali voltávamos para um bife à cavalo (In BARBOSA, *Ibid*, p. 106).

Os repórteres e redatores dos jornais matutinos como *O Paiz* trabalhavam à noite, tensionados pelo tempo, pois os jornais já tinham de cumprir horário para o fechamento sob o risco de retardarem a sua distribuição e perderem a concorrência. *O Paiz* tinha como redator chefe Quintino Bocayuva e como colaboradores Medeiros de Albuquerque, Alúcio Azevedo e Gonzaga Duque Estrada (*Ibid*, p. 49-50). O que mostra as mútuas influências entre o jornalismo e literatura. De um lado, a reforma dos periódicos abriu espaço para jovens ainda desconhecidos, como Olavo Bilac, Coelho Neto e Raul Pompéia se afirmarem como escritores talentosos para o grande público, popularizando o trabalho literário e garantindo suas sobrevivências nas letras. De outro, a presença desses nomes nas colunas diárias dos periódicos se configurou em uma das suas principais atrações, emprestando prestígio à profissão de jornalista e ampliando a receita e o público dos jornais¹⁹.

Os literatos citados acima pertenciam ao grupo dos *vencedores*, os homens de letras que se beneficiaram do jornalismo por ocuparem o lugar das colunas, dos artigos de fundo, da crônica, espaços que, apesar de terem sido reduzidos, eram melhores remunerados e utilizados com a concessão de ampla autonomia narrativa aos seus ocupantes. Grande parte dos literatos, porém, exercia as novas funções de repórter e noticiarista fazendo reportagens de assuntos

¹⁹ É importante frisar que esta ascensão econômica não foi imediata. Os literatos, de uma forma geral, passaram por momentos de penúria econômica no início de suas carreiras. No início da década de 1880, eles recebiam cerca de 25\$000 a 35\$000 por crônica publicada. O aluguel de um pequeno apartamento no centro do Rio custava cerca de 100\$000 e uma refeição para dois, 5\$000. Mesmo *vencedores*, como Coelho Neto e Olavo Bilac, passaram parte da juventude no Rio de Janeiro vivendo no meio de cortiços, casas de cômodo e de favores para poderem se alimentar. Em 1904, já sob o impacto do *novo jornalismo*, Coelho Neto recebeu do dono do Correio da Manhã, Edmundo Bittencourt, uma proposta para receber 500\$000 de ordenado ou para negociar um preço para a publicação de cada artigo, crônica ou outro tipo de texto a ser publicado no jornal. Isto mostra o prestígio que tinham determinados literatos e a dependência dos jornais em relação aos mesmos. Mesmo com tanto prestígio, eles não abriram mão de um emprego público para ter maior estabilidade. Ver COELHO NETO, Henrique. *A Conquistista*. Porto: Liv. Chardron, 1921 (1899), onde o autor romanceia sobre as difíceis condições de vida dos literatos. Ver também PEREIRA, 1994, p. 10 e BARBOSA, 2000, p. 102.

mundanos, como crimes, divulgando o resultado do jogo do bicho e tratando de temas banais do dia a dia da cidade. Dentre os repórteres, muitos viam inicialmente a reportagem como uma atividade jornalística pouco digna das imagens que eles tinham de si, uma vez que ela se limitava a registrar os eventos e não a formar, de modo elevado, o juízo moral e estético do público no novo regime republicano²⁰.

Assim, ao mesmo tempo em que parte dos literatos considerava o jornalismo bom como um meio eficaz de vulgarização do trabalho literário, outros o viam de forma negativa, pois as características industrial e burocrática de sua produção eram fatores de limitação da criatividade. Esses posicionamentos não eram necessariamente estanques e flutuavam de acordo com a posição, prestígio e notoriedade que os homens de letras adquiriam como jornalistas.

Podemos tomar como exemplo a trajetória de Paula Ney. Estudante de medicina com fama de boêmio, ele começou, como a maioria, na reportagem policial. Lá permaneceu, inicialmente reclamando, depois ganhando fama como repórter. Porém, exercia o seu ofício sem abrir mão da intenção de valorizar seu talento como escritor criativo. Assim, ele inventava fatos quando não encontrava nenhum evento que se enquadrasse dentro dos seus critérios de noticiabilidade.

Continuo a fazer reportagem para os jornais, um de manhã, outro de tarde, inimigos irreconciliáveis em política, mas unha e carne em solecismo e outras barbaridades gramaticais. Ambos pagam mal. Cavo notícias como os porcos de Perigord descobrem trébanas: fossando nos lameiros. Quando não as encontro, invento-as (Paula Ney in BARBOSA, *Ibid*, p. 96).

Barbosa (*Ibid*, p. 81-82) ressaltou que a boêmia e o academicismo foram fatores fundamentais na construção da identidade desses agentes como grupo social distinto dos demais²¹. Era como jovens acadêmicos que os literatos começavam a frequentar os

²⁰ Coelho Neto (1921, p. 241) destacou em seu livro de memórias os lamentos de José do Patrocínio, editor da *Gazeta da Tarde* sobre o desprezo dos literatos pela reportagem: *Mas, os meninos não querem compreender assim, entendem que o noticiário é humilhante e fazem cara quando se lhes pede uma notícia*. Segundo Broca (Idem, p. 288) nem todos literatos conseguiram se adaptar à situação de repórter e acabavam protestando contra o 'abastardamento da inteligência'. Mas, para Rodrigues (2000, p. 24), repórteres como João do Rio se perpetuaram na memória fazendo da reportagem uma 'crônica do cotidiano', num tipo de situação que tinha como referência o jornalismo francês do século XIX, quando autores como Emile Zola e Victor Hugo inspiravam jovens repórteres a retratar com detalhes às condições de vida do proletariado e do submundo parisiense nos jornais burgueses (Ver CHALABY, 2003, p. 29-50).

²¹ Assim como DARNTON (1986), BARBOSA (*Ibid*, p. 106) atribuiu um valor socialmente positivo à boêmia, pois foi através dela que os jornalistas exerceram o caráter rebelde de sua atividade, exposto não só na verve, mas num outro padrão de sociabilidade no qual se expunham ao contato com garçons, bicheiros, prostitutas e outros tipos que compunham a ralé das ruas. A boêmia, portanto, era uma das características do comportamento dos homens de imprensa que os reformadores de 1950 se empenharam em modificar.

restaurantes, as confeitarias e as livrarias da moda, consagrando um circuito cultural boêmio no centro do Rio de Janeiro, se destacando a rua do Ouvidor. Nesses locais, era comum aflorar os duelos literários e as desavenças políticas entre os membros da comunidade das letras, cujas “verborragias humorísticas, pilhérias e blagues”, eram popularizadas nos textos jornalísticos (SOUZA RODRIGUES, 1998, p.242-243).

Por outro lado, o ambiente acadêmico estava contaminado pela atmosfera positivista e pela crença no evolucionismo científico que envolvia parte da sociedade brasileira e se espalhou pelos cursos. Entre eles, o direito era o que mais direcionava jovens acadêmicos para o jornalismo, pois a estrutura de ensino jurídico nas faculdades tinha como objetivo produzir quadros intelectuais que pudessem transformar a ânsia de ordem e progresso de uma parte da sociedade em leis, conceitos e informações objetivas. Daí, a influência do bacharelismo se espalhar também no preparo de quadros técnicos para atuar na administração estatal, na diplomacia, em cargos legislativos e na própria imprensa²².

Segundo Barbosa (2000, p. 92), as faculdades de direito produziam um tipo intelectual cosmopolita, de formação eclética e não restrita ao universo da lei. O curso também proporcionava uma cultura geral que permitia os bacharéis se aventurarem em outros campos de saber, como o literário. Assim, o ambiente acadêmico jurídico, de forma não exclusiva, se tornou um lugar de recrutamento de jornalistas. O status de *letrado* e *doutor* proporcionado pela formação acadêmica fornecia ao jovem bacharel ou estudante um capital fundamental para ingressar no jornalismo, passo inicial para a carreira literária, burocrática e/ou política, estas duas últimas *cavadas* através do padrão de sociabilidade que estes estabeleciam como repórteres ou redatores com os agentes do campo político. Esse padrão era baseado numa rede de relações pessoais proporcionadas pela própria ampliação do jornalismo.

O jornalismo, neste sentido, foi contaminado pelos ideais de objetividade derivados de suas relações com o ambiente acadêmico. Ele se apresentava como um lugar natural para este jornalista intelectual exercer, com base nos seus conhecimentos, uma exterioridade tutelar sobre os demais grupos da sociedade, gerando um comportamento ambíguo destes agentes: profanavam os princípios da ciência objetiva para exaltar a forma independente de tratar e intervir na realidade falando em nome do interesse comum.

²² A partir da reforma de 1879, o curso de direito foi dividido em duas seções: ciências jurídicas e ciências sociais. Na primeira eram enfatizadas noções de direito natural, romano, constitucional, civil, criminal, legal, teoria e prática do processo. Na segunda, direito natural, público, universal, eclesiástico, das gentes, administrativo, história dos tratados, ciência da administração, economia, política e higiene pública. BARBOSA, 2000: 84.

Mas, ao mesmo tempo, a convivência acadêmica lhes cobrava um tipo de comportamento e visão de mundo como *bacharéis*, que tendia a secundarizar à origem de classe dos mesmos, em maioria os setores intermediários da hierarquia social, e os aproximar dos grupos dominantes da sociedade. A dependência de um cargo público para enfrentar as incertezas do mercado que se formava, os tornava alvo de um processo de cooptação menos sutil pelos grupos socialmente dominantes.

De forma geral, os três trabalhos, apesar de apontarem para o impacto do *novo jornalismo* e ressaltarem o papel político dos jornalistas como formadores da opinião pública, indicaram que o fenômeno surgiu numa região de confluência entre três esferas: 1) *literária*, cujo senso estético e artístico dos agentes se baseava na inventividade e no uso da razão ilustrada; 2) *intelectual*, cuja via de acesso e o padrão de sociabilidade é fornecido pela convivência no espaço acadêmico, o que permite agentes criarem um senso de identidade e se diferenciarem tanto da massa iletrada quanto da elite oligárquica que dominava a República, 3) *gestão política e administrativa do Estado*, aos quais os intelectuais/literatos tinham acesso pela formação e pelas relações pessoais com agentes do pólo dominante obtidas através da atividade jornalística. Isto os permitia cavar um emprego público como forma de ter estabilidade financeira ou buscar acesso à carreira política²³.

Isto nos mostra que os jornais agiam no interior de uma estrutura política e econômica que impunha limites a sua completa independência. Mas, não implica desconhecer a lógica própria de funcionamento deste campo. Conforme Barbosa (2000, p. 78) o academicismo é também um dos traços do *habitus*, um conjunto de dispositivos que permite ao agente não só auferir um capital simbólico como *letrado* e *intelectual*, mas também para se mover no interior dessa estrutura de acordo com suas estratégias para adquirir visibilidade e notoriedade com jornalista. Como é na própria academia que os agentes se inserem nas letras, no jornalismo e constituem suas visões de mundo, é lá que se produz um tipo de intelectual fundamental para a reprodução social da ordem vigente. Assim, o bacharelismo não é somente um traço de identidade e distinção do jornalismo, mas também da sua organicidade com as idéias e valores dos grupos dominantes, que acabam sendo naturalizadas.

Tanto Barbosa quanto Pereira, se valem da referência a Gramsci para entender o papel político desempenhado pelos jornais neste período. Para além do seu caráter como empresas, eles atuavam como partidos responsáveis por cimentar um bloco político, promovendo a

²³ Essas três esferas fazem parte do tipo de arranjo esboçado por MOREL (2005, p. 184) ao interpretar o papel que os homens de letras exerceram na reconfiguração do espaço público urbano na cidade do Rio de Janeiro

articulação entre os grupos dominantes, que centralizavam, disciplinavam e organizavam ideologicamente as idéias, e o público, para o qual elas deviam ser difundidas.

Em particular, merece destaque a atitude dúbia que os jornalistas mantinham em relação o senso comum dos grupos populares. Por um lado, eles reivindicavam falar em nome do povo. Por outro, julgavam que lhes cabia ter um papel pedagógico ativo na formação das consciências dos indivíduos pertencentes ao pólo dominado, cujo senso comum era associado nas imagens e representações criadas por parte dos jornalistas, como um povo sem cultura e por isso, sem capacidade de exercer a sua própria soberania. Daí a o papel tutelar e a idéia de formar a opinião pública²⁴.

De modo complementar, os três trabalhos ajudam a dar densidade e um sentido de conjunto a elementos que, de modo estereotipado, ajudaram a compor o discurso memorialístico a cerca do jornalismo anterior à década de 1950. Longe do papel disfuncional que este discurso lhes atribui, a verve literária, o gosto pela polêmica, a explicitação das posições políticas eram coerentes com as condições sociais e políticas do exercício da atividade jornalística naquele período. Por certo, em muitos aspectos, as condições materiais de vida dos jornalistas, a maioria recebendo salários baixos e incertos, tendo mais de um emprego ou conciliando a atividade de repórteres com a de funcionário público, dificultavam a construção de um senso de identidade profissional entre o grupo. Um fator suplementar de dificuldade era a percepção que estes agentes tinham da sua atividade: para alguns, enquanto a literatura era um sacerdócio, o jornalismo lhes parecia como uma profissão como outra qualquer; para outros ela era uma profissão que para se afirmar precisava herdar alguns elementos “nobres” da atividade literária como o espírito de missão.

Ainda assim, é preciso reconhecer que houve avanços no grau de racionalização do processo de produção de notícias neste período. A forma mais organizada e estruturada de funcionamento da produção jornalística pode ter sido um fator capaz de impor gradualmente certa disciplina e um padrão de sociabilidade nas redações. Um indício dessa mudança foi fundação da Associação Brasileira de Imprensa em 1908. Mesmo que voltada para atividades assistencialistas e encampando donos e empregados das empresas, ela foi um espaço

entre 1820-1840, o que mostra como o jornalismo brasileiro permanecia, mais de sessenta anos depois, tensionado entre a literatura e a política.

²⁴ Para GRAMSCI (2002, v. 6, p. 133-135), o senso comum é comparado a uma *moral do povo* na qual podemos distinguir dois extratos: os *fossilizados*, que refletem condições de vida passada e por isso são conservadores e reacionários e a região do *bom senso*, freqüentemente responsável pelas formas de criatividade espontâneas e progressistas, que estão ou em contradição com a moral dos estratos dirigentes ou são apenas diferentes dela. De modo geral, Gramsci percebe muitos limites no senso comum. Ele é “difuso e incoerente” e promove uma percepção da realidade que é restrita à compreensão imediata e superficial. Ver também, KONDER, 2002, p. 103.

significativo, além das redações, para os jornalistas discutirem, negociarem e perceberem os seus interesses como grupo profissional e mudarem de forma progressiva os seus estatutos de homens de letras para homens de imprensa²⁵.

2.3 O fim da “boca torta do nariz de cera”.

O que se esconde por detrás da “boca torta do nariz de cera”? Para os jornalistas da geração de 1950, o termo “nariz de cera” se tornou uma marca de infâmia, o símbolo maior do amadorismo e da perversão da missão informativa do jornalismo. O tipo de escrita que encampa este rótulo é descrito como fundamentalmente irracional e disfuncional. Mas, se ele era assim, como explicar que tenha durado tanto tempo? Uma resposta satisfatória para esta questão deve se desdobrar em duas partes. Em primeiro lugar, é preciso entender que a condenação do “nariz de cera” serviu ao propósito de afirmar um novo modelo de jornalismo, que buscou se distinguir do anterior pelo zelo na busca da informação confiável. Em segundo lugar, é preciso considerar que as práticas satanizadas através do termo “nariz de cera” eram bastante consistentes com um outro modelo de jornalismo. Segundo este modelo, o papel que cabia ao jornalista desempenhar dizia respeito fundamentalmente à defesa de causas públicas. Nesta concepção, mais do que ser um intermediário “neutro” entre o leitor e os acontecimentos do mundo cabia ao jornalista desempenhar o papel de publicista, de liderar a opinião pública na defesa das causas corretas.

A idéia de que o jornal pudesse definir o seu compromisso fundamental com outro valor que não a informação precisa e acurada pode parecer exótica para o leitor contemporâneo. Mas, de acordo com Schudson (1978, p. 117-120) o processo de separação entre fato e opinião conheceu uma longa trajetória nos Estados Unidos, desde a criação da *penny press* na década de 1830. Ícone da imprensa de qualidade contemporânea, o *New York Times* desempenhou um papel importante neste processo, no final do século XIX. Para enfrentar a concorrência dos jornais populares, carregados de histórias dramáticas ao gosto dos trabalhadores e de uma classe média ainda emergente, o jornal passou a defender a idéia

²⁵ As iniciativas para a fundação da entidade partiram de um conjunto de jornalistas: Gustavo de Lacerda, Belisário de Souza (*O Paiz*), Arthur Marques (Secretário da *Gazeta de Notícias*), Amorim Júnior (*O Paiz*), Francisco Souto (Vice-Presidente do Correio da Manhã), Luís Honório (Primeiro Secretário do *Jornal do Brasil*) e Oscar Dardeau (?). Segundo Edgar Morel, a *miséria dourada* em que viviam os jornalistas no começo do século poderia fazer os jornalistas se aglutinarem em torno de uma entidade de classe. A entidade teve um cunho assistencialista abrigando em seus quadros empregados e patrões. Entidades similares foram criadas nesse período como o Clube de Imprensa e a Associação de Imprensa Brasileira. Houve também as que visavam atender os interesses imediatos de cada segmento profissional como o Centro de Repórteres (1937), Associação Brasileira de Críticos Teatrais (1939), Associação dos Cronistas Desportivos etc. (SÁ, 1999:51).

de que o verdadeiro jornalismo deveria se basear em informações precisas e exatas. Para tal, era necessário aproximar os métodos jornalísticos dos métodos científicos com o objetivo de facilitar o seu consumo junto a um público sofisticado intelectualmente e bem situado financeiramente. A idéia era dotar os jornalistas de um conjunto de procedimentos vistos como técnicos, fundamentais para eles interpretarem os fatos econômicos e políticos de interesse relevante para este grupo social de elite, usando um tipo de linguagem que não violasse o seu senso de moral.

A questão é que o modelo de jornalismo objetivo e a ciência social se desenvolveram como subprodutos da literatura realista do século XIX. Os jornalistas norte-americanos passaram a trabalhar com um código profissional inventado, compactado, utilizando preferencialmente as metáforas da ciência – coleta de dados, objetividade e informação – ao invés das metáforas da literatura - personagens, dramas, conflitos (CAMPBELL, 1991, p. VIII-IX). As convenções adotadas por esse modelo de jornalismo, com o intuito de separar fato de opinião, só se tornaram hegemônicas nos EUA a partir de 1920. Isso ocorreu não por causa do caráter científico da produção industrial de notícias. Mas, havia certo consenso implícito entre os jornalistas norte-americanos de que estas convenções herdadas da ciência eram um modo pragmático deles cumprirem os cronograma de espaço e tempo do jornalismo industrial de massas. Com o tempo, elas se tornaram um instrumento necessário e fundamental para fortalecer o senso de identidade profissional desses agentes, caracterizando suas práticas de modo distinto às que eram exercidas por outros agentes no campo da comunicação como os relações públicas (SCHUDSON, 2002, p. 161-165).

Desta forma, o lead representou um conjunto de procedimentos que, ao se institucionalizarem, ajudaram a padronizar a reportagem como um tipo de relato no qual o estilo do pessoal do repórter cedia lugar a uma representação impessoal dos fatos. As rotinas e os métodos de produção noticiosa aos quais os jornalistas foram submetidos podiam sofrer pequenas variações nas diferentes organizações nas quais trabalhavam. Com o tempo, estas variações foram enquadradas dentro de uma estrutura de referência relativamente objetivada funcionando como um atributo típico da cultura profissional dos jornalistas norte-americanos (SOLOSKI, 1993, p. 97).

As estruturas textuais decorrentes das convenções adotadas pelo jornalismo objetivo são simples, sem maiores exigências vocabulares e reproduzidas pelos profissionais de forma quase automática (CAREY, 1987, p. 150). Por isso, elas têm um caráter conservador, que limita mais do que amplia a visão de mundo ou senso comum do norte-americano médio (CAMPBELL, 1991, p. 20). O problema é que os jornalistas norte-americanos também se

vêm como contadores de estórias. Isto gerou um dilema na cultura profissional destes agentes. De um lado, quanto mais objetivos eles forem, menos interessantes eles se tornam, pois eles retiram das estórias os elementos dramáticos e ficcionais que atraem o público. De outro, ao utilizarem as metáforas literárias, os jornalistas se tornam hábeis contadores de estórias, dando vazão a sua criatividade e autonomia intelectuais. Porém, eles correm o risco de traírem seus ideais profissionais (BIRD e DARDENNE, 1993, p. 273).

A naturalização do jornalismo “centrado em fatos” ignora os laços históricos que se estabeleceram entre o jornalismo, a literatura e a política (CHALABY, 2003). A intensa presença dos folhetins, panfletos e das crônicas na imprensa brasileira do século XIX (LUSTOSA, 2000 e MOREL, 2005) tem muitos pontos em comum com o cenário descrito por Darnton (1989), em seu estudo sobre as origens intelectuais da Revolução francesa. Ele identificou a existência de um circuito literário clandestino, no qual tinham destaque às ações de editores piratas, livreiros inescrupulosos e de um grupo, cujo papel foi fundamental para a queda do Antigo Regime.

Este circuito comunicativo era composto um conjunto diverso e disperso de autores obscuros que estavam à margem dos privilégios e pensões garantidas pela aristocracia a uma parte dos quadros esclarecidos do iluminismo, freqüentadores dos seus salões. Sobrevivendo na sarjeta, convivendo com parias, ladrões e outros tipos sociais, esses autores faziam parte de uma espécie de proletariado das letras cujo principal meio de vida e produção intelectual era o panfleto difamatório ou obsceno, as crônicas escandalosas, os romances folhetinescos pornográficos e os tratados de filosofia libertária.

O *panfleterismo rude* e a *difamação* constituíram as bases de um sistema de comunicação, fundamental para dessacralizar e desmistificar os símbolos do Antigo Regime (o rei, o Papa, a Corte e os hábitos aristocratas) entre a plebe francesa. Para Darnton (*Ibid*, p. 49), é bem provável que panfletários ou libelistas tivessem exercido o papel de propagandistas ideológicos inoculando, através da difamação e do escândalo, o ódio à aristocracia e a crua versão das idéias de Rousseau no senso comum dos sans-culotte parisienses, tornando-os suscetíveis à retórica igualitarista do extremismo revolucionário jacobinista.

Segundo Morel (2005, p. 167-168), foi na atmosfera revolucionária do fim do século XVIII e início do século XIX, com os movimentos antiabsolutistas na França, a independência norte-americana e os movimentos liberais ibéricos, que surge um agente histórico fundamental pra a vulgarização dos ideais iluministas: o jornalista. Porém, ele surge com uma imagem distanciada do proletariado das letras que habitava Paris antes da Queda da Bastilha. Como publicistas e panfletários, os jornalistas passaram a ser reconhecidos por

serem portadores qualidades como: certo nível de erudição e eloquência verbal e escrita. Estas eram qualidades necessárias para os embates políticos e para suas produções literárias, na maior parte das vezes, impressos de combate com os quais formavam blocos de apoio a indivíduos, facções e/ou propagação de idéias, dirigindo-as ao que entendiam ser o “povo” ou a “nação”. O publicista e o jornalista panfletário se confundiam e tinham neste sentido, a imagem de intelectuais engajados e livres pensadores. O paradigma deste modelo de homem de letras era *Thomas Paine*²⁶.

Isto nos permite fazer uma ponte para investigar a presença dessas tendências no Brasil. Lustosa (2000, p.13) mostrou que no processo de independência política, a imprensa brasileira se tornou palco e agente de embrionários e imprevisíveis debates políticos. Embrionários porque se tratava de um período tenso em função das lutas em torno definição da identidade nacional. Imprevisíveis porque os debates entre as correntes de liberais, exaltados e monarquistas conservadores não tiveram seus níveis modulados pela missão iluminista de vulgarizar o esclarecimento que os intelectuais assumiam explicitamente como sendo sua função social. Entre as polêmicas civilizadas como as que envolveram Hipólito da Costa e o Visconde de Cairu, o que predominou entre os homens de letras foi o insulto, o palavão, os ataques pessoais, o achincalhe moral e o escárnio.

Nessas pendengas literárias erguiam-se e confundiam-se as vozes dos intelectuais, dos políticos envolvidos diretamente com o absolutismo, dos liberais exaltados, maçons ou não, com a dos aventureiros de ocasião, dos arrivistas e dos que apenas se aproveitavam do tenso ambiente político do Brasil recém-independente para se lançar na recém criada profissão de jornalista. (LUSTOSA, *ibid*, p. 26).

Por que isto aconteceu? Lustosa (*Ibid.* 35-36) apontou três fatores: instabilidade política, falta de autoridade legal e de regras para a liberdade de imprensa; democratização do prelo, o que permitiu que o texto impresso da elite intelectual incorporasse elementos vindos

²⁶ THOMPSON (1987, p. 102-104) definiu Paine como um publicista e jornalista de gênio, notável não pelo que disse, mas pelo *tom* impetuoso e o linguajar ultrajante de sua retórica igualitarista radical, o que permitiu a mesma se entranhar vigorosamente no jornalismo popular inglês do século XIX. O vínculo de Paine com o igualitarismo tomou forma não num pensamento intelectual sistêmico e organizado, mas na defesa de princípios universais e genéricos como aquele que diz que *todo homem deve herdar o fruto do seu trabalho e ter lugar na civilização*. Com isso, ele firmou uma tradição intelectual no século XIX, a do livre pensador auto-didata, patriota, que se auto-referenciava como paladino de suas próprias idéias. Conforme HOBBSAWN (1998, p.4-10) Paine foi aprendiz de fabricante de cabos, professor, suboficial, negociante de fumo e jornalista. Ele sintetizou a transformação do homem comum num panfletário que teve a proeza de afetar com os seus escritos o senso de independência e auto-confiança do artesão pobre inglês. Através de sua retórica difamatória, Paine vulgarizou as idéias de iluminismo para o inglês comum e foi porta voz de sua ira contra os privilegiados do Antigo Regime.

da cultural oral popular; a indistinção entre os quadros da elite entre do ambiente público e privado. Embora em dados momentos a cultura popular apareça como culpada pela predominância do *insulto* como forma e estratégia de debate, o grande mérito de Lustosa é justamente desmistificar a aura “ilustrada” do jornalismo deste período mostrando sua familiaridade e seus vínculos com formas de expressões orais vindas da tradição popular.

Morel (2005, p. 223-230) mostrou que, além dos impressos, circularam no Brasil entre 1820 e 1840 um conjunto de textos manuscritos, folhas avulsas, únicas ou copiadas, contendo ou não caricaturas, cartazes, avisos e proclamações que podiam ser mapeados em diversas aglomerações urbanas no Brasil²⁷. Nesses manuscritos constavam imagens e textos jocosos sobre, por exemplo, o rumoroso caso amoroso de D. Pedro I com a Marquesa de Santos. A forma escrita desses mexericos cria um nexo do nascente jornalismo brasileiro com formas de literatura popular, da mesma forma que na França setecentista, as *nouvelles à la main*, quando impressas, se tornavam *chroniques scandaleuses*, gênero que desembocou no moderno jornalismo sensacionalista (Darnton, 1989, p. 144).

Segundo Morel, os manuscritos nos chamam a atenção para diversos pontos que envolvem a construção do Brasil como nação. Por um lado, eles põem em questão a dimensão e o alcance dos debates políticos entre diversas faixas da população, mostrando que a mesma não estava exclusivamente restrita aos conteúdos dos textos e discursos impostos pelos círculos ilustrados da população. Por outro, eles trazem a percepção de que havia um círculo mais amplo de protagonistas que utilizavam os manuscritos como instrumento de combate político na luta pela ampliação dos seus direitos de participação política.

Apesar de feitos de maneira rudimentar, tais manuscritos se relacionavam com os impressos sem, contudo, serem uma cópia imperfeita dos mesmos. Possuíam linguagem, estilo, forma material e modo de circulação (de mão em mão ou afixados nas portas das residências) que os distinguiam dos veículos impressos. Os rumores, as vozes públicas e os manuscritos estavam entre as fontes privilegiadas entre as quais se constituiu o campo do impresso.

se a imprensa periódica e de opinião era um novo fator, surgindo em 1821, os manuscritos, ainda que malditos ou maledicentes, vinham dos tempos coloniais, tinham seu sentido nos espaços públicos dos Antigos Regimes e permaneceram nas épocas de instituição da modernidade nacional (Morel, *Ibid.* 230).

²⁷ A constatação da existência desses manuscritos foi feita tendo como fonte relatórios escritos por diplomatas europeus sobre o Brasil. Ver MOREL, *Ibid.* p. 224.

As vozes ilustradas desse período eram pronunciadas pelos formadores de opinião, homens pertencentes à comunidade das letras e que fizeram dos jornais de opinião um campo de vulgarização de idéias e de insultos (LUSTOSA, 2000, p. 29). Morel (2005, p. 178-179) mapeou as características comuns dos membros dessa comunidade, na qual estão presentes nomes como José Bonifácio de Andrada e Silva, Diogo Feijó, José da Silva Lisboa, Hipólito da Costa, Cipriano Barata, Evaristo da Veiga, Gonçalves Ledo, Antônio Pereira Rebouças entre outros, cujo perfil intelectual é marcado pelo engajamento na política e na vida pública.

Tal qual os literatos que habitaram a nova imprensa de massa no início do século XX, esses homens de letras eram oriundos dos setores intermediários da hierarquia social, com a formação superior realizada em Coimbra, entre as quais se destacava o Direito. Assim, o academicismo também era um traço fundamental da identidade e de distinção desses agentes em relação aos demais grupos sociais. Articulados às facções políticas da época, *Moderados*, *Exaltados* e *Caramurus*, eles se dividiam como porta-vozes das mesmas, expondo suas desavenças pessoais e políticas nos impressos. Por isso, eram ora perseguidos e temporariamente punidos com o afastamento da cena pública, ora condecorados com títulos de nobreza que os aproximavam do círculo da corte. Com isso eram enquadrados à ordem pelo poder Imperial e Monárquico²⁸.

A ocupação de cargos públicos, de natureza política e burocrática, também estava entre as suas ambições e era resultante do desejo de ascensão social como também do padrão de sociabilidade existente no grupo: eram submissos ao protecionismo de lideranças políticas resultantes das relações de lealdade e afetividade pessoal por eles articulados nos espaços públicos nos quais circulavam. Daí vinham às indicações para concorrerem a um cargo no parlamento ou na administração do Estado²⁹.

A questão aqui é esse nexos entre literatura e direito sofreu no Brasil do impacto do realismo literário e da vulgarização da ciência no século XIX. O ensino do direito foi aqui reformado em 1879 para absorver esses influxos e formar, como vimos, não apenas

²⁸ É importante frisar que alguns desses nomes, entre os quais Hipólito da Costa, Frei Caneca, Cipriano Barata entre outros se tornaram ícones da luta pela liberdade de imprensa e da insubmissão intelectual dos jornalistas cujo compromisso primeiro deveria ser com causas nobres, a defesa da nação e do povo, antes do que compromissos profissionais com as empresas. Sendo assim, vamos encontrar referências de alguns deles em jornais sindicais e em cerimônias como formaturas de alunos nos cursos superiores de jornalismo. Ver RIBEIRO, op. cit. 301, Boletim ABI, novembro/dezembro de 1983 e UNIDADE, nº 38, outubro de 1979.

²⁹ Espaço público aqui tem três significados: 1) se refere a cena ou esfera pública onde interagem diferentes atores, sem se confundir com o Estado; 2) a esfera literária e cultural, que através da circularidade oral e/ou escrita das impostas por agentes diversificados não se isola do restante da sociedade; 3) os espaços físicos onde se configuram estas cenas ou esferas. Ver MOREL, 2005: 18.

advogados, mas quadros técnicos para o Estado. Barbosa (2000, p. 92) chamou a atenção para o fato do discurso jurídico ter combinado elementos da língua comum com outros estranhos ao seu sistema, como talvez os derivados da ciência, se caracterizando pela retórica da imparcialidade e da neutralidade. Entre esses elementos estavam o uso de construções passivas, frases impessoais e o uso de artigos indefinidos. Essas características foram cada vez mais absorvidas pelo *novo jornalismo*. Elas não só facilitaram a divulgação da ciência, das leis e das normas higienizadoras em termos populares, possibilitando que o jornalismo funcionasse como potente mecanismo de controle social como resultaram, conforme Sevcenko (1983, p. 100), em poderosa padronização da linguagem jornalística.

Assim, na tentativa de compor um quadro documental da realidade, Barbosa (2000, p.93) afirmou que o jornalismo foi criando suas próprias convenções que se materializaram nas marcas distintivas do texto jornalístico: a identificação do sujeito da ação, as declarações dos integrantes da narrativa, a precisão dos detalhes do fato, a descrição do espaço geográfico da ação, a delimitação do tempo de análise de forma linear, onde os fatos têm sucessão cronológica. Isto consagrou uma técnica e um estilo democrático de escrita jornalística.

Normalmente, o nariz de cera é descrito com algumas destas características, sendo acrescentado à linguagem pouco objetiva e prolixa, no qual narração, comentário e análise se confundiam. Sugerimos, porém, que a transformação deste tipo de texto num padrão se constituiu também em um fator de democratização da atividade jornalística, permitindo o seu exercício por pessoas com uma formação escolar mais rudimentar. De certo modo, o processo de renovação da técnica jornalística na década de 1950 pode ser entendido como um movimento de afirmação de setores de uma nova classe média que emergia nos centros urbanos, que não se identificava nem com a elite jornalística com aspirações literárias, nem com a sua “versão degradada”, jornalistas de origem popular e formação precária³⁰. Desqualificar estes últimos, como pessoas sem nível intelectual e moral para o exercício do

³⁰ SCHUDSON (1978, 67-68) mostrou como a década de 1880 foi construída nas narrativas históricas sobre o jornalismo norte-americano como um marco de mudanças nas práticas profissionais. Segundo ele, houve todo um investimento em se construir uma visão mitológica sobre os velhos jornalistas, submetidos a uma condenação moral e técnica por serem classificados como “bêbados”, “boêmios” e “incultos” e por fazerem do jornalismo “simplesmente um trabalho”, enquanto os novos repórteres saídos dos college e das universidades foram classificados como “enérgicos”, “ambiciosos” e “cultos”, responsáveis por tornar o jornalismo uma profissão. Com isso, ele chama a atenção para um processo similar ao que aconteceu com o endeusamento das reformas nos anos 1950 no Brasil: nega-se toda dinâmica anterior ao marco histórico abordado, o que faz com que ele seja visto como uma ruptura de a um padrão de jornalismo mitologicamente instalado na história pela memória dos agentes, e não como um ponto de culminância de um processo histórico cumulativo anterior.

jornalismo e seu estilo literário, foi um recurso através do qual eles procuraram legitimar o seu próprio lugar dentro do novo jornalismo que se estabelecia³¹.

2.4 O Debate nos Anos 1980: o Conflito de Gerações.

A referência às reformas que modernizaram o jornalismo a partir da década de 1950 permitiu aos agentes que se engajaram nela forjar uma identidade comum e definir o profissionalismo jornalístico com base em um sentido de missão compartilhado. Ao mesmo tempo, os discursos memorialísticos sobre as reformas se constituíram como o cenário de uma disputa e acomodação entre eles, por um lugar de autoridade no interior do campo.

Antigamente fazíamos o jornal do dia e pensávamos no jornal o dia inteiro – pelo menos eu, Jânio de Freitas, Mino Carta e Alberto Dines, fazíamos assim. O jornal era um produto pensado e saía de um projeto global maior, feito de acordo com o dono do jornal. Tinha-se uma estratégia e uma tática como tudo na vida. Assim, posso ter uma linha conservadora ou radical, mas o jornal tem um programa, um projeto. Esse projeto pode estar impresso, escrito, falado, entendido ou subentendido entre o chefe da redação, o dono do jornal e o pessoal da redação. O importante é torná-lo inteligível, porque é necessário que a redação entenda o que se quer fazer. Não adianta fazer coisa muito complicada se a redação não entender o que se quer (ABRAMO, 1993, p 167).

Isso acontecia mesmo em exercícios comparativos. A década de 1950 era exaltada da mesma ao mesmo tempo em que se fazia uma avaliação indireta de como a ditadura interferiu no processo de modernização, de um lado, tornando-o objeto de estudo científico e submetendo-o a um processo de censura.

Entre nós, a passagem de artesanato para arte se deu com o *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, na década de 1950 (...). Tínhamos menos de dez anos de liberdades políticas. O jornalismo era ensinado nas Faculdades de Filosofia, próximo ao curso de Letras. Menos de dez anos depois enfrentamos a mutação para a ciência (...) por influxos externos, sem ter tido tempo de assimilar a fase anterior. Nosso jornalismo submergiu a uma fase de restrições (*Unidade*, nº 22, julho de 1977, p.12).

³¹ É preciso chamar a atenção para a reação de um grupo de jornalistas contra a *tiranía* do copy desk e dos rigores implantados no novo jornalismo de classe média, cujos adeptos eram classificados por Nélson Rodrigues como os *idiotas da objetividade*. Esse tipo de reação não comportava a defesa, pelo menos explícita, de um jornalismo de estilo popular que as reformas queriam aniquilar. Mas, ao contrário, esboçava a defesa da genialidade e da expressão subjetiva que a rigorosa sistematização discursiva implantada ameaçava. Ver Nelson Rodrigues. *A cabra vadia - novas confissões*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 46-48 e Mauro Santayana. Por que me ufano de ser foca? *Cadernos de Jornalismo do Jornal de Brasil*, nº 16, novembro de 1968, p. 22-23.

A questão aqui é que objetividade foi um instrumento de luta, fundamental para a afirmação profissional de um grupo que queria se distinguir dos demais jornalistas. Por isso, ao lado da exaltação da memória das reformas dos anos 1950 há a produção de um conjunto de adjetivações negativas sobre o jornalismo do passado, visto sempre de uma forma atemporal e não histórica. Termos como “improvisado”, “irracional”, “pomposo”, usados para caracterizar o velho jornalismo e a caracterização dos velhos jornalistas como rudes e semi-analfabetos acabaram sintetizados no termo nariz de cera, que passou a designar de um estilo anti-jornalístico e subliterário, representativo de um período do qual era preciso sepultar.

Essas representações negativas estão presentes nas narrativas através das quais um determinado grupo de jornalistas se apropriou do passado e passou a se servir dele como referência comum. As representações acompanham os discursos de auto-referenciação que exaltam os seus feitos e suas ações para a implementação da *nova imprensa*. A modernização e a adaptação do lead não resultaram de um acordo entre os jornalistas, um consenso, mas da condução de um processo por quem estava no comando das redações, que ao desqualificarem as práticas dos jornalistas antigos, também se senhores da memória do praticado antes de 1950, reconfigurando-a.

Conforme Michel Pollak (1989, p. 10) a memória é construída através de um processo de luta e produção de sentido, que pressupõe enquadramentos, esquecimentos e silenciamentos sobre fatos passados³². Estes são recordados e enfatizados a partir da relevância que possuem para a identidade de determinados indivíduos e grupos sociais. Como a identidade e a memória se manifestam através dos discursos, estes podem ser vistos como uma arena na qual os agentes disputam entre si a hegemonia das representações simbólicas que para eles dão sentido às suas práticas sociais.

A memória é um palco de luta e conflitos entre os agentes sociais no qual as versões sobre o passado tendem a ser manipuladas, instrumentalizadas pelos atores sociais, de acordo com suas estratégias identitárias. Assim, na medida em que determinadas versões se tornam hegemônicas e se naturalizam, elas podem se transformar em fatos sociais, conformando os pontos de vista individuais e adquirindo a estrutura de um mito.

Para Mircea Eliade (1972, p. 11-12) o mito é a narrativa explicativa de algo que é criado num tempo primordial, representando a abertura uma nova produzida pela ação de seres sobrenaturais e que por isso adquire uma aura de tempo. Como história sagrada de uma

³² Pollak trabalha com o conceito de “enquadramento de memória”, segundo ele realizado por historiadores profissionais de diferentes organizações sociais.

façanha produzida por seres especiais, o mito assume o aspecto de uma realidade total, inquestionável. Pelo fato de relatar as façanhas e os feitos desses seres, o mito se torna também um modelo exemplar de todas as atividades humanas dotadas de importância para uma comunidade sendo, por isso, perpetuado na memória coletiva através dos rituais tribais.

As narrativas de reformadores instituíram uma mitologia sobre os anos 1950 como *anos de ouro* do jornalismo brasileiro. Um tempo sagrado do jornalismo no qual um grupo de jornalistas especiais teve de superar inúmeros obstáculos para cumprir a tarefa suprema de tirar o jornalismo do atraso e por essa prática em direção à modernidade representada pelo profissionalismo. Cláudio Abramo (1993, p. 93) afirmou: *Quem mudou a história da imprensa no Brasil fomos eu, no Estado e na Folha, Jânio de Freitas no Jornal do Brasil e Mino Carta, no Jornal da Tarde e na revista Veja..*

De acordo com as concepções de Sorel (1992, p. 145) o mito é formado de um bloco imagens capazes que podem ser utilizadas por uma vanguarda para potencializar, de modo estritamente intuitivo, os sentimentos de sua comunidade para a ação política e revolucionária. O mito é, neste sentido, uma idéia-força. Esta idéia, uma vez instaurada na consciência coletiva permite que a mesma adquira certa dimensão espiritual dotando o grupo de uma fé em “verdades”, que por serem irracionais, levam a ação e não a reflexão. Neste aspecto, ele se aproxima de dogma sagrado conforme a definição de Eliade. Um exemplo pode vir da doutrina marxista. Para Sorel, ao deduzir, com base no materialismo histórico, da inevitabilidade da sociedade socialista como último estágio evolutivo da sociedade a ser conquistada pela ação do proletariado, Marx apresentou na forma de teoria aquilo que na realidade é um artifício, uma profecia, para incrementar a luta política. Para um público de marxistas ortodoxos, essa “verdade” é incontestável, está acima da razão presidida por um exame detido dos fatos e por isso mantém acesa em seus espíritos a chama da revolução³³.

Para Gramsci (2000, v. 3, p. 13-19), o mito soreliano é a exemplificação de uma ideologia política que não é uma utopia nem um raciocínio doutrinário. Ela tem um aspecto funcional ao atuar como uma fantasia concreta, despertando e organizando o consenso, formando a vontade coletiva de um povo antes disperso e apático por estar preso a crenças sem importância para a ação política. Tal ideologia pode se tornar um fato social através das narrativas apaixonadas que descrevem as ações dramáticas de um personagem como o *condottiero* no *Príncipe* de Maquiavel. As façanhas descritas, ao serem lembradas, são

³³ Segundo SOREL (*Ibid* p. 155) a teoria revolucionária de Marx não tinha como função o convencimento e sim deixar uma forte impressão entre os seus seguidores: a de que a preparação do proletariado para o embate final

capazes de ativar os desejos e sentimentos de um grupo, capaz de se identificar com o personagem por ele simbolizar através um comportamento heróico e profético³⁴.

Talvez por isso, Kucinski (1998: 65) tenha chamado Alberto Dines, Mino Carta, Jânio de Freitas e Cláudio Abramo de *condottieris* da imprensa burguesa no Brasil. De um lado, embora se reconheça que eles tinham ideologias políticas diferentes, eles são vistos como os comandantes do grande jornalismo liberal dos anos 1950/60. Suas imagens como profissionais estão atreladas aos projetos jornalísticos que perduraram com vigor até a década de 1980. Por conduzirem esse processo de mudanças na produção noticiosa são até hoje tomados hoje como modelo de profissionais para as gerações futuras. Assim como o *condottiero* no *Príncipe* dedicou a sua vida a construção da unidade nacional, eles dedicaram a sua vida ao jornalismo.

De outro, por terem compartilhado da convivência desse momento inaugural da história do profissionalismo no jornalismo, os reformadores sentiram os “efeitos da idade”, que surgem quando um evento tem uma força catalisadora capaz de fazê-los se auto-representar como uma geração (SIRINELLI Apud ROLLEMBERG 1999: 48-49). Pertencer a uma geração, deste modo, não teria haver necessariamente com a idade em si, mas com uma classe de idade. Pessoas entre 20 e 40 anos, que, por exemplo, vivenciaram algo extraordinário capaz não só de marcar suas vidas, como atingir outras classes de idade, enquadradas pelo grupo como “as gerações mais novas” ou mais “velhas”, da qual o grupo procura se distinguir preservando ao longo do tempo uma memória coletiva relativamente homogênea.

Podemos perceber este mecanismo de distinção no depoimento de Alberto Dines. Ao ser perguntado como via a mudança do perfil do jornalista romântico e boêmio de antes para o burocrata-yuppie-individualista que brotou nos anos 1980, ele respondeu:

Acho errado o desenho dos arquétipos. O ativista romântico e boêmio não é nada disso. Estou pensando na geração que tem hoje [1990] entre os quase 50 e pouco mais de 60 anos. Não eram ativistas políticos – tinham idéias, preferências, mas não estavam em partidos e não se serviam para veiculá-las. Românticos? Nossa geração foi e é muito técnica. Quem fez o *Diário Carioca*? Quem fez em 1956, a reforma do *Jornal do Brasil*? Quem fez a *Tribuna da Imprensa*? Quem fez *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Veja*? Quem fez o *Jornal da Tarde*, de São Paulo? Quem fez a revolução da *Folha* em 1975? (1990, p. 25)

dependia unicamente da organização de uma resistência obstinada, crescente e apaixonada contra a ordem social instalada.

Por isso, a idéia de geração aparece como um mecanismo de auto-referenciação e diferenciação fundamental para a manutenção da identidade do grupo que vivenciou e comandou as reformas dos anos 1950, reverenciado como os anos de ouro de jornalismo. Ela se afirma quase sempre em contraste com outras “gerações” na luta pela afirmação da hegemonia dos grupos no interior do jornalismo, como transparece depoimento de Alberto Dines:

Hoje você tem os jornalistas românticos, os mais velhos, que fizeram esse grande jornalismo dos anos 1950, 60, 70, e você tem a garotada que tá reinventando a roda. Então, você tem duas tendências se confrontando: o pessoal do mercado, a garotada, um copia o outro, um denuncia o outro e ninguém faz um jornalismo denso. E você tem a geração mais velha, que é extremamente crítica. Naquela época isso [anos 50/60] isso não aconteceu porque o que a garotada estava fazendo - eu era da garotada - era muito respeitado pelos outros (...) Ao contrário. Vieram para o *Jornal do Brasil* Luiz Alberto Baía, Antonio Callado, Carlos Castello Branco. Todos os grandes talentos do jornalismo estavam lá. E não havia dissidência porque aquilo ficou majoritário. Tanto que o *Jornal do Brasil* exportou seu modelo para o país inteiro. (...) Quem eram os velhos daquela época? Não eram jornalistas; chegavam lá e escreviam uma coisinha. Não eram jornalistas profissionais. *Os velhos de hoje são pessoas que estão há cinquenta anos na profissão fazendo reformas* (In Ribeiro, 2000, p. 287)³⁵.

O conflito entre gerações, ao mesmo tempo em que envolveu a memória de épocas passadas, serviu também para dar certa racionalidade aos conflitos vividos no campo jornalístico no momento em que os relatos são proferidos. Mas que tipo de conflito? É preciso levar em consideração que a maior parte dessas narrativas começaram a circular de forma mais intensa nas décadas de 1980/90. A ira de Dines se dava pelo fato de que “*as novas gerações têm uma compulsão suicida de destruir tudo que encontram, sob o pretexto de uma falsa noção de modernidade*” (1990, p. 26). Mas quem representava as novas gerações e o que tinha um jornalista que ajudou na adaptação do modelo norte-americano no Brasil contra o pessoal do mercado?

“Aqui está o problema: a descontinuidade. *A Folha de S. Paulo* foi em parte responsável por isso, vitimada por um processo edipiano específico, mas que infelizmente irradiou e virou moda. Hoje na Europa e nos EUA, os consultores mais bem pagos são os que têm mais de 50 anos porque carregam a experiência necessária para manter e aprimorar inovações, não pretendem reinventar a roda. (...) Cortes bruscos que obrigam a recuos e desperdícios de gerações inteiras. Esta é a tônica do processo brasileiro. Na imprensa, isto agudizou-se na década de 1980 e estabeleceu uma dinâmica implacável que estigmatiza como velhos e

³⁵ É importante ressaltar a forma como Dines usa o termo romântico em seus depoimentos. No primeiro, ele rejeitou o rótulo. No segundo, ele se apropriou do rótulo, apesar de não ter nenhuma identidade profissional com os jornalistas insatisfeitos com a tecnificação do jornalismo, cujo exemplo mais usual é Néelson Rodrigues.

decadentes aqueles que chegam aos 35 ou 40 anos. Hoje, o chefe do jovem estagiário é tão inocente quanto ele, escolhido por critérios aleatórios, incapaz de transferir vivências porque não as tem suficientemente sazoadas. Por isso recuamos em alguns aspectos: deixou de existir a irradiação de know-how, de acúmulo de experiências; não há mais seqüências de padrões” (*Ibid*, p. 26).

Mas será que isso só acontecia no jornalismo? Não era uma decorrência de sua industrialização? Podemos perceber melhor o enredo que Dines descreve como *edipiano* no livro *Mil Dias*, de Carlos Eduardo Lins da Silva, no qual ele reflete sobre a memória das reformas realizadas na *Folha de S. Paulo* entre 1984 e 1987. O fundamental aqui é entender porque este processo particular teve tanta ressonância sobre a comunidade jornalística. Em primeiro lugar o que nos chama atenção é a principal justificativa do projeto, a *Folha* o jornal um empreendimento auto-sustentável, de mercado.

Se nos anos 1970 era possível sobreviver no mercado jornalístico quase se ignorando o fato de que se estava no mercado, como fazia a própria *Folha* em sua redação, nos anos 1980 isso se tornou impossível. As normas e padrões e padrões de uma sociedade de mercado não podiam ser mais evitados (SILVA, 2005, p.105).

Para atingir este objetivo na sua plenitude foram adotadas as seguintes diretrizes: a diluição do impacto opinativo do jornal e ênfase no caráter técnico e informativo com a adoção de um modelo de jornalismo objetivo e apartidário; o controle metódico e rigoroso da produção da redação com a adoção de novos procedimentos técnico-organizacionais para melhorar o fluxo interno de informações jornalísticas; utilização de metas para cumprir com exatidão os cronogramas industriais e adoção critérios homogêneos para tomadas de decisões; exigência fidelidade total dos jornalistas ao projeto.

A formulação dessas diretrizes tinha como objetivo acabar com o regime de *laissez faire* existente na redação, passo fundamental para o sucesso do projeto. Esse regime foi definido por Silva como fruto de uma herança cultural dos brasileiros em geral e os jornalistas em particular. Por isso, estes tinham aversão ao método e a disciplina e valorizavam positivamente a intervenção ideológica, o imprevisto e a intuição. Esse tipo de cultura profissional era simbolizado pela predominante presença nas redações de um estilo de liderança centralizadora e personalista que dificultava a idéia de se institucionalizar no seu interior uma estrutura sistêmica calcada na organização impessoal e racional. Em suma, o projeto visava formular uma ideologia autenticamente jornalística, cujo modelo era o

jornalismo norte-americano, mas isto exigia liquidar com as práticas herdadas do passado (SILVA, *Ibid*, p. 104).

Depois, temos de destacar que as representações contidas em *Mil Dias* caracterizaram o jornalismo das décadas de 1950/60 como boêmio e romântico e a de 1970 como político são similares às que os reformadores da década de 1950 construíram para o jornalismo praticado no Brasil na primeira metade do século XX. Por último é importante frisar a importância da contribuição das gerações antigas de jornalistas e da expansão do ensino superior em jornalismo para a disseminação do modelo norte-americano no Brasil a partir de 1950. O problema era, então, constatar que a influência deste modelo foi incapaz de gerar certo consenso dos jornalistas brasileiros sobre seus valores e condutas como profissionais. Em outro trabalho, Carlos Eduardo Lins da Silva afirmou o seguinte:

Enquanto nos EUA a maioria dos jornalistas e dos veículos diz acreditar na objetividade e tenta praticá-la na medida do possível, no Brasil quase todos se dizem objetivos, mas ninguém é. Não no sentido de que seja impossível ser, mas no sentido de que se é ostensivamente partidário na cobertura, com títulos editorializados, clara preferência por uma tendência política ideológica, distorção intencional dos fatos para favorecer uma particular visão de mundo (SILVA, 1990, p. 101).

Essa resistência histórica e cultural dos jornalistas brasileiros às premissas da objetividade jornalística exigiu que a incorporação da objetividade pelos jornalistas da *Folha* fosse feita a ferro e fogo. Um saldo de 447 demissões ao longo de três anos e a quase eliminação da categoria de revisores levou o jornal a sérios atritos com o Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo. A elevada e incomum rotatividade de quadros era um preço a se pagar pelo vanguardismo de quem estava à frente do projeto. Segundo, o diretor de redação do jornal, Otávio Frias Filho

O profissionalismo não surge por combustão espontânea. Surge pelo esforço extraordinário de um pequeno grupo de pessoas que forma outras pessoas, adota uma atitude exemplar, corrige, cobra, critica, modifica, impede que se façam certas coisas, uma espécie de grupo que se substitui a uma situação que no futuro será mais socializada até formar uma consciência coletiva que dispensa a necessidade de qualquer controle e qualquer programa (In SILVA, 2005, p. 125).

Para Mino Carta, o verdadeiro autor intelectual do Projeto *Folha* foi Cláudio Abramo. *Com a saída de Cláudio da Folha, o jornal ganhou em excentricidade. É inegável que a Folha cresceu em vários pontos, soube dar seqüência às idéias de seu criador, mas a*

essência da reforma está plantada no jornal dirigido por Cláudio Abramo (ABRAMO, 1993, p. 10-12). O problema para Otávio Frias Filho era que Abramo encarnava antigos hábitos como um dos *barões* do jornalismo, personalidade carismática e centralizadora, cujos dias estavam terminados diante do processo de modernização.

Dines viu neste tipo de atitude do novo gestor da *Folha* um típico caso das tendências repulsivas que os filhos desenvolvem em relação ao pai. Como ele, Abramo teria ajudado a formar o senso de profissionalismo de uma geração mais nova de jornalistas, que ao assumirem as estruturas de poder, como no caso da *Folha*, ignoraram e apagaram o seu papel de sua geração na confecção do projeto de modernização do jornalismo e da memória do mesmo. Esse apagamento correspondeu ao seu assassinato simbólico.

Esse caso significou também a rejeição da contribuição de toda uma geração de jornalistas, conforme explicitado por Bernardo Kucinski (1998, p. 74):

A *Folha* considera velho todo jornalista com mais de 35 anos e dinossauros os intelectuais dos anos 1950 e 1960. Um jornal de afirmação das novas gerações em detrimento das anteriores (...) O próprio Cláudio Abramo é rejeitado, assim como outros do seu tempo, afastados das posições-chave ou demitidos da *Folha de S. Paulo* a partir de 1980.

Para Kucinski (*Ibid*, p.65-66), o caso de Cláudio Abramo chamou atenção para um processo que vinha se espalhando pelo jornalismo desde os anos abertura política promovida por Geisel e foi concluído nos anos 1980: o expurgo dos quadros mais qualificados que se haviam insurgido ou conquistado mais autonomia durante as últimas fases do regime militar, inclusive o expurgo dos grandes *condottiere* da imprensa burguesa, estes últimos sacrificados por seus patrões³⁶. Este embate de gerações gerou então um tipo de interpretação muito comum para os desdobramentos do jornalismo nos anos 1980: a gradual substituição dos quadros mais experientes, responsáveis pela época de ouro do jornalismo, teve como efeito a subscrição de uma forma pervertida de profissionalismo que continha fortes elementos de auto-censura. Só este mecanismo poderia explicar o fato das novas gerações serem de

³⁶ Segundo Kucinski (*Ibid*, p. 65 e 67), Jânio de Freitas, condutor da reforma do *Jornal do Brasil*, foi expurgado e se tornou colunista da *Folha de S. Paulo*. Alberto Dines foi afastado deste jornal em meio à crise do petróleo. Cláudio Abramo, outro comandante do jornalismo burguês, afastado de *O Estado de S. Paulo* logo após o golpe, formulador do projeto *Folha*, é dele afastado em 1977, morrendo amargurado e marginalizado pelo grande imprensa. Mino Carta, criador de *Quatro Rodas*, *Jornal da Tarde*, *Veja* e *Isto É*, é expurgado de *Veja* em 1976, após dois anos de crise com os seus patrões da *Abril* e com a censura. Esse processo, conforme o autor, foi acentuado após a greve dos jornalistas de São Paulo, em maio de 1979, quando boa parte da geração dos jornalistas formados nos anos 1950 e 1960 desaparece das posições de comando, nas quais deveriam estar em função de sua experiência. Essa seqüência de expurgos acarretou a juvenalização da mão de obra nos jornais brasileiros. A greve é apontado por SILVA (2005, p. 76-77) como um dos fatores responsáveis pela radicalização da implementação do Projeto *Folha*.

esquerda e se submeterem a um tipo de jornalismo conservador, subordinado ao marketing e as regras do comércio de mercadorias.

Para Alberto Dines, o caso era mais grave. Pois, o que aconteceu na *Folha* se tornou simbólico do comportamento das novas gerações de jornalistas brasileiros em relação aos antigos: tendo os reformadores da *Folha* como ícones do jornalismo, os jovens jornalistas perderam de vista o papel exercido pelos agora velhos homens de imprensa. O esforço de toda uma geração teria sido em vão se ela não perdurasse na memória e na história do jornalismo.

Temos assim um conflito de interpretações na qual a variável geracional ficou no âmago da controvérsia gerada entre os intelectuais dos anos 1950 e os reformadores da *Folha*. Para os primeiros, as reformas dos anos 1980 eram derivadas de um processo mais amplo de controle do jornalismo para subordiná-lo a uma acomodação política imposta pelos parâmetros do mercado. Para os segundos, não havia alternativa para as empresas jornalísticas sobreviverem senão o mercado. Daí a necessidade de se retirar os resquícios de resistência interna a esse processo no interior das empresas e a eliminação dos velhos comandantes das redações era sintomático da vitalidade desse processo.

Muito embora não possamos desprezar as interpretações de Dines e de Kucinski sobre o impacto das reformas ocorridas nos anos 1980 e suas conseqüências negativas para o jornalismo, elas não levam em consideração outros aspectos importantes relativos à identidade profissional dos jornalistas. Entre eles, a regulação da profissão através da obrigatoriedade do diploma em jornalismo, o caráter da expansão do mercado de trabalho através das assessorias de imprensa e o papel exercido pelos sindicatos de jornalistas neste contexto de profissionalização. Para isso é necessário fazer um exame do percurso histórico de como a lei e o ensino acadêmico influenciaram na visão que o jornalista tinha de si como profissional.

3. A Regulamentação do jornalismo (1930 – 1980)

3.1. O Estado, as leis e o ensino de jornalismo.

O decreto de Vargas assegurava aos jornalistas padrões salariais mínimos, que lhes permitissem um princípio de profissionalização efetiva, essencial por sua vez à liberdade de Imprensa. Entretanto, claro que o 7037 não visava apenas fazer justiça tardia a uma classe esquecida e não raro espoliada. Visava também atingir a economia das 'empresas não alinhadas', castigando-as de certa forma pela indocilidade ao regime, mas de qualquer modo, obrigando-as a um passo a frente nas relações de trabalho, até hoje [1977] marcadas pelo paternalismo (Hélio Damante, Unidade nº 9, abril de 1976, p. 13.).

Hélio Damante foi um ativo militante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo desde sua fundação, em 1937. Cumpriu boa parte de sua carreira jornalística como editorialista de *O Estado de S. Paulo*. Em 1977, com quarenta anos de militância tinha autoridade perante seus pares para recordar como foram os primeiros momentos da regulamentação das atividades de jornalistas aqui no Brasil. Estávamos em plena ditadura militar quando o velho jornalista deu suas declarações e o paternalismo nas relações de trabalho era traço de continuidade entre a ditadura e o regime populista, denominação que identifica todo um modelo de relações sociais criado pelos intelectuais que acompanham a subida de Getúlio Vargas ao poder em 1930. Com base nesse novo modelo de Estado, os sindicatos brasileiros foram pensados e criados como órgãos auxiliares de governo, cabendo a eles a tarefa de contribuir para harmonizar as relações patrões e empregados. Para dar forma a este arranjo, o governo de Vargas criou todo um conjunto de leis e instituições, como a legislação trabalhista e o Ministério do Trabalho, órgão encarregado de fiscalizar a regulamentação das relações de trabalho pelo Estado.

Segundo Damante, a legislação trabalhista criada em 1930 mantinha em 1977 seus fortes aspectos restritivos à livre organização dos trabalhadores. Além regular os interesses de classe, impedindo greves e outras manifestações autônomas dos grupos sociais, ela criou um fórum próprio para resolver os conflitos trabalhistas: a Justiça do Trabalho. Por outro lado, a legislação concedia e garantia a real existência uma série de direitos aos trabalhadores urbanos como férias remuneradas, 13º salário, piso salarial etc. A lei tinha, neste sentido, um duplo aspecto: era uma política de subordinação dos sindicatos dos trabalhadores aos interesses políticos do Estado e ao mesmo tempo uma política de concessão de direitos³⁷.

Com base neste duplo aspecto é que podemos perceber as formas como Vargas interferiu na regulamentação das atividades dos jornalistas. No início do Estado Novo em

1938, Vargas promulgou o decreto-lei 910 reconhecendo a profissão de jornalista. O decreto também oficializou a jornada de 5 horas de trabalho e tornou obrigatório o registro de jornalistas profissionais no Ministério do Trabalho. Na época, foram enquadrados como jornalistas profissionais os que exerciam as funções de redator, repórter, auxiliar de repórter e revisor.

Interessado em ter apoio dos jornalistas e ao mesmo tempo punir as empresas por sua indocilidade, Vargas procurou regular de forma mais intensa as relações de trabalho no interior dos jornais criando, em 1944, através de decreto-lei 7037, a Lei do Enquadramento Profissional regulamentando o decreto-lei anterior. O ato foi visto foi interpretado por Damante como um passo fundamental no processo arrastado de profissionalização dos homens de imprensa. Primeiro porque definiu quais funções eram típicas de um jornalista profissional: repórter de setor, repórter auxiliar, noticiarista, redator-auxiliar, subsecretário, secretário de redação. Segundo, porque estabeleceu os salários mínimos vigentes para elas, de acordo com a estrutura hierárquica das funções já existentes no interior das empresas jornalísticas. Terceiro, porque, pelo que transparece nas palavras de Damante, o decreto veio atender um anseio da categoria. Mas, a lei deixou de fora revisores, fotógrafos e arquivistas.

Muito embora a imagem que se tenha do governo deste período seja de uma ditadura, as ações de Vargas foram vistas como estabelecendo um passo à frente nas relações de trabalho no interior do jornalismo. Na década de 1930, o retrato que se tinha dos jornalistas enquanto categoria profissional não é dos melhores. Os salários eram baixos (entre 300 mil e 600 mil réis) e pouco pontuais, sujeitando os profissionais ao recebimento de vales. A categoria era sujeita a grandes instabilidades, sem garantias de trabalho. O jornalismo na década de 1940 ainda era visto como um “bico” para pessoas de outras áreas de atuação. As relações de trabalho eram marcadas pelo paternalismo, entendido aí pela predominância dos laços pessoais de amizade e fidelidade no ambiente das redações. Os jornais, principalmente os menores, eram desorganizados do ponto de vista administrativo e dependiam do auxílio do Estado para sobreviverem economicamente.

O exercício do jornalismo, porém, permitia a alguns indivíduos obter um certo reconhecimento social. Alguns colaboradores eventuais utilizavam-se do prestígio e status proporcionados pela atividade jornalística para fazer chantagem e subornar comerciantes e empresários, em troca da visibilidade, positiva ou negativa, dos seus negócios nos jornais. Muitos também tentavam utilizar a profissão dentro de uma estratégia de ascensão social

³⁷ Ver GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002 e MORAES FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

através da obtenção de um emprego público ou no exercício de um cargo político (*Unidade*, nº 20, abril de 1977, pp 11-14).

Esse era o retrato ambíguo de uma estrutura profissional em que os jornalistas tinham empregos mal remunerados e instáveis. O que nos permite entender como o peso e a influência exercida pelo Estado nas relações de trabalho eram relativamente bem aceitas pelos homens de imprensa. Diferentes governos contemplaram a categoria com uma série de privilégios. O decreto 3.590, de 1939, permitia que os jornalistas utilizassem transporte ferroviário com desconto de 50% nas linhas da União. O decreto de nº 4.144, de 1942, estendeu essa concessão, mas no valor de 30%, às viagens de navio. O retorno ao Estado Democrático, em 1946, não impediu os jornalistas de continuarem usufruir regalias. Entre elas, a isenção de imposto de renda e de pagar o imposto predial e de transmissão de bens. Eles tiveram direito à de 50% de desconto nas passagens aéreas e em casas de diversões. Em 1959, a lei 3529 garantiu a estes agentes a aposentadoria especial com 30 anos de serviço.

Apesar dos salários precários, esses privilégios eram um sintoma não só de reconhecimento e prestígio, mas também fonte de atração para o ingresso “estranhos” no exercício profissional. As regalias fizeram com que jornalistas e não-jornalistas corressem ao Serviço de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho para obter os seus registros na profissão. Isto era facilitado pelo predomínio das relações pessoais e troca de favores no interior da imprensa e entre esta e o Estado como transparece no discurso de Alberto Dines (2003, p. 169).

Nos anos 1950 havia os intelectuais que não são exatamente uma categoria social, mas em geral quem trabalhava nas redações era gente apertada de dinheiro. Eram raros os que tinham carro. Ninguém tinha carro ou casa própria, nem nada. Getúlio, muito inteligente, atuou para melhorar o padrão social do jornalista. A legislação do Getúlio deu grandes vantagens: isenção do imposto de renda, isenção do imposto de transmissão na compra do primeiro imóvel. Isso desonerava, facilitava. Até para viajar Getúlio criou facilidades. O jornalista pagava 50% da passagem aérea. Mas aí, virou um negócio espúrio. O Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro era uma agência de viagens. Era uma corrupção tremenda.

Ao observar os relatos memoríais das entidades de classe, percebemos um enfoque diferente. O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo no fim afirmou que um dos objetivos dos jornalistas que fundaram a instituição ia além das medidas assistencialistas, como a oferta de serviços jurídicos e médicos à categoria. O Sindicato pretendia combater a *picaretagem* e o *amadorismo* existente na profissão tentando obter um certo nível de controle sobre o mercado de trabalho. Para isso, só aceitava a filiação de jornalistas que pudessem

comprovar o seu vínculo empregatício com as empresas (*Unidade*, nº 9, abril de 1976, p. 14). Na sua gestão do primeiro presidente da entidade, Brenno Pinheiro foi proposta um plano de criação de um curso de nível superior especializado para jornalistas profissionais. Tal pretensão teve repercussão no editorial de 29 de novembro de 1937 do jornal *Folha da Manhã*, que trazia o seguinte título: *ESCOLA DE JORNALISMO*. Lá, podemos perceber como o ensino superior era defendido não só pelo Sindicato, mas por parte dos setores patronais da imprensa, ambos compartilhando do mesmo ponto vista: a formação específica como um fator de purificação e de elevação do nível intelectual e vocacional dos aspirantes a carreira de jornalista.

Os EUA e a Inglaterra possuem, como ninguém ignora, vários cursos desse gênero, incorporados às mais célebres universidades (...) É uma necessidade a Escola de Jornalismo. Há na imprensa, bem sabemos, uma boa porcentagem dos que realmente têm vocação para a carreira. Mas, ao lado destes, estão, sempre, e em não pequeno número, os fracassados em outras profissões, os que procuram fazer do jornal um negócio, ou os que, por simples vaidade, aspiram a ver o nome em letra de forma, ao alto de uma coluna, como vistoso cartaz. A Escola de selecionará os aspirantes, elevando ao mesmo tempo o nível intelectual dos profissionais da pena. Funcionando esse curso, a lei obrigará, naturalmente os jornais a recrutar os seus novos elementos entre os que se especializaram (RIBEIRO, José Hamilton, 1998, p. 44)³⁸.

O controle do acesso ao mercado pelo Sindicato e a formação superior eram as formas mais citadas para conter o assédio de “picaretas” e pessoas sem escrúpulos para exercer a profissão. O curso superior constava como um mecanismo mais adequado de formação de quadros e um dos modos mais eficazes de dignificar e valorizar a profissão de jornalista. Obviamente, este era um movimento pela elitização desse ofício. A maioria dos depoimentos disponíveis confirma que havia uma espécie de divisão social entre os jornalistas. A grande massa de repórteres, que executava as tarefas de apurar e investigar, não tinha domínio do texto escrito e portava baixa escolaridade. Imagem que contrasta com àquela dos dirigentes sindicais, redatores, editorialistas, cronistas e membros da alta hierarquia das redações, profissionais que exerciam as atividades textuais do jornalismo e faziam parte de uma elite profissional.

³⁸ O ensino superior em jornalismo no Reino Unido é recente. Durante muito tempo predominou no país a opinião de que o ensino de jornalismo era iminentemente técnico e carecia de rigor acadêmico para justificar uma estruturação acadêmica. (ZELIZER, 2004). A situação só mudou de forma significativa a partir de década de 1990, quando surgiram os primeiros cursos superiores de jornalismo, limitados até então aos cursos de pós-graduação (BURGH, 2003).

Muitos membros deste seleto grupo tinham formação superior incompleta ou vasta cultura geral³⁹. Este era o caso dos que se destacaram na condução de determinados empreendimentos jornalísticos nos anos 1950, Cláudio Abramo (*O Estado de S. Paulo*), Carlos Lacerda (*Tribuna da Imprensa*), Samuel Wainer (*Última Hora*). Eles eram autodidatas. Assim, a formação superior era vista como uma maneira de valorar, estender o status de alguns ao conjunto da categoria e ao mesmo tempo possibilitar aos sindicatos exercerem um monopólio sobre o mercado de trabalho. Mas, isto, como veremos, era um assunto polêmico no interior da categoria.

Novamente coube ao Estado procurar atender a demanda pela formação superior. Um exame sobre a legislação de Vargas mostra como é difícil dissociar formação universitária do debate sobre a legislação profissional. O decreto 910 de Vargas, 1938, não só dispôs das condições de trabalhos nas empresas jornalísticas como criou os cursos superiores de jornalismo com a exigência do diploma específico para o exercício profissional. Diante da resistência patronal, o decreto não se efetivou. Em 1943, através do decreto 5.480, Vargas instituiu o curso superior de jornalismo. O curso foi enquadrado no interior da Faculdade Nacional de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. O artigo 3º do decreto-lei determinava que a instituição ministrasse o curso em cooperação com a Associação Brasileira de Imprensa, ABI, os sindicatos representativos das categorias de empregados e de empregadores das empresas jornalísticas. A estrutura do curso, condições de matrícula e o regime escolar foram regulados, como veremos um pouco a diante, por decretos posteriores.

Coube, no entanto, à iniciativa privada, através da Fundação Cásper Líbero, de São Paulo, montar efetivamente o primeiro curso de jornalismo, vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ele foi autorizado a funcionar através do decreto 23.087, de 1947. No Rio de Janeiro, o curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia se estruturou em 1948 com professores indicados pela Associação Brasileira de Imprensa, ABI, e patrocinado pela Cia de Cigarros Souza Cruz, da qual Herbert Moses, presidente da ABI, era advogado. A PUC do Rio de Janeiro fez funcionar, em 1952, o seu curso de Jornalismo. A direção foi entregue a Carlos Lacerda (RIBEIRO, 2000, p. 258).

Um dos problemas da criação de um curso superior de jornalismo era como enquadrar aquilo que era tratado como uma prática social no ambiente acadêmico. Havia

³⁹ Ao contrário do que acontece hoje, isto na época era quase um título.

muitas críticas em relação ao fato do jornalismo se encontrar subordinado à Faculdade de Filosofia gerando falta de autonomia em relação à montagem dos programas e conteúdos das disciplinas, diante da constatação do desequilíbrio entre disciplinas teóricas e técnicas. Esse desequilíbrio pode ser percebido no currículo sancionado através do decreto 22.245, de 1946, que regulamentou o decreto- lei 5.480, sancionando o currículo do curso de jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. (RIBEIRO, *Ibid*, p.259-263).⁴⁰

O curso, de duração de teria três anos, teve as disciplinas divididas da seguinte forma: 1) **Profissionais**: Ética e legislação de Imprensa, Técnica de Jornalismo, História da Imprensa e Organização e Administração de Jornais; 2) **Culturais**: Português e Literatura, Francês, Inglês, Geografia Humana, História da Civilização, Sociologia, Política, História do Brasil, Psicologia Social, Economia Política e Noções de Direito; 3) **Optativas**: Filosofia, História Contemporânea, História da América, História das Artes, História da Música, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Educação Comparada e Estatística.

Aqui já se percebe uma divisão entre disciplinas teóricas e profissionais sem que haja necessariamente algum vínculo entre as mesmas Isso suscita a imagem do jornalista como um profissional de saber genérico, apto a tratar de todos os assuntos em função de sua vasta cultura. Em 1949, o decreto 26.493 reorganizou o curso de jornalismo e incluiu a palavra Publicidade em uma disciplina. Finalmente, o decreto 28.923, de 1950, anulou o anterior dando nova formatação ao curso, dividido em duas partes. A primeira parte, por sua vez, foi desdobrada em duas séries, comum a todos os alunos, ficando o currículo organizado da seguinte forma: 1ª série - *Técnica de Jornal, Ética, História e Legislação da Imprensa, Administração de Jornal, História da Civilização, Língua Portuguesa, Literatura e Geografia Humana*; 2ª série - *Técnica de Jornal, Publicidade, Língua Portuguesa e Literatura, História do Brasil, História Contemporânea e Geografia do Brasil* (Idem *ibid*).

Na segunda parte, o aluno podia escolher livremente dentre as seguintes opções: 1) *Rádio Jornalismo ou Técnica de Periódico, Sociologia, Economia, Política e Administração Pública, Técnica de Jornal*; 2) *Rádio Jornalismo ou Técnica de Periódico, História das Artes, Literatura da Língua Portuguesa, Literatura Contemporânea, Técnica de Jornal* e 3)

⁴⁰ O Brasil não foi o único país que tentou dar um status de profissão ao jornalismo através da formação superior. Nos Estados Unidos, apesar de terem sido criadas três escolas profissionais e uma dúzia de colleges e universidades com cursos de jornalismo após a década de 1910, a estruturação formal do jornalismo enquanto profissão permaneceu precária. Nos países do norte da Europa, os escandinavos, a Alemanha, Holanda, Áustria e a Bélgica, o ensino universitário de jornalismo só se expandiu após a década de 1960. O papel de estruturar a identidade jornalística coube as associações profissionais, fundadas ainda no século XVIII. (HALLIN e MANCINI, 2004). Na Inglaterra e em Portugal, os cursos superiores de jornalismo só foram criados após 1990, mas em ambos os casos eles foram incapazes de padronizar as práticas profissionais (BURGH, 2003 e PINTO, 2004).

Rádio Jornalismo, Introdução à Educação, Psicologia Social, Criminologia, Técnica de Jornal (Idem ibid).

As únicas atividades práticas eram as disciplinas de Técnicas de Jornal, Técnica de Periódico e Rádio Jornalismo. Elas envolviam também conhecimentos de caráter administrativo oferecido pelas disciplinas Administração de Jornal, Legislação da Imprensa e Publicidade. Mas, ainda é evidente o predomínio das disciplinas relacionadas às ciências humanas, mas sem ênfase num tipo de conhecimento específico. A divisão do curso em partes talvez obedecesse a uma separação dos jornais por área: economia e política, cultura e cotidiano.

O Conselho Nacional de Educação, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, reconheceu a autonomia do curso de jornalismo após 1958 e esta se materializou através do decreto-lei 43.839, promulgado pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek. Com isso, dois anos depois, já existiam nove cursos de jornalismo no Brasil: Escola de Jornalismo Cásper Líbero/PUC (São Paulo, 1947), Universidade do Brasil (Rio de Janeiro, 1948), Universidade da Bahia (Salvador, 1949) PUC (Rio de Janeiro, 1951), PUC (Porto Alegre, 1951), Universidade Federal do Paraná (Curitiba, 1955), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos (1957), Universidade Católica de Pelotas (1958) e Faculdade São Tomas de Aquino (Uberaba, 1960). Porém, nem todos vingaram. O fato do mercado jornalístico ainda permanecer concentrado no eixo Rio-São Paulo dificultou a absorção de profissionais para a docência e com isso os cursos deixaram de ser atrativos para a maioria dos jovens estudantes (*Idem ibid*).

A criação dos cursos instalou três tipos de polêmicas no campo jornalístico. A primeira entre os que eram defensores da formação superior. Estes se dividiam quanto a ênfase no caráter técnico do curso do curso e os que entendiam ser a formação clássica baseada nos atributos das ciências sociais a mais adequada ao exercício do jornalismo. Dessa tensão, predominou um modelo relativamente híbrido nos quais estão presente os atributos de uma cultura geral e ao mesmo tempo o conhecimento de atributos específicos de funcionamento do jornalismo, o que associa o jornalista à figura de um especialista (RIBEIRO, *Ibid*, p. 266).

A segunda polêmica tem haver com o problema da integração entre o saber aprendido nas as faculdades de jornalismo e às exigências de mercado, dividindo os jornalistas entre os que eram favoráveis ao aprendizado universitário e os que achavam que somente na prática é que se forma um bom jornalista. Assim, a criação dos cursos não eliminou entre os jornalistas um certo orgulho profissional herdado do saber prático adquirido

pela experiência e os anos vividos no interior das redações. A criação dos cursos gerou numa parte dos jornalistas, principalmente os de fraca formação cultural e escolar, a preocupação com o acirramento da concorrência e com a sobrevivência. Numa tentativa de contemporizar esses posicionamentos, o governo eximiu os que eram jornalistas profissionais de ter obrigatoriamente o ensino médio para ingressar no curso de jornalismo da Faculdade de Filosofia, garantindo o acesso direto destes à Universidade.

Esta tentativa de contemporização abriu flanco para a instalação de uma terceira polêmica no interior da comunidade: os que eram contra a este tipo de concessão por entender que o baixo nível cultural dos alunos geraria uma formação deficiente universitária deficiente. O expoente desse posicionamento foi Pompeu de Souza. Professor do curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade Brasil, afirmou que não recrutaria para o *Diário Carioca* os jornalistas recém-formados nas universidades, pois a maioria destes seriam de profissionais que ingressaram na universidade sem o nível escolar adequado, o que os dificultaria absorver outro padrão narrativo além do nariz de cera (SOUZA, 1988, p. 25). Isto que evidencia uma política de depuração de quadros jornalísticos similar às adotadas pela *Folha de S. Paulo*, nos anos 1980⁴¹.

Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro procurou harmonizar as posições no interior da comunidade e instituiu um curso de capacitação profissional para estudantes e dromedários (como eram conhecidos no jargão profissional os velhos homens de imprensa). O objetivo era selecionar entre os jovens os que tinham vocação para o jornalismo e aperfeiçoar o nível técnico e cultural dos profissionais experientes. O curso tinha as disciplinas de: História do Brasil, Geografia Econômica, Administração, Direito, Revisão, Taquigrafia, História Geral, Técnica Jornalística, Inglês, Português e Propaganda e contava com a colaboração do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB⁴². Os intelectuais do instituto proferiam conferências e palestras aos alunos do curso. A principal finalidade do Sindicato era retificar as lições universitárias, vistas como excessivamente teóricas e distante

⁴¹ Esse tipo de debate ainda persiste nas lutas internas dos jornalistas para definirem os limites de suas fronteiras como profissionais. Ver ALBUQUERQUE e FORTES, 2004. Sobre a política de seleção de quadros para *Folha de S. Paulo* ver SILVA, 2005.

⁴² O ISEB foi criado em 1955 como instituição cultural vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, gozando de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra. O seu objetivo era se dedicar ao estudo e divulgação das ciências sociais, ministrando cursos para alunos indicados por órgãos do serviço público, dos poderes judiciário e legislativos, das forças armadas e organismos da sociedade civil entre eles a imprensa. Com essa estrutura de funcionamento e com seus quadros intelectuais comungando da perspectiva do engajamento político, o ISEB se tornou um centro de difusão da ideologia nacional-desenvolvimentista, principalmente quando Roland Corbisier foi diretor-geral da instituição. A partir dos anos 1960 o ISEB compôs a Frente Parlamentar Nacionalista junto com a UNE, sindicatos e o Partido Comunista

da realidade das redações. Mas, a estrutura do curso mostra um perfil amplo de disciplinas, boa parte delas voltadas para uma formação de um saber de caráter geral e não de especialistas (RIBEIRO, 2000, p. 268-269).

Nos anos 1950 vamos encontrar também jornais que resolveram assumir a responsabilidade por formar seus quadros profissionais, servindo como *escola de jornalismo*. A *Tribuna da Imprensa* era um dos que preparava os seus funcionários. Segundo Carlos Lacerda *só o profissional pode fazer jornalismo, porque só o profissional sabe imbuir-se, rapidamente, do espírito do jornal onde se encontra, cumprindo exatamente o que determina o secretário ou o redator-chefe* (APUD RIBEIRO, *Ibid*, p. 269). Obviamente o curso tinha como objetivo adestrar o jovem aprendiz, o disciplinando no cumprimento de tarefas determinadas pela direção. A despeito desta opinião, Lacerda logo depois seria convidado para dirigir o curso de Jornalismo da PUC do Rio de Janeiro. O *Diário Carioca* também foi uma espécie de escola informal, definida como uma *usina de talentos*. Como vimos, *O Diário* forneceu ao mercado redatores e repórteres que se tornaram responsáveis por chefiar, nos anos seguintes, as principais redações dos jornais cariocas (RIBEIRO, *Ibid*, p. 270 e ABREU at all, 2003, p. 29-32).

Assim, pode-se dizer que o caráter da intervenção estatal foi limitado. Diferentemente do regime militar, a política populista não impôs o diploma como fator determinante para o reconhecimento do estatuto do jornalista profissional. Ela conservou, em maior ou menor grau, uma certa margem de negociação com os agentes, de forma que a regulação das atividades no interior do jornalismo tivesse um caráter acordado e não de imposto. Muito embora acordos entre Estado, empresas e jornalistas esbarrassem nas próprias polêmicas envolvendo os jornalistas em torno da sua identidade. Não havia um posicionamento claro no interior do campo jornalístico a respeito do que deveria prevalecer como critério em termos de formação profissional: a experiência e o autodidatismo ou a formação universitária específica. Muitos jornalistas ainda se glorificavam de ter aprendido na *banca* o seu ofício e procuravam desbancar os *doutores*. O depoimento de Nahum Sirotsky atesta a afirmativa:

Jornalista se faz realmente na banca. Não podemos negar, é claro, a utilidade dos conhecimentos gerais. Alguns dos que se formam nas nossas escolas de jornalismo estão em condições de começar como focas. Infelizmente muitos deles estão criando uma mentalidade de doutor e comparecem às redações com canudos debaixo do braço. Quando dirigi o *Diário de Notícias*, fiz uma experiência com

Brasileiro, sendo imediatamente extinto quando os militares deram o golpe militar de 31 de março de 1964. Ver ABREU at all. 2001, v. III, p. 2801-2802 e TOLEDO, 1998, p. 245-246.

30 desses rapazes. Para minha decepção, não foi possível aproveitar nenhum. (In RIBEIRO, *Ibid*, p: 266).

Esta postura, porém, contrastava com os que achavam que a vocação e o talento não eram os únicos atributos de um jornalista profissional. A formação universitária proporcionava aos novos repórteres uma base de conhecimentos que a experiência talvez não pudesse proporcionar. Esta era uma exigência dos novos tempos do profissionalismo. Segundo Hélio Fernandes,

Já passou a época do jornalismo romântico, dos meninos prodígios, dos rapazes que tinham ‘queda’ para a imprensa. Hoje os jornais se enchem de moços saídos das escolas de jornalismo, de gente que pisa a redação com uma base excelente, com uma formação certa. Pode não ser bonito, mas é muito eficiente (Idem *Ibid*).

Estas tensões e nuances no interior da comunidade não eliminaram o papel do Estado intervindo em favor da obrigatoriedade do diploma de curso superior em jornalismo para o registro legal do jornalista como profissional. Pouco antes da sua renúncia, Jânio Quadros publicou o decreto 51.218, regulamentando a lei de 1938 e contemplando esta exigência. Os jornalistas com vínculos associativos com sindicatos e a ABI, bem como os que tinham vínculos profissionais por mais de dois anos, a serem comprovados através de documentação do departamento pessoal das empresas, não foram prejudicados. Seus registros como jornalistas profissionais seriam aceitos pelo Ministério do Trabalho. Porém, a resistência e o lobby político das empresas tiveram força suficiente para derrubar o decreto um ano depois, já no governo de João Goulart.

A ABI e o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro apoiaram a derrubada por acreditarem que a obrigatoriedade constituía uma barreira intolerável ao credo liberal que defendia o livre acesso de qualquer um a um ofício de natureza intelectual, como o jornalismo. Isto era compreensível, pois naquele momento a maioria dos jornalistas não tinha formação, e entre os que tinham, a maioria vinha de outros cursos, como Direito, e, talvez vissem a obrigatoriedade do diploma em Jornalismo como um desprezo a sua experiência profissional e a seus atributos intelectuais.

Com a derrubada do decreto 51.218, o governo João Goulart criou uma comissão para rever a legislação e propor normas que respondessem aos anseios da categoria. A comissão funcionou sob instrução do Ministério do Trabalho e Previdência Social e da Educação e Cultura. Ela era composta por Pompeu de Souza (representante do Ministério do Trabalho), Fernando Segismundo (como representante da ABI), Antônio Ibrahim Haddad (Sindicato dos

Proprietários de Jornais e Revistas da Guanabara e Carlos Alberto da Costa Pinto (Federação Nacional dos Jornalistas).

Do trabalho desse grupo resultou o decreto 1.177, de 1962, editado pelo então Primeiro-Ministro Tancredo Neves. O decreto reconhecia a formação autodidata do jornalista e a situação das empresas no interior, onde, em geral, não havia escolas ou cursos de jornalismo. Assim, ele não estabeleceu a obrigatoriedade do diploma, limitou-se a definir os meios de se obter o registro profissional, mas reconheceu a diferença entre diplomados e não diplomados. Os jornalistas não diplomados para se tornarem profissionais teriam de fazer um estágio de 36 meses consecutivos ou 42 interrompidos dentro de um período total de 48 meses, para a obtenção do registro. Os salários dos estagiários seriam iguais aos dos profissionais (RIBEIRO, *Ibid*, p 263-264, Abreu att all, 2001, p. 5583 e *Folha de S. Paulo*, 20 de fevereiro de 1986, p. 6).

3.2 Os Currículos e o Diploma

Através do recém criado Conselho Federal de Educação, o governo interveio no ensino de jornalismo. Padronizou e regulamentou o currículo mínimo dos cursos de superiores existentes emitindo o parecer de nº 323 publicado ainda em 1962. O parecer seguia a tendência dos decretos anteriores, definindo o exercício do jornalismo através de uma formação humanista e literária. Os novos parâmetros curriculares defendiam uma premissa sobre a característica distintiva deste profissional em relação a outros trabalhadores intelectuais: a sua própria *generalidade* (MOURA, 2002, p. 83). Com base nisto, as disciplinas do *currículo* de 1962 foram divididas, assim, em três grandes eixos:

Gerais	Especiais	Técnicas
Cultura Brasileira	Português e Literatura da Língua Portuguesa	Técnicas de Periódicos
História e Geografia do Brasil	Língua Estrangeira Moderna	Técnica de Rádio e telejornal
Civilização Contemporânea	Ética e Legislação de Imprensa	Administração de Jornal e Publicidade
Estudos Sociais e Econômicos	História da Imprensa	

História da Cultura Artística e Literária		
---	--	--

Fonte: Moura, *Ibid*, p. 298-299.

A duração do curso foi fixada em três anos, sem especificação de carga horária. As disciplinas técnicas envolviam estágios em redações de jornais, empresas de rádio, televisão e publicidade bem como o domínio de conhecimentos práticos de datilografia, fotografia e estenografia. Havia também a possibilidade do aluno frequentar outras disciplinas a serem oferecidas pela universidade.

A análise do currículo deixa transparecer a tendência de formar profissionais multimídia, mas conserva forte aproximação com o currículo do curso de jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Essas duas características nos fornecem pistas para o entender até que ponto que jornalismo, naquele momento, era confundido com comunicação. De um lado, o currículo sugere a formação de profissionais de imprensa como rádio e tele-jornalistas, mantendo a ênfase numa base de disciplinas humanas. Isto evidenciava ainda a preocupação com a formação de uma cultura geral entre os jornalistas, ficando o aprimoramento técnico a cargo da experiência destes agentes nos diversos ambientes de trabalho por onde eles deveriam circular.

De outro, a legislação não definia claramente o estatuto do jornalista profissional. Essa falta de definição se manifestou na greve dos jornalistas de São Paulo em 1961. O Sindicato das Empresas de Radiodifusão ameaçou de demissão os profissionais de rádio e TV que participassem do movimento, pois eles não eram ainda reconhecidos como jornalistas. Com medo, estes manifestaram na assembléia que deliberou a greve o desejo de não participar da paralisação. Isto gerou acusações de que eram covardes, mas, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo conseguiu convencer os ativistas a liberarem os rádio e tele-jornalistas para evitar recursos jurídicos do patronato⁴³.

Esse “descompasso” entre a regulamentação legal da profissão de jornalista e o caráter que a mesma estava adquirindo com o avanço de novas mídias não impediu que o parecer nº

⁴³ A greve teve início no dia primeiro de dezembro de 1961. As reivindicações dos jornalistas eram: 60% de aumento e piso salarial equivalente a dois salários mínimos, 26 mil cruzeiros. Segundo um comunicado do Sindicato de Jornalistas, 80% da categoria recebia 1 salário mínimo (13 mil cruzeiros). A proposta dos empresários era de 35% de reajuste e 15 mil cruzeiros de piso. Houve impasse e os jornalistas pediram à Justiça do Trabalho para instaurar dissídio coletivo. No dia 5 de dezembro, o Tribunal Regional de São Paulo estabeleceu 45% de reajuste nos salários e um piso de 22 mil cruzeiros e os jornalistas encerraram o movimento. Apesar de ser considerada “vitoriosa”, as assembléias realizadas pelos jornalistas foram tumultuadas e os jornalistas de rádio e tv pediram para não participar do movimento, pois a lei não era clara em relação à categoria profissional que os mesmos seriam enquadrados, se jornalistas ou radialistas. Ver ROXO DA SILVA, 2003, p. 131.

984, emitido pelo Conselho Federal de Educação, em abril de 1966, reconhecesse a abrangência do fenômeno jornalístico. O parecer foi elaborado por Celso Kelly, eleito presidente da ABI, em 1964 no lugar de Herbert Moses. Crítico de arte, membro da Comissão Nacional de Teatro e professor do curso de jornalismo de Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, Kelly patrocinou cursos de arte e realizou durante a sua gestão na entidade o Seminário de Jornalismo, sob o patrocínio do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina, CIESPAL, órgão mantido pela UNESCO e sediado em Quito, Equador (ABREU at all, 2001, v. 1, p.394). Com base nas visões do órgão sobre jornalismo, Kelly afirmou no parecer:

O conceito de Jornalismo ganhou maior ampliação, compreendendo todas as modalidades de transmissão de notícias: jornalismo diário, jornalismo periódico, jornalismo ilustrado, jornalismo radiofônico, jornalismo televisionado, jornalismo cinematográfico, jornalismo publicitário e relações públicas. Todos esses ramos são comuns nos estudos dos fenômenos jornalísticos, bem como os conhecimentos gerais, variando a intensidade de cada técnica particular, decorrentes todas de uma teoria geral da informação. ***A profissão não comporta cursos diversificados, pois as ofertas de trabalho levam os jornalistas a frequentar mais de um setor. Recomendável, pois, é a formação de jornalista polivalente, cuja especialização seria complementada em cursos de pós-graduação*** (In MOURA, 2002, p. 84).

O parecer definiu a formação do jornalista em três níveis: o *cultural*, com disciplinas de formação humanística; o *fenomenológico*, com disciplinas relativas as teorias da comunicação e o *instrumental*, com disciplinas técnicas. Apesar disso, as disciplinas que compunham a estrutura do currículo mínimo de 1966 eram idênticas às anteriores, com o acréscimo de três disciplinas técnicas: *Teoria da Informação, Jornalismo Comparado, Redação de Jornalismo*. O parecer recomenda ainda que as disciplinas técnicas e práticas tenham intensos treinamentos em laboratórios, a fim de que sejam integralmente confeccionados pelas escolas jornais e programas de rádio e TV. Apesar de conservar ainda um forte caráter humanista, mas o que percebemos é que o fenômeno da comunicação ainda era confundido com a prática do jornalismo.

Isto ganhou evidência na forma como Celso Kelly expôs as bases argumentativas do currículo de 1966 no livro *As Novas Dimensões do Jornalismo*. Nele, Kelly afirma que não era mais possível conceber esta prática social tendo como parâmetro unicamente a velha tradição do impresso. A tecnologia e o avanço do capitalismo introduziram a necessidade de uma formação polivalente, de modo a habilitar o jornalista a trabalhar em qualquer dos ramos para os quais se expandiu a área de comunicação, entre eles relações públicas e publicidade.

Segundo Weber (2000, p, 170-175) o *Currículo de 1966* traz as marcas da modernização conservadora implementada pela ditadura militar. De um lado ele procura atender as exigências políticas dos novos donos do poder, que contavam com a colaboração dos meios de comunicação de massa para divulgar a imagem de um país coeso e homogêneo em suas crenças. De outro, o sistema educacional começava, pelo menos em termos curriculares, a adotar uma preocupação em formar especialistas e não ideólogos, de acordo com a visão profissionalizante do conhecimento imposta pelos militares.

Assim, o termo *profissional* ia sendo cunhado no jornalismo em oposição a uma tradição intelectual e literária herdada da velha imprensa, no qual o jornalista fazia do seu ofício uma *missão*. O caráter generalista presente no exercício profissional foi substituído, no parecer, pelo de um jornalista com o perfil múltiplo, embora possamos questionar o grau de oposição destes termos. A visão do jornalista como um profissional dotado de vasta cultura e múltiplas habilidades facilitaria este agente trabalhar em qualquer área da comunicação, interligadas no currículo por uma nova disciplina, a teoria geral da informação.

Com o parecer 631/69, elaborado em 30/10/1968, o Conselho Federal de Educação tratou de reformular o plano curricular para a contemplar as carreiras contidas no universo midiático. O jornalismo se tornou uma habilitação do curso de Comunicação Social e a formação de comunicadores sofreu uma subdivisão: de um lado, a estrutura habilitacional, com a formação de especialistas diversos: jornalistas (impresso, rádio, TV e cinema), publicitários, relações públicas, editores e pesquisadores de comunicação. De outro, a formação de profissionais polivalentes, habilitados a trabalhar em qualquer área da comunicação⁴⁴.

A organização curricular mínima de 1969, conforme a resolução seguiu o seguinte enquadramento disciplinar:

Básicas	Instrumentais	Profissionais
Cultura Brasileira	Português e Literatura da Língua Portuguesa	Jornalismo Impresso, Radiofônico, Televisado e Cinematográfico
Problemas Sócio-Econômico Contemporâneos	Língua Estrangeira Moderna	Administração de Jornal e Publicidade
Sociologia	Ética e Legislação dos Meios de Comunicação	Teoria da Informação
Fundamentos Científicos da Comunicação	História dos Meios de Comunicação	Redação e Jornalismo

⁴⁴ De acordo com a resolução 11/69 do Conselho Federal de Educação, foram criadas cinco habilitações para o curso de Comunicação Social: *Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Editoração e Polivalente*.

Jornalismo Comparado		Telerrádiodifusão, Cinema e Teatro
Pesquisa de Opinião e Mercadologia		Relações Públicas
		Publicidade e Propaganda
		Editoração

Fonte: WEBER (*Ibid*, p. 173-174).

O tempo de duração do curso de comunicação social passou para quatro anos. As disciplinas básicas e instrumentais compunham o tronco comum das habilitações. O curso deveria ter órgãos para atividades práticas ligadas às habilitações profissionais como: *Jornal Laboratório, Estúdio Laboratório para Rádio, TV e Cinema, Ateliê de Publicidade e Escritório de Pesquisa de Opinião e de Mercado*. O número de disciplinas obrigatórias para a formação profissional era a seguinte: a habilitação *polivalente* tinha cinco disciplinas, entre elas jornalismo (impresso, radiofônico, televisado e cinematográfico) tele-rádiodifusão, cinema e teatro, relações públicas, publicidade e editoração. As habilitações específicas, exceto jornalismo, consistiam de aprofundamentos de disciplinas de mesmo nome das habilitações⁴⁵.

O parecer que fundamentou essa estrutura curricular foi elaborado novamente por Celso Kelly, no qual ele afirma ser a formação acadêmica do jornalista um passo fundamental, pois *no estágio atual da civilização não se admite a improvisação. Há quem pense, no entanto, que o jornalista se improvise (Unidade, nº 8, novembro de 1975, p. 14)*. Assim, o parecer aponta para a importância fundamental da formação acadêmica para suplantar o improvisado e o autodidatismo ainda predominantes na formação de quadros jornalísticos no interior das empresas.

Ao examinar a transformação dos cursos de Jornalismo em Comunicação a partir de 1969, Weber (*Ibid*, p. 170-175) chamou atenção para o fato de que as novas habilitações, Relações Públicas e Publicidade, ainda que reverenciadas como fundamentais na perspectiva política dos militares e para a modernização econômica da estrutura de comunicação do país, se mantiveram, na prática, subordinadas ao ensino de jornalismo. Dois fatores contribuíram para isso. O primeiro era que essas habilitações não tinham condições de exercer suas autonomias em relação ao jornalismo, pois era quase inexistente o número de docentes especializados nas mesmas. O segundo, um olhar sobre o currículo revela a ampla

⁴⁵ A habilitação específica em jornalismo tinha aprofundamento em jornalismo (impresso, radiofônico, televisivo e cinematográfico) e tele-rádiodifusão, cinema e teatro.

superioridade de disciplinas obrigatórias vinculadas ao jornalismo. Sem equivalência quantitativa entre as habilitações, um aluno de Comunicação podia obter diploma em Propaganda e Relações Públicas com o mesmo número de créditos exigidos para ele se graduar em Jornalismo. Assim, o currículo de 1969, apesar de dividir o curso de Comunicação em quatro habilitações, acabou, na prática, zelando pela manutenção da formação polivalente dos jornalistas.

A visão de Kelly sobre as novas dimensões do jornalismo certamente foi sustentada com a regulamentação profissional através do decreto-lei 972, que criou a obrigatoriedade do diploma em jornalismo para o registro profissional. O currículo de 1969 e o decreto-lei 972 foram interpretados como atos do poder militar com o objetivo de direcionar para universidade a formação de especialistas para atender a uma arbitrária divisão do mercado pelos empresários de mídia. A regulamentação das atividades na área de comunicação atendia a uma dupla exigência: a dos militares, adequando este setor as suas necessidades estratégicas de controlar a difusão de idéias, e a dos empresários, interessados em despolitizar a formação de quadros através de um ensino universitário de viés fortemente tecnicista e empírico. Daí, o fato da obrigatoriedade da formação universitária coroar um conjunto sucessivo de leis que procuraram fixar arbitrariamente as fronteiras de cada atividade profissional. O quadro abaixo nos dá uma idéia, através das datas, de como a regulamentação das profissões na área de comunicação foi relativamente gradual, mas como ela acaba se concentrando, pela quantidade de leis, no jornalismo:

Imprensa e Jornalismo	Lei 5.250, 09/02/67.	Lei de Imprensa – regulou a liberdade de pensamento e informação durante a ditadura.
	Decreto-Lei 972, 17/10/69.	Fixou a exigência do diploma em Jornalismo, criou a figura do jornalista <i>provisionado</i> , permitiu registro especial para o <i>colaborador</i> incluiu o estágio obrigatório para os estudantes no último ano do curso.
	Decreto 65.912, 19/12/69.	Regulamentou o decreto-lei 972, limitando o estágio obrigatório aos alunos do último ano de faculdade e fixa prazos para o registro profissional.
	Decreto 66.431, 09/04/70.	Prorrogou os prazos fixados do decreto 65.912
	Decreto 68.269, 18/05/71.	Tornou obrigatório o estágio para o jornalista <i>provisionado</i> .

	Lei 5.696, 24/08/71. Lei 6.612, 07/12/78.	Dispôs sobre o registro profissional dos jornalistas. Regulou sobre o tipo de atividade a ser exercida pelo jornalista <i>colaborador</i> e acabou com o estágio obrigatório no último ano do curso.
Relações Públicas	Lei 5377, 11/12/67.	Disciplina e regula sobre a profissão de Relações Públicas. Até esta data os RP se registravam nos Conselhos Regionais dos Técnicos de Administração.
Publicidade	Lei 4.680, 18/06/65.	Regulamenta o exercício da profissão de publicitário e agenciador de propaganda.

Fontes: WEBER, *Ibid*, p. 176.

Três aspectos nos chamam atenção sobre o conjunto de leis acima. O primeiro deles é sobre as interpretações a respeito das intenções dos militares com essa excessiva regulamentação. O paralelismo entre a regulamentação legal e o predomínio do enfoque tecnicista nos currículos da comunicação, com o incentivo à formação de profissionais dirigida essencialmente para o mercado, ajudou a tornar dominante a versão de que tais atos foram feitos de forma unilateral pela ditadura militar com o fim de controlar, despolitizar e ajustar a circulação de idéias dentro dos interesses do regime. Porém, no caso do jornalismo, não é possível deixar de levar em consideração o fato de Kelly ter sido presidente da ABI e de que a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional atendeu as demandas de parcelas significativas da categoria coroando toda uma tradição de relação entre jornalistas e as autoridades do Estado brasileiro. Daí entender-se porque a obrigatoriedade ser vista entre boa parcela da comunidade de jornalistas como fruto de uma luta histórica contemplada pelo Estado e não como uma imposição da ditadura militar.

O segundo aspecto é que estatuto legal criou quatro categorias de jornalistas: 1) o *profissional*, estatuto concedido aos que podiam comprovar o exercício da profissão antes de 21 de outubro de 1969 e para os que se formaram ou se formariam nos cursos de Comunicação Social (com habilitação em jornalismo ou no polivalente); 2) o *provisionado*, estatuto concedido a jornalistas não diplomados e/ou experiência profissional anterior, cujo número não deveria exceder de um terço do total de quadros das redações; 3) o *colaborador*, aquele que exercia algum tipo de atividade jornalística de forma habitual e remunerada, porém sem relação de emprego e 4) o *estagiário*, aluno do último ano do curso de comunicação, que tinha de estagiar um ano em algum tipo de atividade jornalística para obter o registro como profissional no Ministério do Trabalho.

Para o Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo, a o decreto-lei 972, atendia de forma limitada os seus anseios. O descontentamento era com a criação do *provisionado*. Na interpretação do Sindicato *significa que a lei admite o exercício da profissão por quem não é do ramo, pois para ser jornalista é necessário ser diplomado em faculdade de jornalismo ou ter comprovado o exercício da profissão até 21/10/1969. Um dos problemas do provisionado é que a lei não prevê sua extinção* (Unidade, nº 9, abril de 1976, p. 14).

O provisionado era visto como alguém estranho à profissão. A criação desta categoria gerou um incômodo para os sindicatos: controlar a burla da lei por parte das empresas, pois editores, secretários e diretores de redação concordavam com as transgressões. *Com a conivência das chefias, há muita gente escrevendo em jornais e revistas, dirigindo jornais de empresas e trabalhando em assessorias de imprensa sem ser profissional jornalista ou mesmo provisionado* (Ibid). As denúncias não podiam ser encaminhadas diretamente pelos Sindicatos às Delegacias Regionais do Trabalho e sim por fiscais do Ministério do Trabalho. Como havia poucos fiscais, as denúncias caíam no vazio, gerando dos Sindicatos apelos ao Estado para aprimorar a lei com outros atos regulatórios⁴⁶.

O terceiro aspecto estava relacionado à formação polivalente do jornalista. A relativa escassez de profissionais de relações públicas e publicidade com formação universitária facilitava a ocupação desse mercado pelos jornalistas. Isto era em parte atribuído a existência paralela do curso de habilitação polivalente determinado pela reforma curricular de 1969. Para alguns, este tipo de curso promovia um desencontro com o marco regulatório estabelecido, definindo a especificidade dos requisitos necessários para o registro legal dos profissionais como jornalistas, publicitários e relações públicas no Ministério do Trabalho. Tal ambigüidade de entre a lei e o mercado chamou a atenção de José Marques de Melo:

Sua maior falha (da resolução 631/69) foi a manutenção do curso polivalente paralelamente aos outros cursos diversificados. A existência de tal curso [polivalente] acarreta, desde logo, uma dúvida de natureza jurídica. Estaria realmente o profissional formado pelo curso polivalente, habilitado a exercer as profissões de jornalista, de relações públicas e de publicitário? Essa indagação advém da própria legislação brasileira que regulamenta as profissões há pouco

⁴⁶ O incômodo com o jornalista provisionado perdurou até outubro de 1978, quando representantes de diversos sindicatos de jornalistas, entre eles, os de São Paulo, Paraná, Porto Alegre, Belo Horizonte, Alagoas, Piauí, São Luís entre outros, se reuniram em Belo Horizonte para elaborar um documento a ser entregue ao Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, com uma série de ajustes ao decreto-lei 972. Um deles era condicionar o registro de provisionado para jornalistas que tivessem curso superior ou segundo grau e trabalhassem em municípios onde inexistissem cursos de comunicação social. Essas sugestões foram pelo decreto 83.284/79, baixado pelo presidente João Figueiredo. O decreto consolidou o direito ao exercício da profissão somente para os formados pela escola de comunicação com habilitação exclusiva em jornalismo. Ver *Unidade*, nº 39, janeiro de 1979, p. 5 e *Folha de S. Paulo*, 20 de fevereiro de 1986, p. 6-7.

mencionadas e que exige requisitos específicos para o registro junto aos órgãos competentes (MELO, 1974, p. 67).

A indagação de Marques de Melo ia ao encontro do que pensavam as entidades de classes desses profissionais, obviamente tentando resguardar o monopólio do mercado de trabalho legalmente regulado para os seus filiados. Porém, a dinâmica do mercado não reconhecia as fronteiras fixadas pela lei. No início dos anos 1970, havia forte presença de jornalistas ocupando o papel de relações públicas. De acordo com o depoimento de Glauco Carneiro, antigo jornalista carioca, na época assessor de imprensa da Fundação Nacional de Bem Estar do Menor e consultor em Relações Públicas no Rio de Janeiro, a maior parte era oriundo do jornalismo

Com efeito, o profissional de Relações Públicas ou é egresso do jornalismo ou vem de todas as outras atividades. Quando procede dos jornais ou emissoras geralmente ele pertence a duas categorias: realizado no jornalismo, caso em que as relações públicas assumem uma complementação do êxito de sua carreira jornalística, mantendo ele, então, um relacionamento maduro e adequado com a imprensa, ou frustrado no jornalismo, caso em que encontra nas relações públicas uma nova oportunidade de tentar o sucesso que na redação o elemento não encontrou ou não construiu (Cadernos de Jornalismo do *Jornal do Brasil*, nº 38, 1972, p. 37).

Nesses três aspectos residem os dilemas dos jornalistas em torno das suas identidades como profissionais. Não se pode minimizar o peso da intervenção estatal nesse problema. Se de um lado ela regulamentou as atividades e definiu quem poderia ter o estatuto de jornalista profissional, por outro, o incremento da formação universitária fomentou a sindicalização dos novos jornalistas e o papel dos sindicatos na luta pela demarcação do território profissional. O jornalista adquiria a imagem de um comunicador polivalente e isto facilitava sua empregabilidade no interior do mercado. Por outro lado, ser um comunicador implicava mexer com certas representações enraizadas até então responsáveis pelos sentidos que os profissionais atribuíam às suas atividades como jornalista. É o que veremos a seguir.

3.3 O mercado, diploma e os conflitos de valores entre os jornalistas.

Vamos centrar nossa discussão aqui em três direções: a primeira envolve as discussões a cerca do processo de concentração empresarial em voga no período. Este direcionamento aponta para alguns desdobramentos. Entre eles: 1) o aumento numérico da mão de obra qualificada pelas escolas de comunicação; 2) o papel dos sindicatos no engajamento político

dos jornalistas e 3) a expansão do mercado de trabalho na área de comunicação para além dos ambientes das redações e o processo de ocupação do mesmo pelos jornalistas. O que nos leva a investigar como essa reconfiguração do mercado de trabalho afetou a identidade profissional dos homens de imprensa.

A segunda trata das relações entre imprensa e Estado. De um lado temos o processo de cooptação e apoio das empresas jornalísticas ao processo de abertura política instalado pelo General Ernesto Geisel. De outro, a forma dos jornais lidarem internamente com os mecanismos informais de censura. Isto toca no tema da identidade, pois nos permite discutir até que ponto a censura promoveu entre jornalistas e donos de jornais um pacto de convivência capaz de mobilizar a comunidade jornalística em torno de um ideal comum: a luta pela liberdade de imprensa.

Na terceira, mapeamos o debate dentro da comunidade de jornalistas. O objetivo é verificar as visões dos jornalistas sobre o seu ofício, a obrigatoriedade do diploma e a formação universitária, delimitando as coordenadas do debate travado entre os agentes em torno de quatro temas: os efeitos negativos da obrigatoriedade do diploma, o conflito entre técnica e teoria na formação universitária, vocação e burocratização. É preciso ainda chamar atenção para duas coisas: a primeira é que consideramos incluídos na categoria jornalistas, os alunos do curso de comunicação; a segunda é ressaltar que esses direcionamentos não são estanques. Eles estão imbricados, pois não podemos dissociar a questão econômica e a exigência da formação universitária da influência exercida pela política de modernização conservadora implementada pela ditadura militar. Sendo assim, o que pretendemos é entender como a obrigatoriedade do diploma afetou as estratégias de inserção dos jornalistas no mercado de trabalho assim como o papel político exercido por eles.

3.3.1 Os Jornalistas e o Mercado

Ao analisar o papel central ocupado pela imprensa na transição política regulada para a democracia, Duarte (1983, p.183-189) citou um conjunto de fatores formais (a censura direta) e informais que permitiram ao governo de Ernesto Geisel influir produção um jornalismo complacente. Entre os últimos ela aponta não só as negociações diretas entre censores e jornalistas, as ações terroristas patrocinadas por grupos de extrema-direita contra jornalistas, jornais, sedes de sindicatos de jornalistas e a ABI e a auto-censura dos jornalistas, mas também mecanismos típicos da industrialização e da profissionalização da área de comunicação das empresas, com reflexos no próprio agir dos profissionais.

O primeiro era a institucionalização da prática do *press release* com o crescimento das assessorias de imprensa. O segundo era decorrente do peso do governo federal na vida social e política brasileira e situação geográfica de Brasília obrigaram os jornalistas a um constante convívio com as fontes do poder, indicando o crescimento da influência que as ações do governo federal passaram a ter na agenda jornalística. O terceiro decorria da crise no mercado de trabalho. As mudanças ocorridas no setor jornalístico nas décadas de 1950/60 se deram paralelamente ao crescente intervencionismo estatal na economia e na política. A modernização do setor dentro de uma base industrial sofisticada aconteceu num ambiente de competição na qual os jornais fracos economicamente e/ou politicamente inconvenientes foram eliminados.

Dois fatores parecem ter sido decisivos para isso. Um de ordem econômica, devido à queda do volume de publicidade, ao desenvolvimento da televisão e crise do papel; o outro de ordem política, associado às forças conservadoras que passaram a governar o país após 1964. A capacidade de negociação política e o investimento técnico-administrativo foram os elementos fundamentais para as empresas vencedoras nesse processo⁴⁷.

Alguns números nos dão pistas sobre esse processo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, registrou na década de 1950 a média de 10,6 jornais para 100 mil habitantes. Nos anos 1960, essa proporção oscilou entre 5,3 e 3,5 e praticamente se manteve nas décadas seguintes (BARBOSA, 1996, p. 3). Houve uma queda de meio milhão de exemplares na circulação dos jornais diários na década de 1960, resultante do desaparecimento dos jornais vespertinos. O mercado jornalístico foi se concentrando em um número cada vez menor de empresas cada vez maiores. As que conseguiram ter maior densidade empresarial foram às situadas no eixo Rio-São Paulo, como *O Estado de S. Paulo*, *Grupo Folha*, *Organizações Globo*, Editora Abril e *Jornal do Brasil S/A*⁴⁸.

Estas empresas foram também as que se tornaram mais capazes de exercer certa influência na opinião pública e nos centros de poder. A inserção cada vez maior desses jornais

⁴⁷ Ver RIBEIRO, Ana Paula G. *A Imprensa Carioca nos Anos 1960-1970*. O artigo pode ser encontrado em: www.pos.eco.ufrj.br/revista/modules/wfsection/article.php?articleid=49.

⁴⁸ É preciso ver esses argumentos com cuidado. Segundo dados do Sindicato de Jornalistas de São Paulo, o número total de jornalistas empregados aumentou de três para cinco mil no transcorrer da década de 1970. Dos cinco mil jornalistas empregados em 1979, dois mil e oitocentos estavam nos principais jornais diários, rádios e emissoras de TV, correspondendo a 56% do total. Destes, 32 % estava na *Folha da Manhã S/A*, *O Estado de São Paulo S/A* e Editora Abril. O restante estava em pequenos jornais e editoras. Isso corrobora os dados de que o número de jornais na cidade de São Paulo saltou de 17 títulos, em 1971/72, para 60 em 1977/78. No mesmo período, o número de revistas aumentou de 65 para 290, levando o Sindicato a concluir que o mercado se expandia para além das redações convencionais e que os salários e a segurança no emprego não cresciam em igual proporção. *Unidade*, 55, maio/junho de 1980, p.9.

no mundo dos negócios os obrigou a redefinirem seus laços com o sistema político, marcando, na visão de Duarte (1983, p. 13), uma inflexão na tradição na imprensa brasileira. Esta, até a década de 1960, era essencialmente engajada politicamente. Depois, de forma crescente, os jornais foram preservando e diversificando seus interesses econômicos no sentido de atender a um público amplo e heterogêneo, considerar os interesses de grupos econômicos diferenciados, nacionais e estrangeiros, dos quais dependiam economicamente e não deixar de lado a opinião dos homens de governo face à censura política. Neste sentido, a imprensa criou um movimento pendular, ora se colocando ao lado da burguesia nacional, ora defendendo os interesses estrangeiros; num momento assumindo posições francamente liberais em termos políticos e em outras praticando um jornalismo oficial (*Ibid*). A *Folha de S. Paulo* assumiu explicitamente a defesa do mercado como parâmetro para a vida democrática na década de 1980 (SILVA, 2005).

Diante dessas oscilações dos grandes empreendimentos de mídia, não se pode, porém, associar unicamente o termo concentração à contabilidade numérica de falências de várias empresas jornalísticas e ao fortalecimento de poucas. Há uma coincidência histórica entre este processo e o aumento das escolas de comunicação. A obrigatoriedade do diploma abriu o acesso à profissão de jornalista à qualquer jovem com segundo grau. Isto gerou o aumento da procura pelos cursos de comunicação social e o atendimento dessa demanda fez o número de cursos crescer. Segundo Weber (2000, p. 168) em 1968, existia vinte cursos de comunicação registrados no Brasil. Com o decreto-lei 972 esse número saltou para 46 em 1972, 60 em 1980, sendo a maioria em escolas particulares, o que aponta para uma super produção de jornalistas.

Houve, neste sentido, uma convergência do processo de concentração com a proliferação das escolas de comunicação. Mas, a estrutura de conformação do jornalismo obrigou centenas de profissionais a lidar com um mercado no qual havia poucos órgãos noticiosos capazes de lhes oferecer um status material elevado, além de estabilidade e segurança no emprego. As tabelas abaixo fornecem uma pequena amostra do padrão salarial dos jornalistas de São Paulo.

Com base na primeira tabela podemos ver que o piso salarial da categoria oscilou entre 1964 e 1976 entre 2 a 3 salários mínimos. Se levarmos em consideração a variação salarial, com base no índice 100, em 1964, veremos que ela foi sempre negativa. O piso salarial nunca recuperou o seu poder aquisitivo inicial nos dissídios coletivos realizados posteriormente a 1964. É importante chamar a atenção para a corrosão salarial promovida pela inflação, como no ano de 1976, o que levou boa parte das categorias profissionais, entre elas os jornalistas

solicitar das empresas antecipação salarial. A tabela dois nos permite perceber que a maior parte dos jornalistas paulistas recebia, em 1975, entre 5 e 7 salários mínimos. Diante da inflação, do custo de vida e da política oficial de reajustes anuais, pode ter gerado a percepção de arrocho salarial. Não é a toa que nesse período, como veremos no próximo capítulo vai emergir o sindicalismo de classe média, para alguns, sintoma da proletarização das categorias de trabalhadores intelectuais.

TABELA I

Data base	Piso Salarial	Salário Real	Variação
Dez/1964	132,00	132,00	100
Dez/1965	185,00	118,59	90
Dez/1966	240,50	99,79	76
Dez/1967	350,60	99,21	75
Dez/1968	390,78	102,30	78
Dez/1969	488,47	104,15	89
Dez/1970	619,59	112,03	85
Dez/1971	751,02	110,12	83
Dez/1972	903,10	107,77	72
Dez/1973	1.065,65	97,86	74
Dez/1974	1.427,97	100,99	77
Dez/1975	1.957,60	106,16	80
Maio /1976	1957,60	87,24	66

Fonte Unidade nº 11, junho de 1976. O salário mínimo em 1964 era de Cr\$ 42,00 e em 1976 de Cr\$ 768,00

TABELA II

Faixas salariais/1975	Jornais Impressos	Rádios e TVs	Revistas	Geral
Até 1.428,00	2,2	1,4	0,9	15,6
1429 a 1700	18,5	9,1	10,3	23,0
1701 a 2500	33,3	24,0	2,7	18,7
2501 a 3.500	19,9	21,2	13,7	
3501 a 5.000	13,9	15,7	19,4	15,1
Total até 5000	87,8%	71,4%	47%	76,2%

Fonte: Unidade, 5 de dezembro de 1975. O salário mínimo em 1975 era de Cr\$ 532, 80.

Desta forma, é bem possível que uma parte dos jornalistas, preocupados com o emprego, passasse a adotar um comportamento profissional adequado às expectativas de suas empresas e outra parte buscasse outros tipos de estratégia para sobreviver no mercado de trabalho. Entre elas, a militância sindical. Dados do jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, *Unidade* (nº 8, março de 1976, p. 4) apontam a expressiva média de 250 novos filiados por ano entre 1973 e 1975. Entre 1970 e 1980, o número de filiados quase dobrou, passando de três para seis mil, entre jornalistas na ativa e aposentados (*Unidade*, nº 55, maio/junho de 1980, p. 9).

3.3.2 O conflito de interesses entre os jornalistas

Até que ponto isto afetou a identidade profissional dos jornalistas? Smith (1997, p. 53-57) foi uma das autoras que tratou do assunto. Ao investigar os dois padrões de funcionamento da censura à imprensa durante o regime militar, a censura prévia e a autocensura, ela constatou somente haver um sentimento expressivo de angústia e solidariedade entre os jornalistas nos jornais submetidos à censura prévia. Nos outros, no qual predominava um sistema informal e cotidiano de veto a algumas matérias jornalísticas demais, os sentimentos dos jornalistas se manifestavam de forma distinta, o que para ela indicava formas diferentes de concepção destes agentes em relação aos seus papéis e identidades como profissionais.

Trabalhando com grupos distintos de jornalistas e usando os jornais sindicais como fonte, ela constatou que aqueles postados no topo da hierarquia das empresas, como diretores de redação e editores e até mesmo os repórteres especiais, compartilhavam da visão de que o jornalismo era similar às profissões liberais. Deste modo, a maior parte destes profissionais entendia que o cumprimento da missão de bem informar ao público só podia ser exercido plenamente se eles tivessem sua autonomia intelectual e profissional preservada.

O problema é que, no contexto da época, a luta explícita e aberta pelo exercício desta autonomia significava um elevado risco de demissão ou perseguição política gerando a perda do cargo e um ostracismo prejudicial ao status que estes profissionais tinham atingido nas suas carreiras. Conseqüentemente, procuraram conciliar o senso de missão com as imposições organizacionais, tentando manter, na medida do possível, uma postura autônoma para aproximar o jornalismo da prestação de serviço e ao mesmo tempo promover a discussão pública dos fatos políticos. A manutenção dos seus cargos no interior das empresas

jornalísticas era um elemento vital para obterem informações noticiosas através do contato com fontes privilegiadas do mundo político de uma forma geral. Assim, para os papéis que eles entendiam ser atributos de um jornalista profissional, eles acabavam suportando o sistema informal de restrições impostas ao exercício jornalístico pelos militares.

O segundo grupo ocupacional, repórteres, redatores, revisores, era atormentado por outros tipos de problemas, como os relacionados à manutenção dos seus empregos, a perda de poder aquisitivo e a concorrência. Na percepção destes agentes, o mercado de trabalho se tornava cada vez mais competitivo, oferecia pouca estabilidade para eles, que devido o posicionamento na parte inferior da hierarquia dos jornais não conseguiam deter pleno controle o processo de trabalho.

Assim, para complementarem a renda, muitos se beneficiavam da jornada de cinco horas para buscar outro emprego e com isso, acabavam, muitas vezes, exercendo a função de assessor ou relações públicas no setor público ou privado. Eles se consideravam, no geral, mais *empregados* ou *trabalhadores* comuns. Esta forma de se auto-representarem criava dificuldades para que compartilhassem de uma identidade de interesses profissionais com os seus superiores hierárquicos. Segundo Smith, a retórica da divisão de classes é que acabou modulando os termos do debate entre esses pólos:

Entre 1964 e 1985, jornalistas e diretores se enfrentaram mutuamente de lados diferentes da divisória de classes. A ação coletiva que impunha a existência de interesses comuns entre jornalistas, diretores, supervisores e donos, era, por conseguinte, inconcebível. A retórica da divisão de classes era dominante, inevitável e ajustou os termos do debate acima de qualquer identidade ou ação coletiva (SMITH, *Ibid.* 170-171).

Diante desse quadro, a definição de fronteiras propostas pela regulamentação profissional não conseguia conter as brechas deixadas no mercado para os jornalistas ocuparem os postos de trabalho que apareciam nas assessorias de imprensa. Assim, é bem possível a retórica da divisão de classes funcionasse como um fator explicativo eficaz para os que punham a ocupação de uma vaga mercado de trabalho como o centro de suas preocupações, diante de quadros jornalísticos para os quais a sobrevivência econômica talvez não se apresentasse como um problema de primeira ordem.

Proença (2004, p. 153-156) chamou atenção para o paralelismo de três processos: a obrigatoriedade da formação universitária, a especialização do campo da comunicação e crescimento das assessorias de imprensa. Assim, nos anos 1970 era comum presença de jornalistas que trabalhavam como repórteres ou redatores nas assessorias criadas nas grandes

corporações empresariais e/ou em órgãos dos governos federal, estaduais e municipais. O seu trabalho dá a entender que a formação universitária foi um componente fundamental para o apagamento das fronteiras entre o jornalista e o assessor.

3.3.3 Os Primeiros Debates sobre o Diploma

Isto nos leva a discutir a primeira coordenada do debate: os efeitos negativos da obrigatoriedade do diploma. Essa perspectiva envolve dois tipos de interpretações: de um lado, estão as dos que eram contra a obrigatoriedade e as escolas de comunicação, e, de outro, os que eram a favor. Os que eram contra tinham três ordens de motivos. A primeira era que as escolas de comunicação estavam associadas a uma política de governo para aliviar a pressão dos estudantes para a abertura de mais vagas nos principais cursos de vestibulares: direito, medicina e engenharia. Como muitos não conseguiam passar para estes cursos, comunicação surgia como uma segunda opção para quem queria de qualquer jeito ser universitário. Com isso, as escolas, além de serem desnecessárias, recrutavam alunos sem vocação para o jornalismo.

Elas foram criadas para absorver a massa de excedentes dos vestibulares. O sujeito não passa para engenharia ou medicina e faz comunicação. Daí muita gente sem vocação no jornalismo (...) Parece-me que no Brasil não temos escolas de comunicação, mesmo porque, os professores, com raras exceções, não são profissionais atuantes. Tecnicamente, o jornalista precisa de muito pouco para formar-se. **O mais importante é a prática**⁴⁹.

A segunda ordem de motivo era a política imposta pelo assalariamento. Estes entendiam que o processo de modernização conservadora mesclou o fechamento de jornais pelos militares com a adoção de modernas técnicas de gerenciamento pelas empresas jornalísticas. A obrigatoriedade do diploma e a formação massiva de profissionais foram fatores que levaram ao jornalista a ter uma preocupação maior com suas condições de trabalho, respeito à jornada de cinco horas, boas condições salariais, planos de carreira, do que com a natureza política do mesmo. É nesta perspectiva que pode perceber os efeitos negativos do assalariamento como relação de trabalho predominante no jornalismo brasileiro. Ele engendrou um padrão de sociabilidade no interior das redações que ajudou a precipitar o fim de uma cultura jornalística marcada pelo relativo desprendimento salarial, no qual o trabalho jornalístico era até então compensado por satisfações literárias, intelectuais e

⁴⁹ Mino Carta. Ver *Unidade*, nº 1, Agosto de 1975, p. 9.

ideológicas. Com isso, para permanecer no interior de cada grande empresa jornalística, o jornalista teria de abdicar de ser o sujeito consciente de suas ações, abrir mão de sua autonomia intelectual e política, para se tornar objeto do arbítrio imposto pelas relações de trabalho tipicamente assalariadas (KUCINSKI, 1991, p. XXIII-XXIV).

A terceira ordem envolvia a influência dos referentes externos. Aqui perdura nos intérpretes um tipo de olhar aristocratizado sobre a atividade similar aos dos literatos do início do século. Só que aqui o processo de massificação estava associado à influência do padrão norte-americano de jornalismo através das escolas de comunicação e não ao que depois foi identificado como a boca torta do *nariz de cera*. Na nova concepção, as escolas estavam ajudaram a consolidar um *novo jornalismo* distanciando da arte literária, pois reduzido a um conjunto limitado de técnicas. Isto trouxe duas conseqüências. A primeira era a perda da vocação, pois reduzido a um conjunto limitado de técnicas, o *novo jornalismo* não suscitava nos seus praticantes o desejo e a angústia que movem um escritor de influir na realidade. O segundo é que o excesso de mão de obra fez predominar foi a concorrência e a falta de solidariedade entre os pares, visto que para arrumar um emprego os jovens estudantes de comunicação se sujeitavam aos baixos salários e as precárias condições de trabalho.

O simples fato de um cara entrar na faculdade de Comunicação mostra que ele não percebeu a realidade. Quando quis acabar com os excedentes universitários, criou-se em cada esquina uma escola de comunicação. Então, tudo que sobrou de Medicina e tal foi para comunicação. E até filosofia e sociologia, tudo o que o cara estuda e não tem emprego. Então, o que está acontecendo é uma barbaridade. O cara faz comunicação para ganhar 150 mirréis como free lancer ou 700 reais por mês como estagiário. E vai ser mandado embora três meses depois. Por isso, ele acaba se tornando um oportunista manter o emprego⁵⁰.

Paradoxalmente, o apelo aos referentes externos era visto como a causa dos efeitos negativos do diploma e da formação universitária pelos seus defensores. Para estes, o problema era confundir o ensino de jornalismo com comunicação. Daí, o ensino universitário de jornalismo estar sujeito *ao modismo teórico da comunicologia importada, do tipo macluhanismo* e os seus currículos eram *colonizados* pelo funcionalismo norte-americano. Submissas a este padrão de ensino, as escolas impediam os alunos de formarem qualquer juízo crítico sobre o que escreviam⁵¹.

⁵⁰ MARCOS, Plínio, colaborador da *Veja. Unidade*, nº 14, Setembro de 1976.

⁵¹ JORDÃO, Fernando Pacheco repórter da *TV Globo. Unidade*, nº 1, Agosto de 1975. A referência a Macluhan talvez se explique pelo fato dele ser um dos teóricos da comunicação mais conhecidos fora do ambiente acadêmico.

Outros tinham uma interpretação diferente. Defendiam um padrão de curso de jornalismo similar ao oferecido pela Faculdade de Filosofia nos anos 1950, que preparava intelectualmente o estudante de jornalismo ao lhe ofertar uma base cultural sólida para conscientizá-lo da sua responsabilidade social como futuro formador e informador da opinião pública. Porém, o projeto da ditadura militar era outro ao criar os novos cursos de comunicação e inserir o jornalismo dentro deles. Assim, além de massificarem o ensino de jornalismo com a criação de novas habilitações, como relações públicas, o subordinaram ao referente externo errado, trocando o empirismo anglo-saxônico pelo abstracionismo francês.

A revolução massificou a universidade e controlou o fluxo de informações. (...) Nossas escolas de comunicação descambaram para a doutrinação do nada, a codificação do desimportante e o endeusamento do irrelevante. Temos 55 escolas que despejam a cada ano 2.200 profissionais no mercado contra 250 jornais. No Grande Rio temos uma escola por um jornal: 8 a 8. Temos nessas escolas habilitação em Relações Públicas. E as Relações Públicas é um antídoto da comunicação considerada a busca da verdade. O bom jornalista sabe que deve evitar a atuação dos relações públicas, pois são adversários (...) Fascinados com a elocubração gaulesca, abolimos dos currículos a experiência anglo-saxônica da liberdade de imprensa (...). Mas, o comunicador, hoje, sai da escola com um canudo apenas e para manter o status não se vexe em aceitar postos de censor ou trabalhar nas assessoria de imprensa, que constitui uma barreira a informação. Estimativas revelam que o mercado de assessores é mais rico que o de jornalistas (...) Deveríamos estar criando mais veículos, cada vez mais autênticos e legítimos para estender o hábito de leitura em vez de manter essas assessorias que controlam, impedem ou deturpam as informações que chegam ao público⁵².

Nesta vertente, a massificação favorecia o recrutamento de alunos com baixo nível intelectual dos alunos, que se tornavam vítimas de um corpo docente constituído por *comunicólogos*. Com as mentes vazias, os alunos absorviam todo um cipoal de teorias completamente discrepantes da realidade brasileira, impedindo-os de exercerem como jornalistas, de forma crítica e elevada, as suas funções de formar e informar.

Obviamente que isto gerou um olhar negativo sobre as escolas de comunicação. De um lado estavam os que eram contra as escolas e acusavam as mesmas de serem uma criação da ditadura militar com a dupla intenção de desideologizar e profissionalizar os futuros quadros jornalísticos. De outro, os que a defendiam acusavam a sua estrutura curricular estar submissa a um teorismo desvairado e um tecnicismo inconseqüente.

Isto nos leva à segunda coordenada, a tensão entre a teoria e a prática na estruturação interna do ensino acadêmico. Isto envolveu o olhar sobre os problemas enfrentados pelo

jornalismo como disciplina de nível superior dentro da pergunta: quem deveria dar aulas nas escolas de comunicação? Esta questão pôs em confronto aqueles que se assumiam como docentes e os profissionais, estranhos ao ambiente acadêmico. No entendimento dos primeiros, a baixa qualidade da formação universitária era resultante de dois em tipos entrançados. O primeiro era o monopólio exercido pelos profissionais das redações como professores. A inexperiência, a falta de conhecimentos pedagógicos formais e a tentativa de conciliar as atividades docentes com as exigidas pelos jornais eram apontadas como fatores que deturpavam a formação universitária, impedindo-a de formar pensadores e não apenas técnicos em comunicação.

Na verdade, uma das falhas do corpo docente das escolas de jornalismo é que ele é basicamente ocupado por profissionais saídos das redações (...). Um profissional deste tipo não tem preparo pedagógico, nem preocupação didática (...). O curso acaba formando técnicos na especialidade do professor. Quando falo de formação universitária falo da capacidade de debater, criticar, questionar. O corpo docente de profissionais não leva os alunos a pensarem⁵³.

O segundo era o peso do referente externo dominante gerando a dependência da herança norte-americana no ensino de jornalismo e a prevalência da técnica sobre a teoria. Este arranjo facilitou a composição de um corpo docente de profissionais sem preocupação de inserir o jornalismo num quadro teórico consistente. Daí a limitação do ensino do jornalismo a um conjunto de atributos técnicos, o impediu a definição de um objeto de estudo capaz de levar a produção de uma teorização sobre essa prática social e dar um significado concreto a exigência da formação universitária.

O médico visa dominar um conjunto de conhecimentos para aplicá-lo no seu objeto de trabalho, o corpo humano. Da mesma forma, o pedagogo tem a priori um conceito de educação e dirige suas ações para atender os propósitos determinados pela pedagogia. Já o jornalista, este não sabe bem o que fazer quando conclui o curso e nem onde aplicar as teorias estudadas⁵⁴.

Obviamente as entidades de classe se posicionaram na defesa dos profissionais. Elas defendiam a obrigatoriedade do diploma. Mas, entendiam que a vocação para a teoria e a distância entre o que era ensinado na academia e exigido pelo mercado eram derivados das

⁵² Alberto Dines. *Unidade*, nº 22, Julho de 1977, p. 12

⁵³ Luis Tunas, professor da disciplina Técnica de Redação do curso de Comunicação Social da Fundação Armando Alvarez Penteado. *Unidade*, nº 14, setembro de 1976, p. 12. Para Guadêncio Torquato o profissional só era um bom professor quando aliava a teoria a sua prática, o que só poderia ser obtido na pós-graduação. *Unidade*, nº 13, agosto de 1976, p. 5.

falhas na legislação do ensino superior. Esta enfatizava que a docência fosse exercida por quem tivesse os cursos de mestrado e doutorado. No caso específico da comunicação isto gerava problemas de recrutamento de profissionais experientes para o exercício da docência no jornalismo e relações públicas, pois ou não tinham diploma ou quando tinham eram em outras disciplinas como direito, medicina ou engenharia. Assim, para aproximar a academia da realidade de mercado foi necessária a organização de seminários e simpósios, cujo objetivo era tentar dotar o ensino teórico de um conteúdo capaz de permitir o exercício profissional do jornalismo⁵⁵.

Assim, independentemente das acusações feitas às escolas de comunicação, a tensão entre teoria e prática estava relacionada a uma disputa de lugares sobre quem deveria exercer as atividades docentes. De um lado havia a crítica que os profissionais não tinham metodologia de sala de aula, pois eram herdeiros de um saber prático distinto do modelo de ensino seqüencial e sistemático, típico da academia. Com isso tendiam a reproduzir na academia às exigências típicas do ambiente de trabalho das redações. Por outro lado, os docentes com menor experiência profissional tendiam a se adaptar com mais facilidade às convenções e regras do ambiente acadêmico.

A discussão sobre o caráter do ensino universitário e da tensão entre teoria e prática nos levou a terceira coordenada, a vocação. Ou seja, quais eram os motivos que levavam um conjunto de jovens escolher o jornalismo como profissão? Liane Braun, aluna de curso de Comunicação da Faculdade Objetivo, afirmou sobre a sua escolha: *“Por incrível que pareça, as notícias de jornal me agradem muito. Mas você então vai dizer: ‘Pô se ela não lê jornal, por que vai ser jornalista?’ Ora, porque é a carreira que se aproxima mais do que eu quero fazer: ser escritora.”* Denise Amoroso, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, seguiu uma linha raciocínio parecida. *Ser jornalista foi a alternativa que me restou depois que meus pais me proibiram de fazer teatro. Eles disseram que o ambiente do jornalismo era melhor e mais decente ainda que mal remunerado.* Francisco Soares de Oliveira, da Cásper Líbero, queria ser correspondente internacional para conhecer o mundo. *Não gosto de ficar trancado numa sala fechada como numa redação*⁵⁶.

Os depoimentos colhidos pelo Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo colhidos indicam que muitos jovens ainda viam o jornalismo como uma profissão romântica, ligada às artes e a literatura, ressuscitando assim as representações sobre o ofício que as

⁵⁴ Jeanne Marrie, professora da Escola de Comunicação e Artes da USP, na época mestranda em Comunicação da mesma escola. *Unidade*, nº 14, setembro de 1976 p. 13.

⁵⁵ Comunicação: a escola das contradições. *Boletim ABI*, abril de 1975, p. 4.

reformas dos anos 1950 queriam enterrar. Os jovens entrevistados não tinham então noção dos constrangimentos existentes ao exercício profissional. Achavam que através da prática jornalística exercitariam sua criatividade e inventividade, mesmo que sendo mal remunerados para isso. Não percebiam, então, essa prática como metódica, rotineira e submetida a um cronograma industrial.

Essa forma romanceada de ver jornalismo causou perplexidade ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que promoveu a consulta. Na interpretação da entidade *os alunos são o paradigma de uma época: idealistas, mas incrivelmente despreparados*. Mas, onde residia o despreparo? Convidado para analisar as respostas dos alunos, Perseu Abramo, editor de educação da *Folha de S. Paulo*, abalado com as respostas, constatou o seguinte: os alunos não sabiam por que escolhiam comunicação, não liam jornais e não possuíam vontade de serem jornalistas autênticos. Pragmaticamente, eles simplesmente trocavam a vocação por algo derivado de um sonho delirante ou por uma escolha pragmática que os permitisse ingressar no ensino universitário. Os depoimentos dos alunos indicavam que eles não tinham militância política e nem possuíam o menor conhecimento do que era o jornalismo. Neste sentido, suas vocações só poderiam ser testadas pela nas redações⁵⁷.

Isto acontecia normalmente no último ano de curso, pois o estágio nesta fase do aprendizado foi obrigatório por lei até 1978⁵⁸. Enquanto a lei perdurou, a procura dos jovens formandos por vagas nas redações foi frenética. Assim, a perspectiva dos formandos era distinta dos ingressantes nos cursos. Entre os primeiros, o objetivo era entrar, a qualquer custo, no mercado de trabalho. Com isso, era comum enviarem cartas ao Sindicato nas quais explicitavam os dilemas e preconceitos que enfrentavam no ambiente das redações:

O que me preocupa é o restrito mercado de trabalho. Pelo que se percebe, a indústria jornalística está passando por crises e isto não deixa de se refletir na convocação de mão de obra. Isto forma duas situações: quem está trabalhando segura o emprego. Quem não está ou fica brigando por uma vaga de estagiário ou embarca noutra como as assessorias de imprensa, jornais de empresas etc. Muitos têm prevenção em relação a este tipo de jornalismo. Acham que isto não é jornalismo. O que é então jornalismo? É o que se faz no *Estado de S. Paulo*, *Editores Abril* ou *Folha de S. Paulo*? Na grande imprensa? Os jornalistas que trabalham em outros veículos são menos jornalistas? Formam uma classe à parte? Fazem um jornalismo à parte?⁵⁹

⁵⁶ Os depoimentos estão no *Unidade*, nº 19, março de 1977, pp. 11-12.

⁵⁷ *Idem* *ibid.*

⁵⁸ A lei 6.612, de 1978, aboliu o estágio obrigatório.

⁵⁹ Giovanna Vasconcelos, estudante do último ano do curso de Comunicação da Faculdade Alvarez Penteado. *Unidade*, nº 1, Agosto de 1975, p. 2.

O depoimento acima, como outros já citados, aponta para a importância do mercado que se ampliava fora das redações. O crescimento das assessorias e dos departamentos de comunicação das empresas se constituía numa reserva de mercado para os novos profissionais, que nem por isso abdicavam da identidade de jornalistas profissionais. O depoimento revela certo desconforto com as críticas dos que viam o trabalho em assessorias como uma deturpação do verdadeiro jornalismo. A continuidade da fala nos mostra as dificuldades de convivência entre os estagiários e os quadros que ocupavam os principais cargos na estrutura hierárquica dos jornais.

Nós estudantes, apesar dos esparsos conhecimentos obtidos nas fábricas de fazer dinheiro queremos entrar no mercado de trabalho e temos de nos sujeitar a editores que acreditam que a faculdade de jornalismo nem deveria existir. Quando se começa a trabalhar, vale a estrutura montada e ela cai em cima de você. Aí surgem os grupos antagônicos, os grandes profissionais, os que acham que jornalismo é status, os aristocratas, a oligarquia jornalística. Do outro lado do muro, com um rombo no meio, estão os estudantes. Estes acreditam na própria redefinição do jornalismo. Pra que serve e a quem serve o jornalismo no Brasil? Diante dos gigantes, o mercado de trabalho manipulado por eles fica em segundo plano⁶⁰.

O discurso acima retrata o drama vivido pelos setores da base jornalística. Os estudantes que não possuíam ideais virtuosos e em função da estrutura do mercado eram obrigados a lutar por empregos precários, sem poder recusar o trabalho que lhes abrisse a porta. Além disso, não viam muita distinção no trabalho do jornalista e do assessor de imprensa, já que ambos eram comunicadores. Com esta postura, sentiam a falta de identidade da oligarquia do jornalismo, que manipulava as contradições do mercado de acordo de modo a compatibilizar o seu senso profissional com os das empresas em que trabalhavam.

A questão das assessorias nos dirige à última coordenada que é o tema da burocratização das redações. A questão aqui seria até que ponto as novas rotinas de produção de notícia estariam sufocando o jornalismo calcado nas grandes reportagens investigativas? Temos aí três variáveis presentes no debate: a padronização discursiva provocada pelo copidesque, o uso da tecnologia e as assessorias de imprensa. Estes seriam os três fatores seriam os responsáveis pela tecnocracia dominante no ambiente das redações e pelo açodamento da autonomia profissional dos homens de imprensa.

Em relação ao copidesque o posicionamento em geral era de que ele foi um mal necessário no passado, para dar agilidade a produção jornalística, mas a sua permanência

⁶⁰ Giovanna Vasconcelos. Idem ibid.

estaria acabando a liberdade criativa necessária a produção de bons textos jornalísticos. Porém, as suas raízes nos anos 1970 não eram associadas às reformas dos anos 1950, mas a dois fatores: a censura patronal e a tecnologia.

A tecnologia, por sua vez, estava associada às novas técnicas de comunicação, ao uso de fax, telex, release e outros procedimentos que permitiram a produção noticiosa se concentrar em agências e serem vendidas pelos jornais. Duas conseqüências teriam derivado daí: em primeiro lugar, a acomodação dos jornalistas, que teriam perdido a garra, a paixão pela atividade de repórter investigador; em segundo lugar, os novos dispositivos tecnológicos teriam permitido a proliferação da comunicação das fontes, que através releases passaram a pautar o trabalho jornalístico e aniquilar o espírito inquiridor do jornalista⁶¹.

As duas variáveis acima não suscitaram tanta polêmica entre nos debates encontrados nos jornais sindicais. De modo geral, elas corroboram um tipo de interpretação comum entre parte dos jornalistas e que tomou forma a partir de meados da década de 1970: a censura oficial tinha sido substituída pela censura patronal e os mecanismos internos de controle da produção textual tinham sido facilitados pelo avanço da tecnologia gerando um olhar saudosista e romântico sobre o passado.

A terceira variável, porém, é bastante controversa. Pois ela gerava a seguinte questão: até que ponto o assessor de imprensa é um jornalista? Há diversos depoimentos anteriores atestando a oposição entre jornalistas e assessores. A linha básica de divergência entre estes agentes era de que o jornalista trabalha a informação visando o interesse público. Enquanto o assessor funciona como relações públicas, estando, portanto, sempre subordinado ao interesse privado.

Mas, ao mesmo tempo em que os sindicatos abriam os seus jornais para a crítica ao papel exercido pelas assessorias na burocratização do jornalismo, davam espaços para os assessores se pronunciarem. E nestes depoimentos três aspectos eram comuns: 1) o assessor é um jornalista, pois além dos press-releases, ele edita jornais empresariais (house organs e news letters), produzindo matérias, editando, revisando, cuidando dos aspectos gráficos, enfim, tendo conhecimento de todo relativos à produção deste produto; 2) o assessor não é um manipulador de consciências ou promotor de eventos, mas sim um elemento de ligação de personalidades físicas ou empresariais com o meio jornalístico; 3) a relevância das assessorias

⁶¹ *A tecnocracia está matando o jornalismo?* Debate promovido pelo Sindicato de Jornalistas de São Paulo do qual participaram: Múrcio Borges, da *Editora Três*; Percival de Souza, repórter policial do *Jornal da Tarde*; Eduardo Suplicy, economista e colaborador da *Folha de S. Paulo*; Rui Veiga, do alternativo *Versus* e Celso Kinjô, da diretoria do Sindicato. *Unidade*, nº 20, abril de 1977, p. 20-22.

como mercado de trabalho, muitas vezes mais promissor em termos criativos (pela multiplicidade de tarefas feitas pelo assessor) e salariais do que o trabalho no interior das redações; 4) assim como o jornalista, o relações públicas é um comunicador, pois são formados no mesmo curso, possuindo apenas habilitações diferentes⁶².

Esses argumentos foram sendo ventilados ao longo da década. No início dos anos 1980, eles não podiam mais ser desconsiderados. O jornal do Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo, em maio de 1980 trazia uma reportagem na qual dizia: *As assessorias absorvem cada dia mais gente*. Ao longo do texto, a entidade reclama da falta de empenho dos jornalistas em defenderem esse mercado de trabalho, ocupado por pessoas estranhas ao universo da comunicação. Havia também problemas com relação à legislação:

O jornalista que trabalha em assessoria enfrenta o problema de muitas vezes ser registrado em função não jornalística, o que o impede de obter o registro profissional no Ministério do Trabalho. É comum as empresas inventarem denominações para as funções jornalísticas diferentes daquelas fixadas em lei, coisas do tipo “auxiliares de divulgação”, “redatores-técnicos” ou “técnicos de comunicação”. Como essas funções não constam da lei, o jornalista acaba não obtendo o seu registro no Ministério do Trabalho, sendo impedido de se sindicalizar e, conseqüentemente, de gozar do dissídio e das datas base da categoria (Unidade, nº 55, maio/junho de 1980, p. 10).

Assim, no fim dos anos 1970 os sindicatos adotaram um discurso ambíguo. De um lado, eram atentos ao corporativismo de seus filiados sendo suscetíveis às suas demandas para garantir nichos no mercado de trabalho disputados por outros agentes além dos jornalistas. De outro, usavam um discurso de classe para culpar as empresas e o governo pela exploração salarial e a alta rotatividade nas redações. Evidentemente que esta estratégia implicava na construção de uma nova identidade forjada em discursos de como de Audálio Dantas, militante sindical, em 1978.

“Esse movimento forte hoje existente no ABC está sendo uma lição para nós. Nossa categoria teve sempre tendência muito acentuada de se considerar a margem do processo da luta dos trabalhadores, de modo geral, porque, diga-se de passagem, era categoria intelectualizada ou para-intelectual. Isso prejudicou muito. **E a nossa briga aqui, permanentemente, foi essa, no sentido de que havia necessidade de mobilização e de participação dos membros da**

⁶² Ver debate promovido pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, *Press Release – antiinformação, fraude ou comodismo?* Participaram: Armando Figueiredo, assessor de imprensa da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e, mais tarde, repórter cultural da sucursal do *Jornal do Brasil* naquele estado; Nemércio Nogueira, jornalista, diretor de relações públicas da Mauro Sales Interamericana de Publicidade e futuro presidente do Conselho Regional de Relações Públicas, CONRERP, Rodolfo Valentim, assessor de imprensa do Consulado dos EUA em São Paulo e Cláudio Lachini, chefe de reportagem da Gazeta Mercantil. *Unidade*, nº 7, fevereiro de 1976, p. 7-8.

categoria, porque eles são trabalhadores como outro qualquer. São assalariados, têm os mesmos problemas de uma grande parcela de trabalhadores - insistimos sempre nisso – que ganham salários abaixo do que pode se considerar digno. E houve aumento gradativo de participação” (*Unidade*, nº 32, maio de 1978).

O sindicato agia, desta forma tentando formar os jornalistas como classe e corporação. A luta por garantias proporcionadas pela lei ajudava a firmar entre os jornalistas os sintomas do assalariamento: a preocupação primordial dos jornalistas com o emprego e o salário era a de qualquer trabalhador. Ser trabalhador significava, então, o atendimento às demandas particulares do grupo, deixando outras funções, como a de agente público e defensor da sociedade, em segundo plano. Esse deslocamento era representativo da adaptação dos jornalistas a um ambiente que foi gradualmente se reconfigurando e as instituições sindicais foram agentes ativos nesse processo permanente de reconfiguração que se tornou visível e visto de forma negativa nos anos 1980. Por quê? É o que veremos nos próximos capítulos.

*A abertura explodiu certezas e desarrumou posições. Teve esse mérito. (...) Aprendemos, por exemplo, que a unidade da categoria, que a gente teima em chamar como classe, não será conquistada pelo consenso político. A política é, na verdade, o nosso divisor comum. Que tal então tentar conquistá-la por meio de caminhos que incluam interesses mais específicos, profissionais, econômicos e salariais? (Zuenir Ventura, *Unidade e Ação*, nº 2, dezembro de 1979, p. 3)*

Entre as questões apresentadas pela delegação de São Paulo, indaga-se, por exemplo, se a legislação profissional é a responsável real pela defesa do mercado de trabalho ou se na verdade, esse mercado não foi expurgado dos picaretas pelo próprio desenvolvimento capitalista das empresas jornalísticas (...). Esta questão deve ser seguida de uma breve referência aos problemas estruturais da sociedade brasileira (...) levando um alerta àqueles que, mesmo combatendo o corporativismo como idéia geral, aos discutirem à legislação acabam fortalecendo essa prática, acentuando os limites da lei para o exercício profissional do jornalismo (SPJSP, Unidade, nº 52, outubro 1979, p. 2) .

Os discursos acima têm um caráter convergente e uma proximidade temporal. Atendendo a um pedido do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, Zuenir Ventura escreveu um artigo sobre quais eram as suas perspectivas para jornalismo nos anos 1980. Ele, porém, acabou fazendo uma análise crítica do jornalismo e recomendações para os jornalistas se estruturarem como um grupo social mais coeso. O seu argumento era que a inserção dos jornalistas na política tinha nos anos 1970 causado mais danos do que benefício à consciência coletiva destes agentes. Entre elas estava o aumento a divisão ideológica, fator que impedia os mesmos de formarem um consenso sobre quais critérios e valores deveriam orientar suas condutas durante suas atividades como homens de imprensa. Na visão de Zuenir, era comportando-se como profissionais e não como militantes políticos, que os jornalistas iriam exercer um papel social mais relevante e contribuir de forma mais efetiva para o debate de idéias na atmosfera política tensa do processo de redemocratização da vida pública brasileira. No seu entendimento, o caminho que os jornalistas teriam de percorrer para chegar ao profissionalismo passava por questões específicas desse grupo, como demandas de natureza econômicas, salariais e profissionais.

O discurso do Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo, durante a XII Conferência Nacional dos Jornalistas, realizada em Florianópolis, indica, por sua vez como questões de natureza profissional já faziam parte do rol de preocupações de setores da comunidade jornalística que se agrupavam em torno das entidades de classe. Dentre essas questões, uma das que mais atormentava os sindicatos dizia respeito presença de indivíduos não legalmente habilitados fazendo do exercício profissional do jornalismo um meio de vida. Daí a disposição de luta dos mesmos para defenderem o decreto-lei 972 e seus posteriores regulamentos. Esta disposição de luta continha uma contradição que incomodava o Sindicato paulista. De um lado, essas instituições defendiam a identidade de interesses dos jornalistas com as demais categorias de trabalhadores, procurando fazer do conflito de classe uma arma política e proclamando sua ação autônoma perante a legislação corporativa do trabalho criada pelo Estado na Época de Vargas. Por outro, ao tratarem de suas questões de interesse

específico dos jornalistas, elas faziam uma renhida defesa da legislação criada pela ditadura militar para regulamentar o exercício profissional do jornalismo, estruturando o seu ideal de profissionalismo através de ações corporativas cujo principal objetivo era restringir o acesso ao mercado de trabalho aos jornalistas portadores de diploma em Jornalismo.

Isso criou um movimento paradoxal no caso brasileiro, pois, se de um lado havia uma interpretação vulgar e generalizada de que o mercado de trabalho estava mais restrito em termos de oferta de trabalho nas redações de jornais, nas rádios e TVs, por outro ele crescia virtualmente em áreas de trabalho não jornalísticas como as assessorias de imprensa e nos departamentos de comunicação social que se ampliavam em grandes corporações privadas e no setor público. Desta forma, a questão que conduz este capítulo é desvelar os caminhos tortuosos pelos quais os jornalistas construíram a sua identidade profissional na década de 1980.

O nosso interesse, então, é discutir como a ação sindical visou construir a identidade profissional dos jornalistas através de ações corporativas e de classe. Ações corporativas são aquelas em que a entidade de classe visava constituir e/ou afirmar mecanismos regulatórios para que os jornalistas com o estatuto de “profissionais” monopolizassem o mercado de trabalho. São ações, então, que tendem a estabelecer, afirmar ou reafirmar critérios para definir quem pertence ou não à comunidade de profissionais⁶³. Por outro lado, ações de classe são aquelas em que os sindicatos procuraram firmar a identidade dos jornalistas pelo conflito e pela luta de classes baseado no antagonismo interesses de agentes entre esses agentes e o patronato de comunicação de modo a formar uma consciência de classe⁶⁴.

Estes dois modelos de ação são antagônicos e certamente geraram uma série de contradições a cerca do papel exercido pelos sindicatos na tentativa de influenciar no status

⁶³O termo corporativo se apresenta aqui como contraposto ao modelo sindical de ação, gestor do conflito na sociedade industrializada dentro de uma relação de força entre o trabalho e o lucro. O modelo corporativo, pelo contrário, visa impedir a formação de elementos de conflitos via negociação ou pela solicitação da intermediação de outro agente, normalmente o Estado. Neste sentido, ele se restringe à defesa dos trabalhadores da ação do mercado, sendo por isso considerado um obstáculo ao funcionamento deste. Ver BOBBIO, p. 287. No caso dos jornalistas, esse modelo de ação tem haver com o uso dos sindicatos da legislação profissional, o decreto-lei 972, como forma de regular as relações de trabalho no mercado jornalístico.

⁶⁴Estamos utilizando os termos classe e luta de classe: como categorias analíticas para organizar um acontecimento histórico com uma correspondência muito menos direta com o padrão de ação de um determinado grupo social como o operariado fabril. Nosso objetivo é usá-los para dar entendimento ao comportamento coletivo de agentes históricos como categorias de trabalhadores com valores, experiências e tradições ainda incipientes para poder tomá-los como uma consciência de *classe*. Para essas categorias que não possuem uma cultura de classe madura, como os jornalistas, o uso do conceito é inseparável do de luta de classe. Segundo Thompson, (1977, p. 34-39), os atores sociais se encontram em uma sociedade estruturada, experimentam a exploração, identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por seus interesses e nesse processo de luta se descobrem como classe. A classe e a sua consciência são sempre as últimas e não as primeiras fases desse processo de luta.

profissional dos jornalistas brasileiros. Assim, o procuramos foi identificar essas contradições de forma mais específica enquadrando o debate sobre a identidade jornalística em torno de três variáveis: a *legislação*, a *formação universitária e sindical* e a *ética profissional*. Cada variável corresponde a um capítulo desta parte. No capítulo 4 discutiremos inicialmente o papel que a legislação da exerceu nas visões que os jornalistas tinham de si mesmos como profissionais. Assim buscamos entender os efeitos das restrições que os sindicatos, em acordo com o Estado, impuseram na concessão de registros para indivíduos não diplomados exercerem o jornalismo, o combate dessas instituições a mão de obra informal, seus argumentos para manter o diploma como o epicentro do profissionalismo e os conflitos que enfrentaram com outros profissionais da comunicação.

No capítulo 5, tratamos das questões relacionadas à formação profissional dos jornalistas, pondo em questão o papel da formação universitária na identidade profissional. Nossa proposição é contrariar o mito vigente entre certos setores do jornalismo sobre o distanciamento entre a formação proporcionada pelas universidades e a realidade sobre mercado. Para isso vamos discutir as reformas curriculares e mostrar sua adaptabilidade a lógica de mercado, as características dos cursos de aprimoramento profissional patrocinado pelas entidades de classe e os efeitos esperados dos mesmos sobre os jornalistas e, por último, discutir o lugar reservado ao estágio na formação de quadros jornalísticos.

O capítulo 6 está estruturado em torno da ação dos sindicatos para a constituir uma deontologia profissional. Nosso objetivo é interpretar o conjunto de articulações feitas pelos sindicatos para instituir o código de ética unificado na comunidade, tratar dos dilemas gerados pelos casos concretos de aplicação do código diante da falta de consenso dos jornalistas em relação aos seus procedimentos jornalísticos. Antes de começar o debate propriamente dito é preciso ressaltar que os jornais sindicais constituem o nosso corpus de trabalho e eles foram utilizados por constituírem um sob um duplo aspecto: são arena de discussão sobre jornalismo e um agente na defesa de determinadas causas defendidas pelos sindicatos.

4. AS FRONTEIRAS PROFISSIONAIS

4.1 O Jornalista Profissional

Em outubro de 1978, representantes dos Sindicatos de Jornalistas Profissionais de Alagoas, São Luís (Maranhão), Paraná, Rio Grande do Sul, Piauí, Juiz de Fora (Minas Gerais), Brasília, Goiás, Belo Horizonte e dirigentes da Federação Nacional dos Jornalistas se reuniram com Renato Rodrigues, representante do Ministério do Trabalho. O assunto em pauta era a reforma do decreto-lei 972. O objetivo do encontro era a elaboração de um projeto de lei a ser apresentado ao Congresso Nacional definindo a regulamentação da profissão de jornalista.

Segundo Gastão Thomaz de Almeida, militante do sindicato paulista, o Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, tinha especial interesse na regulamentação. Seu objetivo era anuncia-la antes de deixar o ministério em função da troca de governo. Neste sentido, orientou o seu representante para que somente mudanças superficiais constassem do projeto de lei. Isso facilitaria o seu trâmite no parlamento. Por outro lado, os sindicatos de jornalistas profissionais tinham interesses mais abrangentes e pretendiam alargar o conjunto de modificações que visavam basicamente o seguinte: restringir o acesso à profissão aos de “fora”, definidos como aqueles que não tinham diploma e nem experiência profissional comprovada antes da publicação do decreto-lei 972, em 1969; ampliar o controle das entidades de classe sobre o exercício profissional do jornalismo como forma a impedir que as empresas burlassem a legislação; redefinir o conceito de empresa jornalística, de modo a incluir no rol das mesmas, setores não jornalísticos ou “extra-redação” como os sindicalistas chamavam as empresas de assessorias de imprensa, publicidade, ou os departamentos de comunicação social das corporações empresariais e ampliar o rol das funções e atividades jornalísticas visando incluir a edição e montagens de filmes cinematográficos.

Essas modificações afetavam aspectos importantes do decreto-lei 972. Albuquerque (2006, p. 80-85), destacou quatro dentre eles. O primeiro é o fato desta lei não ter definido o que são atividades jornalísticas, mas enquadrado, de forma extensiva, nesta categoria um conjunto de atividades realizadas no interior das empresas jornalísticas⁶⁵. O segundo, a definição de empresa jornalística abarcou toda aquela que tivesse como atividade à edição de jornal, revista ou a distribuição de noticiário e equiparou estas as seções ou serviços de

⁶⁵ Entre elas a redação e a revisão de textos como comentários, crônicas e reportagens, o levantamento e coleta de informações, a organização e a pesquisa de arquivos jornalísticos, a produção gráfica e a elaboração de desenhos artísticos e/ou técnicos e o ensino das técnicas de jornalismo.

empresas de radiodifusão, cinematográficas e de publicidade que exercessem as atividades definidas como jornalísticas.

O terceiro foi o fato do decreto 972 estar inserido dentro da lógica corporativa atribuindo aos sindicatos de jornalistas profissionais o papel de denunciar, junto às autoridades competentes as possíveis burlas à legislação⁶⁶. O quarto aspecto foi identificação de uma rígida política de controle da atividade jornalística, com exigência do diploma em curso superior específico, estando esta associada a outras tais como a nacionalidade brasileira, a folha corrida para o registro profissional e a revisão da concessão dos mesmos de modo a cancelar aqueles “viciados por irregularidade insanável”.

Segundo Albuquerque (Idem *Ibid*), o decreto teve efeitos que estão inseridos no bojo de um processo complexo que vamos procurar desenvolver de forma um pouco mais aprofundada aqui. O primeiro deles é que diploma se encontrava entre um conjunto de medidas tomadas pela ditadura militar visando *profissionalizar* a área de comunicação. A formalização das exigências para o registro profissional dos jornalistas era uma forma do governo militar acabar com as redes de relações informais que facilitavam a contratação de jornalistas de esquerda e oposição ao regime. Entre estas, uma das mais citadas era a dos comunistas, que procuravam ocupar postos hierárquicos nas redações dos principais jornais do país de modo a formar redes de proteção recíproca, dando o emprego a outros militantes e simpatizantes do PCB (TAVARES e WEIS, 1998, p. 357).

O aprendizado profissional desses quadros muitas vezes era iniciado com colaborações em jornais de partidos de esquerda tradicionais e/ou de grêmios estudantis universitários e se desenvolvia auto-didaticamente para outras atividades como a diagramação, edição etc. Isto tornava estes quadros relativamente familiarizados com as práticas desenvolvidas nas empresas jornalísticas⁶⁷. A quebra dessa rede de informalidade seria substituída por outra formal. E, deste modo, os jornalistas simpatizantes e/ou militantes

⁶⁶ Estamos chamando de lógica corporativa o papel exercido pelo Estado no sentido impedir que os agentes econômicos regulem suas atividades no mercado através do conflito, visto como fator impeditivo para se forjar um clima de solidariedade social. Deste modo, o decreto 972 foi usado ordenar o acesso dos indivíduos à profissão de jornalista. A formação superior foi o critério estabelecido para determinar quem pode e quem não pode exercer essa atividade profissionalmente. A lei, assim, reservou o mercado para os formados nas escolas superiores de jornalismo e definiu quais eram as funções a serem exercidas por estes agentes. Dentro da política de harmonia social, caberia aos Sindicatos de jornalistas não lutar por direitos, mas representar esse conjunto de profissionais junto ao Estado e colaborar com este na regulação do mercado de trabalho jornalístico. Sobre o papel dos sindicatos na política corporativa. Ver VIANNA, 1951, p. 31.

⁶⁷ Há uma série de relatos memorialísticos que atestam à presença e o alto grau de profissionalismo dos jornalistas comunistas nas redações dos jornais (ABRAMO, 1988, p. 169; ABREU et al, 2003, p. 35-36, CONTI, 1999, p. 162 e LACHINI, 2000, p. 24). É preciso destacar também que a maior parte desses usa o termo comunista de forma genérica, não fazendo distinção entre militantes orgânicos e meros simpatizantes do PCB e, às vezes não separando estes dos aos militantes egressos de outros grupos da esquerda revolucionária.

do Partido Comunista Brasileiro sofreriam a concorrência e perderiam a hegemonia para jornalistas graduados sendo que boa parte destes definiu suas opções e afinidades políticas em prol do Partido dos Trabalhadores.

Essa nova opção política foi fruto da confluência de dois movimentos no jornalismo: o sindical e o estudantil. Do ponto de vista histórico, a estrutura sindical corporativa brasileira fundamentou as bases de uma política desenvolvimentista baseada na noção de paz social e de harmonia entre as classes. Esta política teve diferentes vieses e atravessou o regime populista e a ditadura militar. A ditadura evidenciou o caráter autoritário da mesma restringindo as ações sindicais quase exclusivamente às ações de caráter assistencialista⁶⁸.

Foi das entranhas do sindicalismo corporativo que surgiu o ímpeto renovador do novo sindicalismo. As principais características deste fenômeno foram: a defesa da autonomia sindical ante o Estado e partidos políticos; a organização por local de trabalho e a demanda de novos direitos sindicais e trabalhistas, entre eles o direito de greve. Essa postura crítica foi encampada por dois tipos de militantes: os “autênticos”, forjados no interior da estrutura, mas que tinham nítidas raízes de esquerda influenciada pela Igreja e a Teologia da Libertação e os oriundos das “oposições sindicais”, militantes extra-oficiais boa parte oriundos de tendências de esquerda revolucionária que queriam ascender ao poder existente para renovar por “dentro” essa mesma estrutura. (CARDOSO, 1999, p. 34-35 e SANTANA, 1999).

As demandas dos “novos” sindicalistas por ampliação dos direitos sindicais não foram contempladas no projeto de abertura política. Pelo contrário, se intensificou a perseguição a certas lideranças e seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional assim como aumentou a repressão policial às greves de massa, como as do ABC paulista. Isto não só contribuiu para a forte politização do movimento sindical como permitiu aos sindicalistas colocarem o direito de greve no rol das liberdades democráticas associando-os aos temas da liberdade de imprensa e dos direitos humanos.

As críticas à estrutura sindical e as contestações dos sindicatos ao regime permitiram que novo sindicalismo ganhasse visibilidade e realçasse a sua face política de esquerda, se incorporando as lutas políticas pela redemocratização⁶⁹. Por outro lado, o crescimento das

⁶⁸ Apesar de alguns autores, como MORAES FILHO (1979, p. 243-250), evidenciarem o caráter fascista da legislação, retirando a autonomia dos sindicatos, criando o imposto obrigatório e o monopólio da representação dos trabalhadores por um único sindicato por região, diversos setores do movimento sindical vão se recusar a rever a mesma com o argumento que o sindicalismo poderia voltar à fragmentação anterior a 1930. Entre os maiores defensores da estrutura corporativa estavam os sindicalistas que fizeram parte da aliança competitiva entre o PCB e o PTB entre 1946 e 1964 (SANTANA, 2001).

⁶⁹ CARDOSO (1999, p. 35) afirmou que a sociedade civil emergente tomou o conflito operário como o *carro guia* da contestação ao regime militar, e as greves por reposição salarial que se seguiram às de 1978 ganharam um caráter de contraposição político-social ao regime. O suporte aos sindicalistas veio de todas as partes e a

escolas de comunicação ocorreu no bojo de um progressivo aumento do processo de politização de parte das mesmas, que se constituíram, juntos com outros cursos, em centros de resistência democrática, provocando desconforto em diversos setores do mercado e governo, o que levou os mesmos a defenderem o fechamento destes cursos. Isto gerou uma ação reativa à dos sindicatos, estudantes e comunidade acadêmica, levando a criação do Movimento em Defesa dos Cursos de Comunicação (WEBER, 2000, p. 175).

Isto nos leva ao segundo efeito, a acomodação de interesses entre sindicatos e jornalistas graduados. De um lado, a explosão de cursos de jornalismo teria trazido vantagens para os sindicatos, uma vez que um maior número de graduados poderia significar um maior número de filiados às entidades de classe, gerando aumentos de recursos econômicos e prestígio político para as mesmas. Para os graduados trabalhando em atividades não jornalísticas, como as assessorias de imprensa, este papel tornaria os sindicatos um referencial importante para afirmação de suas identidades como jornalistas. Por outro lado, os sindicatos ganhariam prestígio entre seus representados como líderes de uma cruzada corporativa (ALBUQUERQUE, 2006, p. 84).

Este efeito deve ser situado dentro do contexto político do fim dos anos 1970, quando houve um processo de renovação nos quadros das diretorias de algumas dessas instituições que possibilitou a aproximação dessas entidades com o universo do novo sindicalismo⁷⁰. As características apontadas anteriormente para esse fenômeno por certo foram fatores facilitadores da aproximação dos estudantes e jovens formandos dos cursos de comunicação do universo sindical. O engajamento político do meio jornalístico já era relativamente visível

principal liderança operária do ABC, Luís Inácio Lula da Silva, ganhou, graças à imprensa, projeção nacional e internacional como *baluarte da resistência ao autoritarismo*.

⁷⁰ As eleições de Audálio Dantas para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, em 1975, de Washington Tadeu, para o de Belo Horizonte, em 1978, Carlos Alberto de Oliveira Caó, do Rio de Janeiro, em 1979 e Hélio Doyle do Distrito Federal, em 1980, estão incluídas neste contexto.

através dos jornais alternativos e se intensificou com a morte de Wladimir Herzog⁷¹. Esse processo aconteceu em meio a uma crescente organização sindical dos segmentos médios, sendo acompanhado por uma “onda” grevista, especialmente entre bancários, profissionais da saúde (médicos e enfermeiros), do ensino público e privado (fundamentalmente os docentes) e artistas (TRÓPIA, 1994, p. 78-79 e LÉLIA ABRAMO 1997)⁷². Além da atmosfera política, não pode ser de todo desprezível que a defesa do diploma era ponto comum de interesse de jornalistas graduados ou não, simpatizantes de diferentes ideologias políticas.

Podemos dizer, então, que houve uma conjunção de fatores no universo jornalístico envolvendo a conjuntura macro-política, sindical e acadêmica que podem ter facilitado um forte processo de sindicalização dos jovens jornalistas formados nas escolas de comunicação. Isto ocorreu num quadro complexo, no qual a predominância de um discurso marxista, centrado nas premissas da luta de classe (nós jornalistas contra eles, os patrões), alimentava o sentido da luta corporativa dos sindicatos na defesa do diploma em Jornalismo.

Esses dois aspectos são importantes, pois de certo modo eles nos permitem compreender o tipo de papel exercido pelos sindicatos de jornalistas no período estudado. Assim como os sindicatos de trabalhadores em geral fizeram da legislação trabalhista um

⁷¹ A morte de Wladimir Herzog foi considerada fundamental para o engajamento dos jornalistas na frente de classe média que se organizou para enfrentar a ditadura militar. Esta frente era composta pela União Nacional dos Estudantes, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e representada pelo Movimento Democrático Brasileiro, MDB. Somente no fim da década de 1970 é que os setores populares aparecerão de forma mais incisiva na cena política com as Comunidades Eclesiais de Base, Movimentos Contra a Carestia, Pastorais Operárias e as greves metalúrgicas do ABC paulista. Em alguns momentos essas frentes irão convergir nos seus interesses, mas irão se separar em termos de estratégia política, com os setores populares ingressando no Partido dos Trabalhadores, PT, preconizando o confronto com o empresariado e o governo. Os setores de classe média privilegiaram a luta parlamentar e institucional levada pelo MDB. Houve cruzamentos entre uma frente e outra e os jornalistas dividiram suas redes de apoio entre o PT e o Partido Comunista Brasileiro, que agia no interior do MDB, defendendo a formação de um frente pluriclassista. MORAES, 2006, p. 88-89. É interessante ver o artigo publicado no Boletim ABI (janeiro/março de 1979, p. 6), intitulado *Os Advogados e a Imprensa: Uma aliança Liberal*, que afirma o seguinte: *A imprensa foi buscar na sociedade as fontes informativas e de opinião que jorraram, principalmente a partir da OAB, ABI e CNBB, rompendo as barragens e criando fluxos democráticos que conduziram a opinião pública a uma tomada de consciência que estava reprimida pelos mecanismos eleitorais.*

⁷² As abordagens sobre a sindicalização da classe média nos anos 1980 normalmente negligenciam algumas contradições inerentes ao lugar ocupado por esse segmento social. De um lado, o termo classe média impõe uma distinção entre um conjunto de profissionais, de formação superior, assalariados e não pertencentes ao operariado fabril. De outro, o alto grau de sindicalização dessas categorias as levou a assumirem o assalariamento como um vínculo de solidariedade ao operariado, fazendo-as substituir o termo *classe média* por *classe trabalhadora* para sedimentar a sua identidade. Isto, porém, não as aboliu de aderirem a discursos do tipo “estamos ganhando menos que motorista de ônibus” como forma de mostrar a desvalorização e o demérito que sofriam ao verem suas condições de vida se aproximar das vividas pelo operariado ou outros trabalhadores como garis, motoristas de ônibus etc com quem eles queriam se identificar. Assim, eles reclamavam do fato de determinadas políticas salariais ameaçarem a “ordem natural” das hierarquias das profissões no mundo do trabalho. Ver Boito Jr. 2004, p. 212. Os jornalistas não fugiram a esse processo. O Sindicato de Jornalistas de São Paulo afirmou o seguinte sobre os salários dos profissionais de imprensa: *em termos globais, o salário está mais baixo do que recebe um metalúrgico, sendo que no caso dos jornalistas é exigido curso superior.* (Unidade, 36, outubro de 1978, p. 5. Grifos meus).

marco efetivo da conquista de suas cidadanias através dos direitos por ela concedidos e muitas vezes tentando ampliá-los, mas jamais limitá-los, os sindicatos de jornalistas fizeram do decreto-972 um marco também efetivo a partir do qual procurou engendrar toda lógica dos jornalistas como categoria profissional. As discrepâncias contidas na lei deveriam ser aprimoradas.

É neste sentido que podemos compreender melhor o encontro entre as entidades de classe em Belo Horizonte com o representante do Ministério do Trabalho, em 1978. Dele resultou série de sugestões apresentadas pelos sindicatos e algumas das quais foram encampadas pela lei 6.612 de dezembro de 1978, regulamentada pelo decreto 83.284, de 13 de março de 1979. As que nos interessam nesta parte da tese dizem respeito ao estatuto do jornalista profissional. Entre elas está o fim do estágio remunerado obrigatório no último ano do curso de comunicação social para a obtenção do diploma. Ele passou a se constituir fraude à prestação de serviços profissionais mesmo quando sob pretexto do estágio ser uma forma de aprendizagem subvencionada com bolsa de estudos. O motivo da exclusão do estágio obrigatório era dois: resguardar a totalidade do mercado para jornalistas profissionais e igualar o jornalista com outros profissionais de nível superior, que não precisavam passar obrigatoriamente pelo estágio para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho⁷³.

Com isso, passaram a existir três tipos de jornalista: o *profissional*, cujo estatuto era dividido entre os que exerciam atividades para as quais era necessário o diploma e os que não o tinham como exigência obrigatória (ilustradores, fotógrafos, cinegrafistas e a diagramadores), o *colaborador* e o *provisionado*. Em relação a este, o regulamento exposto no decreto 83.824 se tornou mais restritivo. A partir de então, o estatuto de provisionado só passou ser concedido aos que exercessem o jornalismo em municípios onde não houvesse cursos de comunicação social e nem jornalistas sindicalizados disponíveis para serem contratados. A lei obrigava o Sindicato de Jornalistas local a declarar formalmente à empresa contratante a inexistência de profissionais filiados na sua região de domicílio. Na prática a nova regra acabou com norma do terço⁷⁴.

Além disso, o estatuto só era válido no município de origem. Se um jornalista fosse contratado como provisionado em Volta Redonda, ele não poderia exercer a profissão no Rio

⁷³ Segundo o ex-ministro Arnaldo Prieto, o jornalista se igualava ao engenheiro, por exemplo, que só precisava do diploma para provar o seu estatuto e ter garantido todos os direitos profissionais. *Unidade*, nº 42, abril de 1979.

⁷⁴ Esta norma determinava a existência do provisionado numa empresa jornalística na razão de um para três diplomados e o provisionamento só passou a ser permitido dentro da região onde foi obtido o registro. Ver *Folha de S. Paulo*, 20 de fevereiro de 1986, p. 6.

de Janeiro. Por último, os jornalistas enquadrados neste estatuto e contratados após 1969 não poderiam exercer cargos de chefia como editor, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de revisão. Aqui é preciso chamar a atenção para alguns pontos. O primeiro é que, apesar de serem negociadas com o Ministério do Trabalho, essas pequenas alterações no decreto 972 não tiveram uma ampla aceitação entre os jornalistas, principalmente os fotógrafos e cinegrafistas. Esses profissionais entendiam que o fato do regulamento não ter contemplado a exigência do diploma para as suas atividades gerava uma depreciação das mesmas em relação ao jornalismo escrito. Com isso, percebe-se um início de organização dos fotógrafos para reivindicar a exigência do diploma e assim buscar uma igualdade de tratamento e um reenquadramento salarial dessas funções no interior das empresas⁷⁵.

A luta dos fotógrafos deixa patente o privilégio que os jornalistas diplomados tinham, no plano da lei, em relação aos não diplomados. Os primeiros poderiam exercer todas as funções e em quaisquer tipos de atividade no interior das organizações jornalísticas. Enquanto, os não diplomados estavam restritos as funções para as quais haviam sido contratados e não poderiam exercer cargos na hierarquia das redações, exceto àqueles que tinham obtido o registro de jornalista profissional antes de 1969⁷⁶.

O segundo ponto é que havia diferentes contextos em termos de mercado de trabalho jornalístico em cada região do Brasil no início dos anos 1980. A “questão” do provisionado teve um grau de repercussão maior em estados onde os cursos de jornalismo tinham sido fundados a partir da segunda metade da década de 1970. Isto porque as primeiras levas de jornalistas graduados desses cursos estavam se formando paralelamente a nova regulamentação profissional. Neste sentido, a regulamentação proposta no decreto 83.284 beneficiava os graduados na disputa por postos de mercado de trabalho.

Esta era a situação de Santa Catarina. Lá, a primeira turma de jornalistas graduados iria adentrar ao mercado em 1980. O regulamento gerou um quadro de tensão, pois boa parte dos jornalistas catarinenses contratados após 1969 eram provisionados e eles se mobilizaram para evitar serem “extintos” dos municípios onde os cursos de comunicação estavam

⁷⁵ Em setembro de 1983 foi realizado o I Encontro Nacional de Repórteres Fotográficos. O eixo da discussão era o problema do direito autoral e da regulamentação profissional. A partir do II Encontro, realizado em 1984, em Goiânia, os repórteres fotográficos tentaram, através de comissões, rever os registros dos que não exerciam a profissão há dois anos e criar critérios de acesso para a esta categoria profissional enquanto não fosse aprovada a lei que os incluísse entre as funções jornalísticas para as quais era exigido diploma. *Unidade*, edições especiais de dezembro de 1983 e setembro de 1984 a respeito dos I e II Encontro Nacional dos Repórteres Fotográficos.

⁷⁶ A luta pelo reenquadramento salarial e pela exigência do diploma não foram vitoriosas. Mas, houve uma formalização da prestação de serviços fotográficos às empresas de forma geral, com os sindicatos de jornalistas fixando tabelas para os jornalistas free-lancers. Estas tabelas fixavam preços mínimos para fotografias de uso editorial (jornais, revistas, livros e televisão) e para uso comercial (embalagens, folhetos, calendários etc), com preços de negativos, ampliações e reproduções de fotos. Ver Moreira (1988, p. 14).

funcionando. Para isso, eles passaram a reivindicar nos congressos e encontros nacionais de jornalistas uma nova regulamentação que facilitasse os seus reenquadramentos como profissionais. Por outro lado, os estudantes de jornalismo viam o provisionado como uma deformidade mantida na lei e um obstáculo a mais na luta pela obtenção de um emprego nas empresas jornalísticas. Assim, eles também reivindicavam um novo projeto de regulamentação eliminando de vez este tipo de jornalista.

Esta divergência de interesses obrigou os sindicatos apresentarem propostas conciliadoras visando harmonizar os interesses as partes. Para permitir o enquadramento dos provisionados dentro da comunidade de jornalistas profissionais, o Sindicato de Jornalistas de São Paulo propôs uma nova regulamentação através da qual os provisionados com pelo menos dois anos no exercício da profissão antes da data de promulgação do decreto 83.284 poderiam ser registrados como profissionais. O argumento era de que era preciso valorizar a experiência e o aprendizado desses jornalistas nas redações (*Unidade*, nº 5, dezembro de 1979, p. 5).

Esta proposta foi contemplada por um pela lei 7360, aprovada no Congresso Nacional em de 19 de setembro de 1985 e regulamentado pelo decreto 91.902 em 11 de novembro do mesmo ano. O novo regulamento contemplou as demandas dos provisionados, mas manteve a existência destes apenas em municípios sem escolas de comunicação.

O clima de abertura política certamente facilitou o papel dos sindicatos como intermediários das demandas da comunidade junto ao Ministério do Trabalho, que, por atribuição legal, poderia enviar projetos de lei ao Congresso Nacional. Mas, é preciso também considerar que nem todas as interpretações das entidades de classe sobre as distorções existentes na lei foram contempladas no projeto de lei enviado ao parlamento⁷⁷.

Um outro ponto era o “problema” do colaborador. A lei 6.612 alterou o dispositivo do decreto-lei 972 que definia este tipo de jornalista. A nova redação do regulamento exposto pelo decreto 83.284 passou a afirmar que o colaborador estava autorizado a escrever em

⁷⁷ Em julho de 1979, os departamentos jurídicos dos sindicatos compareceram a um encontro extraordinário organizado pela FENAJ para sugerirem propostas para no sentido de corrigir as distorções do regulamento 83.824, entre elas: Incluir como atividade jornalística o trabalho de revelação fotográfico e edição e montagem de filmes; incluir como funções jornalísticas às desempenhadas por laboratoristas, montadores e assessores de empresa, sendo esta privativa de jornalistas graduados; incluir explicitamente as empresas de assessorias de imprensa e os departamentos de comunicação social das empresas como empresas ou seções de empresas jornalísticas. Além disso, havia a interpretação comum de que a intenção do decreto-lei 972 era de que toda publicação jornalística, entenda-se jornais da grande imprensa, alternativos, comunitários, sindicais, revistas técnicas, de empresas e assessorias de imprensa, tivesse um jornalista profissional responsável. Ver *Unidade* n °s 48, julho de 1979, p.6, e 63, novembro de 1981, p. 18.

jornais sobre assuntos de natureza técnica, científica e cultural, de acordo com a sua especialização e o material só poderia ser divulgado com o nome e a qualificação do autor.

Com esse texto, os sindicatos visavam limitar a participação de intelectuais, empresários, sindicalistas, políticos e outros personagens por partes dos jornais. Eles ocupavam espaços opinativos, compunham quase a totalidade dos cadernos culturais. Com essa limitação os sindicatos visavam eliminar três problemas. O primeiro era decorrente de uma contradição percebida pelo sindicato paulista. Aumentavam as empresas de comunicação responsáveis por publicarem jornais para públicos específicos, o número de jornalistas graduados, mas arrecadação para o sindicato não acompanhava o ritmo do mercado. Ao entrar em contato com as empresas para saber o que estava ocorrendo, o sindicato diagnosticou o problema: empresas não recolhiam a contribuição por não ter jornalistas profissionais, mas só colaboradores. Isto motivou o seguinte comentário da entidade de classe: *as assessorias de imprensa sem jornalistas, revistas técnicas sem jornalistas, enfim, há todo um mercado que precisamos abrir à força*⁷⁸.

O segundo problema era decorrente do fato dos colaboradores não se limitaram a realizar apenas as tarefas exclusivas de sua alçada. Em alguns grandes jornais podia-se vê-los realizando entrevistas e reportagens. Um exemplo era o que ocorria no caderno *Folhetim* da *Folha de S. Paulo*, no qual o físico Rogério Cerqueira Leite entrevistou uma cientista. Segundo Jorge Escoteguy, diretor do Sindicato de Jornalistas de São Paulo, tal fato era uma *aberração*. Para ele, a colaboração deveria seguir ao pé da letra o que determinava o decreto 83.824: seu trabalho deveria ser eventual e se limitar a área de sua especialidade (*Unidade*, 64, dezembro/janeiro de 1981, p. 7).

O terceiro problema era o excesso de colaboradores em alguns jornais. O Sindicato paulista reclamava que o exercício profissional de determinadas funções, como narradores e comentaristas esportivos, exclusivas de jornalistas, estavam sendo “invasas” por ex-jogadores, cantores, radialistas e vários outros profissionais famosos ou não. Segundo a FENAJ, essa invasão ocorria praticamente em todos os estados. No Rio de Janeiro, dois deles chamaram a atenção. O primeiro foi a presença da transexual Roberta Close exercendo a função de entrevistadora no programa *Domingo Maior*, da Rede Manchete de Televisão. O Sindicato de Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro tentou retirar Close do programa entrando com uma ação junto a Delegacia Regional do Trabalho, mas não obteve. Então, recorreu à Justiça Federal para garantir que a legislação que regulamentava a profissão

⁷⁸ Não se tratava de sindicalização, mas da arrecadação da contribuição obrigatória de um dia de trabalho de todo trabalhador ao seu sindicato. *Unidade*, nº 62, agosto/setembro de 1981, p. 6.

de jornalista não continuasse a ser violada (*Nº Um*, Jornal dos Jornalistas, março de 1985, p. 18).

O segundo foi o do cantor Léo Jayme, que tinha uma coluna no Segundo Caderno de *O Globo*. O Sindicato carioca entrou com uma queixa crime na 15ª Delegacia Policial, alegando que Jayme exercia ilegalmente uma profissão para a qual não estava habilitado, pois não tinha diploma de jornalista, não era especialista em nenhum assunto, pois não tinha nenhum título superior e, portanto não poderia praticar o jornalismo profissional, realizando entrevistas e reportagens no interior da coluna, e nem como colaborador. Agindo deste modo, ele violava o parágrafo segundo do artigo 47 do código penal⁷⁹. Enquadrado em tal artigo, o cantor foi convocado para depor e alegou em sua defesa ter sido informado por um dos diretores do jornal, o jornalista Armando Nogueira, que sua atividade não era considerada um crime. Além disso, ele um dos atributos que Nogueira julgava fundamental para ele exercer a função de jornalista: um bom texto. Isto tornava sua coluna atraente para o público que se interessava por música, banalidades do cotidiano e assuntos ligados à cultura de forma geral. Jaime alegou que pretendia se legalizar para não ter atritos com o sindicato⁸⁰.

Isto expunha os critérios de avaliação do jornalístico trabalho de Jaime. De um lado estavam os que entendiam que uma coluna podia ser aberta a qualquer um e a tipo de assunto cuja avaliação da qualidade literária e conteúdo da colaboração era de critério exclusivo do jornal, como preceituava a própria liberdade de imprensa. De outro, os sindicatos alegavam de que a colaboração estava sujeita às regras da lei e, não a critérios jornalísticos subjetivos. Isto visava proteger a função social do jornalismo e não permitir que ele fosse entregue à estranhos que não sabiam valorizar a importância da profissão⁸¹.

A idéia de que os espaços opinativos se valorizavam quando eram ocupados por jornalistas profissionais transparece na carta enviada pelo Sindicato de Jornalistas de São Paulo à empresa *Folha da Manhã* proprietária do jornal *Folha de S. Paulo*. O documento

⁷⁹ O parágrafo II do artigo 47 prevê a proibição do exercício da profissão cuja licença para exercê-la dependa de autorização especial do poder público. No caso, como Jaime não registrado como *colaborador* na Delegacia Regional do Trabalho, ele não tinha habilitação para escrever no jornal. Na interpretação do cantor, o caso não era legal, mas pessoal, pois havia outros não jornalistas não diplomados escrevendo regularmente em jornal (Paulo Francis, João Saldanha e Carlos Eduardo Novaes) e nem por isso eles eram perseguidos.

⁸⁰ O caso de Léo Jaime não era o único. O Sindicato do Rio de Janeiro também denunciou Lícia Maria, conhecida como Ruça, mulher do cantor Martinho da Vila e presidente da escola de Samba Unidos de Vila Isabel, por ter uma coluna no jornal *O Dia*. O Sindicato considerava Léo Jaime e Ruça inocentes úteis, pois serviam de instrumentos para os empresários de comunicação na campanha pela derrubar a legislação profissional dos jornalistas. *Nossa Pauta*, nº 5, julho de 1988, p. 7.

⁸¹ O Sindicato de Jornalistas do Rio deu amplo destaque aos trechos da coluna escrita por Jaime nos quais ele afirma que queria fazer jornalismo, mas preferiu ser astro de rock e que era perseguido só porque não tinha diploma (Idem *ibid*).

sintetizava ainda a opinião da entidade sobre a questão do colaborador e denunciava a “elasticidade” que as empresas davam a este conceito.

Essa presença avassaladora de ‘colaboradores’ faz-se sentir-se principalmente na página dois da *Folha de S. Paulo*, cuja coluna publicada pela rubrica ‘São Paulo’- outrora assinada pelo saudoso Samuel Wainer – vindo sendo subscrita por iniciais de empresários, sociólogos e economistas. A coluna ‘Cotidiano’, na mesma página é assinada por iniciais não pertencentes, todas, a jornalistas profissionais. Do Conselho Editorial do ‘Folhetim’ fazem parte personalidades notoriamente não jornalistas, assinando regularmente artigos neste suplemento. A mesma constância de nomes não vinculados à profissão é observada em outras colunas do jornal (...). Num mercado de trabalho reconhecidamente estreito, essa invasão de colaboradores representa um aviltamento das oportunidades de trabalho para os jornalistas profissionais bem como um desrespeito à regulamentação da profissão⁸².

Não temos uma estatística para avaliar a quantidade casos ocorridos, mas a partir dessas ilustrações podemos tirar algumas conclusões mais gerais. Podemos identificar nelas quatro tipos de argumentos. O primeiro incluía àqueles que achavam que as ações dos sindicatos tinham como pano de fundo um componente autoritário visto que eles tentavam garantir o monopólio do exercício jornalismo para um grupo cuja única característica comum de seus integrantes era o diploma em jornalismo. A concretização do monopólio até mesmo do exercício opinativo dos jornais significava a exclusão dessa prática de um contingente enorme e diverso de agentes sociais, como políticos, empresários e até mesmo sindicalistas de outras categorias, com a conseqüente perda da pluralidade de opiniões e limitação do debate de idéias nas páginas dos jornais.

Na defesa deste argumento ganharam visibilidade os empresários de comunicação e os chefes de redações dos principais jornais do país⁸³. De forma geral, os argumentos variavam entre agentes defendiam a concepção de que não caberia ao Estado impor qualquer

⁸² É interessante percebermos como os olhares dos jornalistas sobre Samuel Wainer sofriam nuances distintas de acordo com a conjuntura. Por ter “furado” o movimento grevista dos jornalistas paulistas em maio de 1979 e produzido sua coluna na *Folha de S. Paulo*, Wainer foi chamado de “pau mandado” de Otávio Frias e chamado de traidor. Dois anos depois, sua participação como colunista foi carinhosamente lembrada pela entidade, nessa época dirigida por um grupo com outra concepção política sobre o papel da instituição. Ver *Unidade*, nº 62, agosto/setembro de 1981 e ROXO da SILVA, 2003, p. 256.

⁸³ Roberto Marinho, dono das *Organizações Globo* destacou a revolta dos responsáveis dos principais veículos do país diante da atitude do Sindicato dos jornalistas cariocas. Armando Nogueira, chefe de redação de *O Globo*, criticou a intolerância fascista dos sindicatos no caso Leo Jaime. Marcos de Sá Correa, editor do *Jornal do Brasil*, ao tratar do mesmo caso o comparou a perseguição que o Império Brasileiro fez a jornalistas a liberdade de idéias como Hipólito da Costa. Otávio Frias Filho lamentou que a índole corporativista predominasse entre os sindicatos em detrimento da luta por liberdade de imprensa e Otto Lara Resende lembrou que não se pedia diploma de jornalistas aos estudantes de direito, medicina e engenharia que queriam exercer o jornalismo como profissão no princípio da República. (*Nossa Pauta*, nº 5, julho de 1988, p. 7). Por sua vez, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo afirmava que iria continuar sua cruzada em defesa da profissão apesar de “alguns companheiros” estarem com medo da entidade cair num corporativismo excessivo (*Unidade*, edição extra sobre o II Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo, junho de 1982, p. 5).

tipo de regulação das relações profissionais no jornalismo e outros que defendiam algum tipo de regulação, porém menos restritivas. As justificativas de alguns grupos que defendiam e outros que eram contra a regulação da profissão se encontravam na afirmação de que jornalista deveria sustentar seu senso de autonomia profissional e garantir sua empregabilidade no aprimoramento técnico. Embora eles divergissem sobre quem poderia fornecer essas técnicas. Os que eram contra a legislação afirmavam que era na vivência prática e os a favor, ressaltavam a importância das escolas de comunicação⁸⁴.

O segundo bloco de argumentos se organizava em torno da idéia de que o jornalismo se estruturou como profissão tendo as profissões liberais como modelo. A lógica era: se ninguém aceitava a autoridade de um médico, de um engenheiro ou advogado não formados para exercerem respectivamente a medicina, a engenharia e o direito, por que a regulamentação profissional e a exigência do diploma só eram postas em questão no jornalismo? A resposta passava por um exame das relações de trabalho e a constatação de que o aumento da concorrência entre profissionais no mercado jornalístico havia criado um quadro tensão entre sindicatos e empresas que pôs em questão a obrigatoriedade do diploma.

Neste sentido, as empresas utilizavam os colaboradores para abaixar custos e sem nenhum tipo de critério de avaliação profissional (análise do grau de importância e da qualidade literária do que era escrito), mas pelo tipo de lugar social ocupado pelo colaborador e o prestígio que este poderia conferir à imagem do jornal. Assim, os jornais concediam uma ampla autonomia para os colaboradores escreverem, sem os tipos de exigências feitas aos jornalistas profissionais, entre eles concisão, clareza, objetividade, impostos pelos preceitos missionários das organizações nas quais trabalhavam. Só restava, então, aos sindicatos lutarem por seus filiados, lhes garantindo os espaços e as funções que a legislação determinava. Assim, a questão não era eliminar a colaboração, mas exigir que esta se desse nos limites prescritos pela legislação: fosse eventual e reduzida ao assunto de especialização do colaborador⁸⁵.

⁸⁴ Evidentemente que esta concepção se inspira no modelo liberal de jornalismo cujo paradigma é o norte-americano. Hallin e Mancini (2003, p. 33-34) chamam a atenção para o fato de que os jornalistas dos principais jornais daquele país não possuem uma educação profissional formalizada através do ensino superior. Eles observaram que as condições políticas dos países adeptos desse modelo, como a estrutura política bipartidária, o modelo majoritário de governo, a preferência dos cidadãos por se representarem individualmente frente aos poderes públicos, bem como a formação de um mercado de massas ao longo do século XIX foram fatores que facilitaram a formação de uma cultura profissional compartilhada entre os jornalistas. A questão é no Brasil na década de 1980 o modelo político se estruturou em torno de um presidencialismo multipartidário e a representação dos cidadãos mais em torno de subgrupos (sindicatos, igrejas, movimentos sociais como o MST) do que na representação individual.

⁸⁵ Para Maria Carneiro da Cunha, editora do *Folhetim*, e Almir Gajardoni, editor de política da revista *Isto É* a atitude do Sindicato era puramente profissional, não tendo nada haver com restrições acerca da livre circulação

O terceiro bloco de opinião se compõe da visão dos de “fora”, dos dois únicos colaboradores presentes nos jornais sindicais pesquisados sobre o problema. O primeiro, Léo Jaime, não operou com categorias abstratas. Sua visão sobre o jornalismo talvez se aproxime do cidadão comum: o jornalismo é uma atividade literária cujo principal requisito é escrever bem. Como se afere isto? Pela receptividade do público às suas crônicas expostas nas cartas enviadas a ele ou ao próprio jornal. O convite para a colaboração o permitiria exercitar uma de suas habilidades e interpretava a ação do Sindicato como um reflexo da cultura do subdesenvolvimento predominante no Brasil, no qual os grupos sociais procuravam valorizar o seu status social com a formação universitária e não pela “qualidade” do trabalho. Mas, ao depor, orientando por um advogado, Jaime contemporizou. Alegou em sua defesa que não fazia jornalismo. Suas crônicas não eram reportagens, pois não tinham entrevistas e nem informações. Era simplesmente uma literatura banal ao gosto de público⁸⁶.

O outro colaborador era José Carlos Dias, conhecido advogado e militante dos direitos humanos em São Paulo. Dias se destacou ao escrever artigos sobre direitos humanos para *Folha de S. Paulo*. As circunstâncias em que prestou o seu depoimento eram bem distintas do cantor carioca, pois elas se deram em pleno debate realizado no Sindicato de Jornalistas de São Paulo, no qual ele era o único colaborador discutindo com dois editores, três militantes sindicais e um dirigente de redação, Otávio Frias Filho da *Folha de S. Paulo*. Portanto a sua posição era residual num debate intitulado *Colaborador no Jornal. E o jornalista, onde?* O que sugere a ostensiva rejeição do Sindicato a esta figura⁸⁷.

Este arranjo na composição dos debatedores e o próprio título do debate indicam que a estratégia do Sindicato era por em xeque a política da *Folha de S. Paulo*, jornal acusado de abusar da intensa participação de colaboradores. Porém, a medida em que as discussões foram se desenvolvendo, Frias saiu de cena e Dias passou a ocupar o centro do debate fazendo duas ordens de considerações. A primeira era de ordem jurídica. Segundo ele, a

de pensamento ou idéias através dos jornais (*Unidade*, nº 64, dezembro/janeiro de 1981, p. 7-10). Mauro Costa, diretor executivo de jornalismo da Rede Manchete afirmou que o Sindicato de Jornalistas do Rio de Janeiro agiu de forma correta no caso de Léo Jaime. Segundo ele o espaço da colaboração devia ser dado aos jornalistas profissionais, que deviam ser preparados para entender de todas as áreas (*Nossa Pauta*, nº 5 julho de 1988, p. 7). Nilson Lage, professor de jornalismo da UFRJ afirmou que a legislação profissional não era restritiva aos não-jornalistas que escrevessem dentro de suas áreas de especialização (*Jornal ANJ*, nº 9, dezembro de 1986, p. 12).

⁸⁶ Léo Jaime afirmou receber cartas de leitores e donas de casa confirmando o gosto pelo seu texto, qualificado por este público de “ameno” e que por isso talvez outro repórter não escrevesse no mesmo nível de suas crônicas. Mas, em algumas ocasiões foi sarcástico como no seguinte trecho de um dos seus textos intitulado *A Revolta dos Canudos: Bem que o Agamenon disse que eu, como cronista de O Globo, tirava o emprego de milhares de desempregados saídos do Mobral*. *Nossa Pauta*, nº 7, dezembro de 1988, p. 9.

⁸⁷ O dirigente era Otávio Frias Filho, secretário do Conselho de Redação da *Folha de S. Paulo*. Maria Carneiro da Cunha, editora do *Folhetim*, e Almir Gajardoni, editor de política da revista *Isto É* e Celso Kinjô, Frederico

regulamentação do decreto-lei 972 pelo decreto 83.284 de 1979, não poderia restringir direitos contidos no texto original da lei, o decreto 972, e limitar o colaborador a uma participação eventual relacionada com temas de sua especialização⁸⁸. O que estava implícito no argumento é que dos encontros entre os Sindicatos de Jornalistas e o Ministério do Trabalho ocorridos em Belo Horizonte em 1978, como vimos anteriormente, resultou uma interpretação subjetiva e autoritária do texto original da legislação da profissão.

Eu acho essa questão difícil e complicada, porque todas as vezes que deixamos a uma interpretação subjetiva a restrição de um direito, corremos o risco de entrar numa linguagem autoritária. Eu acho muito difícil dizer onde termina minha liberdade de escrever. Eu me sentiria censurado se pudesse escrever só sobre o Direito Positivo. Pois como advogado, eu me sinto apto a escrever sobre a Lei de Segurança Nacional, a minha profissão me levou a defender mais de 500 presos políticos. Como cristão e ligado à Igreja, me sinto habilitado a escrever sobre religião e direito humanos. Este assunto é muito amplo ou nós vamos restringir os direitos humanos? (*Unidade*, 64, Janeiro de 1982, p. 8 e 9).

A segunda consideração foi de ordem política. Ele recomendou aos jornalistas que mudassem sua estratégia de luta, visto que a regulamentação do exercício profissional do jornalismo era autoritária, uma vez que foi imposta pelo Estado e permanecia subordinada a ele. Com isso ela, gerava uma oposição entre dois valores fundamentais para os jornalistas como uma categoria de intelectuais: o direito ao trabalho e a liberdade de expressão e pensamento. Para harmonizar esses valores, os sindicatos teriam de lutar para desvincular a profissão de jornalista do Ministério do Trabalho. Com isso, eles assumiriam a regulação profissional visando criar uma identidade comum entre os diversos agentes que escreviam e trabalhavam em jornais de forma gratuita ou remunerada, seja como colaboradores ou com vínculos contratuais formais.

A questão do colaborador estaria absolutamente superada na medida em que ele fosse registrado no sindicato. Em que o Sindicato fosse árbitro de onde podem ou não terminar suas funções e traria o colaborador para a luta dos problemas comuns que dizem respeito ao jornalista profissional e a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta estão ligados à letra impressa, até mesmo quanto à fixação de sua remuneração (*Unidade*, 64, Janeiro de 1982, p. 8).

Vasconcelos e Jorge Escotegui, dirigentes sindicais eram os outros personagens da discussão. *Unidade*, 64, Janeiro de 1982, p. 7-10.

⁸⁸ O texto original do decreto-lei 972 dizia, no seu artigo 4º: *o regulamento disporá ainda sobre o registro especial de colaborador, assim entendido aquele que exerça habitual e remuneradamente atividade jornalística sem relação de emprego.*

Segundo Dias, ao exigirem que todo material escrito, falado ou filmado antes de ser mediatizado passasse pelo crivo de um jornalista profissional, os próprios jornalistas estavam constituindo um filtro censório e substituindo a censura exercida pelas empresas pelo monopólio profissional. Isto nos leva ao quarto bloco de argumentos. O discurso de Dias foi considerado ofensivo pelos jornalistas presentes na discussão, provocando a reação dos jornalistas e de um dos dirigentes sindicais. Segundo ele, sindicato estava envolvido na defesa do profissionalismo e isto englobava a liberdade de imprensa e o direito do jornalista ao emprego. Neste sentido, uma imprensa de colaboradores era uma imprensa de amadores com todas as suas conseqüências nefastas. *Não podemos admitir uma imprensa de diletantes em defesa do direito do leitor ser informado sobre aquilo que o dono do jornal quer que ele seja informado*⁸⁹.

Sem um consenso, a questão dos colaboradores passou a ser vista de um ponto de vista moral. Jornalistas e sindicalistas passaram a interpretar a postura defensiva de Dias como uma falta de solidariedade motivada pela ausência de uma cláusula ética. Por isso eles não se sensibilizavam e nem se constrangiam como o drama dos jornalistas demitidos e possivelmente substituídos por colaboradores⁹⁰. Ao que Dias respondeu:

...eu não acho de forma nenhuma que a minha presença escrevendo na Folha, em caráter regular ou como colaborador tenha provocado a demissão desta ou daquela pessoa. Me preocupa que se chegue a este tipo de conduta de dizer que você não deve mais escrever pois serão demitidas tantas pessoas. Talvez fosse mais importante fazer uma análise para ver se aquilo que foi escrito tem ou não provocado inconvenientes para a categoria ou se, ao contrário tem somado muitas lutas importantes para ela. Me recuso a imaginar que eu tenha sido causador de missões e que me coloquem uma questão ética. Me desculpem, eu vim aqui para discutir a questão do colaborador e me sinto surpreendido⁹¹.

Para Dias era paradoxal que uma categoria como a dos jornalistas, segundo ele um dos motores da luta contra a ditadura, apelasse a um código criado por um Estado autoritário para sepultar até mesmo as vozes dos que antes foram companheiros de trincheira. A questão

⁸⁹ O dirigente era Celso Kinjô, para quem os colaboradores não reconheciam a luta histórica dos sindicatos dos jornalistas em prol da profissionalização da atividade jornalística e nem as diferentes concepções de jornalismo entre profissionais, voltados para o interesse da maior parte da população e o patronato, que dentro, da concepção sindical, via essa prática social como um negócio *Unidade*, 64, Janeiro de 1982, p. 10.

⁹⁰ Segundo os dirigentes sindicais a *Folha* tinha demitido 36 jornalistas profissionais e contava com mais de cem colaboradores em seu cadastro. Ver depoimento Celso Kinjô, *Unidade*, 64, Janeiro de 1982, p. 9.

⁹¹ Além do seu próprio caso, Dias se revelou também surpreendido com o fato de que um repórter havia representado contra o Raimundo Faoro no Ministério do Trabalho por exercício ilegal da profissão. Faoro, que escrevia uma coluna semanal na revista *Isto É/Senhor*, foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil entre 1977 e 1979 e fez da entidade um dos centros de resistência democrática. *Idem Ibid.*

do colaborador teve dois desdobramentos. O primeiro, é que ela resultou num patrulhamento das fronteiras de trabalho do mercado jornalístico por parte dos sindicatos. O segundo é que essa patrulha se fundamentou também em recursos ideológicos através dos quais a entidade satanizava qualquer tipo relação de trabalho que não se baseasse no assalariamento, se pondo assim em confronto com outras tradições jornalísticas no qual o papel do jornalista se fundamentava na representação de um livre pensador, de um intelectual. Esses conflitos não eram apenas internos, mas eles também se estenderam para outros campos da comunicação, como as assessorias de imprensa.

4.2 As Assessorias de Imprensa

O assessor de imprensa é um jornalista? Para Alberto Dines, não. Em uma entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro o jornalista reafirmou a posição assumida nos anos 1970, explicitando sua indignação com um tipo de distorção que a legislação profissional dos homens de imprensa não conseguiu eliminar: a distinção entre o papel do jornalista e do assessor de imprensa. Para ele, tal fato para ele só acontecia no Brasil.

Em Portugal isto é inadmissível. Se o jornalista vai fazer um trabalho de assessoria, ele se licencia do sindicato, vai fazer o que tem de fazer e depois voltar. Pelo menos é uma forma de você dividir as duas atividades. Porque elas se parecem, mas são antípodas (Dines, 2003, p. 171).

Três décadas após acusar a proliferação e os currículos das escolas de comunicação pelo fato de jornalistas exercerem a função de assessoria, a indignação de Dines se voltava contra o papel exercido pelos sindicatos de jornalistas no Brasil na legitimação desse processo. Diferentemente do caso português, as instituições de classe assumiram aqui uma conduta ativa para garantir o mercado de assessoria para os jornalistas e a forte presença de assessores de imprensa em seus quadros. Na sua visão, esse tipo de “perversão” podia ser explicado essencialmente do ponto de vista político, pois aqui no Brasil a força representativa e o poder de barganha de uma instituição sindical eram medidos pelo número de associados que ela possuía. *“Hoje, na Federação dos jornalistas e nos sindicatos, dois terços são assessores de comunicação e um terço jornalista efetivo. Se ocorrer a separação, se quiser fazer dois sindicatos, o dos jornalistas mesmo será o mais prejudicado”* (Idem *Ibid*).

A lógica implícita neste argumento era de que o mercado jornalístico nas redações não acompanhou o crescimento das assessorias. Percebendo o potencial desse mercado e atentos ao fato de que vários jornalistas já exerciam as funções de assessores, os sindicatos agiram no sentido de estreitar a identidade de valores entre estes dois agentes. Mas, não eram somente os sindicatos que defendiam essa aproximação. Se retornarmos vinte anos no tempo, podemos verificar através do depoimento de Nair Keiko Suzuki, chefe de reportagem do setor de economia da *Agência Folhas* como as assessorias já eram percebidas por parte dos jornalistas como um mercado alternativo às redações.

O assessor de imprensa tem sido uma opção para os jornalistas em face do estreito mercado de trabalho nas redações. Com a mudança de governo, muitos colegas de profissão estão trocando as redações por gabinetes de órgãos governamentais, aceitando convites da equipe Montoro para exercer funções de assessores junto as secretarias estaduais ou empresas estatais. Apesar de representarem poucas e esparsas vagas, não deixam de ser boas às chances de colocação para os jornalistas desempregados. **Esses jornalistas que estão deixando de ser repórteres para virarem fonte devem estar conscientes de que assessor de imprensa de governo é profissional, e como tais, acredito que contribuirão para dar um tratamento mais adequado à notícia, informando corretamente a opinião pública** (*Unidade*, abril de 1983, p. 18. Grifos meus).

O depoimento de Suzuki ocorreu durante o I Encontro Paulista dos Jornalistas de Assessorias de Imprensa, promovido pelo Sindicato de Jornalistas de São Paulo em abril de 1983. Ele nos mostra o engajamento da entidade na tentativa de afirmar a identidade dos assessores como jornalistas profissionais. A liderança paulista nesse processo encontra nos desdobramentos posteriores de fatos históricos. Em julho do mesmo ano, o presidente do Sindicato paulista, Audálio Dantas, foi eleito para a presidência da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ. Esta entidade promoveu, em 1984, o I Encontro Nacional de Jornalistas de Assessorias de Imprensa e Jornais e Revistas de Empresa, realizado em Brasília com a presença de 234 jornalistas. A partir daí, os Encontros de Jornalistas Assessores passaram a se realizar anualmente, sendo que em 1986, foi lançado em Brasília o Manual de Assessoria de Imprensa (*Nº Um, Jornal dos Jornalistas*, março/abril de 1986, p. 2).

O Manual, por sua vez, teve como embrião às discussões geradas no âmbito das Comissões Permanentes de Jornalistas de Assessoria de Imprensa criadas nos sindicatos por deliberação do I Encontro Nacional de Jornalistas Assessores. O modelo dessas comissões seguiu a existente no sindicato paulista desde 1980, com seus membros sendo escolhidos em assembléias e coordenados por um dirigente sindical preferencialmente oriundo do setor de

assessorias que englobava as grandes corporações públicas e privadas, sindicatos patronais e de trabalhadores, cooperativas e empresas de prestação de serviços (*Unidade*, setembro de 1984, p. 16).

Este, porém, não foi um processo tranquilo. O próprio Audálio Dantas chamava a atenção para o perigo dos jornalistas resistirem a esse processo de identificação com os assessores. Isto perturbava não só a noção de classe que os sindicatos implementaram no interior da categoria, bem como abria espaço para o setor de assessoria ser ocupado por outros profissionais da comunicação. O dirigente sindical não só defendia a aproximação entre jornalistas e assessores como também a implantação de medidas para garantir que o material confeccionado nas assessorias só fosse aceito se produzido por jornalistas profissionais.

Ninguém se iluda: esta luta não é apenas dos assessores, é de todos nós. Ignorá-la implica em aceitar a divisão da categoria em blocos estanques e impermeáveis, como bem desejariam os patrões. Pior ainda: significa voltar as costas para um estratégico segmento gerador de empregos, postura nada recomendável nestes tempos bicudos de crise. Pela nossa omissão, temos pago um alto preço. A invasão de profissionais de outras áreas nas assessorias segue impune. **Diariamente dezenas de press releases chegam às redações sem a identificação nem o número do registro profissional dos jornalistas que os produziram. Rejeitar este material não identificado, não aproveitá-lo ainda que contenha informações úteis é um dever de todos nós** (*Unidade*, abril de 1983, p. 3. Grifos meus).

Esta seção tem dois objetivos. O primeiro é apresentar um pequeno panorama do mercado de assessorias e os dilemas vividos pelos sindicatos diante das dificuldades e, ao mesmo tempo, da importância política e financeira de enquadrarem legalmente os assessores como jornalistas profissionais. O segundo é discutir as ações e estratégias adotadas pelas entidades classes não só para aproximar jornalistas e assessores, mas também para proteger as fronteiras do mercado de assessorias de outros profissionais da comunicação como relações públicas.

4.2.1 Os Assessores como Jornalistas Profissionais

Para entender melhor o papel dos sindicatos dos jornalistas na questão dos assessores de imprensa é necessário considerar alguns dados prévios. O mercado de assessorias já vinha em expansão na década de 1970, mas só nos anos 1980 é que ele começou a ganhar visibilidade e chamar a atenção para as entidades sindicais. Tomando São Paulo como referência, temos os seguintes números em termos quantitativos:

Tabela 1: Total de Jornalistas Empregados por setor

São Paulo – Capital	1970	1979
Assessorias e Ag. Propaganda	46	205
Pequenas Editoras	263	359
Sucursais	69	77
Agências Internacionais	13	15
Grandes Empresas Jornalísticas	1955	2686
Rádio e Tv	333	702
Interior	1970	1979
Jornais	265	792
Rádio e Tv	59	163
TOTAL ESTADO	3003	5029

Fonte: Unidade, nº 55, maio/junho de 1980, p. 9.

Esses dados têm como fonte o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo. A entidade chamou a atenção para a sua precariedade. O que serviu de base para a tabela foi à contribuição sindical repassada ao sindicato através das empresas. O problema era a irregularidade desse repasse. Além disso, o termo “contribuição sindical” significa o recolhimento do imposto sindical obrigatório, indicando que a tabela trata dos jornalistas que tinham vínculo empregatício e não apenas os sindicalizados⁹².

Pelos números podemos verificar que o mercado de assessoria se expandiu. Mas em termos formais ele ainda correspondia cerca de 5% dos empregos ocupados por jornalistas em 1979, correspondendo a 200 num universo de cinco mil jornalistas no pleno exercício da profissão. Conforme outros números fornecidos pela entidade, havia em abril de 1980 em abril cerca de 6.800 jornalistas sindicalizados. Entre estes, 4.700 estavam na ativa e 2.100 eram aposentados. Assim, em relação ao percentual de sindicalização, podemos fazer duas comparações.

⁹² Na contribuição sindical, o trabalhador tem descontado pela empresa um dia de trabalho por ano de salário, pelo simples fato de pertencer a uma categoria econômica ou profissional específica que tenha um sindicato como seu representante legal. O desconto voluntário, pelo qual o associado ao sindicato era credenciado das atividades do seu órgão de classe e a usufruir dos programas assistencialistas como médico-odontológico, habitacionais, recreativos (menos os jurídicos que por lei eram extensivos aos não sindicalizados) é denominado contribuição associativa ou estatutária. Havia ainda a contribuição assistencial, prevista em convenção coletiva, (assembléias extraordinárias abertas a toda categoria) através da qual àqueles que se beneficiavam dos acordos ou dissídios coletivos (sindicalizados ou não) se comprometiam a doar uma cota dos seus salários à entidade de classe. CARDOSO, 1999, p. 62.

Na primeira vamos considerar somente os jornalistas que exerciam atividades profissionais. Se observarmos os números da tabela 1, na qual encontramos um total de 5.029 jornalistas e compará-los com os 4.700 sindicalizados teremos um índice de mais de mais de 90% de sindicalização. Se Considerarmos que havia um total de onze mil jornalistas registrados na Delegacia Regional do Trabalho (o que engloba os da ativa mais aposentados e entre estes os sindicalizados e os não sindicalizados) e compararmos este total com o universo dos jornalistas sindicalizados, cerca de 6.800, teremos um percentual de 65%.

Isto pode ser considerado um alto índice de sindicalização quando comparado em termos brutos⁹³ com os 17% dos jornalistas norte-americanos pertencentes à Society of Professional Journalists, a maior associação profissional daquele país. Um percentual próximo a este de jornalistas estão filiados a Newspaper Guild e a American Federation of Television and Radio Artists. Esses baixos índices de sindicalização são um dos indicadores do caráter pouco formalizado que a profissão de jornalista adquiriu nos Estados Unidos (HALLIN e MANCINI, 2004, p. 223-224). No Reino Unido, outra nação que compõe o modelo que Hallin e Mancini (*Ibid*, p. 224) classificam de liberal, a National Union of Journalists (NUJ) tinha um índice de filiação de 62 % dos jornalistas no fim dos anos 1970. Esse índice sofreu um abalo em durante a era Thatcher, mais se recuperou no fim dos anos 1990.

Os países do modelo democrático-corporativo (os escandinavos, a Alemanha, Áustria, Holanda e em menor grau a Bélgica) possuem antigas e ativas associações profissionais cujos índices de filiação oscilam em média entre 50 a 60% por cento. Essas associações não se limitam a representar os jornalistas nas suas demandas corporativas, mas também são capazes de garantir aos profissionais um elevado grau de autonomia frente ao Estado e às organizações noticiosas (*Ibid*, p. 78).

No caso brasileiro, mais especificamente paulista a nossa questão é saber até que ponto esses altos índices de sindicalização tinham correspondência com o crescimento das assessorias e com o papel dos sindicatos na formalização das mesmas como um mercado de trabalho exclusivo para jornalistas. Esta é uma questão difícil de mensurar sem dados quantitativos. O que se pode afirmar é que os sindicatos já pressentiam o potencial desse mercado, que se expandia através de múltiplos setores da vida econômica e política do país. O próprio Sindicato de Jornalistas de São Paulo alertava para o fato de que os dados da tabela

⁹³ A comparação dos índices de sindicalização dos jornalistas brasileiros com os pares de outros países tem de ter certa relativização em função da unicidade sindical aqui existente, o que impede a existência de diversas entidades disputando a representação sobre a categoria.

1 serem irreais em relação às assessorias. Os dirigentes da entidade lembravam que este era o setor que mais absorvia profissionais⁹⁴.

Essa percepção foi posteriormente confirmada através dos dados levantados pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos feitos a partir de 1999 para FENAJ e o Sindicato de Jornalistas de São Paulo e expostos nas tabela 2 e 3:

Tabela 2: N° de Jornalistas por setor – Brasil⁹⁵

Ano	Total Geral	Impresso	Rádio e TV	Extra-Redação
1986	17.528	5.273	2.642	9.613
1987	17.769	5.398	2.905	9.466
1988	18.138	5.664	3.204	9.270
1989	19.295	5.962	3.142	10.191
1990	18.891	6.125	3.098	9.668
1991	18.502	6.054	3.616	8.832
1992	16.908	5.488	3.356	8.144
1993	17.137	5.648	3.682	7.894
1994	17.672	7.297	3.551	6.794
1995	18.566	8.297	3.682	6.587

Tabela 3: N° de Jornalistas por Setor – São Paulo

Ano	Total Geral	Impresso	Rádio e TV	Extra-Redação
1986	5.321	2.083	541	2.697
1987	4.990	2.058	604	2.328
1988	5.321	2.289	692	2.340
1989	6.183	2.312	717	3.154
1990	6.252	2.455	660	3.137

⁹⁴ O Sindicato de Jornalistas de São Paulo chamou atenção para o fato de haver 36 jornalistas trabalhando na assessoria de imprensa da prefeitura paulista, elaborando o material de propaganda e os releases de sete empresas de economia mista, duas autarquias e para as 17 administrações regionais em que a capital paulista estava dividida. A entidade apontava também para a imprensa sindical como um importante mercado de trabalho com jornalistas trabalhando para os metalúrgicos do ABC e para os bancários da região da grande São Paulo.

⁹⁵ Os dados das duas tabelas foram extraídos da RAIS – Relação de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, no ano de 1999.

É preciso esclarecer que os números destas tabelas foram fornecidos pelas empresas, legalmente obrigadas enviar os dados de seus funcionários à Secretaria de Política de Empregos e Salários do Ministério do Trabalho para o recolhimento do PIS, Programa de Integração Social. Eles compõem, portanto, um olhar sobre o mercado formal de trabalho com o foco centrado estritamente no trabalho assalariado. Do setor denominado “extra-redação” fazem parte os jornalistas que trabalham em empresas não jornalísticas do setor público e/ou privado englobando um leque muito diverso de instituições como as não governamentais, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais etc.

Conforme a tabela 2, esse setor representou entre 1986 e 1990, mais de 50% dos empregos formais existentes no mercado. Há uma queda constante desse percentual a partir de 1991, explicado pelo DIEESE a partir de duas hipóteses. A primeira, pela terceirização dos departamentos de comunicação das empresas não jornalísticas. A segunda, pelo fato das empresas prestadoras de serviço passarem a contratar seus jornalistas não como empregados, mas como empresas jurídicas para efetuarem trabalhos específicos dentro de uma relação contratual de curto prazo ou médio prazo. Nos dois casos, o jornalista tinha participação societária nas empresas e não relações de assalariamento. Com isto, a participação do setor “extra-redação” no mercado formal caiu de 54,8% em 1986 para 35% em 1995⁹⁶.

Antes do ano de 1986 não há levantamentos, o que proporciona um certo vácuo na análise. Podemos, porém, fazermos algumas inferências comparando a tabela 3 e com a 1, ambas referentes ao mercado paulista. Em 1979 havia cerca de cinco mil jornalistas em atividade no mercado paulista. Esse número passou para cinco mil e trezentos em 1986, sendo que dois mil e setecentos profissionais, aproximadamente 50% dos jornalistas assalariados, estavam no setor extra-redação. Em 1979, somente duzentos e cinco foram identificados no mesmo setor. Isso nos deixa a crível impressão de que o mercado “jornalístico” sofreu um ajuste por dentro, com o encolhimento do emprego nas redações e aumento nos setores “extra-redação”, nos quais estavam localizadas as assessorias.

Isto teve eco nas finanças do Sindicato de Jornalistas de São Paulo. A estrutura de gastos da entidade tinha peso nas chamadas atividades assistencialistas. Os pagamentos de salários de médicos, dentistas e advogados correspondiam, em 1980, a 67% dos gastos da entidade. Estes gastos eram cobertos pela contribuição sindical obrigatória e as mensalidades pagas pelos jornalistas sindicalizados. Essas receitas correspondiam a 70% da receita da

⁹⁶ A tabela e as análises do economista Nelson Sato, da subseção do DIEESE localizada no Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo, estão atualmente sítio da Federação Nacional dos Jornalistas: www.fenaj.org.br.

entidade, sendo 30% derivada das contribuições e 40% das mensalidades. Logo, levando-se em conta as necessidades de reajustes salariais dos seus funcionários de classe média, a importância da manutenção da sede, gastos com jornal etc, percebe-se que o Sindicato era sensível do ponto de vista financeiro a qualquer processo de demissão em massa ou até mesmo à ausência de elasticidade do mercado do mercado. Esses dois fatores significavam perda ou a estagnação das receitas, obrigando os sindicatos apelarem para os aumentos de mensalidade como forma de arcar com os seus custos (*Unidade*, abril/maio de 1981, p. 18).

Assim, de uma situação razoavelmente equilibrada em 1980, o Sindicato de Jornalistas de São Paulo perdeu 1.100 filiados chegando a uma situação de insolvência em 1984. As despesas administrativas, de pessoal, previdência e sustentação da estrutura assistencial eram crescentes. Para contornar a crise, o Sindicato moveu campanhas de (re)sindicalização, sendo relativamente constante encontrar no jornal sindical a relação dos associados em débito com a entidade e uma chamada para os mesmos renegociarem suas dívidas. Mas isto era insuficiente. Vendas de patrimônio, como a colônia de férias em Santos, e empréstimos bancários produziram pequeno um superávit em 1987 (*Unidade*, nº 92, junho/julho de 1987, p. 5).

O peso da estrutura assistencial e a dependência do imposto sindical obrigatório provocaram a reclamação de um dos dirigentes da entidade, Sergio Sister, para quem o imposto sindical formalizava a dependência financeira e política dos Sindicatos, de uma forma geral, em relação ao Estado:

Dessa forma, teremos que imaginar receitas novas para substituir definitivamente essa fonte. Ou então abandonar despesas que existem em decorrência não de uma opção nossa, mas da determinação de sucessivos governos que quiseram atribuir às entidades trabalhistas um cunho estritamente assistencial. Pessoalmente, sou favorável à extinção dos gastos assistenciais, remetendo ao governo a responsabilidade do atendimento ao direito da população à saúde. Temos de reforçar o corpo de advogados e economistas, parte da estrutura que dá força política à categoria (*Idem Ibid*).

Esta era uma opinião pessoal. Outra dirigente da entidade, Fátima Turci afirmou que, apesar de negligenciada, a área assistencial era na verdade um pólo de atração da categoria à sede do Sindicato (*Unidade, Ibid*, p. 9). Isso mostra que nem sempre o senso de independência e autonomia de alguns dos dirigentes era compartilhado pelo restante dos seus pares. A cultura corporativa era algo presente e fundamentava o papel da instituição na defesa de seus associados.

Não temos em relação ao Rio de Janeiro a mesma quantidade de dados. Conforme uma prestação de contas divulgada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, havia seis mil jornalistas filiados à entidade em 1987, correspondendo a aproximadamente de 85% do total da categoria. Mas, não podemos precisar o universo da assessoria em relação a esses números. Acompanhando uma prestação da entidade podemos montar um pequeno balanço financeiro no qual são informadas principais fontes de receita e despesas e despesa da entidade entre os anos de 1986 e 1988, conforme as tabelas quatro e cinco⁹⁷:

Tabela 4

Receitas	1986	1987	1988
Imposto Sindical	738.823,31	1.332.908,56	6.821.513,62
Mensalidades	708.979,00	2.023.092,30	12.222.244,50
Publicidade do jornal	25.252,30	501.240,00	1.776.975,81
Contribuição sindical	3.5042	237.510,79	3.156.875,41
Donativos	X	162.570,40	611.031,00
Total	1.476.559,00	4.257.322,10	24.588.628,00

Fonte: *Nossa Pauta*, nº 9, julho de 1989, p. 19.

Tabela 5

Despesas	1986	1987	1988
Jurídico	136.489,00	344.522,62	2.728.905,26
Funcionários	887.240,00	2.704.006,66	29.178.831,00
Serviços pagos	205.332,20	811.768,34	2.843.057,56
Condomínio e serviços	102.360,15	244.113,65	1.038.225,90
Auxílio a jornalistas	13.963,94	11.758,60	83.397,79
Total	1.345.385,40	4.116.169,70	35.872.415,00

Fonte: *Nossa Pauta*, nº 9, julho de 1989, p. 19.

Novamente encontramos o imposto sindical e as mensalidades como principais fontes de receita. O crescimento desses itens foi atribuído pela entidade a sua reativação, o que significa a repercussão do aumento do ímpeto de luta da mesma entre os jornalistas. Mas, podemos confrontar esta interpretação com as despesas, que também cresceram

⁹⁷ A moeda da época era o cruzado novo, NCz\$.

substancialmente. O que chama a atenção são os gastos com funcionários, um reflexo dos gastos assistencialistas. Assim, de 1986 à 1988, a instituição sindical carioca passou de uma situação de equilíbrio para o desequilíbrio financeiro, conforme podemos constatar ao confrontar o total de receitas com o total de despesas.

Diante da manutenção da estrutura de gastos podemos interpretar que a principal saída das entidades era buscar receitas através de três maneiras. A primeira era aumentando o número de associados aos sindicatos. A segunda era aumentar as mensalidades. A terceira era aumentar a contribuição sindical obrigatória. O Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro reclamava que jornalistas descontavam mais para associações vinculadas aos jornais nos quais trabalhavam do que para a sua entidade de classe.⁹⁸ Se era verdade que 85% da categoria estava sindicalizada, dobrar ou triplicar a mensalidade seria uma ótima fonte de recursos⁹⁹.

O que nos remete, porém, a questão dos assessores era a dependência dos sindicatos da contribuição sindical obrigatória. De um lado, o mercado de assessorias era a área que mais crescia. De outro, a maior parte das empresas públicas ou privadas que tinham departamento de comunicação ou assessorias de imprensa recolhia a contribuição sindical dos assessores de imprensa em prol de sindicatos de outras categorias e não dos sindicatos de jornalistas¹⁰⁰. Por que isto acontecia? Talvez porque a maioria dos agentes econômicos não reconhecia a assessoria como uma atividade jornalística. Mas, o problema fundamental, como veremos, dizia respeito às complicadas relações entre a legislação trabalhista e o decreto-lei 972.

Assim, temos um quadro no qual as assessorias eram percebidas, desde o início da década de 1980, como um mercado de trabalho potencial para os jornalistas. Atentas a isso, as entidades de classe elaboraram estratégias para formalizar este mercado e garantir que os assessores de imprensa gozassem do status de jornalistas profissionais. Desta forma, os sindicatos de jornalistas se beneficiariam do aumento da contribuição. A formalização implicava em dois passos. O primeiro, obter dos empregadores o reconhecimento de que a

⁹⁸ No caso, o exemplo foi sobre os jornalistas de *O Dia*, que descontavam NCz\$ 15,00 para Associação Ary de Carvalho e NCz\$ 4,00 para o Sindicato. *Nossa Pauta*, nº 9, julho de 1989, p. 19.

⁹⁹ O próprio Sindicato termina o texto de apresentação do seu balanço defendendo o aumento de mensalidades e cobrando uma postura mais ativa da categoria em defesa da sua entidade de classe com a seguinte conclamação: *Precisamos de um Sindicato? Pra quê serve o Sindicato?* Idem *ibid*.

¹⁰⁰ A diretoria do Sindicato carioca afirmou que o aumento da contribuição resultou da fiscalização da entidade sobre as empresas. Segundo Sérgio Sister, do Sindicato de São Paulo, era comum que as empresas recolherem a contribuição às entidades das indústrias nas quais os assessores trabalhavam (*Unidade*, nº 92, junho/julho de 1987, p. 5). Explicaremos por que isto acontecia mais frente.

função de assessor era privativa dos jornalistas. O segundo, impedir que outros profissionais invadissem esse território.

O Sindicato de Jornalistas de São Paulo, por exemplo, afirmava taxativamente que as assessorias constituíam, no início da década, um território aberto aos jornalistas, devendo estes se apressar em ocupá-lo antes que outros agentes o fizessem.

A verdade é que por falta de um maior empenho dos jornalistas em defender essa faixa do mercado de trabalho, as assessorias de imprensa muitas vezes estão nas mãos não só de pessoas formadas em Relações Públicas como de outros setores profissionais. É o caso, por exemplo, de algumas assessorias de empresas automobilísticas, onde o trabalho do jornalista é feito por pessoas de outras áreas. A revista *Boa Estrela*, editada pelo departamento de propaganda da Mercedes-Benz do Brasil tem cinco redatores, nenhum jornalista. Somente o editor da revista é formado em jornalismo. A assessoria de imprensa da empresa tem um único jornalista, responsável pelos releases. Por outro lado, existem casos como o da General Motors, que mesmo tendo sua própria assessoria, utiliza os serviços da PROAL, uma empresa especializada em jornalismo empresarial (*Unidade*, 55, maio/junho de 1980, p. 10. Grifos meus).

Esse problema se acentuava pelo fato do Sindicato só considerar jornalista os graduados em jornalismo nas escolas de comunicação. Por isso, nenhum dos redatores da revista da Mercedes-Benz merecia receber essa denominação apesar de serem classificados como *redatores*, atividade reconhecidamente jornalística. Isto ilustra a preocupação dos sindicatos de influir no mercado de assessoria e garantir a representação dos interesses dos jornalistas que trabalhavam neste mercado. Mas, para isto o Sindicato teria de lidar com as contradições criadas pela legislação trabalhista. A forma autoritária como foi concebida fez os seus criadores minimizarem as complexidades organizacionais do mundo do trabalho.

Segundo Moraes Filho (1980, p. 255) os legisladores brasileiros criaram, na década de 1930, uma separação artificial entre os termos categoria profissional e categoria econômica. A diferença era que na primeira os produtores (indivíduos ou empresas) se reúnem tendo em vista critérios distintivos e concorrentes da atividade econômica e na segunda o critério predominante é o da própria atividade econômica. Ao obrigar o enquadramento sindical dos agentes com base no primeiro termo, a lei forçou uma distinção entre os agentes econômicos impedindo, por exemplo, que jornalistas e gráficos criassem, se fosse do livre interesse deles, uma única instituição sindical. Mas, pela legislação trabalhista forjada em 1930, os trabalhadores de um determinado ramo de atividade deveriam ser divididos por categorias e cada qual ter seu próprio sindicato.

Isto gerou, com o tempo, uma crise de representação no interior de corporações com categorias profissionais diversas, cujas atividades não eram inerentes à atividade das empresas às quais elas estavam vinculadas. Por exemplo, quem representaria o jornalista que trabalhava na Petrobrás? O Sindicato dos Jornalistas ou o Sindicato dos Petroleiros? Como seria o seu reajuste de seu salário? Seria negociado na data base dos jornalistas ou petroleiros? Apesar de criados por categoria profissional, na prática eram os sindicatos mais fortes, de categorias massivas como metalúrgicos, petroleiros, bancários etc, que negociavam salários de profissionais como jornalistas, economistas etc situados em empresas estatais, serviço público, indústrias automobilísticas, bancos etc.

Com isso, a contribuição sindical de quase todos funcionários de grandes corporações era recolhida em prol dos sindicatos das categorias de massa nelas existentes. Isto, evidentemente, criava dificuldades para os sindicatos menores como os de jornalistas, por exemplo, acompanharem e impor a estas empresas o piso salarial, a jornada de trabalho de cinco horas e o reconhecimento do estatuto do assessor como jornalista. E isto se tornava mais complexo em função do enquadramento dos profissionais de comunicação destas empresas ter uma terminologia própria que apontava a definição imediata dos mesmos como “comunicadores” e não como jornalistas¹⁰¹.

Com o decreto lei 972, a via jurídica foi se tornado um campo de luta factível para os sindicatos de jornalistas intervirem neste debate e promoverem o enquadramento dos assessores como jornalistas profissionais. Mas, isto não era simples. É provável que muitos jornalistas vissem com simpatia sua filiação aos sindicatos das categorias massivas, como os metalúrgicos do ABC paulista, vanguarda do movimento sindical, às vezes participando de seus movimentos coletivos e tendo com isso, uma possível inflexão nas suas identidades como profissionais. Isto obviamente criava uma série de embaraços em relação a situação sindical de assessores, obrigando os sindicatos dos jornalistas a tratarem mais de perto do problema.

Podemos ter uma evidência mais precisa desse dilema pelo que aconteceu no Rio de Janeiro. Uma das chapas que disputava a direção do Sindicato dos Jornalistas naquele

¹⁰¹ O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro enviou um alerta aos jornalistas e às assessorias de imprensa de empresas federais, estaduais, municipais e privadas sobre o respeito às normas da Consolidação das Leis do Trabalho e às orientações do decreto-lei 972 para a contratação e pagamento de salários dos profissionais da comunicação. Estes deveriam ter um contrato de cinco horas de trabalho, receber de acordo com o piso salarial da categoria, sendo incluído o adicional de 25% sobre cada hora excedente e de 100% a partir da oitava hora. Os ocupantes de cargos de chefia deveriam receber 50% sobre o piso. Para os jornalistas o alerta afirmava que estes poderiam descontar o imposto sindical na tesouraria do Sindicato e apresentar prova de quitação ao empregador, evitando o seu desconto na fonte e que este fosse encaminhado para outra instituição sindical. Ver *Boletim ABI*, Julho/Agosto de 1985. p. 4.

município, em 1984, tendo a frente o jornalista e professor de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense José Carlos Monteiro, produziu uma matéria no jornal de campanha com o título “*Assessor é Jornalista*”. O título em si já contém um apelo no sentido de afirmar o vínculo de classe de assessores e jornalistas. Mas, o corpo da matéria explicitava os desvios contidos nesta relação de identidade:

Nas assessorias, a chapa dois ouviu vários companheiros confessarem, com muita honestidade, que chegaram a esquecer sua condição de jornalista, passando a se confundir com bancários, petroleiros, funcionários públicos (...). Em quase todas as assessorias (Estado, empresas particulares, entidades e associações) isso acontece porque os jornalistas trabalham sob as mais criativas qualificações, sendo poucos, muito poucos, os enquadrados na sua verdadeira função (Boletim *Unidade e Ação Já*, nº 2, junho de 1984, p. 5).

Entre essas “qualificações”, a predominante era a de técnico em comunicação. Isto, na opinião do Sindicato carioca criava uma indeterminação sobre quem deveria ocupar estes cargos, pois em tese qualquer graduando em Comunicação Social ou estudante de segundo grau com curso técnico em publicidade, por exemplo, poderia ocupá-los. O que era um técnico em Comunicação? O problema tinha uma resolução complicada, pois colocava a legislação profissional dos jornalistas muitas vezes em conflito com a própria estrutura organizacional das empresas¹⁰².

Por outro lado, a jornada de cinco horas de trabalho era uma demanda tentadora, que pode ter levado muitos assessores a procurar os Sindicatos de Jornalistas Profissionais no intuito de fazer as entidades de classe tomarem a frente nesse embate com as empresas. Isto gerava duas formas de luta. A primeira seguia uma lógica individualizada. O jornalista acionava o seu Sindicato e este a Delegacia Regional do Trabalho, que procurava a empresa para uma mesa-redonda com vistas a negociar o problema. Evidentemente esta estratégia demandava um tempo enorme e além de altos custos com a estrutura jurídica, pois exigia a contratação de bons advogados.

A outra tinha uma lógica coletiva. Os Sindicatos, como vimos, criaram Comissões Permanentes de Assessorias de Imprensa. Estas negociavam diretamente com as instituições

¹⁰² A assessoria de imprensa do Núcleo de Comunicação Social da Caixa Econômica Federal, CEF, era formada só por *escriturários*. O Sindicato dos Jornalistas acionou a Delegacia Regional do Trabalho para cobrar o enquadramento profissional dos assessores e ouviu da gerente do núcleo que “a Caixa não obriga ninguém a exercer atividades jornalísticas. As pessoas fazem o serviço por iniciativa própria”. O Sindicato lamentou que uma instituição federal pudesse praticar tal ato, violando a luta histórica dos jornalistas. Representantes do banco, por sua vez, se comprometeram a tratar da questão através do novo plano de cargos e salários que estava em estudos em Brasília. *Nossa Pauta*, nº 10, maio de 1993, p. 8.

nas quais os assessores trabalhavam¹⁰³. De modo geral, as comissões tinham dois objetivos. O primeiro era regularizar a carreira de jornalista nos órgãos da administração direta e indireta de municípios, estados e da área federal e empresas privadas¹⁰⁴. O segundo objetivo era estender os preceitos da legislação profissional dos jornalistas aos assessores destes órgãos, principalmente a jornada de trabalho de cinco horas e o exclusivismo do cargo de assessor para jornalistas graduados¹⁰⁵. Para isso, a idéia inicial dos Sindicatos de Jornalistas era tentar participar e intermediar as negociações coletivas normalmente conduzidas pelos sindicatos das categorias vinculadas às atividades-fim desses órgãos ou empresas para fazer valer estes direitos.

Mas, isto também não era simples. As entidades das categorias de massa negociavam os dissídios e acordos coletivos centrados nos dilemas trabalhistas destas categorias, desconhecendo ou negligenciando questões específicas dos jornalistas¹⁰⁶. Além disso, esse tipo de negociação poderia gerar conflitos entre “companheiros”, fazendo com que um auxiliar administrativo tivesse de abandonar suas atividades, sendo trocado por um outro cujo requisito complementar era o diploma de jornalismo. Assim, esses sindicatos não se comprometiam em lutar por uma legislação que não conheciam¹⁰⁷. Diante das barreiras encontradas, os Sindicatos de Jornalistas acionavam seus departamentos jurídicos para prestarem queixas à Delegacia Regional do Trabalho ou elaborarem um documento descrevendo as funções do jornalista profissional bem como as exigências legais que deveriam ser seguidas pelos candidatos à ocupação das mesmas. Assim, eles enviavam esses

¹⁰³ A criação das Comissões Permanentes de Assessorias de Imprensa foi uma das deliberações do I Encontro Nacional de Jornalistas de Assessorias de Imprensa e Jornais e Revistas de Empresa, realizado em Brasília, agosto/setembro de 1984, com a presença de 234 jornalistas. Os membros da Comissão deveriam ser eleitos em assembléias e coordenados por um dirigente sindical, preferencialmente oriundo do setor. Ver *Unidade*, setembro de 1984, p. 16.

¹⁰⁴ O Estado de São Paulo, segundo dados do Sindicato de Jornalistas, tinha mais de dois mil jornalistas em seus quadros. A maior parte aprovada em concursos públicos para cargos burocráticos. Mas, com o tempo, vários passaram a ocupar assessorias voluntariamente sem desvio de função, passando posteriormente a reivindicar o seu reenquadramento como jornalista profissional. *Unidade*, abril de 1983, p. 20.

¹⁰⁵ Em 1982, o deputado estadual pelo PMDB, Fernando Morais, ex-dirigente sindical foi autor de um projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa de São Paulo garantindo o mercado de assessorias nos órgãos e empresas do estado para jornalistas profissionais. A lei paulista tinha como fundamento o projeto do jornalista Maurício Fruet, aprovado na assembléia paranaense com base no § 1 do artigo 3º do decreto 83.284.

¹⁰⁶ Dissídios Coletivos são ações propostas por pessoas jurídicas (Sindicatos, Federações, Confederações de trabalhadores ou empregadores) que recorrem à intermediação da Justiça do Trabalho para tratar de questões relacionadas às relações de trabalho que não foram solucionadas entre as classes sociais via negociação direta.

¹⁰⁷ Sindicato dos Jornalistas buscou uma negociação direta com Franco Montoro, governador. O encontro foi intermediado por Quartim de Moraes, ex-dirigente sindical, assessor de imprensa de Montoro. Este, por sua vez, compareceu ao I Encontro de Jornalistas Assessores de Imprensa de São Paulo e se comprometeu a regularizar a situação dos “jornalistas funcionários públicos”. *Unidade*, abril de 1983, p. 20.

documentos às empresas privadas, estatais, autarquias e aos sindicatos de trabalhadores ou funcionários públicos¹⁰⁸.

Podemos perceber esses problemas com maior clareza tomando o que aconteceu no Rio de Janeiro em relação à “questão do assessor”. A imprensa sindical vinha se revelando um mercado de trabalho com grande potencial neste município no transcurso da década de 1980¹⁰⁹. Mas era um mercado problemático, pois nem sempre jornalistas e as direções dos demais sindicatos de trabalhadores compartilhavam da mesma visão de que a assessoria era uma atividade jornalística. O sindicato de jornalistas carioca identificou três entraves neste mercado de trabalho. O primeiro era a falta de estrutura profissional das assessorias no interior dos sindicatos das demais categorias de trabalhadores, uma vez que a maior parte deles via as assessorias como uma atividade política e não jornalística. Assim, não investiam em equipamento ou pessoal.

O segundo entrave derivava do primeiro, tornando difícil a relação profissional do assessor-jornalista com a diretoria destes sindicatos. Isto porque estas entidades viam o assessor como um militante ou como empregado qualquer, sem direito a regalias como um horário especial de trabalho. O terceiro era que as entidades não viam sentido em ter um estranho que intermediasse suas relações com os grandes jornais, tidos inimigos pelas correntes mais radicais de esquerda e/ou escrevessem seus jornais e boletins¹¹⁰.

Assim, de um lado, o Sindicato de Jornalistas carioca tentava defender, perante aos seus filiados o respeito e o reconhecimento das demais entidades de classe à legislação profissional estruturada em torno do decreto-lei 972 (piso salarial, pagamento de horas extras

¹⁰⁸ A “questão” do assessor atravessou diretorias do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro com diferentes matrizes ideológicas. O grupo de José Carlos Monteiro, presidente da entidade de 1984 a 1987 e simpatizante do Partido Comunista Brasileiro, pretendia elaborar “a nível de classe”, um projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional para tratar da questão. Elizabeth Costa, sua sucessora, apoiada por militantes do PT e responsável pela filiação do Sindicato à Central Única dos Trabalhadores, buscou a negociação direta com os sindicatos, órgãos públicos e patronais para tentar resolver estes dilemas. Mas, ambos entendiam ser a via jurídica um importante campo de resolução desses conflitos. Ver Boletim *Unidade e Ação Já*, junho de 1984, p. 5 e *Nossa Pauta*, nº 1, dezembro de 1987, p. 10.

¹⁰⁹ Ao longo da década de 1980 o sindicalismo carioca se revigorou principalmente entre categorias massivas de servidores públicos (professores, médicos e previdenciários), do setor estatal do estado (eletricitários, trabalhadores do gás e metroviários e bancários do Banerj) e da União (telefônicos, marítimos, ferroviários, petroleiros, bancários do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional do Desenvolvimento Social, metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional e do Arsenal de Marinha). A estabilidade destes trabalhadores proporcionava aos sindicatos representativos destas categorias um aporte quase constante de recursos, permitindo os mesmos investirem em diversos tipos de mídia e contratação de jornalistas. Os bancários, por exemplo, constituíram uma gráfica própria e produziram um jornal diário distribuído em todas as agências da cidade. Esse quadro se reverteu nos anos 1990, com a privatização e a reestruturação das empresas estatais.

¹¹⁰ Analéa Rego assessorou o Sindicato dos Portuários, sendo demitida com um mês de emprego, pois os dirigentes não conseguiam entender a utilidade de ter uma jornalista para cavar um bom relacionamento da entidade com a grande imprensa. *Nossa Pauta*, nº 10, outubro de 1989, p. 9.

etc). De outro, a maior parte dos sindicatos de outras categorias de trabalhadores não viam o jornalista com tanta importância e status. Para elas, o jornal era um panfleto de luta centrado em artigos políticos.

Esses entraves aparecem no modo como o jornalista Luiz Arnaldo Campos via o jornalismo sindical: a possibilidade de realizar um tipo de trabalho distinto do realizado nas grandes empresas¹¹¹. Campos não era dirigente nem militante, mas para ele, o jornalismo sindical vinha se afirmando como uma alternativa real de mercado de trabalho e como uma possibilidade de se exercer um jornalismo “crítico e criativo”, livre das restrições impostas na grande imprensa. Sua visão da imprensa sindical continha traços do jornalismo integral do modelo gramsciano: a propensão de alargar a recepção dos jornais, aumentar a sua circulação, enfim, torná-lo um meio efetivo de luta dos trabalhadores contra a hegemonia cultural dos grandes meios de comunicação (*Nossa Pauta*, nº 10, outubro de 1989, p. 8).

Para isso, ele acreditava ser fundamental que houvesse espaços de liberdade narrativa para o jornalista exercer sua criatividade. Este espaço seria garantido por um vínculo de correspondência ideológica entre as direções dos sindicatos e os jornalistas e este vínculo seria a base de confiança mútua entre estes dois agentes¹¹². Por outro lado, Campos afirmava de forma incisiva que esse tipo de trabalho não podia ter somente características voluntaristas. Os sindicatos teriam de reconhecer a importância política de seus jornais atribuindo valor aos profissionais de imprensa, não só respeitando o que estava prescrito na legislação dos jornalistas como também remunerá-los de acordo com o status social destes profissionais (*Idem ibid*).

Assim, se de um lado o jornalismo sindical era, pelo menos potencialmente, um lugar no qual os profissionais de imprensa poderiam se realizar ideologicamente, se aproximando das demais categorias de trabalhadores, de outro era também um campo de realização profissional no qual os jornalistas poderiam aspirar a altos salários, assim como os médicos e advogados que prestavam serviços a estas entidades de classe. O problema é que esta realização

¹¹¹ Essa questão não afetava só o Rio de Janeiro. Em São Paulo, o repórter Valdeci Verdelho foi trabalhar no Sindicato dos Bancários após ser demitido da *Folha de S. Paulo* e, depois de um início difícil, conseguiu convencer certos grupos da importância de um jornalista orientar a feitura dos boletins, participar do jornal tablóide *Enfim* e das demais publicações voltadas para os bancários em período de campanha salarial ou não. Apesar de afirmar que havia diferenças em trabalhar para sindicatos e empresas, Verdelho fez questão de frisar que o seu trabalho era estritamente profissional. O jornalista Julio de Grammont, demitido da *Folha* e empregado na *Tribuna Metalúrgica* afirmava ser a imprensa sindical um importante mercado de trabalho para jornalistas e assessores realizarem um jornalismo distinto da grande imprensa sem explicar o que fundamentava essa distinção. *Unidade*, nº 55, maio/junho de 1980, p. 10.

¹¹² Márcia Mariano trabalhou no Sindicato dos Comerciários e mesmo sem ter nenhuma queixa trabalhista ou quanto ao salário, saiu do emprego por não concordar com o *peleguismo* e o *autoritarismo* da direção daquela entidade. *Nossa Pauta*, nº 10, outubro de 1989, p. 9.

profissional poderia gerar um distanciamento entre os jornalistas e os trabalhadores com os quais ele queria se identificar¹¹³.

Nesse olhar supostamente contraditório, podemos identificar a forma como Campos interpretava o profissionalismo no jornalismo. Nele cabia um exercício de militância, de autonomia intelectual, mas também se evidenciava um apelo não residual ao assalariamento existente nos grandes jornais. Neste sentido, ele interpretava o gosto da maioria dos dirigentes sindicais das demais categorias de trabalhadores por *panfletos* como um sintoma do “corporativismo e o amadorismo” reinante entre eles, o que os levava a não entenderem “nada de jornalismo”¹¹⁴.

Além disso, Campos achava as intensas disputas internas entre as diversas correntes políticas e partidárias, a maior parte de esquerda pela hegemonia das entidades de classe e, conseqüentemente, do próprio movimento sindical, uma deformação e não um sintoma do forte grau de politização deste setor¹¹⁵. O elevado grau de partidarização política não encontrava um contraponto nos interesses gerais dos trabalhadores, mas sim na luta pelo poder e acabava favorecendo mais instrumentalização do que o profissionalismo nos jornais sindicais. Assim, era coerente que esses dirigentes sindicais vissem os jornais como um panfleto de luta e preferissem que os mesmos fossem confeccionados por de modo voluntário por militantes de suas correntes e não por jornalistas assalariados.

O Sindicato dos jornalistas do Rio de Janeiro compreendia esse dilema, mas convivia com outros. De um lado, não podia acionar o Ministério do Trabalho para regular o exercício profissional dos assessores de imprensa no interior de organizações sindicais sem correr o risco de ferir a solidariedade de classe e isolar os jornalistas das demais categorias de trabalhadores. De outro, não podia negar as queixas de seus filiados, que reclamavam dos desrespeitos sofridos como profissionais de imprensa nas demais entidades sindicais.

Assim, a entidade organizou, em 1987, o I Painel de Imprensa Sindical para tentar amenizar os problemas e buscar, via negociação direta com as demais corporações sindicais,

¹¹³ Esta era uma das reclamações de Jaime Silva, fotógrafo, que trabalhava na imprensa sindical por “vocaçãõ”, mas reclamava do acúmulo de tarefas, da falta respeito à tabela de serviços e da melhor compreensão dos sindicalistas sobre o trabalho do assessor militante. Idem *Ibid*.

¹¹⁴ Para Campos, só as categorias de vanguarda do movimento sindical, como os metalúrgicos do ABC paulista, compreendiam a importância política de uma potente imprensa para formar a visão de mundo de seus filiados. Nossa Pauta, *ibid*, p.8

¹¹⁵ Este tipo de lógica presidiu a forma utilizada pelo Sindicato Nacional de Jornalistas da França, SNJ, para conseguir apoio da maioria dos jornalistas. Se atendo exclusivamente a questões de natureza corporativa, o SNJ se distanciou das centrais sindicais vinculadas às forças políticas como comunistas ou anarquistas e procurou diferenciar os jornalistas profissionais, os “autênticos” dos “diletantes”, os que faziam do ofício um complemento de outras atividades. No caso em questão, os diletantes eram os militantes sindicais. Ver RUELLAN (2004 a, p. 16).

garantir esse mercado de trabalho para os seus filiados dentro das normas preconizadas na lei. Porém, esse objetivo fracassou, como atesta o trecho abaixo:

Apesar de um grande número de sindicatos serem convidados para o Painel, poucos compareceram. A explicação é simples: a maioria das entidades não tem assessoria de imprensa e quando tem, os militantes das correntes políticas da diretoria tomam o lugar do jornalista profissional¹¹⁶.

Essas polêmicas oriundas do universo sindical nos dão uma pequena amostra do esforço do Sindicato dos jornalistas do Município do Rio de Janeiro para valorizar as relações de trabalho dos seus filiados nos mais diversos campos de atividade. A entidade fazia isso tratando de forma indistinta o jornalista e do assessor de imprensa. O decreto lei 972 e o diploma de jornalismo eram os elos de ligação das identidades destes agentes como jornalistas profissionais. A questão é que o vínculo através do diploma não era suficiente para aproximar jornalistas e assessores, havendo a necessidade de se elaborar dos sindicatos de jornalistas elaborarem outras estratégias de atuação. Podemos ter um quadro mais preciso da mesma examinando o debate em São Paulo.

4.2.2 As Disputas entre Jornalistas e Relações Públicas pelas Assessorias

Apesar do Sindicato de Jornalistas de São Paulo ressaltar a importância da imprensa sindical como um novo locus do mercado de trabalho, pode-se dizer que no caso paulista ela não estava centralmente relacionada à questão do assessor. Observando o jornal *Unidade* a respeito do assunto, constatamos que as polêmicas em São Paulo se desdobraram fundamentalmente em torno da proliferação dos jornais de empresa ou do que veio a ser chamado de comunicação empresarial. Isso pode ser constatado pelo rol de preocupações expostas pelo Sindicato de Jornalistas Profissionais durante um seminário sobre o mercado de trabalho por ele organizado no qual alertava:

Talvez por causa dessa falta de interesse do jornalista pelas assessorias de imprensa essa faixa do mercado de trabalho foi tomada por profissionais de outros setores. O Conselho Regional de Relações Públicas, CONREP, por exemplo, já há algum tempo reivindica para os profissionais de R. P. o direito de divulgar as informações que saem de dentro das empresas. Alguns jornalistas que

¹¹⁶ Analéa Rego assessorou o Sindicato dos Portuários, sendo demitida com um mês de emprego, pois os dirigentes não conseguiam entender a utilidade de ter uma jornalista para cavar um bom relacionamento da entidade com a grande imprensa. *Nossa Pauta*, nº 10, outubro de 1989, p. 8 e 9.

trabalhavam em assessorias de imprensa chegaram a ser multados pelo CONREP por não serem filiados a entidade. (*Unidade*, 56, julho/agosto de 1980, p. 4-5).

Ao mesmo tempo em que fazia o alerta sobre a presença dos profissionais de relações públicas nas assessorias, o Sindicato afirmava que qualquer ação na área de em relação ao problema deveria ser desenvolvida pelos próprios jornalistas do setor. Afinal, eram eles que conhecia melhor este território ainda obscuro para a entidade de classe. Mas, apesar de disso, a entidade ressaltava a sua preocupação em aproximar estes jornalistas da categoria, do Sindicato e até dos demais assessores, pois *muitos deles por trabalharem em empresas e serem regidos por suas normas acabam assimilando que o esquema empresarial, deixando de lado as lutas dos jornalistas* (Idem *ibid*).

Temos assim três eixos de análise. O primeiro referente à imprensa empresarial. Que tipo de imprensa era esta? Quais as suas características? No segundo eixo vamos procurar entender as estratégias do Sindicato para forjar a identidade dos assessores como jornalistas profissionais. O terceiro trata do conflito entre jornalistas e relações públicas em torno do monopólio do mercado de trabalho e das chefias no interior das assessorias de imprensa.

Em relação ao primeiro eixo, o Sindicato de Jornalistas de São Paulo não definia precisamente o que ele entendia por jornalismo empresarial. Sob este rótulo estão uma série de publicações muito diversificadas produzidas por instituições públicas e privadas, dirigidas a um público externo e/ou interno. Elas variavam entre as produzidas semi-artesanalmente com uso de mimeógrafos chegando até as que possuíam uma elevada sofisticação gráfica, com uso de fotografias e material editorial de excelente nível, podendo-se entender por isto uma avaliação subjetiva tanto os aspectos estéticos quanto de conteúdo. Assim, os jornais que compunham o jornalismo empresarial estavam dispersos entre um conjunto de mais ou menos dois mil títulos em circulação.

As tiragens dessas publicações variavam. Nos exemplos citados pelo Sindicato encontramos números situados entre quatro e cinquenta mil exemplares, sendo a maior parte publicada bimestralmente¹¹⁷. Todas contavam com equipes relativamente reduzidas, com tamanhos variáveis entre um e seis profissionais (editores e redatores). A maior parte dos profissionais realizava múltiplas tarefas como a produção, edição, diagramação de textos e

¹¹⁷ Entre as empresas que destinavam os jornais para o público interno estavam: Eucatex, que produzia o *Eucastor* com uma tiragem de quatro mil exemplares; a Fenícia, cujo jornal, *Cata-vento* tinha oito mil; a Transpampa produzia o *TNT Brasil* com dez mil e a Corporação Bonfiglioli que publicava a revista *Auxiliar* com cinquenta mil exemplares, sendo dezessete mil para o público interno e trinta e três mil para o externo, fundamentalmete clientes de bancos. A mesma equipe que produzia a *Auxiliar* era responsável pela edição do

fotografias. A arte final e a diagramação de fotos eram feitas, na maior parte das vezes por free lancers ou empresas contratadas.

A maior parte dos departamentos de comunicação observados tinha uma relação de subordinação direta com as estruturas de poder das empresas. Eram as diretorias que aprovavam os pedidos de verba, a produção e eventuais mudanças nos layout das edições de jornais e revistas. Para o Sindicato isso não significava uma total falta de autonomia, mas um regime de “liberdade vigiada”. Só no caso de uma empresa, a Corporação Bonfiglioli, a equipe de comunicação tinha plena autonomia de trabalho e livre uso da dotação orçamentária.

Em relação às questões trabalhistas e o respeito à legislação profissional dos jornalistas, o posicionamento dos editores era cuidadoso. De um lado eles consideravam justas as bandeiras empunhadas pelo Sindicato em torno da implantação da jornada de cinco horas e a contratação de jornalistas para tarefas específicas. O argumento da entidade para empunhá-las era evitar a superexploração da mão de obra e aumentar a contratação de jornalistas. Por outro, os editores tinham consciência da exposição que sofriam junto às empresas e temiam que o possível aumento de custos gerados pela implementação dessas demandas pudesse ter como efeito o fim dos seus departamentos de comunicação. Assim, os depoimentos dos jornalistas apontavam para a importância da legislação profissional como uma conquista que eles não podiam perder de vista, mas ao mesmo tempo lembravam o caráter instável deste setor. Assim, eles pediam para Sindicato ter cautela em suas ações, pois agindo precipitadamente o Sindicato corria o risco de ao lutar para ampliar o mercado, estreitá-lo ainda mais afugentando as empresas (*Unidade*, abril de 1984, p. 7).

Mas, qual a relação deste tipo de jornalismo com a atividade de assessor de imprensa? Isto nos leva ao segundo eixo. Para o Sindicato, havia uma imbricação entre o crescimento deste tipo de imprensa a proliferação das assessorias. As assessorias se expandiram no Brasil durante os anos 1970 e se consolidaram nos anos seguintes em associação com três fatores: a forte industrialização da economia brasileira, se destacando no seu bojo, a paulista; o próprio desenvolvimento dos processos comunicativos e da importância comunicação na vida moderna e o retorno da democracia. O grau de importância deste último fator se deve em parte as análises de um analista de “fora” da comunidade, o professor de administração da Fundação Getúlio Vargas, João Bosco Lodi.

Em artigo publicado para a *Gazeta Mercantil* em sete de julho de 1982, Lodi afirmou que o Brasil dos anos 1980 era uma sociedade pluripartidária, policêntrica, na qual o processo

Jornal da Cica com dez mil exemplares. Todas essas publicações eram bimestrais. *Unidade*, abril de 1984, p. 6-7.

decisório nacional envolvia a ausculta dos organismos de opinião pública, da sociedade civil e da estrutura partidária. O reflexo disso era a estruturação das assessorias de imprensa dentro das empresas, vital para essas instituições lidarem com a diversidade de interesses existentes no espaço público. Diante do impacto positivo do artigo, Lodi foi convidado a escrever um outro texto para ser publicado no *Unidade* aparentemente com um duplo objetivo: reafirmar a importância da função de assessor de imprensa para as empresas construírem de forma positiva a sua representação simbólica perante os agentes externos e expor a sua tese de que os jornalistas, entre os diversos profissionais da comunicação, detinham as melhores prerrogativas para exercerem este tipo de função.

Em linhas gerais o argumento de Lodi era o seguinte: a presidência era um órgão que tinha a responsabilidade legal e estatutária de representar a empresa perante os múltiplos agentes sociais e institucionais (autoridades, acionistas, sindicatos e público em geral) existentes na esfera pública. Ao lidar com estes agentes, o presidente se via obrigado conhecer melhor o ambiente externo para tomar decisões estratégicas de impacto futuro para sua instituição empresarial. Para isso, a informação “exógena” era fundamental para as ações políticas das empresas. Esta era fornecida através da imprensa, principalmente sob a forma de notícias. Assim, o conhecimento sobre os critérios de noticiabilidade era fundamental para os contatos do presidente e para a formação de uma imagem pública da instituição.

A assessoria de imprensa abre uma comunicação de duas vias: para ele saber o que se passa e para ele comunicar o que deve. Ajudar o presidente a “ver” através da imprensa significa sensibilizá-lo para as notícias, para o que deve ser visto, para o que está por trás dos fatos, para análise estrutural e mais profunda da realidade. O assessor de imprensa ‘educa a visão’ como o crítico de arte ‘educa a vista’ para ver uma pintura; ensina-o a ‘ler a realidade’, a perceber nas entrelinhas, a comparar fontes, a dar entrevistas, a entrevistar jornalistas (...) A assessoria de imprensa deve ter independência para ajudar o presidente a ‘auditar’ a ação de suas áreas sociais: o impacto das Relações Públicas, a ação do Lobby, os efeitos não previstos dos projetos estratégicos, a ação do marketing, a política de Recursos Humanos. Enfim, a assessoria de imprensa como uma das ‘funções de consciência’ da empresa, deve ser capaz de avaliar o que se fez e o que se deixou de fazer, os acertos e os desvios de rota (Unidade, abril de 1983, p. 10)¹¹⁸.

Apesar de reconhecer uma interdependência entre as assessorias e os departamentos de relações públicas e de marketing das empresas, Lodi afirmava taxativamente que havia também

¹¹⁸ *Ver, Ouvir, Sentir*. LODI, João Bosco. *Unidade*, abril de 1983, p. 15. É importante ressaltar que o papel de analista da opinião pública que Lodi consagra ao jornalista está distante das concepções de Lippmann (1922, p. 15), para quem os jornalistas, por não terem um método científico de trabalho que os permita produzir notícias

uma clara distinção entre estas atividades, pois o jornalismo era um instrumento vital para a vida social e política das empresas, pois somente ele poderia avaliar os impactos externos dos lobbies, das ações de marketing, as políticas de recursos humanos e outros projetos corporativos. Ou seja, era o jornalista-assessor o principal responsável pela imagem pública da empresa, simbolizada pela figura do presidente. Assim, diante da importância das assessorias de imprensa, seria sério erro elas ficarem subordinadas e/ou niveladas a outros departamentos voltados também para preocupações internas ou circunscritas ao universo empresarial. Os assessores assim analistas sociais e verdadeiros conselheiros do rei.

O nosso objetivo aqui não é questionar ou defender a concepção de Lodi sobre o papel das assessorias de imprensa e sua defesa enfática de que ela fosse ocupada exclusivamente por jornalistas. No contexto da época, suas idéias adquiriram importância por dois motivos. O primeiro deles foi desvincular a figura do assessor do governo militar. Porém, para compreendermos melhor o peso negativo desta associação é necessário observar o contexto no qual foi regulamentada a atividade de relações públicas.

Até 1967, quando a lei 5.377 regulamentou as atividades das relações públicas, estes profissionais, pelo menos em termos legais, não eram de comunicação e sim de administração¹¹⁹. A lei, imposta pela ditadura militar, criou a obrigatoriedade do diploma de bacharel em comunicação para quem quisesse exercer profissionalmente esta atividade.

Na visão de Oliveira (2006, p. 81), a regulamentação profissional foi uma verdadeira anomalia, pois as demandas dos relações públicas eram diversas, afetavam áreas distintas como o direito, a administração e a filosofia e a partir da lei 5.377, o exercício profissional foi reduzido a esfera comunicativa e a exigência do diploma afetou o perfil deste profissional. Até os anos 1960, havia poucos profissionais e empresas de relações públicas no Brasil. A maioria tinha origens diversas, mas em geral adquiriam experiência para trabalhar com sofisticadas técnicas de auditorias de opinião pública, fundamentais para assessorarem o relacionamento das organizações das quais eram contratados com diversos tipos de públicos. Com a lei, a atividade perdeu o seu caráter multidisciplinar, fechou-se à contribuição de outras áreas. E perdeu o seu caráter transdisciplinar, pois passou a ser confundida unicamente com as atividades voltadas para as publicações organizacionais. Para Rolim Valença (apud Kunsch, 1997, p. 25)

com um elevado grau de factualidade, só podem produzir uma opinião pública degradada. O papel de analista e de conselheiro dos chefes de governos representativos deveria caber, assim, ao cientista político.

¹¹⁹ Os profissionais de relações públicas eram registrados nos Conselhos Regionais dos Técnicos em Administração, conforme a lei 4.769, de 1965.

Houve um exagero de protecionismo e corporativismo que fechou as fronteiras do título de relações públicas a qualquer um que não fosse diplomado, embora em termos práticos, o diploma nada tenha haver com o valor ou a eficácia de um profissional de comunicações (...) O canibalismo desse processo derrubou o telhado de vidro sobre os próprios profissionais de comunicação que descobriram que não eram tão indispensáveis.

A transferência oficializada dos relações públicas da área administrativa para a área comunicacional teve um efeito redutor, pois levou estes profissionais a sofrer a concorrência de agentes com até então sem uma presença nas corporações: os jornalistas e publicitários, que passaram a lutar pelo domínio das atividades comunicativas, entre elas: as publicações dirigidas, os relacionamentos das corporações com a imprensa, a gestão das políticas de marketing e a comunicação institucional com o público externo, demais corporações e o governo. Para Oliveira, a presença destes novos agentes nos anos 1970 teve um efeito negativo, pois limitou a comunicação organizacional a discussão dos aspectos formais dos produtos comunicativos. Dentro deste contexto, as assessorias de imprensa foram ocupadas majoritariamente por jornalistas, ficando esta atividade quase que restrita aos contatos das organizações com a imprensa econômica, distante, portanto, da esfera da gestão da imagem institucional das empresas perante públicos como o governo e os consumidores¹²⁰.

Mas, este prejuízo no status profissional das relações públicas não se restringiu aos efeitos da lei 5.377. No mesmo contexto histórico em que as atividades na área de comunicação foram regulamentadas, o governo do presidente Arthur Costa e Silva criou a AERP, Assessoria Especial de Relações Públicas, um órgão de comunicação com uma dupla função: censurar as divulgações das ações repressivas do Estado voltadas para a Segurança Nacional e propagandear os feitos do regime como o milagre econômico. A criação da AERP abalou de vez o status das relações públicas no interior das organizações durante a ditadura militar¹²¹.

Esta ação de comunicação militar sob a embalagem de uma área pretensamente denominada de relações públicas, mas que era notoriamente de propaganda, pode ser considerado um dos fatores de maior enfraquecimento da atividade e, pior, sua demonização frente aos inúmeros públicos da sociedade brasileira, que

¹²⁰ Trata-se aqui de duas das dimensões dos trabalhos dos “comunicadores empresariais”, jornalistas, publicitários e relações públicas formados nas escolas de comunicação e classificados por alguns dos relações públicas mais antigos de comunidade de artesãos ou mercadores de imagens. Sob o comando dos departamentos de comunicação, eles produziam jornais, revistas e eventos com os objetivos de promover a integração interna ou com fim meramente festeiros. A segunda dimensão se refere ao papel das assessorias de imprensa, cujo objetivo principal era o de “plantar” notícias nos jornais através dos releases. (Oliveira, *ibid*, p. 82).

¹²¹ Segundo OLIVEIRA (2004, p. 69) muitos jornalistas entendiam as Relações Públicas somente dentro do modelo imposto pela AERP, o que alimentava o preconceito dos mesmos em relação a este tipo de atividade e os incentivou a criar um modelo jornalístico para as assessorias.

infelizmente começaram a identificar o seu pensamento como sendo de direita, politicamente falando (OLIVEIRA, 2006, p. 79).

Os efeitos simbólicos da criação da AERP fizeram aumentar os preconceitos que parte da comunidade jornalística tinha em relação aos relações públicas, cujas funções se confundiam com a de assessor. Interessados em demover este preconceito, o Sindicato incentivou alguns jornalistas e assessores escreverem artigos para o jornal da entidade, desvinculando a atividade de assessor da ditadura e associando a mesma ao jornalismo. (*Unidade*, abril de 1983, p. 10)

A incompatibilidade entre repórter e assessor é antiga, mas não tem razão de ser. Vem do tempo do autoritarismo mais brabo, em que a função dos assessores de imprensa da ditadura era muito mais de cercear as informações do que facilitar o acesso a elas, como costuma ocorrer no mundo civilizado. Repórter e assessor de imprensa são, afinal de contas, dois ramos do jornalismo, igualmente importantes e dignos, desde que exercidos com competência e honestidade (Ricardo Kotscho, *Unidade*, abril de 1983, p. 10)¹²².

César Francisco Alves (*Ibid*, p. 15), assessor de imprensa dos Grupos Ultra e Oxiteno confirma que isto realmente aconteceu. Muitos jornalistas ao exercerem o papel de assessores se travestiram de censores, impedindo outros jornalistas de obter informações e com isso preservando a imagem do governo e/ou de seus patrões. Esta marca negativa emprestada a função de assessor de imprensa por sua relação com a ditadura e como porta-voz dos interesses de corporações capitalistas gerou uma imagem destes agentes entre a categoria, mas esta tinha de ser desfeita através do compromisso profissional e ideológico de assessores e jornalistas com o regime democrático.

Por outro lado, os assessores de imprensa andavam de terno e gravata, alinhados e com uma postura bem diferente das dos jovens jornalistas que trabalhavam nas redações no início da década de 1980, cuja postura era próxima dos universitários ligados ao movimento estudantil. Portanto, as representações típicas de assessores e jornalistas eram um dos fatores que dificultava uma maior identidade entre estes agentes. Isto transparece com muita clareza e ressentimento num artigo escrito por Álvaro Alves Farias, na época, 1983, assessor de imprensa do governo do Estado de São Paulo e cronista, redator e editorialista da Rádio *Excelsior*, para o jornal *Unidade*.

¹²² Ricardo Kotscho afirmou que assessoria e reportagem eram ramos distintos do jornalismo, mas eram atividades que não poderiam ser exercidas simultaneamente pelo mesmo profissional sem gerar dilemas éticos. Idem *Ibid*.

A assessoria de imprensa é a escória do jornalismo. A camada mais baixa. E os parias ambulantes, de terno e gravata, se escondem nas paredes e seguram a discriminação – felizmente não generalizada – de alguns desavisados que confundem jornalismo com moda intelectual, num tempo em que jornalismo deixou de ser talento para se resumir num diploma (...) São discriminados os assessores de imprensa como são discriminados os jornalistas dos setores esportivo e policial. É preciso entender que jornalista não é apenas aquele carinha de bolsa tiracolo, alpercatas, calça Lee. É um disparate. Essa cultura estereotipada que apregoam e que faz parte das discussões ideológicas do dia a dia não passa de sola das havaianas que a publicidade garantem não terem cheiro (...). A verdade é que a escória do jornalismo é o mercado promissor diante da crise de emprego no setor. A discriminação revela apenas a pobreza de uma profissão romântica que acabou. E acabou porque jornalista é coisa de país civilizado, feitos por profissionais preocupados com o homem e a sua história. O resto é bobagem¹²³.

Assim, podemos recuperar os argumentos de Lodi. Ele ressaltou a relevância do papel do assessor de imprensa para a formação da imagem institucional das empresas perante e como uma analista do processo de formação da opinião pública numa sociedade democrática, moderna e de massas. A presença do seu texto no jornal sindical tinha o claro intuito de reforçar o afastamento das assessorias do aspecto negativo que esta atividade tinha adquirido durante a ditadura militar pelo vínculo com a propaganda do regime e com a profissão de relações públicas. A sua análise recupera positivamente o assessor, afirmando que o seu papel de conselheiro de um cargo representativo, como o governo de um estado federativo ou a presidência de uma grande corporação capitalista só teria sentido se ele fosse jornalista.

Essa fratura era fundamental para começar a satisfazer uma dupla estratégia do Sindicato: desfazer as animosidades existentes entre jornalistas e assessores e definir, de forma efetiva, o assessor como jornalista profissional. Assim, a intenção da entidade com o I Encontro Paulista dos Jornalistas em Assessorias de Imprensa era pacificar as relações entre jornalistas e assessores no interior da comunidade. Os artigos de Farias, Kotscho e Lodi se inserem nesta perspectiva. Eles estão na mesma edição do jornal *Unidade* que convocava a categoria para o evento, sendo editados em páginas seqüências, tratando de três temas: o primeiro do preconceito, o segundo da rivalidade entre jornalistas e assessores e o terceiro da relevância das assessorias e da extrema importância da mesma ser exercidas de forma exclusiva por jornalistas.

Para desfazer o preconceito e diluir a rivalidade, a entidade convocou dez assessores e uma jornalista de economia para exporem as angústias e preocupações com a natureza do trabalho de assessor no mesmo jornal. De forma geral, todos os depoimentos procuram enfatizar que o assessor é um jornalista profissional. O que variava era a estrutura dos

¹²³ Álvaro Pacheco Farias. *Os Executivos da Palavra. Unidade*, abril de 1983, p. 9

argumentos. Três deles procuraram fazer isto propondo a normatização dos press-releases, exigindo que eles tivessem, no mínimo, nome completo e número do registro profissional do jornalista emitente. A idéia era evitar que estranhos se apossassem desta prática com outros fins senão o divulgar informações de natureza essencialmente jornalística. Dois deles afirmaram que o diploma de jornalismo justificava o seu senso de identidade profissional e o outro afirmou que este vínculo deveria ser baseado na solidariedade de classe¹²⁴.

Outros três lembravam que assessores e jornalistas deveriam pautar suas relações pelo compromisso com as normas democráticas. Para um deles, este compromisso deveria ter um conteúdo ideológico para não permitir que os assessores, principalmente os postados no interior do Estado, não fossem cooptados ou instrumentalizados como fontes de propaganda política. Para o outro, jornalistas e assessores manteriam a identidade se seguissem os imperativos éticos de sua profissão: não mentir, nem trair os clientes e/ou patrões. Para o terceiro, a acusação de que o assessor era um manipulador da opinião pública era um resquício da ditadura que tinha de acabar¹²⁵.

Um enfatizou que o bom relacionamento entre assessores e jornalistas dependia do conhecimento dos primeiros a cerca dos procedimentos adotados na produção rotineira de notícias. Daí ser mais ou menos evidente que se o assessor fosse jornalista, a relação entre os dois agentes fluiria sem problemas¹²⁶. Os três últimos depoimentos se centraram mais nas características do trabalho do assessor, ressaltando, com diferentes tonalidades, os dilemas enfrentados na profissão diante do seu isolamento em relação aos jornalistas das redações. Daí as dificuldades de conciliar o compromisso com a verdade, a notícia e manter a

¹²⁴ José Carlos Del Fiol, da FEPASA e Conrado Simonetti, da Guazelli Associados, lembravam que o assessor-jornalista era um profissional capacitado e responsável para exercer o seu trabalho do mesmo modo que eram os engenheiros, médicos e advogados. Tagashi Kanashiro, da Comgás, argumentou que a sua condição de assessor era um imperativo do mercado e não uma escolha voluntária e que a solidariedade entre jornalistas e assessores não deveria derivar apenas do assalariamento, mas de um imperativo de ordem profissional. *Unidade*, abril de 1983, p. 15-18.

¹²⁵ Carlos Alberto Noronha, do Sindicato dos Médicos de São Paulo afirmou que o assessor de imprensa postado no Estado devia exercer uma função de mediação entre a imprensa e o governo. Para José Carlos Thomé, da ABCD, a crença na verdade, no compromisso profissional e na democracia eram ideais que fundamentavam a postura de jornalistas e assessores. César Francisco Alves entendia que jornalistas comprometidos com a democracia podiam ser encontrados tanto nas assessorias quanto nas redações e que o preconceito existente contra os assessores era um freio à solidariedade de classe. *Idem Ibid.*

¹²⁶ Segundo Nair Suzuki, chefe de reportagem de economia da Agência Folhas, procedimentos adotados eventualmente por assessores, como procurar as pessoas erradas na redação, inundar as redações de releases, apresentá-los com textos ruins e/ou promocionais, sem dados noticiosos perturbavam essa relação. Eles seriam suprimidos se os assessores fossem jornalistas experientes, pois o tratamento que um relações públicas dá a um fato noticioso não era o mesmo de um profissional de imprensa. Em linhas gerais, este também era o pensamento de Joelmir Betting, comentarista econômico da *Folha de S. Paulo* e da rádio e TV *Bandeirantes*, Marco Antônio Rocha, editor de economia do *Jornal da Tarde* e comentarista econômico da *Rede Globo*, Rui Falcão diretor-adjunto da revista *Exame* e Rolf Kuntz, editor de economia da revista *Isto É*. *Unidade*, março de 1982, p. 9 e abril de 1984, p. 19.

fidelidade com a empresa na qual trabalha, as tensões as quais o profissional é submetido com as constantes trocas dos dirigentes nas corporações, a disputa com outros profissionais da área de comunicação por esse mercado e a falta de um conselho ou ordem que pudesse defender com mais vigor o exercício exclusivo da função de assessor por jornalistas profissionais¹²⁷.

Segundo Marlene dos Santos, assessora de Imprensa da Nossa Caixa, o I Encontro teve a presença de 300 assessores. Para ela, o evento atingiu o objetivo de estreitar os laços entre assessores e jornalistas das redações, além de servir como fator de mobilização da categoria em geral em torno de sua conscientização como classe. Apesar disso, as principais reivindicações da comunidade continuava sendo desrespeitada por jornais, empresas e órgãos públicos: o respeito à jornada de cinco horas de trabalho e o enquadramento obrigatório do assessor nestas instituições como jornalistas. Isso mostrava que disciplinar a atividade jornalística na área de assessoria exigia o engajamento jurídico-sindical para que as normas legais fossem respeitadas. De qualquer modo, a avaliação da assessora era um sintoma do modo como a discussão das funções de assessores e jornalistas também estava plenamente envolvida por aspectos estritamente sindicais, uma vez que as entidades de classe se portavam como fóruns de debates e agentes ativos na luta em torno da identidade profissional dos assessores como jornalistas.

Sendo assim, a convocação para o II Encontro Estadual de Jornalistas de Assessorias de Imprensa em 1984 sofreu algumas alterações. A nomenclatura do evento incorporou o termo Jornalistas de Assessorias e Jornais e Revistas de Empresa. Em vez de tratar das questões relacionadas ao conflito de valores entre assessores e jornalistas, o Sindicato preferiu apresentar um amplo painel de problemas relacionados ao universo das assessorias de imprensa.

Entre eles se destacam os seguintes: 1) as políticas de comunicação das empresas e o grau de autonomia do assessor no interior das mesmas; 2) os diversos perfis da imprensa empresarial; 3) as disputas entre jornalistas e relações públicas pelas chefias dos departamentos de comunicação das empresas; 4) os problemas de natureza trabalhista; 5) a incorporação do jornalismo empresarial e da assessoria de imprensa como disciplinas nos

¹²⁷ Para Clara Correia, da Vasp, o assessor tem de preservar sua integridade perante os patrões honrando a camisa da empresa, mas ao mesmo tempo lembrando a eles que como profissional, ele não está ali para mentir ou esconder fatos ruins. Edson Lobo, da Shell Química, ressaltava que quase todos os profissionais de nível superior tinham Conselhos e que, apesar da discriminação, o I Encontro era uma oportunidade dos assessores mostrarem aos jornalistas das redações que eles ainda eram jornalistas, boa parte inclusive sindicalizado. Eloy Simões, colunista da revista “Propaganda” e diretor de criação da GTM&C, chamou a atenção para os conflitos e

currículos universitários; 6) os problemas relativos ao enquadramento profissional dos jornalistas-assessores-funcionários públicos (*Unidade*, abril de 1984).

O II Encontro contou com a presença de 120 jornalistas. Dois aspectos se destacaram nas discussões. O primeiro nos leva ao terceiro eixo dessa discussão que é conflito entre jornalistas e relações públicas pelo domínio das assessorias de imprensa. É importante frisar o Sindicato de jornalistas de São Paulo assumiu com os assessores, assim como na questão dos colaboradores um compromisso moral de valorizar suas funções. Uma pequena amostra dessa disposição pode ser inferida pela carta que Audálio Dantas, presidente da entidade, enviou ao *Jornal do Brasil* da qual destacamos o seguinte trecho:

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo vem há tempos se empenhando para regularizar a função de Assessor de Imprensa, através do aperfeiçoamento do decreto-lei 972, com o objetivo de valorizar e tornar reconhecida esta nova especialização. Justamente no momento em que estes esforços estão sendo intensificados (...) o *Jornal do Brasil* publicou a tira do quadrinho Frank e Ernest no caderno B, em que um dos personagens diz para o outro: 'Incapaz de contar uma mentira? Nesse caso porque não contrata um assessor de imprensa?' (...). A frase é rigorosamente absurda por ofender a dignidade de grande número de profissionais do jornalismo (...) que lutam para ampliar esse importante mercado de trabalho (*Unidade*, abril de 1983, p. 14).

Com isso, a entidade buscava se legitimar entre os assessores para ouvir suas as queixas em relação ao conflito e encaminhar suas reivindicações. O problema era que os relações públicas também tinham sua regulamentação expressa na lei 5.377. Nela, o artigo 1º define a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional e o artigo 2º lista, tal e qual o decreto-lei 972, um conjunto de atividades que caracterizariam a função destes agentes. São elas: a informação de caráter institucional entre a entidade e o público através dos meios de comunicação; a coordenação e planejamento de pesquisas de opinião pública para fins institucionais; planejamento e supervisão da utilização dos meios audiovisuais para fins institucionais, planejamento e execução das campanhas de opinião pública e o ensino das técnicas de Relações Públicas.

Além disso, como os conselhos são autarquias vinculadas ao Ministério do Trabalho, com autonomia para agirem na defesa do mercado de trabalho de seus profissionais, podendo multar as empresas que violassem a lei. Foi o que fez o presidente do Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas, CONRERP, Nemércio Nogueira, um ex-jornalista, no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. Nogueira era freqüentemente acusado de perseguir

afirmou que falta de identidade entre assessores de imprensa, relações públicas e publicitários era um contrasenso, pois, afinal, todos eram profissionais de comunicação. *Unidade*, abril de 1983, p. 15-18.

jornalistas ao exigir das empresas que todas as suas estruturas de comunicação fossem chefiadas por relações públicas. Sua atitude era vista tanto como um ato de força e como uma esperteza diante da competição de mercado.

“Os relações públicas saíram na frente e malandramente conseguiram uma vantagem sobre nós aprovando uma legislação que provoca interpretações dúbias (...). Eu conheço uns dez assessores que cursam RP com medo de perder o seu emprego, uma vez que o CONRERP exige das empresas que a chefia do departamento de comunicação social seja exercida por um relações públicas. É preciso atenção para este problema”¹²⁸.

O Sindicato de jornalistas tinha limites restritos em termos legais para atuar¹²⁹. Não podia aplicar sanções às empresas e nem exigir das mesmas que pusessem jornalistas à frente das assessorias. Daí, alguns profissionais acharem que a criação de um Conselho ou Ordem dos Jornalistas era o instrumento de força necessário e fundamental para regulamentar de forma definitiva a legislação profissional e estabelecer uma suposta equivalência de forças enfrentamento com os relações públicas. Isso mostra, por sua vez, como os jornalistas tinham incorporado à lógica da regulamentação na sua cultura profissional.

Na verdade nós jornalistas sofremos de uma fraqueza congênita: 90% das chefias dos departamentos de comunicação estão entregues a RPs e ainda não descobrimos uma maneira de mudar esse quadro. No meu entender, a situação deveria ser justamente a oposta, pois o jornalista tem maior sensibilidade para determinar o que é ou não é notícia (...). Primeiramente temos de lutar pela regulamentação da função, nosso maior obstáculo. Qualquer um pode ser assessor de imprensa, não precisa ser jornalista. E, em seguida lutar pela criação de um Conselho para aplicar a regulamentação. Não concordo com alguns companheiros que acham o Conselho um divisor de forças. Na minha opinião ele acumula forças. Veja o exemplo das categorias que os têm, como são fortes¹³⁰.

O importante aqui é atentar para o fato de que os jornalistas não abdicavam do seu ethos profissional pelo fato de estar exercendo a função de assessor. Pelo contrário, a condição de jornalista profissional parecia ser um capital importante para este agente exercer de forma competente a assessoria de imprensa. O caso brasileiro se destaca do norte-americano.

¹²⁸ Durval Monteiro, assessor de imprensa e gerente de comunicações da Gessy Lever, desde 1978 e ex-jornalista da extinta Rede *Tupi*. *Unidade*, abril de 1984, p. 10.

¹²⁹ Para Audálio Dantas e Antônio Romane, assessor de imprensa da Sabesp, este era um dos graves problemas do sindicalismo brasileiro: a falta de controle sobre o mercado de trabalho. Isto agravava a luta dos jornalistas, do ponto de vista de ambos, uma das profissões regulamentadas mais vulneráveis existentes no país. *Assessoria de Imprensa: Um Mercado Sob Fogo Cruzado*. *Unidade*, março de 1982, p. 8.

¹³⁰ Guiomar Smith Vasconcelos, jornalista e assessora de Imprensa da agência de propaganda Almap, defendia que os jornalistas também criassem um Conselho para medir forças com o CONREP. *Unidade*, abril de 1984, p. 10.

Schudson (1978, p. 138) mostrou que um dos fatores que levou os jornalistas daquele país a construir suas normas profissionais consensualmente em torno dos valores da objetividade jornalística foi justamente o abalo dos trabalhos das relações públicas e assessores de imprensa, com o uso frequente dos release, sobre a idéia da reportagem como um relato factual.

No Brasil, a questão ganhou um contorno diferente. Segundo o publicitário Mauro Salles (1998, p. 35) desde 1964 um contingente de jornalistas transformou-se em assessores de imprensa impulsionados pela saturação do mercado profissional jornalístico¹³¹. Se isto é verdade, a ocupação das assessorias antecede a regulamentação profissional e a própria expansão dos cursos de comunicação. Mas, um outro fator deve ser levado em consideração: era provável que o número de jornalistas no mercado fosse muito maior que o de relações públicas. Segundo Vera Giangrande *os primeiros anos da regulamentação foram de intensa atividade para aqueles poucos que batalhavam na profissão. Se o nosso grupo profissional é pequeno hoje (1987), imagine como era reduzido em 1967 quando a profissão foi regulamentada.*¹³². Esta discrepância numérica em relação aos jornalistas e a associação das relações públicas com o regime militar favoreceram entre em algum grau o deslocamento das assessorias para o universo jornalístico.

Obviamente, não se pode desprezar o papel dos sindicatos dos jornalistas nessa questão. Mas, as ações dos sindicatos só ganharam visibilidade nos anos 1980 quando o conflito aflorou. Assim, pode-se compreender que, do ponto de vista dos jornalistas mais antigos, o jornalismo fosse considerada a profissão mais tradicional e nobre na área de comunicação e a disputa pelo mercado de trabalho nas assessorias fosse interpretada como uma invasão de outros profissionais, principalmente relações públicas, estimulados pela regulamentação profissional deste setor.

Depois que as escolas de comunicação social começaram sua produção em massa de comunicólogos, numa proporção infinitamente superior à capacidade de absorção no mercado, surgiram os mais variados problemas no setor. E por incrível que pareça, o mais atingido foi justamente o jornalismo, o mais antigo, o mais tradicional e que funcionava em paz consigo mesmo, sem interferências e sem problemas (...) Esses prejuízos foram provocados, primeiramente pela ambigüidade da legislação aprovada durante os inesquecíveis dias de 1967. De repente, os jornalistas – particularmente os de assessorias de imprensa – começaram a sentir a disputa da profissão que acabava de ser regulamentada¹³³.

¹³¹ Este movimento, segundo o publicitário, teve um vigor maior do que a contratação pelas empresas de agências de publicidade e marketing para cuidar das políticas de comunicação destas instituições.

¹³² GIANGRANDE, Vera. Os 20 Anos de Regulamentação. *Catálogo Brasileiro de Profissionais de Relações Públicas*. São Paulo, v. 9, p. 112-114, 1987, editado pelo CONRERP 2ª Região, São Paulo/Paraná.

¹³³ Carlos Ceneviva, assessor de imprensa da Telesp. *Unidade*, abril de 1984, p. 9.

O depoimento reforça o argumento de que as assessorias já eram um território ocupado pelos jornalistas antes da regulamentação e da expansão das escolas de comunicação. Neste sentido, a legislação profissional dos jornalistas foi um instrumento a mais na luta do Sindicato para reforçar o elo de identidade entre estes agentes e os assessores de imprensa.

A postura da entidade era de negociar o conflito. Mediando um debate, Audálio Dantas afirmou para conter os ânimos de assessores exaltados: “*Não estamos aqui para abrir uma guerra contra os companheiros relações públicas* (Unidade, março de 1982, p. 8). *Todos são trabalhadores, cada um com o seu problema específico.*” Para Audálio, a ditadura conseguiu o inimaginável, produzir na área de comunicação três legislações distintas e conflitantes entre si. Neste sentido, restava aos trabalhadores do setor, sentar e discutir os seus problemas, “*do ponto de vista dos trabalhadores*” (Idem *Ibid*).

Esta postura não era apenas coerente do ponto de vista sindical. Do ponto de vista legal a situação era extremamente favorável aos relações públicas, como vinham demonstrando as ações do CONRERP. A possibilidade de negociação ocorreu quando Vera Giangrande assumiu o Conselho Federal dos Profissionais de Relações Públicas, CONFERP, em 1985 e aceitou negociar um armistício com a FENAJ, à época presidida por Audálio Dantas e o Sindicato de Jornalistas de São Paulo. Pelos termos do acordo, os profissionais de relações públicas aceitariam o que já era um fato: intensa presença dos jornalistas na comunicação empresarial, fundamentalmente nas assessorias de imprensa. Na prática isto legitimou os jornalistas como donos dessa parte do mercado de trabalho (EDUARDO RIBEIRO, 2004, p. 104).

Não se sabe os motivos pelos quais Giangrande cedeu a reserva de mercado de assessoria de imprensa aos jornalistas. Conforme a interpretação de Eduardo Ribeiro (Idem *Ibid*), a lógica dela era administrar o prejuízo. Diante do predomínio quase absoluto de jornalistas nas assessorias Giangrande abriu mão das assessorias obtendo em troca a restrição da presença dos jornalistas em outras da comunicação empresarial, como as áreas de gestão, relacionamento institucional e pesquisas de opinião¹³⁴. Para Oliveira (2006, p. 87), tal decisão foi enfiada goela abaixo dos relações públicas, deixando-os ainda mais enfraquecidos e politicamente rejeitados. As linhas gerais do acordo foram reproduzidas no *Manual de Assessoria de Imprensa* quando este foi editado e lançado com pompa no Congresso Nacional, para um público de 400 pessoas, em março de 1986. O acordo consagrou uma nova divisão de

¹³⁴ Segundo Ribeiro, *Giangrande entregou os dedos para não perder os anéis*. Em debate no Sindicato de Jornalistas de São Paulo, Giangrande afirmou que as invasões de área eram mútuas, mas que os R. P. não podiam continuar exercendo funções que de fato e de direito eram pertinentes a outras categorias, como jornalistas e publicitários. *Negar isto é o mesmo que dizer que não há jornalistas realizando eventos, pesquisas de opinião etc.* Ver *Unidade*, abril de 1984, p. 20.

fronteiras, significando a plena autonomização do território das assessorias da área de relações públicas e sua submissão ao domínio jornalístico como transparece num determinado trecho do documento:

Os profissionais de assessoria de imprensa são antes de tudo, jornalistas. Eles vieram preencher uma lacuna atendida indevidamente por profissionais de outros setores, entre eles recursos humanos, marketing e promoções. Seu trabalho visa contribuir para o aperfeiçoamento da comunicação entre a instituição, seus funcionários e a opinião pública. Dentro de uma perspectiva social que privilegia esta última, a assessoria de imprensa agiliza e complementa o trabalho do repórter, subsidia-o e lhe oferece alternativas adequadas, garantindo o fluxo de informações para os veículos de comunicação, porta-vozes da opinião pública (Fenaj, 1986, p.8-9).

O acordo não liquidou de vez com os conflitos, mas consolidou um modelo jornalístico de se fazer assessoria e ocupação pelos jornalistas deste setor. Isto desagradou a outros integrantes da categoria como Bernardo Kucinski. Para ele, essa relação de mão dupla entre jornalismo e assessoria de imprensa tornou o primeiro parte de um sistema de comunicação massificado e promíscuo, pois gerou o “mascaramento” da função jornalística.

O que eu falo é resultado de minha prática, que foi principalmente de um jornalismo engajado no sentido de que era um jornalismo de oposição ao sistema vigente. Não era um jornalismo partidário, mas a idéia de se opor ao sistema de opressão vigente. Eu fiquei muito marcado por esse tipo de atitude desde que entrei no jornalismo (...). Mas, hoje você vai cobrir uma empresa, algum departamento do governo, tem lá um jornalista para receber você (...). A informação passou a ser uma atividade técnica. Você vai cobrir uma empresa que faz um projeto, ela organiza uma coletiva, um almoço e os jornalistas vão lá, aquilo é apresentado e está tudo no outro dia nos jornais. Ninguém tenta descobrir se o projeto é socialmente bom, se os incentivos fiscais são escandalosos ou se não há escândalo nenhum. Fica só naquilo (...).

A afirmação de Kucinski chama a atenção para o fato de que a formação acadêmica foi um dos fatores que passou a determinar a condição profissional do jornalista (Adghirni, 2004, p. 142), não importando se ele exercesse distintas funções. Porém, não se pode pensar que este tenha sido um processo isento de tensões. O ensino e a exigência do diploma para o exercício para o exercício profissional do jornalismo foram temas de intensas controvérsias entre jornalistas no transcurso da década de 1980. Vamos tentar mostrar no próximo capítulo que estes debates ganharam visibilidade ao serem temporariamente incorporados aos debates da Assembléia Nacional Constituinte, na qual eles assumiram os contornos de uma luta de classe.

5. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, A LUTA SINDICAL E O DIPLOMA

Outro argumento que a Folha de S. Paulo não tem levantado: o não-diplomado luta pelo emprego, o que ele quer é subir na vida, ganhar salário. Quer ver o seu nome em grandes destaques. Agora, o diplomado luta pela profissão. Este é um argumento importante que não tem sido usado; a Folha não deixa que isso apareça (...). Isto é muito importante. Porque o não-diplomado vai aceitar qualquer salário, ele quer um “bico”, ele quer um lugar ao sol. Claro que o diplomado quer um emprego. Mas, ele quer também uma profissão digna e decente. Ele faz parte dela (Alberto Dines).

Parece-nos um contra senso combater, exatamente agora, a exigência da formação em nível superior, quando os próprios patrões participam, ainda, de uma comissão oficial, formulam propostas e sequer lhes dão tempo de amadurecimento. A regulamentação é uma conquista dos trabalhadores jornalistas (...). Ao público em geral é preciso esclarecer que o que se busca é desestabilizar a categoria, criar confusão capaz de, num momento seguinte, beneficiar os patrões no que se refere à luta pela fixação do piso salarial da categoria – já aprovado na Câmara Federal – atualmente em discussão no Senado (Carta de Belo Horizonte).

As declarações acima foram proferidas na XIII Semana de Estudos de Jornalismo promovida pela Escola de Comunicação e Artes da USP, em maio de 1986. A Semana tinha como tema o *Jornalismo na Nova República*. Lendo as epígrafes acima percebemos que elas pouco dizem a respeito dessa questão. Elas se destacam através de uma outra característica comum: são argumentos de defesa da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional do jornalismo. Para entendermos melhor o significado das mesmas e sua relação com a nova fase política do país é preciso adentrar no contexto geral quando se deu o evento e mostrar o seu nexos com esta discussão.

O termo Nova República indicava que o Brasil acabava de concluir o seu processo de transição “lenta e gradual” para a democracia. Este culminou com a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República. Tancredo, um civil vindo da oposição parlamentar ao regime militar no Colégio Eleitoral, foi eleito com o apoio da Aliança Democrática, uma frente partidária composta pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, e Partido da Frente Liberal, PFL, uma dissidência do Partido Democrático Social, PDS, de Paulo Maluf, candidato dos militares. Dentro dos compromissos assumidos pelo presidente eleito via indireta estava à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para consolidar juridicamente os marcos legais da vida democrática brasileira.

Dentro desse contexto político, a questão do diploma emergiu de forma inusitada. Tancredo convocou uma comissão de notáveis para elaborar um anteprojeto de Constituição. A idéia era que este anteprojeto direcionasse os trabalhos da futura Assembléia, a ser eleita em novembro de 1986. A comissão ganhou o nome do seu presidente, o jurista Afonso Arinos, e

entre os seus 50 integrantes estavam o jornalista Mauro Santayana, também secretário-executivo da mesma, e Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

No fim de fevereiro, Santayana antecipou, em entrevista não publicada à *Folha de S. Paulo*, sua sugestão para a Comissão incluir no rol de artigos importantes para a confecção da Nova Carta Constitucional, um parágrafo excluindo qualquer tipo de exigência para o exercício de profissões ligadas a arte e a cultura, entre elas, o jornalismo¹³⁵. A notícia da boa receptividade dos integrantes da Comissão em relação a esta proposição deu visibilidade à questão do diploma de jornalista e desencadeou a chamada “guerra” em torno da manutenção ou fim de sua obrigatoriedade.

É dentro desse quadro que podemos compreender de modo mais agudo o significado das epígrafes deste capítulo. A primeira foi proferida pelo jornalista Alberto Dines. Ela está embutida num conjunto de declarações em que este agente procurava destacar a importância das características positivas dos profissionais de jornalismo diplomados em Comunicação Social em relação às negativas dos não diplomados. Fez isto visando reforçar a importância do diploma como vínculo fundamental da identidade dos jornalistas. Na visão de Dines, as empresas jornalísticas perceberam que a exigência do diploma era responsável pelo crescimento do nível de consciência profissional dos jornalistas e, capitaneadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, passaram a atacar esta exigência¹³⁶.

A segunda epígrafe compõe um manifesto de defesa do diploma enviado aos organizadores da Semana. Ele foi subscrito pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas e Gerais e três universidades de Belo Horizonte. Nele, essas instituições enfatizavam que o fim da obrigatoriedade atendia os anseios do patronato por implodir a organização sindical dos jornalistas e conter o ímpeto da categoria na luta pela efetivação de um piso salarial nacionalizado. Só isto poderia explicar a reviravolta das empresas que até então estavam engajadas na melhoria do ensino universitário do jornalismo. A partir da eclosão do debate, os interesses de classe das empresas passaram a predominar e elas se voltaram contra a própria legislação que fomentou o aprendizado acadêmico dessa prática social no Brasil¹³⁷.

¹³⁵ A *Folha de S. Paulo* (20 de fevereiro de 1986, p.6), não publicou a entrevista, mas mencionou o teor da mesma, ressaltando a revelação de que Comissão discutia internamente a possibilidade de se rever a exigência de diploma para atividades intelectuais como o jornalismo na Assembléia Constituinte.

¹³⁶ Dines também estava revoltado com Francisco Weffort e Marilena Chauí, que afirmaram que a exigência do diploma era corporativista. *Isto é um absurdo. Eu quero examinar o diploma e o currículo destes senhores porque eles não sabem o que é corporativismo. Porque eles não sabem e não podem ensinar quando o diploma é corporativista.* Ver MEDINA, 1986, pp. 20-24.

¹³⁷ O documento era a Carta de Belo Horizonte, subscrita pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e pelos departamentos de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, Pontifícia

Tendo como referência estas epígrafes, podemos dizer que uma das principais características da batalha em torno da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional do jornalismo foi o fato dela resultar num conflito de classe. É preciso frisar que estamos tomando o conceito de luta de classe aqui como um referencial analítico, para dar sentido ao posicionamento dos agentes em torno desta questão. De um lado, o patronato dos jornais, lutava para extinguir o diploma, visto como uma exigência corporativa e antiquada a uma sociedade que caminhava para ser liberal e fundamentada nos parâmetros de mercado. De outro, os Sindicatos, apoiados pelos cursos de Comunicação Social formavam a resistência, pois o diploma era relevante para identidade profissional e para organização sindical dos jornalistas em torno dos seus interesses.

Mas, até que ponto é correto interpretar o conflito em torno do diploma desta forma? Um dos problemas da estruturação do conflito neste formato é o apagamento de algumas nuances importantes que nos ajudam a compreender o caráter mais complexo dessa discussão. A primeira delas diz respeito às intenções de Mauro Santayana. Em depoimentos recentes afirmou que o governo militar resolveu transformar o jornalismo numa reserva de mercado exclusiva para a classe média. Com isso rompeu o vínculo de solidariedade da maior parte dos jornalistas com o povo, embora reconhecesse que havia muitos “canalhas” no seu tempo¹³⁸. Isto não explica porque ele resolveu contrariar o posicionamento das entidades de classe na defesa do diploma. Podemos, porém, ter sua visão a respeito do jornalismo como prática social quando ele se manifestou de forma contrária a tentativa de criação do Conselho Federal de Jornalismo pela FENAJ com o apoio do governo Lula, 2004.

Liberdade de imprensa não é uma concessão feita aos jornalistas, sindicalizados ou não mas um dos direitos do homem e do cidadão comum (...) John Wilkes não tinha o título de jornalista, como não tinha outra imensa figura daquele tempo, Tom Payne, o principal articulador da independência dos EUA com “The Common Sense” (...) Eles foram jornalistas como outros cidadãos comuns porque exerceram o jornalismo. Um deles, Payne, era um homem pobre de origem proletária. O outro, Wilkes, nascera rico e quando se viu sem dinheiro, não lhe faltaram admiradores para mantê-lo em sua vida confortável. Em suma, qualquer um a qualquer tempo pode, deve ter o direito de imprimir e distribuir o que quiser. Hoje, com a internet, qualquer um, com seus blogs, é jornalista¹³⁹.

Universidade Católica de Minas Gerais e Faculdade de Filosofia, atual Centro Universitário de Belo Horizonte. Idem, p. 205-209.

¹³⁸ Depoimento de Santayana ao jornalista Paulo Henrique Amorim em 31/10/2006. Ver http://conversa-afiada.ig.com.br/materias/397501-398000/397890/397890_1.html.

¹³⁹ John Wilkes foi um escritor de origem aristocrática, que com a obra *Essay of Woman*, paródia de *Essay of Man* de Alexandre Pope, se tornou o político mais popular de Londres no século XVIII. Wilkes escrevia e editava sozinho o seu próprio jornal, o *North Britton*, definido por Santayana como um libelo subversivo contra o Rei Jorge III. Esta era uma possibilidade que a internet estava restituindo ao cidadão comum, de ser jornalista de forma eventual e/ou profissional, e não poderia, na visão de Santayana, ser restrita pela exigência do diploma

Neste pequeno trecho no qual Santayana exprimiu sua visão sobre o jornalismo como prática social aberta a qualquer um disposto a exercer seus dotes literários e exprimir através deles suas convicções políticas. Mas, o fundamental para nós, é que este tipo de visão é coerente e não discrepante com a proposição que fez, de anular a obrigatoriedade do diploma para a prática profissional do jornalismo. Suas convicções podiam até coincidir com as dos donos de jornais. Mas, isto não o torna necessariamente um laçao das empresas jornalísticas. Audálio Dantas, na época presidente da FENAJ e dos maiores defensores do diploma, afirmou que Santayana era um “*profissional que merece todo o nosso respeito*” (Nº Um, Jornal dos Jornalistas, março/abril de 1986, p. 3). Talvez por isso, apenas o Sindicato de Jornalistas do Maranhão questionou a FENAJ por ela não ter feito nenhum tipo de censura ou reprimenda pública a ele. É bastante plausível pensarmos que Santayana tenha agido representando o pensamento de um segmento não desprezível da categoria¹⁴⁰.

Isto nos leva a segunda nuance. Ela se refere ao caráter polêmico que a exigência do diploma tinha entre os jornalistas. Podemos ter uma pequena inferência sobre isto através de uma discussão promovida pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo um pouco antes da batalha do diploma eclodir. Usando de um trocadilho shakespeariano, “Ter ou não ter diploma, eis a questão”, a entidade procurou expor o drama que a entidade vivia em relação a essa questão. O motivo era o fato de algumas emissoras de televisão passaram a anunciar com frequência a contratação de ex-jogadores para comentar a Copa do Mundo do México a ser realizada em julho de 1986.

O Sindicato se viu novamente obrigado usar a legislação “autoritária” para patrulhar o seu mercado de trabalho da invasão de estranhos, entre eles um ídolo nacional como o Pelé¹⁴¹. Mas, ao fazer isto exerceu não só o papel de censor, como tentou proibir uma das maiores

conforme era defendido pela FENAJ e pela maioria dos Sindicatos de Jornalistas Profissionais. Ver <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=291ASP009>.

¹⁴⁰ Em setembro de 1986, o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei de Audálio Dantas, propondo o piso salarial nacional regionalizado para os jornalistas. A pedido da ANJ, o presidente José Sarney vetou o projeto. Teófilo Lins, representante do Sindicato de Jornalistas de Alagoas, propôs a expulsão de Sarney do Sindicato de Jornalistas de São Luís. Armando Rollemberg, presidente da FENAJ afirmou que só o plenário do XXI Congresso Nacional dos Jornalistas, a ser realizado em novembro, em São Paulo, poderia apreciar a proposta e expulsar o jornalista. Inconformado pelo encaminhamento dado a discussão, Leonardo Monteiro, presidente do Sindicato de São Luís questionou a autoridade moral da FENAJ, pois a entidade não tinha feito nenhuma repreensão pública ao *infelizmente jornalista* Mauro Santayna, *autor da maliciosa, autor da maliciosa proposta de extinção da nossa categoria*. Ver Nº Um, setembro de 1986, p.8.

¹⁴¹ O termo autoritário aqui ressalta um aspecto que era a variação de posicionamento que cada entidade sindical tinha em relação ao problema, estando isso relacionado a divergências de opiniões individuais existentes numa mesma diretoria. No caso de São Paulo, Gabriel Romeiro era um crítico do decreto 972, mas se curvava a opinião da maioria.

autoridades em assuntos futebolísticos perante o público de comentar jogos de futebol. Diante do incômodo da situação, o Sindicato resolveu promover um debate na categoria e constatou como o tema era controverso entre os jornalistas.

Enquanto ele (Pelé) fatura alto e a (Rede) Bandeirantes também, centenas de jornalistas que se submeteram a lei vigente e penaram quatro anos numa escola de comunicação estão de diploma na mão a espera de um emprego, nem que seja pelo piso. Este é um lado da questão. Mas, não seria Pelé, o maior jogador de todos os tempos o maior conhecedor do assunto e, portanto, plenamente habilitado a comentar um jogo? Eis o reverso da medalha. As duas formas de análise estão presentes na categoria, mas raras vezes são discutidas de forma serena, em busca de uma redefinição. A lei que regulamenta a profissão tem a mesma origem autoritária que outros dispositivos legais que a sociedade brasileira quer abolir. É necessário, portanto, começar o debate sobre o que a categoria deseja no que diz respeito ao exercício da profissão. O *Unidade* colheu diversos depoimentos e a diversidade de opiniões deixa claro que a discussão precisa continuar (Unidade, julho/setembro, 1985, p. 5).

Resta ainda um terceiro aspecto sutil que ficou encoberto pela conotação classista em que esta discussão foi enquadrada. Podemos observá-lo com atenção no seguinte discurso:

A partir da situação verificada na medicina ou engenharia, onde a necessidade de regulação é evidente, procura-se excluir das atividades regulares da imprensa toda e qualquer contribuição que possa ser dada por especialistas de áreas diversas, desde que tenham se apropriado da técnica básica de redação jornalística (...). Mas, a exigência de que apenas formados nestas escolas (de comunicação) tenham acesso às redações não tem outro efeito senão o de levar à queda da qualidade do ensino, privando-o do estímulo que a concorrência com graduados de outras áreas representa. A necessidade de especialistas em cada setor do jornalismo diário é irrefutável mesmo que se reconheça que as faculdades de comunicação possam aprimorar a formação de jornalistas.

Este trecho compõe um editorial da *Folha de S. Paulo* intitulado *Jornalismo e Sociedade*, publicado em 26 de fevereiro de 1986. Por ele podemos perceber que o jornal não tinha a visão de que o jornalismo deveria ser aberto à todos, mas só aqueles dotados de uma formação acadêmica qualificada e dotada de um perfil técnico, dentro dos moldes preconizados pelo Projeto *Folha*. A formação universitária era vista como uma exigência fundamental para o jornal selar o seu prestígio entre a classe média dotada de status econômico e intelectual¹⁴². Então era bem razoável o jornal admitir uma revisão parcial da lei para que o acesso ao jornalismo fosse estendido a outros profissionais graduados.

¹⁴² Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva, o fato da legislação proibir pessoas de bom nível intelectual, boa formação acadêmica e pendor para o jornalismo não poderem ser aproveitadas pela *Folha* diante da falta de qualificação intelectual dos formandos em jornalismo foi um dos fatores da tomada de posição editorial do jornal contra a obrigatoriedade do diploma. Ver SILVA, 2005, p. 200.

Diante desses aspectos, o que facilitou a estratégia de alguns agentes de enquadrar essa questão dentro das balizas da luta de classe? Um dos argumentos observados até aqui aponta para o fato das escolas de comunicação terem se transformado na década de 1970 em um dos diversos núcleos do movimento estudantil de oposição ao regime militar. Os alunos saídos das escolas comporiam a mão de obra excedente no mercado cujas idéias de esquerda encontrariam amparo no novo sindicalismo que estava surgindo. Isto poderia explicar a crescente importância da instituição sindical, fundamentando uma visão classista dessa prática social.

Com base nessa visão, as escolas, criadas e programadas para atender a avidez do mercado por uma mão de obra técnica e qualificada, se tornaram um obstáculo aos projetos de modernização conservadora do regime, de uma forma geral, e das empresas jornalísticas de uma forma particular. Isto explicaria a postura de arrependimento dos empresários e do governo com as escolas de comunicação e à legislação responsável pela proliferação das mesmas¹⁴³.

Muito embora não discordemos desse tipo de interpretação, ela apresenta alguns limites. Um deles é hiper-dimensionar o caráter militante dos estudantes de comunicação. Possivelmente isto fosse verdade para um núcleo residual. O segundo é nos levar a crer que as ações das entidades de classe dos jornalistas e a formação universitária destes agentes eram fortes fatores de resistência à adaptação profissional dos mesmos nos moldes exigidos pelo mercado. A crença neste tipo de visão deu coerência aos argumentos circulantes nos meios jornalísticos, de que com o fim da exigência do diploma, as empresas jornalísticas passariam a recrutar e formar sua própria mão de obra a adaptando a mesma para atender estritamente aos seus interesses organizacionais e não os da sociedade¹⁴⁴.

Não obstante o engajamento político de sindicalistas e estudantes de comunicação tenha desempenhado um papel importante no processo, outros fatores também merecem atenção. Consideraremos dois deles aqui. O primeiro é relativo a constituição da Comissão Nacional pela Melhoria da Qualidade do Ensino de Jornalismo, CONEJ, fundada em 1985 pelo professor José Marques de Melo da USP. Examinando preliminarmente a ata de fundação da comissão, encontramos as assinaturas dos presidentes de ANJ, Maurício Sirotski, da FENAJ, Audálio

¹⁴³ Ver Parte III, 1º capítulo, item 3.1.1, p. 115.

¹⁴⁴ Conforme Antônio Carlos Félix Nunes, militante sindical, as empresas “malhavam” o diploma por que queriam retroceder a uma situação anterior na qual elas tinham mão de obra de graça e manipulavam todo tipo de informação, adequando-as dentro da linha político-ideológica dos seus interesses. Ver MEDINA, op. cit. p. 25. Para Barbosa Lima Sobrinho, o fim do diploma teria como contrapartida uma política de recrutamento baseada no “favor”, intermediada por “pistolões”, pessoas que fariam a intermediação de mão obra em função de um crédito pessoal que elas teriam com as empresas. Ver *Boletim ABI*, julho/agosto de 1986, p. 3

Dantas e Associação Brasileira das Escolas de Comunicação, ABECOM, Erasmo Nuzzi (MELO, 1985, 70-75).

O segundo é o fato do Sindicato de Jornalistas de São Paulo ter uma Bolsa de Empregos existente desde 1975. Através da Bolsa a entidade funcionava como uma agência de emprego junto a diversas empresas mantenedoras de qualquer tipo de trabalho noticioso, oferecendo os serviços dos jornalistas profissionais nela inscritos. O Sindicato enviava uma carta às empresas esclarecendo-as sobre quais eram os tipos de profissionais aptos a atender suas atividades e uma relação de nomes de jornalistas para contato. O objetivo era suprir as necessidades das empresas para trabalho fixo, temporário e/ou de free-lancers¹⁴⁵.

Esses dois fatos mostram como as entidades de classe, mesmo possuindo uma forte retórica classista, tinham o mercado como uma variável fundamental tanto na questão do ensino quanto do emprego. Para nós, a luta de classes era somente uma das chaves de leitura do debate em torno da obrigatoriedade do diploma. Sendo assim, a nossa intenção neste capítulo é identificar alguns pontos que ficaram obscuros em relação à dinâmica histórica dos jornalistas nos campos acadêmico e político-sindical. Para isso, vamos nos deter de forma mais específica no tipo de formação profissional e de militância sindical que passou a predominar entre os jornalistas na década de 1980.

O capítulo se divide em três seções. Na primeira, vamos identificar as linhas mestras do debate que a intervenção dos grupos acadêmicos, profissionais e empresariais em torno da questão dos currículos que deveriam nortear o ensino de jornalismo. Assim, poderemos perceber que o formato resultante dos currículos era uma expressão do caráter convergente das visões que sindicatos e empresas tinham relação ao papel relevante que a formação universitária deveria ter na adaptação dos futuros profissionais às dinâmicas do mercado.

Na segunda, buscaremos interpretar a real motivação dos ataques das empresas ao diploma, procurando situar os mesmos em torno da dinâmica sindical dos jornalistas e dos papéis que os militantes do Partido Comunista Brasileiro e do Partido dos Trabalhadores exerciam em torno dela. Isto é um passo fundamental para compreendermos como a hegemonia do novo sindicalismo significou a absorção de um novo papel entre os jornalistas que, apesar

¹⁴⁵ As cartas eram enviadas para agências de propaganda, bancos, empresas particulares, sindicatos e federações de trabalhadores. O Sindicato também alertava a esses órgãos sobre a importância de terem uma política de comunicação e de criarem jornais ou assessorias de imprensa, que ficariam sob responsabilidade dos profissionais encaminhados pela Bolsa. Ela teve grande importância depois da greve dos jornalistas de 1979, quando mais de duzentos jornalistas foram demitidos e mais de 40 readmitidos pela intermediação do Sindicato. *Ver Unidade*, 49, agosto de 1979, p. 2. Trataremos da greve mais à frente.

do caráter conflitivo com o estilo de profissional exigido pelas empresas, ajudou a sedimentar a identidade profissional destes agentes no assalariamento e nas condições de venda de sua força de trabalho, valores típicos de trabalhadores adaptados a uma sociedade de mercado.

Na terceira vamos mostrar como inicialmente o tema da obrigatoriedade era controverso entre os jornalistas, particularmente entre os quadros com maior prestígio entre os pares e o público. Isto é um passo importante para posteriormente compreendermos dois movimentos: 1) como a batalha em torno da obrigatoriedade, ao sair da esfera acadêmica para tomar a Constituinte como palco de debates, se configurou discursivamente como uma luta de classe; 2) como a vitória do diploma simbolizou a vitória do movimento sindical articulado em torno da FENAJ e dos setores que defendiam a subordinação da formação universitária aos paradigmas do mercado. Na essência, ela foi à vitória dos grupos que, por diversos motivos e interesses, tinham visão até certo ponto elitista desta prática social, fator visto como fundamental para manter o prestígio e o status social da mesma.

5.1 Os currículos em debate

Um dos focos de tensão gerados nas discussões sobre o ensino do jornalismo nos anos 1970 era habilitação polivalente consagrada nos parâmetros curriculares de 1969. Isto porque as disciplinas de jornalismo compunham a maior parte da grade curricular desta habilitação. A consequência disto era que o ensino de jornalismo se confundia com o estudo da comunicação, gerando a imbricação dos papéis do jornalista e do comunicador polivalente. Este formato de curso desagradava os defensores de uma estrutura de ensino habilitacional mais rígida, compatível com a legislação profissional da área de comunicação, que ordenou e delimitou de modo específico às funções e as competências de jornalistas, publicitários, relações públicas e cineastas¹⁴⁶.

O outro ponto gerador de problemas dizia respeito à distância da formação do comunicador polivalente tinha do mercado jornalístico. De um lado estavam os que viam o ensino do jornalismo não tinha um objeto de estudo específico, se limitava à aprendizagem de

¹⁴⁶ Conforme Gaudêncio Torquato (*Unidade*, nº 13, agosto de 1976, p. 4-6), professor da USP, a habilitação polivalente era responsável pela formação genérica e distante da realidade dos alunos nos cursos de comunicação, pois obrigava o jornalista graduado a saber de tudo sobre o impresso, rádio e tv. Para José Marques de Melo (Apud MOURA: 2002, p. 67), os currículos polivalentes apagaram a identidade entre as áreas vinculando compulsoriamente o ensino de jornalismo, publicidade e relações públicas a um “único bloco chamado de Comunicação Social”. Para Lima (1983^a, p. 92) a idéia dos primeiros currículos era profissionalizar o jornalista como um homem de sete instrumentos, já que neles constavam administração de jornal, publicidade e editoração, disciplinas que mais tarde se tornaram habilitações independentes por força da divisão social do trabalho na área.

um conjunto limitado de técnicas redacionais e um amontoado desconexo de disciplinas. Isto permitia o ensino fosse monopolizado por profissionais. De outro, estavam os que achavam que esta dificuldade era gerada pelo predomínio de disciplinas teóricas no currículo, a maioria estranha à realidade nacional e submissa a paradigmas externos. Isto tornaria o ensino de jornalismo dominado por teóricos geralmente chamados de comunicólogos, responsáveis pela deturpação da formação universitária de profissionais¹⁴⁷.

Esses conflitos se traduziram numa disputa no interior da comunidade jornalística e acadêmica entre os defensores de uma formação mais generalista e outra mais especializada¹⁴⁸. Eles afloraram novamente quando o Conselho Federal de Educação, CFE resolveu atender as solicitações de diversos grupos (entidades de classe, escolas, professores e estudantes) como se elas fossem homogêneas. Assim, apesar de possuírem motivos diferentes, o CFE percebia um descontentamento generalizado desses grupos com o currículo de 1969 e solicitou a *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação* (ABEPEC) um anteprojeto para a criação de um novo currículo mínimo para a área (MATTOS, 2005, p. 2).

O grupo de estudo da entidade era composto por José Salomão David Amorim, presidente, Eduardo Deatay Bezerra de Menezes (Universidade Federal do Ceará), Francisco Henrique de Araújo (Universidade do Vale do Rio dos Sinos -Rio Grande do Sul), Othon Jambeiro Barbosa (Universidade Federal da Bahia), José Tavares de Barros (Universidade Federal de Minas Gerais), Nelly de Camargo (Universidade de São Paulo), Roberto do Amaral Vieira (Universidade Gama Filho - Rio de Janeiro) e o estudante Luís José Magalhães Joça, representante estudantil do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Ele teve a assessoria dos docentes Ubirajara da Silva (Vice-presidente da ABEPEC), Antônio Fausto Neto (Tesoureiro) e Francisco Augusto Ponte (2º secretário)¹⁴⁹.

O relatório produzido por ele afirmou o viés generalista na formação do futuro comunicador profissional. Este teria de executar suas tarefas numa visão histórico-crítica da realidade. A intenção era torná-lo um agente capaz de intervir de forma transformadora no

¹⁴⁷ Conforme LIMA (1990, p. 162), não havia dúvidas de que a definição da comunicação como campo de conhecimento respondia a uma problemática completamente distinta da gerada pela ocupação do espaço acadêmico pelas profissões da área. A falta de um aprofundamento teórico resultou da forte conexão que esta disciplina teve com a profissão de jornalista e, posteriormente, com as de publicitário e relações públicas. Para Marques de MELO, FADUL e SILVA (1979), o caráter disperso e incipiente da pesquisa no campo da comunicação era um dos mais sérios entraves a reformulação dos currículos das escolas. Mas, para eles isto era fruto de uma tradição humanística e generalista que dava pouco sentido prático aos cursos.

¹⁴⁸ Para VIEIRA (1978, p. 281) este era o verdadeiro impasse na comunicação social brasileira. O autor defendia claramente uma perspectiva interventora e nacionalista do comunicador ao afirmar que *a formação generalista se impõe, de um lado, por necessidades decorrentes da própria atividade do comunicador social e, por outro, como forma de defesa de nossas sociedades latino-americanas.*

processo de desenvolvimento social brasileiro. A comunicação seria um meio para isso. Daí a necessidade do currículo estar centrado num amplo quadro de referência da cultura brasileira incluso *numa visão humanística e universal sem a qual universidade carece de sentido* (MELO, FADUL e SILVA: 1979, p.79).

Nos países menos industrializados a principal tarefa da comunicação está em aumentar a participação popular em assuntos econômicos e nacionais, melhorar seus conhecimentos teóricos e práticos, fundi-los num sentimento nacional e permitir-lhe encontrar sua identidade cultural e pessoal no esforço dirigido para o desenvolvimento nacional. Sem o pleno emprego dos modernos meios de comunicação ao lado das formas mais tradicionais de comunicação social há poucas esperanças de alcançarmos objetivos urgentes em curto tempo, principalmente quando neste esforço participam milhares de pessoas (Idem *Ibid*).

O currículo foi estruturado em ciclos. O básico com matérias de cultura geral (Formação sócio-cultural do Brasil, Formação Econômica do Brasil, Formação Política do Brasil e Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos) e disciplinas específicas para facilitar o entendimento dos complexos sistemas de comunicação no Brasil e no mundo (História da Comunicação, Teoria da Comunicação, Estética, Ética, Comunicação Comparada e Legislação). Por último viria o ciclo profissionalizante com disciplinas instrumentais (Fotografia, Cinema, Rádio, Televisão e Meios Impressos) e as técnicas (Relações Públicas, Publicidade, Jornalismo e Editoração). Desta forma, a proposta visava destituir a natureza habilitacional do currículo anterior, fazendo predominar a figura do comunicador sobre o jornalista¹⁵⁰.

Esse modelo de currículo gerou controvérsias. A União Cristã Brasileira de Comunicação Social, UCBC, produziu um boletim no qual procurou desqualificar o que fundamentava a projeto da ABEPEC: a formação generalista do comunicador.

Há uma incompreensão do papel do comunicador social a ser preparado pela universidade a nível de graduação (...). **A estrutura do currículo tomou por base a comunicação como processo, sistema, arte e ciência e não como um conjunto de profissões, estruturalmente interligadas, mas funcionalmente diversificadas. Daí a nova roupagem que toma o ‘comunicador polivalente’ agora denominado ‘educador permanente’.**¹⁵¹

¹⁴⁹ Estes especialistas em comunicação foram convocados com base em dois critérios: ter representação nas regiões onde o ensino de comunicação adquiriu importância e nas diversas áreas de estudo ligadas a área.

¹⁵⁰ A proposta foi enviada ao CFE contendo o ementário de todas essas disciplinas. Ver A Proposta da ABEPEC em MELO, FADUL e SILVA, *Ibid*, p. 75-85.

¹⁵¹ Boletim UCBC INFORMA, ano VI, nº 7/8. MELO, FADUL e SILVA, *Ibid*, p. 86-87. Grifos Meus.

Isto conseqüentemente levou a uma segunda crítica: a ausência de disciplinas profissionalizantes, uma “decorrência errônea” da proposta da ABEPEC. Isto porque lógica imposta pelo desenvolvimento da indústria cultural era a crescente especialização enquanto o currículo proposto visava formar um comunicador apto a trabalhar em todas as atividades da comunicação. Por último, afirma o documento da UCBC, o número excessivo de disciplinas teóricas neste tipo de currículo mínimo dificultava enormemente sua adaptabilidade às diferentes realidades dos mercados de trabalho regionais (*Ibid*, p. 87).

Aparentemente o relatório da UCBC representava os setores que defendiam uma perspectiva mais tecnicista para o currículo, pois suas críticas repercutiram junto CFE. Este formou outra comissão para elaborar outra proposta curricular. O grupo foi composto, desta vez, por especialistas em cada área em que estava arbitrariamente dividida a comunicação: Jaci Correia Maraschin, Presidente (Editoração), Eli Eser Barreto César (Filosofia), Reinaldo Brose (Rádio e TV), José Marques de Melo (Fundamentos Científicos da Comunicação), Antônio Carlos Ruótulo (Jornalismo), Marisete de Oliveira (Relações Públicas), José A. Daniello e Francisco Morel (Publicidade). Além disso, o vínculo institucional e geográfico da maioria dos pesquisadores estava situado em São Paulo, com eles se dividindo entre duas instituições: Universidade de São Paulo, USP, e Universidade Metodista de São Paulo, UMESP¹⁵².

Da intervenção deste grupo no debate resultou a Resolução 03/78 do CFE. Esta, no seu artigo primeiro reforçou a estrutura habilitacional dos cursos de comunicação, terminando com a polivalência e institucionalizando as habilitações de Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade, Cinema e Rádio e Televisão. O artigo segundo buscou dar maior equilíbrio quantitativo entre as disciplinas teóricas e profissionais. O artigo terceiro tornou o currículo mais flexível, permitindo os estabelecimentos de ensino acrescentar disciplinas para atenderem *às características sócio-culturais e ocupacionais da região, as possibilidades da escola e o interesse dos alunos*. Por último, o artigo quarto instituiu os projetos experimentais com a orientação de seguir a natureza específica de cada habilitação, mas tendo *uma adaptação às condições do mercado de trabalho local e regional*¹⁵³.

Os projetos experimentais foram contemplados com 10% da carga horária total do currículo mínimo, de 2.200 horas/aula. As matérias de *fundamentação geral humanística* (Problemas Socioculturais e Econômicos, Sociologia, Psicologia, Antropologia Cultural, Cultura Brasileira, Língua Portuguesa), *fundamentação específica* (Teoria da Comunicação,

¹⁵² O próprio relatório afirma que a comissão era paulista. Jair Maraschin, José Marques de Melo eram professores do Centro de Pós Graduação da Metodista em São Bernardo do Campo. Francisco Morel era na época mestrando em Comunicação e professor da ECA/USP. *Ibid*, p. 293-294.

Comunicação Comparada, Sistemas de Comunicação Social no Brasil e Estética e Comunicação de Massa) e do campo profissional (Técnicas de Codificação, Técnicas de Produção e Difusão, Deontologia e Legislação dos Meios de Comunicação, Técnicas de Administração e Mercadologia) foram divididas em 30% cada uma¹⁵⁴.

A resolução 03/78 contemplou todas as críticas formuladas pelos setores que queriam aproximar o ensino de Comunicação do mercado. De um lado, o termo *estabelecimentos de ensino* com fortes conotações comerciais, é uma evidência de que o formato final do currículo de 1977 representou a vitória dos setores que defendiam uma perspectiva pragmática e privada do ensino de comunicação¹⁵⁵. De outro, a adaptabilidade dos currículos às condições locais era central para os empreendimentos privados na área de comunicação prosperar¹⁵⁶. É isto que podemos inferir das observações sobre o currículo.

os currículos mínimos determinados pelo CFE deixam às faculdades ampla abertura para que cada uma, em acordo com o interesse do profissional que pretende oferecer ao mercado de trabalho, acrescente disciplina, transformando-o em excelente currículo pleno. Se a maioria das faculdades assim não age é por que estão voltadas para objetivos financeiros imediatos. **Por falta de espírito empresarial ainda não perceberam que as faculdades dirigidas por interesse institucional e visão empresarial de longo prazo hão de propor soluções didático-pedagógicas solidificadas em ampla carga horária e na qualificação do corpo docente e diretivo, o que fatalmente às levará a plena ocupação dos seus cursos** (ANTUNES MOREL In: MELO, FADUL e SILVA, 1979, p.179. Grifos Meus).

O fim do estágio obrigatório em 1979 no último ano de curso representou um golpe neste setor, pois ele era o elo entre teoria e prática, garantindo a aproximação compulsória das escolas com o mercado. O aumento das disciplinas profissionais, dos laboratórios para as

¹⁵³ Conforme texto homologado pelo Ministério da Educação e Cultura. *Ibid*, p. 120-129.

¹⁵⁴ O prof. Roberto Amaral Vieira, presidente da ABEPEC em 1979, afirmou que a frente de oposição à resolução 03/78 não aceitava o seu caráter “tecnicista”, reiterando o seu entendimento de que a Comunicação Social era uma área interdisciplinar no campo das Ciências Sociais, não podendo ser vista como um fim em si mesma. “*O domínio exclusivo de técnicas não é suficiente. É necessário que a prática se fundamente num numa sólida formação teórica que capacite o comunicador intervir criticamente no processo de transformação social*”. Ver *Boletim ABI*, outubro/novembro de 1979, p. 10.

¹⁵⁵ Segundo Erasmo Nuzzi (1987, p. 6), a resolução emergiu de diversos encontros e seminários realizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e outras capitais, nos quais as controvérsias a respeito do currículo eram expostas pelos representantes das escolas.

¹⁵⁶ O setor privado tinha força em São Paulo. João Lúcio Tatagiba Lamas, do Instituto Metodista de Ensino Superior, entrevistou em 1981, 100 jornalistas formados entre 1976 e aquele ano, entre 600 que estavam se submetendo a um concurso promovido pela Rede Globo de Televisão. Seu objetivo era levantar dados sobre o mercado de trabalho em São Paulo. Ele constatou que desse total, 32 eram formados pela ‘Casper Líbero’, 24 pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado, 6 pela PUC de Campinas, 8 pela Fundação Armando Álvares Penteado, 10 por Brás Cubas (Mogi das Cruzes), 2 pela Faculdade Objetivo, 2 pela Facos e 2 pela Metodista de São Bernardo do Campo. Somente 14 eram formados pela USP. Isto pode ser uma pequena inferência sobre a força do ensino privado paulista na área de comunicação no início dos anos 1980.

disciplinas técnicas e a criação do projeto experimental calcado nas habilitações tiveram o objetivo de compensar a perda da prática profissional nas empresas com o fim do estágio obrigatório¹⁵⁷.

Isto mostra que, apesar das acusações de ser um órgão centralizador, o CFE se posicionava conforme as correlações de força existentes no interior do campo¹⁵⁸. Para agradar aos setores desta contenda, o CFE permitiu a implantação opcional do currículo de 1977. Com isso, deixou ao arbítrio de cada escola de comunicação escolher seu modelo de currículo. Assim, as escolas ficaram submetidas a uma regulamentação que atendia a dois paradigmas curriculares diferentes mantendo internamente a polêmica entre os defensores de uma formação humanística e genérica e os de uma outra, mais técnica e especializada¹⁵⁹.

Diante da continuidade das críticas aos currículos por parte de setores da imprensa, o CFE criou em 1980 uma comissão com três representantes do conselho e três professores, presidida por Julio Garcia Morejon, um dos criadores do curso de jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da USP. O trabalho da Comissão começou sob suspeita, pois um ano antes, o CFE resolveu embargar o início das atividades de sete novas escolas. As reações a esta medida foram distintas. Setores acadêmicos e profissionais consideraram esta atitude um primeiro gesto de ameaça do CFE sobre os cursos. Segundo Faro, (1992, p. 70) o CFE agiu com base na defesa dos interesses de setores empresariais e da educação, *que viam os cursos de comunicação social como uma área passível de ser excluída da instituição universitária*, mas não nomeou esses setores. A ABI, por sua vez, interpretou a medida como uma tentativa de conter o desemprego no setor diante do patente desequilíbrio entre a oferta e a procura de mão de obra¹⁶⁰.

Durante o período que a comissão *Morejon* atuou o diploma foi posto em questão e o CFE se tornou alvo de pressões de agentes pelo fim desta exigência. Em relação ao

¹⁵⁷ Para Nilson Lage isto não bastava. Era preciso ir além e convencer as empresas de comunicação da conveniência de assumir os encargos de selecionar os seus funcionários mediante critérios de seleção impessoais e investir parte dos seus lucros no estudo de soluções brasileiras para os problemas da comunicação. Este tipo de atitude patronal daria legitimidade aos cursos. Ver *Boletim ABI*, novembro de 1977, p. 5.

¹⁵⁸ O primeiro parecer do CFE relacionado ao currículo de 1977 seguiu inicialmente as recomendações da contida no projeto da ABEPEC, ao afirmar que o curso deveria aliar *formação teórica ao aspecto prática do ensino e ao fornecimento ao aluno, do instrumental teórico e técnico de intervenção*. Um exame nas resoluções posteriores nos revela que estas foram mudando gradualmente a partir do momento em que o grupo de São Paulo passou a orientar o processo de confecção do currículo até o mesmo tomar a forma final da resolução 03/78.

¹⁵⁹ Ficaram em vigência o currículo de 1969, com a ênfase na habilitação polivalente e o currículo de 1977, com ênfase nas habilitações.

¹⁶⁰ “Desemprego atinge o jornalismo” foi o modo como a ABI enquadrou o assunto. Para a entidade o CFE tinha dados suficientes para justificar o embargo: havia 7.600 vagas nos cursos destinados a formar comunicadores sociais no país; em São Paulo, sete mil jornalistas estavam registrados na Delegacia Regional do Trabalho e aproximadamente dois mil desempregados. Esta situação que tendia se agravar com a diplomação de 800

questionamento do diploma três agentes se destacaram. O primeiro foi a Sociedade Interamericana de Imprensa. Na 37ª Assembléia, no Rio de Janeiro, em novembro de 1981, o presidente da entidade, o norte-americano Charles Scripps criticou a obrigatoriedade do diploma, pois ele conferia ao jornalismo o status de profissão.

Profissão tem dois significados. O primeiro está relacionado a ocupações que são complexas e exigem rigorosa disciplina acadêmica, ocupações em que a incompetência e a má conduta podem causar grandes danos. O segundo é quando alguém faz algo em troca de pagamento. Sugere alta competência como um jogador de futebol ou um pugilista profissional. Os jornalistas, como outras pessoas, colhem informações e idéias sobre as quais escrevem. Os jornalistas são pagos não para o fazerem, mas para o fazerem bem. Não devemos deixar que este segundo sentido nos engane e os jornalistas sejam postos naquela primeira classe das profissões devidamente credenciadas (*Boletim ABI*, novembro/dezembro de 1981, p. 8).

O segundo foi a *Folha de São* e alguns jornalistas cujo trabalho era vinculado profissionalmente ao jornal. Em março de 1980, novembro de 1981 e maio de 1982 eles puseram em discussão a questão da obrigatoriedade. Nas duas primeiras ocasiões, o jornalista Boris Casoy no centro da polêmica¹⁶¹. Seus argumentos: a legislação profissional era um ranço corporativista que afetava negativamente a cultura e os jornais, pois impedia que estes contratasse parte da inteligência nacional situada nos cursos como Sociologia, Economia, Filosofia etc. O argumento defendia ainda necessidade de algumas empresas de formar especialistas nas diversas áreas de reportagem.

Na terceira, dois fatos nos chamaram a atenção. O primeiro foi um editorial publicado pela *Folha de S. Paulo*, no qual o jornal menciona um documento enviado pelas entidades de classes patronais como a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABRT) e a Federação Nacional das Agências de Propaganda ao CFE questionando o diploma e as escolas de comunicação. O editorial reverbera a postura destas entidades, mas sem fazer menção a intenção das mesmas. Depois afirma: *a atual reserva é um desserviço ao jornalismo especializado, que no mundo inteiro colhe vocações entre advogados, sociólogos, engenheiros e autodidatas*¹⁶². Isto deixa novamente implícito que o objetivo das empresas era a livre contratação de especialistas.

jornalistas no fim do ano de 1980, fazendo com que as entidades sindicais criassem fóruns para discutir o problema. *Boletim ABI*, abril/maio de 1980, p. 4.

¹⁶¹ Em março de 1980 na VI Semana de Jornalismo da ECA/USP e em 31 de novembro de 1981, num artigo escrito para a revista *Veja* cujo título era *Um Atentado à Cultura*. Ver *Unidade*, n.º, 53, 1980, p. 3.

¹⁶² Ver “Aprendendo Jornalismo”. *Folha de S. Paulo*, 7 de maio de 1982, p. 3.

O segundo foi um concurso promovido pela *Folha de S. Paulo* com o intuito de formar um cadastro de reserva de jornalistas para os seus quadros redacionais. A discrepância entre o número elevado de inscritos, 303 e de aprovados, 29, num simples teste de redação comum e redação jornalística fez *A Folha* um material discursivo composto a maior parte por artigos, através dos quais vislumbramos o posicionamento conflituoso dos quadros que ocupavam postos intermediários na hierarquia do jornal em relação à questão¹⁶³.

Por último, temos o documento enviado pela ANJ, ABRT e a FNAP ao CFE explicando por que as empresas de comunicação queriam o fim das escolas e da obrigatoriedade do diploma. A queixa principal das empresas era em relação ao fim do estágio obrigatório no último ano de curso. O argumento era de que isto as obrigou a aumentar seus custos para organizar internos para formar e qualificar os graduados em comunicação, diante da formação excessivamente teórica das escolas, o que dificultava a familiarização destes profissionais ao ambiente e as rotinas produtivas dos meios¹⁶⁴. Daí elas proporem que os estudos de jornalismo funcionassem como especialização ou pós-graduação com o objetivo de preparar profissionais em áreas tidas como específicas como à reportagem econômica, de assuntos internacionais etc¹⁶⁵.

A ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, defendeu a proposta (Boletim ABI, setembro/outubro de 1982, p. 12). Não se sabe se por influência da ministra ou não, um dos membros do Conselho Federal de Educação, Paulo Natanael de Souza, emitiu um parecer favorável à mesma (PINHO, 2002, p. 68). Este conjunto de ataques desencadeou a reação da comunidade acadêmica através do *Movimento de Defesa dos Cursos de Comunicação Social*

¹⁶³ Paulo Francis, colunista do caderno cultural, afirmou que *a primeira coisa que se ensina a um foca na redação é que esqueça tudo sobre 'comunicações'(...)* O diploma é inútil. Odon Pereira, editor do jornal, escreveu que os jornalistas foram uma das categorias de trabalhadores mais cortejadas por ditaduras no Brasil. *A do Estado Novo lhes deu o privilégio da jornada de cinco horas de trabalho. A de 1964, que se dedicou a demolir às conquistas da classe trabalhadora, manteve intocada à regalia e foi adiante com a reserva de mercado do jornalismo.* Já para Irene S. Vianna, editora do caderno comunitário, *atacar o diploma não é bom já que há muito deixamos de ser boêmios generalistas para sermos operários da comunicação.* Ver Os mistérios Insondáveis do Jornalismo e A inutilidade das Escolas. Ver *Folha de S. Paulo*, respectivamente, 6 e 9 de maio de 1982, p. 39 e 33.

¹⁶⁴ Para as empresas, as escolas eram inúteis sem o estágio. Além dos custos, as entidades patronais dos reclamavam dos “preconceitos” do Ministério do Trabalho em relação a esse tipo de trabalho, responsabilizando o mesmo pelo fim do estágio obrigatório. Para as empresas, o Ministério tinha uma visão distorcida do estágio e seguiu a orientação das entidades sindicais dos jornalistas, que viam neste tipo de trabalho como burla à legislação, exigindo o seu fim. Ver *Folha de S. Paulo*, 06 de maio de 1982, p. 20. Isto também preocupava os representantes do ensino privado da área de comunicação Segundo Erasmo Nuzzi o estágio representava a vivência profissionalizante dos alunos e sua supressão não tinha razão de ser, devendo o mesmo ser novamente regulamentado para se evitar os “erros” anteriores. *Revista de Comunicação*, ano 3 , nº 12, p. 7, 1987.

¹⁶⁵ Esses dados podem ser encontrados na carta que Barbosa Lima Sobrinho enviou ao CFE refutando o argumento destas entidades. Ver *Boletim ABI*, maio/junho de 1982, p. 3.

que mobilizou entidades profissionais, associações de pesquisa e estudantes (Faro, 1992, p. 71)¹⁶⁶.

No âmbito sindical, 200 jornalistas presentes no 19º Congresso Nacional promovido pela FENAJ em Guarapari, refutaram as declarações da Ministra. Mas fizeram isto através de um documento no qual exaltavam suas identidades de trabalhadores assalariados e como vítimas de um modelo econômico perverso. Dentro deste quadro, o jornalismo era afetado particularmente pelas ameaças de autoridades e empresários de extinguir a legislação profissional e os cursos de Comunicação Social. O que era uma demonstração concreta de que o jornalismo era uma profissão em crise¹⁶⁷.

No decorrer desse processo, Julio César Morejon se encontrou com representantes das escolas de comunicação dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, articulados por Erasmo Nuzzi e realizados na sede da Federação de Comércio no Estado de São Paulo. Nestes encontros, Morejon afirmou que o CFE não iria apresentar proposta para extinção dos cursos, mas juntar esforços no sentido de aperfeiçoá-los em termos de pesquisa e com cursos de extensão¹⁶⁸.

Por outro lado, a Associação Brasileira de Imprensa encaminhou uma carta ao presidente do CFE, Lafayette de Azevedo Pondé, tentando desqualificar os argumentos das entidades empresariais contra o diploma. O argumento básico da entidade era de que o diploma era fundamental para a manutenção do status do jornalismo como profissão. A ABI reconheceu a deficiência dos cursos, mas a justificou através de dois motivos: a falta de pulso do CFE na fiscalização das escolas, que não investiam em suas instalações (laboratórios e equipamentos de mídia), remuneravam mal os docentes e, no caso das particulares, cobravam “extorsivas” mensalidades dos alunos (Boletim ABI, maio/junho de 1982, p. 4). O segundo eram os currículos, inadequados, pois priorizavam o aprendizado teórico e eram formados por *matérias absolutamente estranhas e ociosas incorporadas á carga curricular*¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Parece claro que nem todos os setores do governo se manifestaram contra os cursos. É importante lembrar que enquanto os empresários negociavam com o CFE e o Ministério da Educação e Cultura, os sindicatos de jornalistas se encontravam com o Ministro do Trabalho para regulamentar o decreto-lei 972, o que implicava na manutenção da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. Isto revela a postura ambígua do governo em relação ao assunto. *Folha de S. Paulo*, 06 de maio de 1982, p. 20.

¹⁶⁷ Para os representantes sindicais presentes ao encontro, a inexistência de cursos de Comunicação Social nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia e Piauí gerava um desequilíbrio artificial e compulsório na distribuição de oportunidades e oferta de aquisição de conhecimento na área, aumentando a pressão para a extinção dos cursos. Ver Carta de Guarapari, *Boletim ABI*, outubro de 1982, p. 5.

¹⁶⁸ Ver *Folha de S. Paulo*, dezenove de agosto de 1981, p. 12.

¹⁶⁹ Para resolver o problema do currículo, Barbosa Lima Sobrinho recomendou o CFE acatar as proposições de Nilson Lage. Uma delas era tornar disciplinas como Técnicas de Redação obrigatórias em todos os períodos do curso. Ver *Boletim ABI*, outubro de 1982.

Assim, nós temos um quadro no qual a *Folha de S. Paulo* encampava a postura das entidades de classe patronal, mas centrando os seus ataques aos aspectos corporativos do diploma. As instituições de classe patronais questionavam o diploma, pois se sentiam ultrajadas com o fim do estágio obrigatório. Os sindicatos tinham como principal esfera de negociação o Ministério do Trabalho, onde conseguiram negociar o fim do estágio obrigatório no último ano de curso sob o argumento de que o mesmo incentivava a exploração de mão de obra, o rebaixamento salarial dos jornalistas profissionais e uma burla à legislação do trabalho¹⁷⁰.

Não sabemos se fruto dessas pressões ou ataques aos cursos de comunicação a Comissão composta inicialmente por seis membros foi ampliada para 21 integrantes. Nela foram incorporados representantes das categorias profissionais, como a FENAJ, a ANJ, estudantes e grupos de pesquisa. Isto mostra que a maior parte das empresas não tinha a questão do diploma como uma questão vital. Ao mesmo tempo em que havia um clima de enfrentamento entre empresas e sindicatos tendo como centro a questão do estágio, havia negociações entre estas entidades no âmbito da Comissão das quais resultou a Resolução 02/84¹⁷¹.

Em termos curriculares, a Resolução manteve a estrutura habilitacional dos cursos (Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Radialismo e Editoração) com a seguinte distribuição de carga horária: 45% das disciplinas obrigatórias pertencentes ao tronco comum (Filosofia Geral, Sociologia Geral e da Comunicação, Realidade Socioeconômica e Política Brasileira, Teoria da Comunicação e Comunicação Comparada, mais três disciplinas eletivas¹⁷²); 45% de disciplinas obrigatórias da parte específico-profissional (no caso da

¹⁷⁰ Nem por isso o estágio deixou de ser um problema. O Sindicato do Rio de Janeiro criou uma Comissão de Integração Escola-Meio Profissional, responsável por encaminhar uma proposta para que os estagiários tivessem paridade de voto nas questões relativas à regulamentação do estágio. A proposta foi rejeitada. Mas, a questão da regulamentação foi discutida no IX Encontro dos Jornalistas Cariocas, onde os jornalistas presentes novamente rejeitaram uma proposta de aproveitamento do estagiário em empresas, sindicatos ou movimentos populares enquanto ele não se tornasse um jornalista profissional. Por outro lado, um grupo de trabalho elaborou uma proposta para que o estágio fosse opcional, fiscalizado pelo Sindicato e o estagiário orientado por um professor e monitorado por um jornalista profissional, recebendo uma bolsa de 50% do piso salarial da categoria. Ver *Nossa Pauta*, nº 1, dezembro de 1987, p. 12.

¹⁷¹ Segundo Nilson Lage, o currículo de 1984 resultou de anos de trabalho de uma comissão da qual participou a ANJ e a FENAJ. A continuidade da participação destas entidades, na sua visão, era vital para quebrar as resistências “institucionais”, entenda-se, do próprio meio acadêmico, à aplicação correta do currículo. Conforme Erasmo Nuzzi, a comissão teve participação de *elementos* das entidades representativas dos jornalistas e dos proprietários das empresas, que no final de 1982 entregou um relatório final ao CFE do qual resultou a resolução. Ver *Jornal e Universidade: o que um pode fazer pelo outro. Jornal ANJ*, nº 9, p. 12 e entrevista de Erasmo Nuzzi à *Revista de Comunicação*, ano 3, nº 12, 1987, p. 7.

¹⁷² As eletivas eram: Lógica, Psicologia, Língua Estrangeira, Economia, Geografia Econômica, Teoria Geral dos Sistemas, Teoria Política, Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação, Comunicação Comunitária, Planejamento em Comunicação, Política de Comunicação, Sistemas Internacionais de Comunicação, História da Comunicação, Cultura Brasileira, História da Arte, Antropologia Cultural, História do Brasil e Estética e Cultura de Massa. Ver MOURA, 2002, p. 306-308.

habilitação em jornalismo eram Redação e Expressão Oral, Fotojornalismo, Planejamento Gráfico em Jornalismo, Radiojornalismo, Telejornalismo, Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística, Preparação e Revisão de Texto, Edição e Legislação e Ética do Jornalismo) e 10 % para projetos experimentais.

Os projetos mantiveram as mesmas diretrizes anteriores, podendo ter forma monográfica ou de fita gravada de som e imagem, filme cinematográfico sonoro, publicação impressa, campanha publicitária, plano de editoração ou de planejamento de programas de relações públicas. Entre os diversos artigos da resolução os mais saudados foram o 5º, que legitimou o ensino técnico como a reserva de mercado do ensino para os profissionais¹⁷³ e 8º, com a exigência de que as escolas tivessem uma infra-estrutura laboratorial de modo a aproximar o ensino de jornalismo das exigências do mercado (Boletim ABI, set/out, 1982, p 14-15).

Durante muito tempo, os cursos de jornalismo permaneceram marginalizados da atividade profissional porque se limitavam a formar jornalistas dotados de um acervo humanístico, mas desprovidos de qualquer habilidade para a reportagem, edição e até mesmo a redação de textos. Essa deficiência foi em parte corrigida na década de 1970, quando algumas escolas, como a ECA, desenvolveram programas que buscavam equilibrar teoria e prática (...). No entanto, a prática como processo de aprendizagem foi muito prejudicada por causas imediatas como falta de liberdade política e escassez financeira (...) A questão agora é trabalhar para que as exigências da Resolução 02/84 não se tornem letra morta (...). **Os professores e alunos dos cursos de jornalismo estão conscientes de que sem possuir oficina gráfica, atelier de diagramação, laboratório fotográfico, estúdios de rádio e tv, teletipo, videotexto, microcomputadores, hemeroteca, banco de dados etc as atividades didáticas permanecerão no terreno da improvisação e do amadorismo (...). Para tanto, as universidades vão precisar de verbas. Mas também do apoio das empresas jornalísticas e das entidades sindicais. Pois os laboratórios só terão significação social se forem colocados a serviço da democratização e do conhecimento. E isso depende da construção de pontes entre o mundo acadêmico e o mercado de trabalho** (MELO, 1985, p. 71. Grifos meus).

A preocupação comum das entidades de classe dos jornalistas e do patronato com o ensino de jornalismo e com o reforço do viés *profissionalizante* do mesmo teve

¹⁷³ A ABI saudou especificamente o artigo 5º da Resolução, pois ele se postava contra a excessiva academização do ensino de jornalismo ao permitir que as disciplinas técnicas fossem ministradas por profissionais registrados e com experiência comprovada de no mínimo três anos. Para Gilberto Gonçalves, prof. da PUC de Campinas este artigo corrigia uma deformação provocada pelo ensino, pois para ele a falta consciência profissional expressada por uma numerosa parcela dos recém-formados era devida ao contato que eles tinham “com professores sem vínculo algum com a profissão”. Agora cabia aos sindicatos fiscalizar o cumprimento da Resolução para impedir profissionais de outras áreas “de ocupar esse mercado de trabalho”. *Boletim ABI*, setembro/outubro de 1982, p. 14 e *Unidade*, agosto, 1984, p. 14.

desdobramentos futuros com a criação da Comissão Nacional pela Melhoria da Qualidade do Ensino de Jornalismo, CONEJ. A composição dessa Comissão nos oferece um retrato dos partidários do discurso da profissionalização do ensino de comunicação: José Marques de Melo (USP), Alberto Dines (Editora *Abril*), Audálio Dantas (FENAJ), Barbosa Lima Sobrinho (ABI), Carlos Eduardo Lins da Silva (*Folha de S. Paulo*), Erasmo Nuzzi (ABECOM), Maurício Sirotsky (ANJ), Nilson Lage (UFRJ-UFF) e Washington Tadeu de Melo (CONTCOP)¹⁷⁴.

A ANJ e a ABECOM foram entidades que mais efetivamente se engajaram na luta pela melhoria do ensino de jornalismo funcionando como um fórum de debates para “*pensar, analisar e debater a distância que existe entre a escola e o jornal*” e organizando cursos de aperfeiçoamento para professores de jornalismo¹⁷⁵. Estes se inseriam dentro da perspectiva destas entidades de mediar a relação entre as empresas e as escolas. Mas para isso não adiantava somente formar professores. Era preciso familiarizar desde cedo os alunos com as redações dos jornais, encontrando uma nova forma de institucionalizar o estágio. *É o modo dos alunos sentirem a realidade da profissão*¹⁷⁶.

Os cursos de formação de professores foram ministrados por profissionais e acadêmicos com trânsito na área. Eles eram divididos em diversos módulos e as aulas ministradas em forma de conferência. Para receber o certificado, o professor deveria apresentar uma monografia de 15 laudas sobre um dos temas abordados. Os cursos foram divididos da seguinte maneira: áreas de especialização jornalística (*Jornalismo econômico, Empresarial, Política Nacional, Internacional, Jornalismo Regional e de Bairros*), histórico-

¹⁷⁴ José Marques de Melo foi eleito presidente da Comissão. Audálio Dantas, Maurício Sirotsky, Erasmo Nuzzi, prof^a Eucléa Bruno (IMS) e Miltón Gamez, membros do Comitê Executivo. Ver MELO, 1985, p. 70-75.

¹⁷⁵ Um desses seminários confrontou a experiência norte-americana e a brasileira na formação de jornalistas. De um lado, docentes ligados a Faculdade de Jornalismo da Carolina do Norte e jornalistas do USA TODAY afirmaram que nos EUA o diploma não era obrigatório, os alunos de jornalismo assistiam somente 25% das aulas no departamento de jornalismo e as verbas para os laboratórios vinham das fundações ligadas aos cursos, dando um caráter positivo à docência. No caso brasileiro, ninguém pôs o diploma em questão e só foram realçados aspectos negativos dos cursos. João Luiz Farias afirmou que era preciso acabar com a comunicologia nas faculdades. Só assim, os jornalistas seriam formados como profissionais. Para José Marques de Melo, a camisa de força comunicológica era a verdadeira barreira entre as escolas e o mercado. Luis Garcia afirmou que esta barreira impedia os alunos de aprenderem a escrever e a conhecer a realidade brasileira. Por último, William Waack constatou não haver formação de jornalistas especializados por parte das escolas, como demandava o mercado. *Jornal ANJ*, nº 12, dezembro de 1987, p. 7-8.

¹⁷⁶ Foram realizados três cursos. Um no Rio Grande do Sul entre 31 de março e 9 de abril de 1986, com apoio da Associação Rio Grandense de Imprensa e da Famescos-PUC tendo a participação de 43 professores entre gaúchos, catarinenses, uruguaios e paraguaios. Outro no Rio de Janeiro entre 27 de novembro e 12 de dezembro, apoiado diretamente pela ABI e o Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF, sendo freqüentado por docentes do Espírito Santo, Minas Gerais, Brasília e Rio de Janeiro. O terceiro foi no Ceará, no início de 1988 e teve o apoio do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará, Federação Latino-Americana das Faculdades de Comunicação Social, FELAFACS, e da Associação Nacional dos Editores de Revista, ANER. *Jornal da ANJ*, nºs 6, 9 e 13.

conjuntural (*Jornalismo no Brasil Atual e Estrutura e Ensino de Jornalismo no Brasil*), ensino (*Pesquisa, Jornal Laboratório e Pedagogia do Jornalismo*), administrativa (*Empresa Jornalística, Marketing e Publicidade Jornalística*), legislação (*Direitos do Leitor e Legislação de Imprensa*) e tecnologia (*Novas Tecnologias da Comunicação e Transmissão de Notícias e Fotos*)¹⁷⁷.

A composição desse modelo de curso sugere dois desdobramentos. O primeiro é que ele se contrapõe a proposta do currículo mínimo oficial dos cursos de comunicação. Nestes, conforme Lopes (1985, p. 75-76) as disciplinas do tronco comum tinham a função destas de promover a reflexão crítica das práticas comunicacionais, uma suposta unidade entre teoria e ação, calcada numa visão multidisciplinar dos processos de comunicação de massa. Porém, grande parte dos agentes se mobilizava nas discussões a respeito do currículo baseado na idéia que a divisão social do trabalho era a responsável pela dinâmica do campo comunicacional.

Em termos práticos, isto acabou por reproduzir uma divisão departamental dos docentes entre as disciplinas básicas, relacionadas ao tronco comum, e as profissionais. Tal divisão teve dois reflexos. De um lado, impediu que se construísse um projeto comum de curso capaz de organizar o conteúdo das disciplinas básicas¹⁷⁸. De outro, a equivalência quantitativa em termos de horas com as disciplinas técnicas e profissionais deu aos cursos um caráter profissionalizante capaz de atender os interesses dos sindicalistas e empresários, mas dificultando a afirmação da comunicação como um objeto autônomo de estudo¹⁷⁹.

O discurso da especialização era um ponto de convergência entre as diversas entidades na luta para determinar o formato dos cursos de comunicação e suas estruturas habilitacionais, que na visão deles atendiam os anseios das empresas e dos profissionais. No caso dos Sindicatos, a exigência de que profissionais experientes se apossassem das disciplinas

¹⁷⁷ No Rio de Janeiro, os professores foram: Nilson Lage (*Jornalismo no Brasil Atual*), Gaudêncio Torquato (*Empresarial*), Muniz Sodré (*Pesquisa no Jornalismo*), Erasmo Nuzzi (Estrutura e funcionamento dos cursos de Jornalismo), Juarez Bahia (Administração de Empresa Jornalística), Murilo César Ramos, Bernardo Kucinski (Jornal Laboratório e Projetos Experimentais), George Vidor (Econômico), Luiz Garcia (Jornalismo no Mundo Atual), Willian Waack (Correspondente Brasileiro no Exterior), Iram Frejat (Supervisor do Sistema Editorial de *O Globo – Novas Tecnologias*), Denis de Moraes (Jornalismo Regional), Evandro Teixeira (Transmissão de Notícias e Fotos) e Sergio Rego Monteiro (Vice-Presidente de Marketing do Jornal do Brasil – *Marketing*). *Jornal da ANJ*, nº 9, dezembro de 1986, p. 10.

¹⁷⁸ IMMACOLATA (1985, p. 74-76) descreveu a experiência da ECA/USP na organização das disciplinas do tronco comum mostrando que um dos maiores obstáculos no sentido de se criar um projeto de curso em torno dessas disciplinas eram internos e relacionados aos conflitos interdepartamentais.

¹⁷⁹ O Parecer 480/83 do CFE afirmava que *a preocupação sem a necessária fundamentação da prática, impediu e retardou o encontro da comunicação com o seu objeto. Daí a comunicação não ter encontrado ainda o seu objeto específico, o que só será possível através da prática*. Para LIMA (1990, p. 159 –163), este tipo de visão foi responsável pelos problemas que se manifestavam no interior dos cursos, como os conflitos interdepartamentais, pois a comunicação como campo de conhecimento tinha de responder a uma problemática que nada devia a dinâmica profissional. *Vivemos um momento de transição em que se torna cada vez mais evidente que não há relação entre currículos profissionais e o estudo de comunicação*.

técnicas era visto por um duplo ângulo: ênfase no ensino prático e um mercado de trabalho posto à disposição dos profissionais. Para as escolas de comunicação, principalmente privadas, o modismo da divisão social do trabalho fundamentava os cursos de extensão e os mestrados com formato “profissionalizante” com amplas perspectivas de aumentar o tempo de permanência dos alunos nos cursos. As empresas, por sua vez, se beneficiavam com alunos mais comprometidos com suas metas de sucesso pessoal e centrados nas preocupações com a carreira, para compensar o investimento de tempo e dinheiro gasto nos cursos. Isto não significa que estes rejeitassem a *priori* quaisquer tipos de militância política. Mas, o ingresso no mercado de trabalho era o objetivo final dos alunos com perfil político ou com os interesses focados no seu egoísmo pessoal.

Isto nos leva ao segundo desdobramento, relativo à postura oscilante da ANJ em relação à obrigatoriedade do diploma. Primeiramente, procurou eliminar essa restrição ao exercício de jornalismo. Depois, se integrou à comissão que negociou a reforma currículo de 1984 e passou a promover um conjunto de ações no sentido de integrar empresas às escolas, interferindo no ensino de jornalismo. A mudança de eixo em suas ações pode ser percebida quando eclodiu a discussão do diploma em 1986 com a proposição de Santayana de eliminar o diploma. Nesta ocasião, a ANJ não tinha uma posição firme e decidida a respeito do tema. Seu relatório de atividades afirmava que a instituição só tomaria posição no debate após uma ampla pesquisa entre seus filiados a nível nacional. Não conhecemos o resultado de tal consulta. Mas, em um seminário realizado pela Comissão de Especialistas em Comunicação do MEC no mesmo ano, em Brasília, o diretor da entidade Edgar Lisboa ratificou a posição da ANJ de só iria se manifestar diante da questão após a realização da pesquisa¹⁸⁰.

Esta postura oscilante é importante, pois ela mostra claramente que a entidade não acompanhou de modo permanente o posicionamento dos jornais paulistas, os principais críticos da exigência do diploma. É bem provável que o centro das preocupações da ANJ, presidida em 1986 por José Nascimento Brito e Silva, do *Jornal do Brasil*, fosse com o universo mais amplo de filiados, para os quais a real ameaça era representada pela a disposição dos jornalistas de criarem um *Conselho Nacional de Comunicação* para criar um novo modelo de comunicação para o país, calcado na *função social*, e não comercial, às práticas comunicativas. Somente

¹⁸⁰ O Seminário teve participações de: Murilo César Ramos da Universidade de Brasília, discursando sobre o estado lamentável em que se encontravam as universidades públicas brasileiras; de José Marques de Melo, professor da Universidade de São Paulo e chefe da Comissão do MEC, que afirmou ser o reequipamento das escolas de comunicação a maior batalha deste órgão; de Nilson Lage, professor da Universidade Federal Fluminense, para quem os alunos saídos dos cursos de comunicação social estavam desempenhando um ótimo papel nas redações e Venício Arthur Lima, da FENAJ, que discursou sobre o ensino de jornalismo. *Jornal da ANJ*, nº 9, p. 10.

após o tema do Conselho ir à debate na Assembléia Nacional Constituinte, a questão do diploma entrou na pauta de discussões da ANJ¹⁸¹.

A presença da FENAJ nas discussões a cerca do currículo indica que houve, no transcurso da década, momentos de relativa acomodação nas relações entre os sindicatos e o patronato, permitindo que os pontos de convergência existente entre ambos a cerca da formação profissional do jornalista ganhasse uma certa conformidade no currículo. Excluindo-se a *Folha de S. Paulo*, que desde 1982 vinha tendo uma série de conflitos com o Sindicato de Jornalistas de São Paulo em função da implantação do seu *Projeto Folha*, não percebemos, a nível institucional, o ataque contumaz de outro jornal ou empresa à legislação profissional dos jornalistas¹⁸².

Nacionalmente, a preocupação das empresas de comunicação em geral era com a extinção do estágio obrigatório. De qualquer forma, a supressão do estágio gerou negociações e ela foi em parte compensada pelo viés habilitacional e profissionalizante adquirido pelos cursos. Isto explica porque o centro das preocupações da ANJ em 1985 fosse com a defesa da livre iniciativa e a manutenção da propriedade privada dos meios de comunicação. Adiante entenderemos o por que.

5.2 A Disputa nos Sindicatos: PT X PCB.

A Associação Nacional dos Jornais foi criada em agosto de 1979. Mas, isso não significa que a relação entre os donos de jornais fosse até então tranqüila. Smith (2000, p. 173) apontou para a existência de fortes rivalidades pessoais, comerciais e no entendimento do papel da imprensa entre eles. Provavelmente teria de haver algo dramático para suscitar a unidade contra à obrigatoriedade do diploma. Uma pista foi fornecida pelo jornalista Alberto Dines.

¹⁸¹ O que mais se destaca nos jornais da ANJ é o apelo à livre iniciativa. Somente em 1987, num seminário realizado pela SIP no Chile e 6º Congresso Brasileiro de Jornais do Interior, realizado no mesmo mês em Gramado no Rio Grande Sul, é que encontramos um posicionamento concreto da entidade em relação ao tema, com José Antônio Nascimento Brito afirmando que “a ANJ trabalhará para livrar o jornalismo da obrigatoriedade do diploma” e evitar a criação de conselhos de redação, iniciativa que segundo ele não iria vingiar, pois era absolutamente “inviável” e um “atentado” a livre iniciativa. É preciso ter em conta que neste momento a obrigatoriedade do diploma, também ponto de pauta na Constituinte, não havia sido revogada pelos constituintes, o que faz transparecer à disposição da ANJ em retaliar às entidades de classe dos jornalistas em função da proposição do Conselho. Ver *Jornal ANJ*, nº 12, dezembro de 1987, 3-5.

¹⁸² As tensas relações entre a *Folha* e o Sindicato de Jornalistas de São Paulo estão descritas em SILVA, 2005, pp. 191-206 e no *Unidade*, nº 75, fevereiro de 1985, cujo título da primeira página é *O Caso Folha*. Quem chamou a atenção para a “nacionalização” da questão do diploma foi J. A. Mesplé. Para ele, a SIP havia sido responsável pelas entidades patronais entrarem no debate dando visibilidade a uma discussão até então restrita

Os Mesquita não falavam com os Frias (...); o Brito não falava com o Roberto Marinho; só o Chagas Freitas falava com os dois. Com isso, eles não conseguiram se articular. A partir dessa greve, a segunda geração se articulou. E a partir daí eles nunca mais deixaram de fazê-lo. Por mais que briguem, que haja campanha um contra o outro, vende mais, vende menos, estão ali, na mesma linha, adotando as mesmas posições nas coisas fundamentais (2003, p. 127).

A greve em questão ocorreu em maio de 1979 em São Paulo. O que esta ela teve de tão importante? Em termos formais os eixos do movimento grevista foram à recuperação das perdas salariais impostas pelo escamoteamento da inflação pelo governo militar em 1973 e a luta para dar estabilidade para os membros do Conselho Consultivo de Representantes das Redações, CCCR, que vinham sendo sistematicamente demitidos¹⁸³. A greve foi decretada depois de duas assembleias massivas, que contou com a presença de cerca de dois mil jornalistas, gerando empolgação no conjunto da categoria. Ela durou de 25 a 31 de maio. Seu fim aconteceu logo após o Tribunal Regional de São Paulo decretar a ilegalidade do movimento por dois motivos: ela não foi feita na data-base da categoria, o mês de novembro, e a exigência de estabilidade dos representantes de redações não era parte do acordo coletivo anterior, não cabendo incluí-la como ponto de pauta para um acordo coletivo fora da data-base oficial.¹⁸⁴

A greve ocorreu num quadro político complexo em que os jornalistas estavam inseridos em dois eixos de luta. O primeiro foi a luta por liberdade de imprensa, que tomou impulso a partir da morte do jornalista Wladimir Herzog em 1975 e fez do Sindicato de Jornalistas um agente ativo da arena política. Entre 1975 e 1978, o Sindicato participou ativamente, junto com outras entidades da sociedade civil, principalmente àquelas que representavam os setores de classe média engajados como OAB e ABI, da luta pela reconquista dos direitos civis usurpados pela ditadura militar. Dentro dessa frente é que se destacavam o papel dos jornalistas intelectuais procurando criar, através dos jornais, canais de interlocução da oposição política com o regime militar diante da condução de uma transição pactuada.

aos jornais paulistas como a *Folha* e, em menor grau *O Estado de S. Paulo*. Ver Jornalismo, Profissão Ameaçada. *Boletim ABI*, maio/junho de 1982, p. 8.

¹⁸³ O CCCR tinha muitas similaridades com os conselhos criados nos jornais portugueses logo após a Revolução dos Cravos em 1974 (TRAQUINA e AGEE, s/d, p.24-25). Segundo o presidente do Sindicato de Jornalistas de São Paulo, David de Moraes, ele também deveria servir de modelo para as Comissões de Fábrica criadas pelos operários do setor automotivo da região do ABC paulista. *Unidade*, nº 32, maio de 1979, p. 3.

¹⁸⁴ Coerente com as diretrizes do novo sindicalismo, o Sindicato não reconhecia o mérito da legislação trabalhista e nem o Ministério do Trabalho como um fórum adequado para mediar acordos classe a classe. De outro lado, a entidade recusou a oferta dos sindicatos patronais, Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas e o Sindicato das Empresas de Radiodifusão, de negociar os acordos separadamente e não de forma unificada entre a categoria. O acordo unificado visava proporcionar maior homogeneidade salarial entre os jornalistas. ROXO da SILVA, 2003, p. 212-216.

A partir de 1978, porém, a direção do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo teve à frente uma diretoria muito empenhada a dar uma identidade de classe aos jornalistas. Este tipo de postura teve reflexo no jornal da entidade, o *Unidade*. Até então, o jornal teria se configurado como uma tribuna para discussão de assuntos jornalísticos, entre os quais à questão da censura o mercado de trabalho, a formação profissional acadêmica etc. Nestes debates tinham assento os grandes nomes do jornalismo entre os quais Alberto Dines, Mino Carta entre outros.

Este quadro mudou com o impacto das greves no ABC paulista. As questões sindicais, entre os quais se destacava o tema da greve, se tornaram hegemônicas no interior do jornal. Daí a presença de líderes metalúrgicos, ceramistas, panificadores e de outras categorias de trabalhadores. Sindicalistas e intelectuais como Francisco Weffort, Albertino Torres e Francisco Oliveira, estudiosos da luta dos trabalhadores, se tornaram ativos freqüentadores do *Unidade*. Com o objetivo de instituir o orgulho dos jornalistas como trabalhadores assalariados, os sindicalistas revisitaram e glorificaram a memória de suas lutas passadas entre os pares. Entre elas a “resistência à ditadura Vargas”, a construção da nova sede do Sindicato e a greve de 1961, a única realizada anteriormente. Com isso, eles apagavam os momentos em que a entidade esteve domínio de lideranças pelegas, atreladas ao jugo do Ministério do Trabalho e que praticavam um sindicalismo de “colaboração de classes”. Como afirmou o presidente da entidade empossado em maio de 1978, David de Moraes “*agora o Sindicato ia pro pau. Agora era pau*”¹⁸⁵.

Dentro deste conjunto de esforços para tornar os jornalistas uma categoria de tradição e vanguarda no movimento sindical é que foi concebido o Conselho Consultivo de Representantes de Redações¹⁸⁶. O objetivo deste organismo era evitar o cupulismo, a falta de alternância das lideranças à frente das entidades de classe, tido como um dos maiores males do sindicalismo brasileiro e ao mesmo tempo servir como instrumento de pressão sobre o patronato, alterando as relações de poder no interior das redações, permitindo-os influir coletivamente na produção jornalística.

¹⁸⁵ Entrevista dada ao autor em 10 de abril de 2002.

¹⁸⁶ Em termos formais, o CCRR era uma reunião plenária formada pelos representantes escolhidos pelos jornalistas nas redações através de eleições diretas e secretas. O CCRR tinha uma Coordenadoria formada por três membros eleitos entre os representantes. A Coordenadoria deveria trabalhar em contato permanente com a direção do SJSP para dar efetividade às decisões do Conselho, convocar e organizar as suas reuniões mensais. Com o objetivo de dar organicidade e institucionalidade ao CCRR, o Sindicato implantou o órgão através de reformas estatutárias na entidade, em fins de 1977.

O nascimento do Conselho Consultivo de Representantes de Redação, em 1977/78, obedeceu a um movimento de idéias, dentro da categoria e do sindicato, que pretendia contemplar várias necessidades simultaneamente. Uma era de democratizar a vida interna do Sindicato, de arraigar mais a entidade nas bases (entenda-se, nas redações), de vincular mais estreitamente diretoria do Sindicato e Associados. Outra era de organizar os jornalistas nas redações, atrair para a atividade sindical formal os colegas mais distantes, mais alheios, mais ausentes. Outra, enfim, era de empreender lutas que significassem um avanço na conquista de melhores condições de trabalho através de um sistema de representação democrática que exprimisse, diante dos proprietários de cada empresa, a vontade dos empregados. E, subjacente a essas necessidades mais conscientes, pairava, na época, outra, mais sutil, mas não menos premente: a da luta pelas liberdades democráticas elementares, principalmente pela liberdade de expressão e pela liberdade de imprensa¹⁸⁷.

De acordo com as palavras do jornalista, estávamos diante de um organismo cujas potencialidades para dinamizar a vida sindical eram imensas, tendo em vista a inserção dupla dos jornalistas na sociedade, como trabalhadores assalariados em empresas jornalísticas e como porta-vozes das demandas gerais da sociedade. A questão da liberdade de imprensa dizia respeito às restrições organizacionais de censura e, neste sentido, o CCRR era visto como um contrapoder capaz de reconfigurar a política editorial dos jornais em prol dos interesses e demandas do conjunto dos trabalhadores assalariados.

Na prática, o funcionamento concreto do CCRR teve uma série de problemas. Entre eles a discrepância no nível de organização dos jornalistas em cada empresa e a forma diferente como muitos jornalistas interpretavam o órgão, usando-o como escudo para as retaliações pessoais contra alguma chefia e/ou entendendo que pertencer ao organismo gerava uma exposição danosa perante suas chefias, dificultando à manutenção deles no emprego. De qualquer forma, diversos representantes de redações foram demitidos, o que gerou a necessidade do Sindicato incluir a estabilidade dos mesmos nas negociações com as empresas, para evitar perseguições e não permitir a inviabilização do organismo pelas empresas¹⁸⁸.

A derrota dos jornalistas na greve gerou diferentes interpretações sobre o movimento. Para as empresas, o Sindicato de Jornalistas de São Paulo submeteu os jornalistas a duas ideologias estranhas a sua cultura: o assembleísmo, representando à tática dos sindicalistas de perverter às consciências individuais dos jornalistas ao furor coletivo das assembléias massivas,

¹⁸⁷ ABRAMO, Perseu. “Proposta para o CCRR”. *Unidade*, abril/maio de 1981, p. 6.

¹⁸⁸ Foram 12 demissões. Conforme, o jornalista e escritor Fernando Morais, vice-presidente do Sindicato, as demissões eram sinais de endurecimento dos patrões em relação à possibilidade dos jornalistas imporem um controle dentro das redações. Para ele Sindicato não podia aceitar as justificativas usadas pelo patronato, de que as demissões eram por desvio de comportamento profissional ou pessoal em relação às normas impostas pelas empresas. “A delegação é dada aos representantes pelas redações e só a estas cabe revogá-la”. Ou seja, para o Sindicato, aceitar as demissões era o mesmo que não dar nenhum estatuto legal ou político ao processo de escolha dos representantes de base. Ver ROXO DA SILVA, op. cit. p. 161.

e o grevismo, o modo pelo qual os dirigentes sindicais dos jornalistas faziam da greve um instrumento do seu status no meio sindical¹⁸⁹.

Foram três os motivos que geraram a apreensão dos empresários em relação à greve. Primeiro, ela quebrou o relativo controle que as empresas tinham sobre a hierarquia internas das empresas, pois os jornalistas situados nos postos hierárquicos intermediários participaram do movimento. Segundo, ela teve intensa participação dos jornalistas graduados, os mais jovens e entusiasmados com o movimento. Terceiro, o pânico que o CCRR representou para empresários dos meios jornalísticos, sendo comparado aos soviets da Revolução de 1917¹⁹⁰.

Do ponto de vista geográfico, isto explica porque as maiores hostilidades ao diploma eram de empresas jornalísticas situadas em São Paulo. Para alguns jornais, como *O Estado de S. Paulo*, a greve representava a esquerdização inconseqüente do jornalismo, em função do conluio entre sindicato e escolas de comunicação. Assim, o movimento teria sido conduzido por profissionais que deixaram de lado o que para eles era a verdadeira “missão” dos homens de imprensa.

Sem consciência da missão da Imprensa, aqueles que preferiram dar a sua lealdade a uma causa que proclamavam ilegal e injusta a permanecerem fiéis à sua consciência, aqueles egressos das Escolas de Comunicação, condenados pelo corporativismo da profissão a esperar anos a fio, que se lhes abra oportunidade de trabalho (...) Para os alunos oriundos das escolas de comunicação, o diploma de jornalismo abriu-lhes a perspectiva de serem os salvadores da massa com a qual se recusam a confundir. O pacto tácito entre as escolas de comunicação, cujo nível é de sobejo conhecido e onde a idéia de democracia e liberdade desaparecem no processo de catequese dos ativistas, e os sindicatos profissionais de jornalistas tornou a

¹⁸⁹ Na interpretação de alguns empresários, os objetivos da greve eram meramente políticos e ideológicos. Prova disso era o fato, segundo eles, dos jornalistas terem apresentado uma reivindicação salarial totalmente absurda com a preocupação evidente de que ela não fosse atendida. Esta era uma condição básica para a greve ter uma finalidade instrumental, entre elas o controle das redações e por conseqüência, o controle total da imprensa brasileira por parte dos sindicalistas. Ver os seguintes editoriais: *Abuso Calculado*, *Jornal do Brasil*, 25 de maio de 1979; *A Empresa Continua*, *Folha de S. Paulo*, 27 de maio de 1979; *A Greve do Sindicato dos Jornalistas I, II e III*, respectivamente 30, 31 de maio, 01 de junho de 1979 e *Anatomia de uma Greve*, 31 de maio de 1979, todos publicados pelo *O Estado de S. Paulo*.

¹⁹⁰ David de Moraes, presidente do Sindicato de São Paulo traçou um perfil dos cerca de 200 jornalistas demitidos: *Se a gente fosse traçar um perfil do jornalista demitido eu diria que ele tem cerca de dois anos de trabalho – é moço, portanto – e ganha em torno de 13 a 14 mil cruzeiros. Significativamente, ele é um dos companheiros mais combativos. Nós fizemos uma assembléia dos demitidos e era fácil perceber, só olhando, que aqueles meninos que estavam ali eram os que estavam na frente de batalha.* Por “frente de batalha” entenda-se a participação intensiva dos mesmos nos piquetes realizados nos principais jornais de São Paulo, enfrentando a polícia e os pares que tentavam furar o movimento. Em relação ao CCRR ele afirmou sobre *O Estado de S. Paulo*: *Eles achavam que aquilo ali era um soviete, eles diziam que a gente estava querendo criar sovietes dentro da redação pra controlar a ‘opinião’ do jornal.* Ver ROXO DA SILVA, op. cit. 226 e 250. Podemos encontrar referência implícita ao Conselho no discurso de Frias (2003, p. 359-360) sobre um dos motivos da implantação do projeto *Folha*, a retomada do controle da redação pela empresa: *Era um clima muito difícil. Era comum eu tomar uma decisão e a redação parar. Então vinha uma comissão que vinha discutir por que tal decisão foi tomada, por que não sei o quê. Havia, na gestão do Boris Casoy (1979-1982), um clima de grande mobilização, possibilidade de expressão e as pessoas achavam que o próximo passo era a autogestão.*

Imprensa, vale dizer, a opinião pública, prisioneira de uma corporação em que não há mestres nem aprendizes porque todos se julgam autores da obra-prima¹⁹¹.

Entre os jornalistas, dois tipos de interpretação se destacaram entre os motivos da greve a intransigência patronal e o impulso coletivo. A primeira se encaixaria nas análises dos grupos que apoiaram a diretoria do Sindicato no enfrentamento com os patrões. Para estes, a greve mostrou um grau razoável de organização coletiva dos jornalistas. Seu fracasso se deveu a fatores como: a vacilação de alguns companheiros, principalmente algumas chefias que não mais se identificavam com o conjunto dos jornalistas; divergências ideológicas entre as lideranças da categoria; ações repressivas dos patrões, da polícia e da Justiça do Trabalho e falta de utilização do CCRR como órgão de apoio à direção do movimento¹⁹².

De modo quase inverso, para os grupos de oposição à direção da entidade, a derrota foi motivada pela falta de: organicidade do movimento e de orientações precisas da direção; análises em relação à nova composição estrutural das empresas e da força de trabalho; união da categoria. Esses fatores se somavam à heterogeneidade política e ideológica dos jornalistas¹⁹³.

Entre esses pólos havia um pequeno conjunto de jornalistas, entre os quais se inclui Alberto Dines e Cláudio Abramo, para quem a greve foi fruto da ação de um grupo radical, que depois se incorporou ao PT, capaz de convencer a maioria dos jornalistas a participarem do movimento. Em oposição aos radicais estavam os quadros intermediários, os comandos dos

¹⁹¹ *A Greve do Sindicato dos Jornalistas I. O Estado de S. Paulo*, 30 de maio de 1979, p. 3.

¹⁹² Entre essas chefias estavam Mino Carta, da *Isto É*, Cláudio Abramo, da *Folha de S. Paulo*, Milton Coelho da Graça, da Editora *Abril*, e Roberto Muller, da Gazeta Mercantil, que tentaram intermediar um acordo entre os Sindicatos de Jornalistas e Patronais para por fim à greve. As divergências ideológicas eram entre os simpatizantes da diretoria, David de Moraes, Perseu Abramo, Carlos Tibúrcio, Rui Falcão e Lia Ribeiro Dias, quase todos futuros militantes do PT, (David de Moraes foi da área de transportes e mediador de conflitos sindicais do governo de Luiza Erundina e assessor parlamentar do deputado federal José Eduardo Cardoso; Rui Falcão se tornou presidente do diretório regional do PT paulista; Carlos Tibúrcio foi assessor do Ministro dos Direitos Humanos Nilmário Miranda, Perseu Abramo deu nome a fundação Cultural do Partido. Lia Ribeiro Dias virou empresária da comunicação) e os militantes identificados com o PCB (entre eles Paulo Sérgio Markun, Rodolfo Konder, Marinilda Marques, José Vidal Galente, Sérgio Gomes, Ricardo de Moraes, Fred Pessoa e Carlos Noronha). Estes últimos eram apoiados por jornalistas definidos como liberais moderados de esquerda, como Audálio Dantas, Elias Raide e Emyr Nogueira. O foco da divergência era a participação das correntes de oposição no Comando Geral da Greve, presidido por Perseu Abramo e Augusto Nunes. O grupo do PT tinha o apoio de uma corrente trokista chamada *Liberdade e Luta*, na qual estavam Paulo Nogueira (chefe da Agência *Folhas*, José Américo Dias (futuro secretário geral do PT), Mário Sérgio Conti, jornalista da *Folha de S. Paulo* e Sheila Carvalho, mais tarde diretora da Revista *Exame*). Ver ROXO DA SILVA, 2003, p.87-88 e 257-265.

¹⁹³ A falta de organização do movimento foi atribuída ao excesso de organismos existentes como o Sindicato, o CCRR e o Comando de Greve, criado para acomodar as diversas correntes políticas existentes entre os jornalistas, mas que se tornou um palco de divergências, gerando dificuldades na condução do movimento grevista (*Ibid*, p. 260-265).

jornais e do pessoal do PCB¹⁹⁴. Eles foram definidos por Dines (2003, p. 126) como *as pessoas politicamente mais preparadas* e que estavam atentas às modificações ocorridas no trabalho jornalístico por conta da tecnologia. *Hoje uma pessoa com um computador faz um jornal. Naquela época não tinha computador, mas já dava para encher o jornal com matéria de teletipo.*

Neste sentido, a greve constituiu um preâmbulo do drama relacionado à questão da identidade profissional, pois nela já estavam esboçados o conflito entre os três tipos presentes neste trabalho. Mas, para melhor compreensão desse drama, é preciso situá-lo no contexto da dinâmica político-sindical daquele período, quando o Partido Comunista Brasileiro, PCB até então hegemônico neste campo sindical, passou a sofrer a concorrência do Partido dos Trabalhadores, PT. Depois, é preciso identificar com mais clareza o que significou a transição do domínio do PCB para o PT no jornalismo e na dinâmica sindical dos jornalistas. Isto é fundamental para compreendermos as conseqüências da greve e da hegemonia do modelo de ação sindical petista.

Primeiro, a greve ocorreu no contexto de surgimento do *novo sindicalismo* no fim da década de 1970 cujas características principais eram os discursos da autonomia da luta dos trabalhadores diante de partidos e do Estado e sua organização voltada para o local de trabalho. O marco histórico deste fenômeno foi às greves metalúrgicas do ABC paulista em maio de 1978. Nos anos seguintes, os metalúrgicos foram seguidos por uma série de outras categorias, criando ondas grevistas. Tal fenômeno foi identificado como a presença de novos atores na cena política¹⁹⁵. As greves romperam com os limites da política de arrocho salarial, com a lei antigreve e com o silêncio imposto aos trabalhadores desde 1968 pelo regime militar.

As conseqüências destas greves foram à criação do Partido dos Trabalhadores, PT, e de dois organismos intersindicais de cúpula: a Central Única dos Trabalhadores, CUT, e a Coordenação Geral das Classes Trabalhadoras, CONCLAT. A CUT se articulou em torno do setor combativo, composto pelos sindicalistas autênticos e pelas Oposições Sindicais. O

¹⁹⁴ Carlos Noronha, militante do PCB, teve participação ativa no movimento, apesar de acusar o grupo petista de aparelhar o Sindicato e acabar com a frente de esquerda que havia tomado o Sindicato dos “pelegos” em 1975, com a vitória de Audálio de Dantas para a entidade. A derrota na greve precipitou um racha na categoria e em 1981, os liberais moderados, com Emyr Nogueira e Audálio Dantas, contaram com o apoio dos comunistas e ganharam à direção do sindicato, vencendo o grupo do PT liderado por Ruy Falcão e Ricardo Kotscho. (*Ibid*, p. 283).

¹⁹⁵ Os novos atores, no campo sindical, podiam ser identificados agregando diversos e divergentes interesses e opiniões. Ao longo do tempo conformaram um bloco, que se opunha às posições do PCB, no passado e no presente, tendo em vista suas alianças com setores mais conservadores do movimento sindical. SANTANA, 1999, p. 136 e 2001, p.182.

CONCLAT, em torno da Unidade Sindical, foco de lideranças tradicionais, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)¹⁹⁶.

Dois fatores motivaram à criação destes blocos. Um, o setor combativo encampou as críticas à estrutura oficial sindical, vindas das Oposições Sindicais. Isto provocou um primeiro distanciamento deste bloco com os setores da Unidade Sindical, defensores da estrutura. O outro envolveu divergências nas lutas encaminhadas em torno do processo de “transição democrática”. De um lado, o bloco combativo defendia a conquista da democracia tendo como eixo à organização dos sindicatos e movimentos populares em torno da luta de classes.

De outro, a Unidade Sindical defendia que a luta deveria se dar em torno de uma aliança pluriclassista, fundamental para a hegemonia da sociedade civil frente aos setores que dominavam o Estado. Esta tese era defendida pelo PCB. Assim, os combativos acusavam a proposta do PCB de aliancista de “negocista, conciliadora e reformista” e os comunistas acusavam a via classista de “radical, esquerdista e desestabilizadora” (SANTANA, 1999 p. 137).

Os dilemas em torno da luta pela abertura, nos anos 1980, produziram discussões e interpretações que acabaram por reforçar, negativamente, o papel “reformista e conciliador” do PCB, em virtude de sua adesão a um sindicalismo de “colaboração de classes” e “cupulista”. Ao longo do processo, progressivamente, pode-se concluir que as posturas dos setores combativos se tornaram hegemônicas no meio sindical, promovendo um modelo de ação política que privilegiava o confronto em detrimento da negociação. Neste contexto, a greve se tornou um elemento chave nas estratégias deste setor (MATTOS, 1998, pp.60-64).

O eixo do debate no campo sindical não nos permite ter noção mais precisa da dimensão que a ação sindical do PCB tinha no interior do jornalismo e a importância que o partido dava à imprensa como organismo super-estrutural e de construção de hegemonia. Esse tipo de leitura tinha um nexo na forma como o PCB interpretava a realidade brasileira¹⁹⁷. A

¹⁹⁶ Os sindicalistas autênticos não possuíam uma ideologia tradicional de esquerda, reuniam-se em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC e agregavam sindicalistas de diversas categorias espalhadas pelo país. Neste setor agrupavam-se militantes egressos ou não da experiência da luta armada e/ou militantes ligados à Igreja Progressista. As oposições sindicais tinham como eixo de ação o combate à estrutura sindical corporativa, a partir de um intenso trabalho nas comissões de fábrica. Podia apresentar posições que iam da aceitação do trabalho em conjunto com o sindicato oficial até as que rejeitavam esse tipo de articulação. Ver SANTANA, 1999, pp.136-151.

¹⁹⁷ Segundo DÓRIA (1998, p. 213-214) o pensamento marxista brasileiro marcou uma inflexão na forma de se pensar o Brasil, cujas mazelas eram até então explicadas com base nas diferenças raciais, por variáveis estruturais. Marxistas, como Astrojildo Pereira, por exemplo, procuraram mostrar como a manutenção a estrutura dual da economia brasileira derivava da convergência de interesses entre o capital agrário nacional e os dos oriundos da expansão imperialismo dos países industrializados.

visão do partido era modulada pelo dualismo da economia brasileira adaptado à tese do evolucionismo revolucionário¹⁹⁸. Este consagrou a idéia do etapismo, o avanço ao socialismo feito de forma gradual. Esta lógica funcionou dentro de uma estrutura leninista de organização, importante para homogeneidade ideológica dos comunistas brasileiros¹⁹⁹.

O dualismo econômico se baseava na idéia de que o “imperialismo” era um dos agentes responsáveis pelo pelos resquícios feudais que atravancavam o desenvolvimento brasileiro. Assim, o PCB viu na política de alianças com setores nacionalistas um meio de ampliar o setor industrial e fomentar o mercado. Esta etapa era um passo fundamental na consolidação do capitalismo nacional e na formação do proletariado, classe verdadeiramente revolucionária. Por outro lado, o partido valorizava a democracia liberal, importante para a mobilidade e liberdade de ação dos seus quadros²⁰⁰.

Este tipo de ação política se adaptou a clandestinidade que dominou maior parte da vida do partido²⁰¹. Este alternou momentos de isolamento e radicalização com outros em que procurou se inserir na dinâmica da sociedade civil²⁰². A lógica da inserção se consagrou com

¹⁹⁸ De acordo com o *Manifesto do Partido Comunista* (1997, p. 20) o declínio da burguesia e a vitória do proletariado eram inevitáveis, pois o socialismo era uma consequência natural do desenvolvimento da economia capitalista. Deste modo, a sociedade brasileira em trânsito entre a fase feudal e a burguesa. A missão dos comunistas brasileiros seria, então, acelerar o processo de industrialização e consolidar essa passagem. Dentro dessa concepção, o partido pôs no primeiro plano de suas ações a revolução democrática, deixando para uma outra etapa a revolução proletária. Ver PANDOLFI (1995, p. 43 e 48), FERREIRA (2002, p. 51) e MAZZEO (1999, p. iii).

¹⁹⁹ A Revolução Russa de 1917 foi um dos fatores de difusão da idéias de Lênin. Para ele era fundamental um partido centralizado e de vanguarda centralizada para os militantes fundirem a teoria e a consciência socialista e não ficarem sujeitos ao movimento espontâneo das massas operárias. Apesar disso, ele preconizava a inserção dos partidos comunistas com os sindicatos e movimentos sociais através de células capazes de estruturar os mesmos de forma hierarquizada e fazendo uso do centralismo democrático como um mecanismo de deliberação. Este esquema aberto teria de estar a permanentes discussões como forma de unir a cúpula e base partidária. Ver PANDOLFI, *Ibid*, p. 45.

²⁰⁰ A democracia foi um instrumento para a estratégia aliancista do PCB. Desde a sua fundação em 1922, os comunistas fizeram alianças com os tenentes na década de 1920, com liberais em 1930, com os Partido Socialista Brasileiro e o Partido Democrático Social na Aliança Libertadora Nacional, com os trabalhistas na década de 1940 em torno do movimento queremista e nos anos 1950 nos sindicatos oficiais (chamada aliança competitiva) e com a oposição parlamentar do MDB durante a ditadura. Essas alianças tinham como motivação à nacionalização da economia e a consolidação da etapa democrática. Ela tinha como tática promover uma insurreição (via revolucionária) ou mudanças institucionais (via reformista) com o partido oscilando entre uma e outra na sua trajetória histórica. Ver PANDOLFI, *Ibid*, p. 183-208, e MAZZEO, 1999.

²⁰¹ A vida legal do PCB se resumiu em curtos períodos antes de 1980: de março a julho de 1922; de janeiro a agosto de 1927; de março de 1945 a maio de 1947. Seu reconhecimento legal só ocorreu depois em 1985, após a ditadura. Mas, no momento em que sua existência forma estava garantida, sua sobrevivência real estava comprometida, pela adesão dos seus militantes ao PT e pelo fim do Socialismo Real. Ver PANDOLFI, *Ibid*, p. 47 e 234 e 242.

²⁰² A fase de grande abertura do PCB correspondeu ao seu maior período de vida legal, quando o partido ampliou sua articulação com a sociedade, participando de eleições, ampliando o número de filiados e se tornando a quarta maior força política do país. Com a Guerra Fria e a eleição de Dutra, o partido foi posto na clandestinidade e passou por uma fase de “depuração” de quadros e de idéias para eliminar os desvios à esquerda (troktismo) e à direita (burgueses) numa fase chamada de estalinização. Este período durou aproximadamente dez anos e afetou o papel que o PCB vinha até então tendo no campo cultural através dos seus jornais, que passaram a se submeter às diretrizes do “realismo socialista” PANDOLFI, *Ibid*, p. 127-179 e MORAES, 1994, pp. 79-119.

o Manifesto de 1958. A partir daí o PCB assumiu definitivamente a via pacífica do reformismo como eixo de luta e os membros do partido procuraram se inserir nos organismos da sociedade civil num tipo de estratégia chamada de infiltração. A idéia era ocupar “por dentro” as organizações da sociedade civil toleradas pelo regime militar e direcioná-las na formação da política aliancista²⁰³. No caso do campo cultural, isto implicou no gradativo abandono pelos militantes de formas mais artesanais de arte como forma de educar as massas e a inserção dos mesmos na Indústria Cultural²⁰⁴.

Isso trouxe um problema de outra natureza: a manutenção da homogeneidade ideológica diante do contato quase permanente dos militantes com os padrões de sociabilidade de outros grupos sociais. Para isso, o partido manteve o centralismo democrático herdado do modelo leninista de organização partidária como mecanismo de deliberação. Na estrutura leninista de organização o militante era um soldado, a direção o comando, o partido um exército e a Internacional o Estado Maior²⁰⁵. O centralismo democrático favorecia a manutenção da disciplina, da lealdade, da hierarquia e a ideologia dos seus quadros nas táticas de infiltração e no interior das políticas de alianças²⁰⁶. Além disso, o modelo leninista exigia que dos militantes comunistas um forte espírito de abnegação pessoal. Eles deviam servir de

²⁰³ Com a Declaração Política de 1958, depois de uma série de disputas internas, o partido assumiu a via do reformismo e da revolução pacífica como estratégia de luta, ficando a revolução para uma etapa posterior de “acumulação de forças”. Mas, o reflexo disso aconteceu após 1964 quando a direção do partido passou a criticar o voluntarismo da fase anterior e a defender uma ampla política de alianças pluriclassistas para enfrentar a ditadura. Com isso, o PCB passou a distinguir das demais correntes de esquerda clandestinas, participando das eleições políticas, ingressando no MDB e defendendo a participação dos seus militantes em todas as instituições permitidas pelo regime militar. Esse processo foi definido como “infiltração”, termo oriundo do trabalho que os militantes comunistas faziam com os operários nas horas de almoço nas fábricas e oficinas, conversando e distribuindo material de propaganda do partido PANDOLFI, *Ibid.* p. 200 e 206 e FERREIRA 2002, p. 89-90.

²⁰⁴ FREDERICO (1998, p. 295) citou, de forma crítica, os casos do teatrólogo como Gianfrancesco Guarnieri, que afirmou que as novelas da Rede *Globo* realizavam o projeto do CPC da UNE de fazer uma arte para o povo, e do diretor-executivo de jornalismo do SBT, Albino de Castro Filho, para quem o noticiário *mundo cão* do programa *Aqui e Agora* era gramsciano, enquanto as novelas da *Globo* eram “lukacsianas, *puro realismo crítico narrativo*”, como exemplo de militantes que aderiram a Indústria Cultural. Porém, para o autor, isso ocorreu, porque até a 1964 a esquerda agia com desenvoltura e concorrência no campo cultural. Depois, o Estado se tornou um dos principais financiadores dos monopólios privados de difusão cultural que cooptaram parte dos artistas.

²⁰⁵ A linguagem militar, a disciplina e a exigência do cumprimento de tarefas tinham tal rigidez que Luís Carlos Prestes afirmou a respeito do PCB nos anos 1930: *naqueles tempos era mais fácil construir o PCB nos quartéis que nas fábricas*. (PANDOLFI, 1995, 41 e 110). Segundo REIS FILHO (1985, p. 119) o partidos comunistas de diversas tendências utilizavam a estratégia da *tensão máxima* para manter o controle interno, que se manifestava no *complexo da dívida*: submetido a uma tarefa, o militante tinha de cumpri-la. Se conseguisse, o crédito era da cultura partidária. Senão, ele tinha de se submeter a uma autocrítica e rever os seus erros.

²⁰⁶ O centralismo democrático era um visto como um instrumento vital para o partido manter a homogeneidade ideológica e a unidade na ação. Mas, a sua aplicação em partidos de massa é problemática. (PANDOLFI, *Ibid.* p.148) No caso do PCB ele foi útil para o partido subordinar seus militantes a orientação da direção e/ou promover expurgos dando sentido a visão de Agildo Barata, de que o centralismo democrático foi uma máquina de forjar unanimidades (FERREIRA, 2002, p. 282). Mas é preciso reconhecer que ele não evitou tensões entre a cúpula partidária e os militantes de base, principalmente operários, que muitas vezes preferiam seguir o que deliberava as assembléias sindicais do que seguir a orientação do partido (*Ibid.*, p. 279-280).

modelo às pessoas comuns, mostrando sua devoção à causa, disciplina ao partido e correção no plano familiar, moral e profissional²⁰⁷. A vida pessoal regrada e discreta era fundamental para não despertar suspeitas sobre a militância clandestina.

Com a tática da infiltração e a defesa de uma política de alianças, o PCB conseguiu inserir inúmeros quadros nos principais jornais conservadores do país nas décadas de 1960 e 1970. Isto pode ser constatado através em diversos relatos autobiográficos de ex-dirigentes de redações, confirmando o elevado grau de profissionalismo e disciplina dos comunistas, como o de Cláudio Abramo.

Ao longo de minha vida profissional descobri que os membros do Partido Comunista são as pessoas mais fáceis de lidar. São os mais disciplinados e os mais racionais na ação diária e no trabalho. Faz-se um trato e eles cumprem, não brincam em serviço e não procuram forçar nada. Em todos esses anos nunca encontrei dificuldades com membros do PC, cujos militantes são de um comportamento exemplar do ponto de vista do jornal. Para o meu gosto acho até meio besta, mas para um jornal capitalista seu comportamento é exemplar (ABRAMO, 1988, p. 169).

Três fatores que podem ter facilitado a convivência entre jornalistas comunistas e os donos dos jornais conservadores no Brasil entre 1950 e 1970. Um deles foi o fato do PCB, durante seu curto período de vida legal, entre 1946 e 1947, desenvolver intensas atividades no campo cultural, criando uma ampla rede de comunicação, incluindo muitos jornais. Esta rede pode ter funcionado como uma verdadeira escola de jornalismo para os seus quadros, facilitando o trânsito dos jornalistas do partido para a grande imprensa²⁰⁸.

O segundo, é a que cultura herdada no PCB foi um dos possíveis fatores que contribuiu para os militantes comunistas conviverem com a estrutura hierárquica e a forma de comando nas redações dos jornais conservadores, normalmente entregues à personalidades carismáticas. A relação entre os jornalistas comunistas e os membros das hierarquias dos jornais era provida pela lógica da impessoalidade, calcada no cumprimento exímio de tarefas, fator ainda incomum nas redações brasileiras.

Isto nos leva ao terceiro fator, a importância da adoção do modelo de jornalismo norte-americano nesta estratégia. A objetividade pode ter tido um papel fundamental para os comunistas, pois ela fundamentava o jornalismo como uma técnica e o legitimava na defesa

²⁰⁷ As atitudes exigidas de um autêntico bolchevista tornaram-se para os militantes comunistas, mitos, modelos exemplares de todas as suas atividades no plano partidário ou da vida privada. Ver FERREIRA, 2002, pp. 71-88.

²⁰⁸ Sob o estrito ângulo das relações entre política e cultura, a rede de jornais do PCB se potencializou neste período, com a utilização de intelectuais, entre eles jornalistas, escritores, artistas etc, filiados ou afetivamente

de causas públicas. Esses dois fatores serviam de parâmetro para avaliar o grau de profissionalismo dos jornalistas em geral e atendiam aos anseios dos jornalistas comunistas de serem avaliados como profissionais por critérios impessoais e não por questões ideológicas²⁰⁹. Por outro lado, a prática de um jornalismo centrado em fatos servia como um álibi para o exercício de militância, preservando os agentes de maiores questionamentos pelas autoridades.

Além disso, os parâmetros redacionais da objetividade foram recursos extremamente adaptáveis à forma carismática e autoritária como eram geridas as relações trabalho nas redações, pois eles permitiam que os cortes e o material censurado pelo chefe de redação fossem enquadrados por este dentro de um plano de trabalho que atendia às exigências dos donos de jornais²¹⁰.

Leais a esse espírito de submissão às regras do jogo, disciplinados quanto aos limites dos assuntos abordados e profissionais dedicados, os jornalistas comunistas conseguiram ampliar sua rede de relações indicando outros membros do partido para trabalhar nos jornais. Eles tinham plena consciência das divergências político-ideológica que tinham com os donos de jornais, usando da auto-censura para se preservarem no emprego. Mas a auto-censura além de ser uma exigência para qualquer um trabalhar numa corporação noticiosa capitalista dotada de interesses próprios, era uma decorrência quase natural da disciplina que os jornalistas comunistas estavam habituados a conviver no interior do Partido.

Esse senso de autodisciplina dos quadros do PCB foi extremamente para os jornais. Ele facilitou o trabalho de produção noticiosa no período da ditadura militar, pois atuar dentro das regras do jogo era uma das formas de se evitar perseguições pessoais ou coletivas dos militantes e dar estabilidade aos jornais para que eles pudessem avançar no seu processo de modernização. Como contrapartida, os donos dos jornais ofereciam proteção e liberdade para os jornalistas comunistas atuarem nos seus jornais, mas dentro de limites implicitamente determinados (ALBUQUERQUE e ROXO, Inédito).

Houve assim, uma convergência de interesses. Por motivos diferentes, os jornalistas comunistas e os donos de jornais defendiam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a volta à normalidade democrática. Os donos de jornais obviamente em função dos seus

ligados ao Partido. Isto o favoreceu um determinado “nível de qualidade jornalística”, permitindo que a imprensa comunista fosse vista, em muitos lugares, como uma verdadeira escola de jornalismo. RUBIM, 1998, p. 317.

²⁰⁹ Segundo Roberto Muller Filho (2003, p. 272) muito do seu espírito de isenção e apelo à coisa pública foram herdados de sua militância no PCB.

²¹⁰ Evandro Carlos de Andrade (2003, p. 35) editor-chefe de *O Globo* afirmou que preferia trabalhar com comunistas que udenistas, pois os primeiros eram profissionais, cumpriam o determinado e sabiam dos seus limites.

negócios, prejudicados pela censura oficial. Os comunistas em função da sua visão dualista da economia, para o qual a democracia liberal era uma etapa necessária para incrementar o desenvolvimento da economia patrocinada pelo Estado. Além disso, os comunistas forneciam aos jornais um modelo de profissional fiel às normas da organização empresarial. Em contrapartida tinham uma relativa liberdade de ação para defenderem suas concepções de mundo nas páginas dos periódicos.

Isto nos permite vislumbrar o impacto que a ascensão do novo sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores representou no interior do jornalismo. Durante o período de hegemonia do PCB havia certo pacto de convivência nas redações adequado ao partido diante das condições conjunturais que vivia o Brasil. Somente assim, os jornalistas poderiam exercer um papel relevante como formadores de um consenso de forças contra a ditadura. A ascensão do sindicalismo combativo, por sua vez, gerou uma inflexão neste modelo de atuação que terá reflexos no debate em torno da discussão da identidade jornalística. Isto fica patente na análise de Odon Pereira, militante comunista e editor da *Folha de S. Paulo*, sobre as conseqüências da greve dos jornalistas de 1979.

A principal e mais fatídica dessas conclusões equivocadas foi a de que os jornalistas poderiam deslocar para o primeiro plano de seu relacionamento político a contradição capital-trabalho, apoiados no prestígio e força inegáveis que sua atuação na luta pelo Estado de direito havia granjeado. Terrível engano, pois o que se viu foi o isolamento da categoria, demonstrando que a correlação de forças nem de longe correspondia ao retrato que dela se fizera. Uma das conseqüências dessa avaliação errada foi interna às redações, no relacionamento empresa-empregados. Até os dias anteriores à greve havia um acordo tácito entre empresas e jornalistas segundo o qual as primeiras avançavam no seu noticiário e posições, como vanguardistas e de certa forma experiência-piloto escolhida pelo próprio governo para a abertura (o que renderia aos veículos maior leitura e prestígio) e os jornalistas seriam beneficiários de uma atividade mais desenvolvida no plano político, caindo ou diminuindo sensivelmente as restrições políticas ou ideológicas a profissionais ou assuntos. **De quebra os jornalistas tinham a franca ofensiva no que se refere à ampliação do mercado de trabalho e melhorias da condição de seu desempenho. As redações ampliavam seus quadros, melhorias salariais particulares eram conseguidas e os homens de direção davam satisfações e o cumprimento de compromissos às editorias. Na verdade, a contradição capital-trabalho operava num segundo plano, funcionava como uma etapa de acumulação de forças.**²¹¹

²¹¹ Segundo Pereira, a luta pelo Estado de Direito foi a mais ampla e vigorosa aliança de classes conhecida no Brasil moderno. Mas a onda grevista era fruto do descontentamento de alguns grupos de esquerda que consideravam a luta pela democracia ultrapassada, partindo para a ação de classe em substituição a ação democrática. Ver MOTA e CAPELATO: 1981: 355. As referências da militância de Pereira como comunista podem ser encontradas na *Folha de S. Paulo*, 16 de novembro de 2001.

Pode-se compreender porque muitos militantes do PCB eram contrários a greve²¹². Ela significou a troca da política de alianças pela predominância da contradição capital-trabalho entre os jornalistas, com conseqüências obviamente negativas para os comunistas. Mas, a análise de Odon deixa um vácuo sobre quais motivos facilitaram o avanço dessa lógica entre os jornalistas.

Isto passa por verificar na greve uma outra perspectiva analítica na qual a retórica classista aparece associada à emergência do assalariamento. Ele passou a ser um dos principais aspectos da identidade jornalística junto com o diploma. Nesta perspectiva, os jornalistas passaram a definir suas identidades de forma positiva ou negativa em função exclusivamente das condições de venda da sua força de trabalho aos patrões. Com isso eles secundarizavam outros aspectos substantivos da definição do jornalismo enquanto prática social.

a greve mostrou os limites da visão simplesmente classista da problemática jornalística (...) quatro pessoas fazem um jornal nas condições de produção existentes hoje (...) **A homogeneização da notícia, com a produção em massa, com as agências de notícias (internacionais e nacionais), com os pólos de informação, com a relativa promiscuidade ou pouca definição do campo do press-release e o campo do jornalismo, aliados à predominância da concepção sindicalista sobre as lutas da categoria, levaram a que o jornalista abdicasse da luta pelo exercício de sua função crítica na sociedade, de sua identidade como personalidade pública, permitindo o esvaziamento da categoria como categoria** (KUCINSKI In: *Unidade*, nº 55, maio/junho de 1980, p. 12. Grifos Meus).

As relações desse processo com o crescimento do número de jornalistas graduados não são tão simples. Seu exame passa por uma pequena revisão da nossa discussão, na qual observamos anteriormente a falta de uma identidade de interesses jornalísticos entre os diversos conjuntos de jornalistas nas redações. A maior parte dos quadros situada na estrutura superior da hierarquia tinha preocupações quase exclusivas com a natureza do trabalho jornalístico, afetado nos anos 1970 por mecanismos de censura internos e/ou externos. Mas, boa parte do escalão inferior, entre os quais repórteres anônimos, diagramadores, fotógrafos etc era atormentada por questões materiais, relativas à precariedade salarial e a rotatividade no emprego.

É bastante plausível se imaginar que a maioria dentre estes últimos fossem de jornalistas graduados. Não sabemos precisar o crescimento vegetativo desses quadros em São

²¹² Segundo Alberto Dines (2003, p. 126), a greve resultou da ação de um grupo radical que depois virou PT e estava “botando pra quebrar”. Foram contrários ao movimento os comandos dos jornais, as pessoas politicamente mais preparadas e o pessoal do “Partidão”, como era usualmente chamado o PCB.

Paulo, mas ele não era desprezível diante do número de faculdades de comunicação lá existentes e de estarem lá concentrados os movimentos destinados a dar um caráter profissionalizante aos currículos das escolas. A isto podemos associar a leitura que os jornalistas daquele estado fizeram sobre a greve.

Entre elas, estava a constatação de que boa parte dos jornalistas, por não dominarem todas as fases da produção de notícias havia se tornado parte de uma mão de obra sem prestígio e descartável. Se por um lado, isto facilitou a identificação destes jornalistas com outras categorias de trabalhadores, por outro, a derrota dos jornalistas na greve era um sintoma de que a tecnologia e crescimento do mercado de compra e venda de notícias teria facilitado a reestruturação do poder nas redações em favor das empresas²¹³.

A questão é saber até que ponto o aprendizado formal em jornalismo nas escolas e a estrutura habilitacional dos cursos de jornalismo facilitaram aos jornalistas graduados se adaptarem a um ambiente de trabalho mais impessoal e burocrático, fruto dos efeitos da modernização das estruturas dos jornais, transformados em organizações empresariais mais complexas. O crescente domínio nas universidades da visão de que o jornalismo era uma função técnica certamente ajudou nesse processo, mas temos de ver isto dentro de certos limites. De um lado, os jornalistas não tinham um tipo de formação que os permitia se identificarem como intelectuais. De outro, a maior parte dos jornalistas graduados estava sujeita as intempéries do mercado como profissionais mal pagos e que viviam os mesmos males da classe trabalhadora. Isto pode ter facilitado sua auto-representação como trabalhadores assalariados, mas gerou outras implicações.

É preciso ter em mente que boa parte dos estudantes de comunicação não estava unicamente sujeita ao aprendizado técnico do jornalismo no fim dos anos 1970. Esse grupo também ficou familiarizado com uma vertente crítica predominante nos estudos de comunicação, na qual imperavam termos de verniz marxistas, como Industrial Cultural, Aparelhos Ideológicos do Estado, Hegemonia e outros. Neste sentido, eles não se encaixavam

²¹³ Este era o pensamento de militantes como Fausto Cupertino e Fúlvio Abramo, para quem os jornais viraram grandes empresas, com forte volume de capital e deixaram de ser dominado por jornalistas. Ver Unidade, 49, setembro de 1979, p. 4-5. José Salomão Amorim, prof. da Universidade de Brasília ressaltou que a greve de 1979 fracassou pelo fato dos jornais paulistas receberem material noticioso de jornais de outros estados. Isto era um indicador da existência de um novo ambiente jornalístico, das agências de notícias e de uma estrutura sofisticada de comunicações no país, fatores que alteraram a “regra do jogo” no interior dos jornais. Nº Um, Jornal dos Jornalistas, setembro de 1985, p. 7. ROXO DA SILVA (op. cit, p. 273-275) também aponta que o avanço tecnológico e o incremento do mercado de compra e venda de notícias entre os jornais permitiu a feitura dos jornais, sem o noticiário local. A única forma de impedir a sua a circulação dos mesmos eram os piquetes. Mas estes, apesar de massivos tiveram de enfrentar a repressão policial típica da época.

dentro do perfil de mão de obra técnica projetada pelos militares e a greve era um sintoma visível deste distanciamento (ALBUQUERQUE e ROXO, 2006, Inédito).

Mas, também temos de considerar que a maioria dos jornalistas graduados era oriunda dos segmentos médios da sociedade. Para alguns analistas este vínculo de pertencimento era capaz de explicar porque muitos deles tinham forte propensão em adotar uma conduta individualista em relação ao emprego e um comportamento ambíguo na sua identificação como trabalhadores, pois acalentavam sonhos de que o trabalho assalariado no jornalismo lhes proporcionaria um padrão de vida acima da média dos demais trabalhadores assalariados²¹⁴. Mas, se a questão era a origem, ela não afetava somente os estudantes de jornalismo e sim os universitários de uma forma geral.

Assim, dentro de uma perspectiva individualista e/ou ideológica, é possível que boa parte dos jornalistas graduados fosse alvo de recrutamento pelos sindicalistas combativos. Provavelmente, a observação de que outras categorias de trabalhadores atingiam suas reivindicações lutando ostensivamente contra o patronato, tenha exercido uma influência entre estes jornalistas, fazendo-os interpretar a ação sindical um meio de obter benefícios concretos de natureza corporativa como salários, jornadas de trabalho etc.

Isto, porém, pode ser visto dentro de um duplo movimento. Da mesma forma que a retórica classista podia seduzir os jornalistas graduados no atendimento de suas demandas, a reestruturação das empresas jornalísticas no decorrer dos anos 1980 pode tê-los favorecidos em suas ambições de seguir carreira nessas corporações. O sintoma do crescimento da mão de obra graduada na hierarquia dos jornais é normalmente identificado através de um fenômeno chamado juvenilização da mão de obra²¹⁵.

Não temos dados com base na variável “idade” para confirmar essa impressão. Mas, podemos fazer uma inferência indireta. Segundo o DIEESE, o número de jornalistas do sexo feminino era de 6.176 em 1986. Isto correspondia a 35,24% do total de jornalistas no

²¹⁴ Para Ruy Falcão, da revista *Visão*, os jornalistas estavam divididos entre uma aristocracia postada na direção dos jornais e um setor proletarizado. Este último, porém, por ser oriundo da classe média, interpretava de forma negativa a associação de suas condições de vida com às dos demais trabalhadores assalariados e alimentava sonhos de ascensão social típicos de profissionais liberais. Para ele, a greve de 1979 teve êxito por conseguir superar, mesmo que momentaneamente, estas contradições no interior da categoria. *Unidade*, 49, setembro de 1979, p. 5. Perseu Abramo (1997, p. 281-287) também entendia que a origem nos segmentos médios era responsável pela postura ambígua dos jornalistas e da dificuldade destes se identificarem de modo positivo e permanente como trabalhadores assalariados.

²¹⁵ Para Alberto Dines (2003, p. 128) a juvenilização foi oriunda de uma série de decisões tomadas pela *Folha de S. Paulo* nos anos 1980, entre as quais *tirar os velhos que vinham com ranço político*. Para ele, esse processo se generalizou pelos demais jornais do país, simbolizando a troca dos jornalistas moderados pelos identificados com o PT. Esse movimento, segundo ele, foi precipitado pela greve dos jornalistas de S. Paulo. KUCINSKI (1998, p.78) afirmou que esse processo estava associado a um novo padrão de relações de trabalho no jornalismo

mercado. Se tomarmos São Paulo como exemplo, havia cerca de 700 mulheres no mercado de trabalho em 1978 contra duas mil em 1988. Um crescimento de quase duzentos por cento. Há, portanto, uma correlação entre a obrigatoriedade do diploma e o aumento da mão de obra graduada e, conseqüentemente feminina nas redações jornalísticas.

Se as taxas de rotatividade beiravam a 30% conforme afirmou Kucinski (1998, p. 27), é bem provável que as redações fossem compostas por um número expressivo de jornalistas graduados e houvesse uma gradativa ocupação dos cargos de chefia por uma mão de obra jovem e disposta a se submeter aos padrões de controle impostos pela empresas para usufruir dos benefícios desta ascensão²¹⁶. Isto pode ser cruzado com uma reportagem do *Unidade* sobre o perfil das chefias dos principais jornais de São Paulo em 1990.

De forma geral, estas chefias são descritas como jornalistas que iniciaram a carreira com um espírito militante. Mas, não sabemos até que ponto isto é uma caricatura. Talvez tivessem vivido uma militância eventual. Dos cinco entrevistados, todos tinham entre trinta e quarenta anos de idade, três eram formados em jornalismo, dois não (um deles não tinha curso superior e o outro formado em economia), pois ingressaram na profissão antes da regulamentação feita pelo decreto 83.824, que tornou exclusivo o acesso à profissão aos jornalistas graduados²¹⁷.

Os seus discursos tinham duas variáveis em comum. O primeiro era o destaque que davam as mudanças tecnológicas sofridas pelos jornais, o que os obrigava a lidar tanto com novos padrões nas rotinas industriais (preocupação com horários de fechamento e os aspectos gráficos dos jornais) quanto com questões editoriais²¹⁸. A segunda, a importância da qualidade literária para ter sucesso no jornalismo.

Assim, a adaptabilidade desses quadros às variantes produtivas da produção noticiosa impostas pela competição e pela tecnologia pode não ter sido facilitada somente em função

padronizado pela *Folha*, em que a luta do indivíduo, o espírito de competição e o valor sucesso pessoal substituíram a solidariedade e a identidade de classe.

²¹⁶ KUCINSKI (*Idem Ibid*) apontou esta alta taxa de rotatividade no emprego como um eficiente mecanismo de controle. Para CONCEIÇÃO (2005), os manuais de redação que começaram a circular no meado da década de 1980 eram instrumentos mais eficazes para disciplinar a mão de obra jornalística.

²¹⁷ Os cinco entrevistados foram: José Paulo Kupfer, 42 anos, economista, editor-executivo de *O Estado de S. Paulo*; Hélio Mauro Armond, 42 anos editor de política da *Folha*, provisionado; Alexandre Polesi, 33 anos, coordenador de redação do *Diário do Grande ABC*, Roberta Rosseto, editora da Revista *Exame* e Laura Capriglioni, 30 anos diretora-executiva de *Notícias Populares*. Os três últimos eram graduados em jornalismo. Ver *Unidade*, nº 110, dezembro de 1990, p. 8-9.

²¹⁸ É importante ressaltar que a visão dessas chefias à respeito as mudanças vividas nos jornais não era necessariamente uniforme. Para Kupfer, *os jornais estão com ações de marketing muito codificadas*. Segundo Armond, a preocupação com o horário de fechamento era uma decorrência natural do processo tecnológico vivido naquela época. Polesi achava que as mudanças impactantes nas redações não eram derivadas só da tecnologia, mas da mudança de gerações. Para Rosseto, os jornais estavam adiantados em tecnologia, mas

das modificações da estrutura curricular das escolas e sua orientação para o mercado. Os currículos estavam centrados na divisão social do trabalho e, ao que parece, o sucesso profissional estava atrelado à visão mais multidisciplinar do jornalismo. Porém, há que se chamar a atenção para um aspecto, a controversa questão geracional.

Abreu (1998 e 2003) tem chamado a atenção para a variável geracional para se entender as mudanças no jornalismo, situando à mesma dentro de um quadro esboçado por Bobbio a respeito da questão dos intelectuais, cujo padrão e atuação ele divide em dois modelos de ação racionais: segundo o valor (os ideólogos) e segundo o fim (o experto). A questão aqui é que esta divisão se apresenta tendo como pano de fundo as mudanças no mundo atual, na qual se destacam: a sedimentação do regime liberal democrático e da economia de mercado na maior parte dos países; o papel que o Estado moderno têm exercido nas políticas públicas e a crescente profissionalização dos intelectuais, que agora já não mais atuam no interior de partidos, mas sim em empresas ou universidades.

Assim a predominância do experto estaria associado a um quadro de mudanças em que seus efeitos sobre o jornalismo seriam percebidos através do maior grau de especialização crescente dessa atividade. Isto levou os jovens jornalistas a abandonarem o perfil antigo, no qual os homens de imprensa eram vistos como intelectuais dotados de vasta cultura geral e movidos por um senso de missão e desejo de intervenção na dinâmica da sociedade como forma de reparar as injustiças sociais. A especialização e o trabalho por metas o aproximariam o papel exercido pelos jornalistas de um experto.

Muito embora o argumento seja sofisticado, ele apresenta algumas lacunas no nosso entender. A primeira delas é o fato dele não prever cruzamentos. Muitos formados nos anos 1980 se identificavam com o jornalismo praticado nos anos 1950/60. Por outro lado, várias redações tiveram à frente velhos jornalistas comandando o processo de modernização, como foi o caso de Evandro Carlos de Andrade em *O Globo*. A segunda, a idéia de que era preciso “sangue jovem” para modernizar o jornalismo também fez parte dos discursos dos reformadores dos anos 1950/60. Para nós há certa similaridade no perfil dos reformadores dos anos 1950 e dos jovens que conduziram as reformas nos anos 1980. Os dois processos de mudanças foram conduzidos por jovens quadros jornalísticos com grande capacidade de adaptação, senso de pragmatismo e um tipo de cultura que lhes facilitou ter uma visão geral de todas as fases do processo jornalístico.

atrasados na mentalidade gestora, devendo acabar a distinção entre repórteres, editores e redatores, já que a prática obrigava cada um a fazer de tudo. Idem *Ibid*.

A juventude foi um fator fundamental para que nos anos 1950 a geração composta por Alberto Dines e outros, por não serem muito afeitos a uma lógica profissional na qual o imprevisto era muito valorizado, puderam corresponder às expectativas das empresas e impor mudanças significativas no padrão de jornalismo operado por elas, como a maior sistematização discursiva e gráfica dos jornais. Um processo até certo ponto similar ocorreu nos anos 1980, no qual jovens jornalistas menos afeitos às relações de fidelidade pessoal e imbuídos do desejo de sedimentar seus jornais no mercado foram fatores fundamentais para conduzir os jornais no processo de adaptação dos mesmos ao intensivo da tecnologia e dentro dos padrões exigidos pela economia neoliberal que entrou em vigor a partir dos anos 1990.

Obviamente que nem todos os jornalistas tiveram a mesma capacidade de se inserir no processo de produção noticiosa, o que gerou um processo de seleção natural dos mais aptos²¹⁹. Esse processo se tornou visível e dramático com a quantidade de jornalistas postos no mercado em função da obrigatoriedade do diploma. Isto nos permite especular que nos momentos de acomodação das relações entre o patronato e os sindicatos de jornalistas, parte da mão de obra graduada nas escolas de comunicação pode ter sido bem útil à finalidade das empresas e por isso tenha sido bem sucedida em termos profissionais. Isto talvez seja um fator fundamental para a compreensão da dinâmica interna das reformas ocorridas na *Folha de S. Paulo*. Nele, jovens militantes sindicais e/ou de correntes políticas ascenderam, durante a década de 1980, aos postos de chefia, trocando com muita facilidade a política pelo profissionalismo²²⁰. Por outro lado, a constante produção de jornalistas pela Universidade, tornava os sindicatos interlocutores privilegiados dos que tinham dificuldade para se estabelecer e manter num mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Como isto se relacionou com a dinâmica do movimento sindical?

²¹⁹ Isto explica os critérios diferenciados e baseados na visão pessoal de cada editor responsável pela questão das admissões em cada jornal. Em *O Estado de S. Paulo*, as contratações passavam por José Paulo Kupfer que exigia sólidos conhecimentos do idioma e a leitura de romances para contratar um jornalista. O caráter para ele também era um critério importante, porém só avaliável com o tempo. Alexandre Polesi tinha como parâmetro a reportagem política, pois assim podia medir o grau de isenção do candidato ao emprego. A *Folha de S. Paulo* e o *Globo* faziam processos públicos de seleção, mas não há como sabermos se todos os seus jornalistas ingressaram desta forma no jornal.

²²⁰ Isto tem haver relação com a dinâmica interna da reforma da *Folha de S. Paulo*, que simbolizou o deslocamento das estruturas de poder interno dos jornais, até então em mãos dos chefes de redação carismáticos, para jovens quadros graduados e militantes de correntes da esquerda revolucionária como a *Liberdade e Luta* (Paulo Nogueira, da Ag. *Folhas*, Mário Sérgio Conti e Sheila Carvalho), corrente que participou intensamente da greve de 1979, organizando os piquetes nas entradas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (Ver ROXO DA SILVA, op. cit. 262-263). Essa mudança teve o seu impulso inicial com a greve dos jornalistas de 1979 e corou a política de adesão obrigatória dos jornalistas ao projeto editorial do jornal. A adaptabilidade destes novos jornalistas as mudanças ocorridas no jornal é explicada através da permanência do mecanismo da auto-censura (KUCINSKI, 1998, p. 69). Mas, achamos os vínculos entre a cultura sindical e a formação profissional universitária destes agentes com a dinâmica de mercado fornecem a chave para uma explicação mais consistente em relação a este processo de mudanças.

O tipo de ação sindical do PCB estava calcado numa perspectiva de longo prazo, na qual os jornais faziam parte de suas estratégias política de consolidar a democracia no país. O modelo de ação sindical petista não estava centrado dentro de uma visão estratégica, mas interpretava o trabalho jornalístico como qualquer outro. Isto significava que a variável importante deste último modelo de ação eram as condições materiais de trabalho, ficando as questões simbólicas relacionadas à imagem do jornalista como um intelectual em segundo plano. O vínculo fundamental dos jornalistas como classe passava pelo assalariamento e o orgulho corporativo da categoria pela sua capacidade de ação e mobilização coletiva. O emprego era interpretado, então, como um direito auferido pela conquista do diploma e não como fruto de um dever, de um senso de missão ou compromisso maior com uma ideologia política.

Quais as implicações disso para a greve de 1979? A greve era um indicativo de que o esquema disciplinar que envolvia os militantes do PCB decresceu em razão proporcional ao aumento do prestígio do PT entre os jornalistas. Isso não significa que os militantes comunistas não valorizassem o assalariamento, mas o subordinavam a outras questões de fundo que envolviam perspectivas mais amplas e gerais dos destinos da sociedade brasileira. Os militantes do PT, por sua vez, tinham uma postura distinta, pois entendiam que as lutas dos trabalhadores tinham uma dinâmica própria e que deveriam ser autônomas em relação a visões de partidos e/ou ideologias tradicionais. Eles agiam não com base num quadro sistematicamente esboçado da sociedade brasileira, mas na crença de que um dia às lutas das diversas categorias de trabalhadores iriam se encontrar numa grande luta geral contra o regime capitalista²²¹.

Ao mesmo tempo em que serviu como fator de mobilização e tensão contra o patronato, este tipo de postura facilitou, por alguns momentos, a identidade de interesses dos jornalistas militantes com os da maioria anônima da categoria, pois o que orientava as ações dos militantes era uma pauta de reivindicações que contemplava um conjunto de demandas corporativas. Daí haveria um salto para a discussão de questões políticas mais gerais. Mas,

²²¹ É preciso chamar a atenção aqui para as diferentes concepções sindicais. Os comunistas se consideravam, de acordo com o modelo leninista, uma vanguarda que tinha como missão conduzir uma aliança para consolidar a democracia no país. Os petistas, por sua vez, muito embora não tivessem uma linha teórico-política clara, se orientavam, implicitamente, pelo que Marx expôs no Manifesto do Partido Comunista (1997, p.17) ao afirmar que o proletariado era o agente histórico da revolução. *O verdadeiro resultado das lutas proletárias não é o sucesso imediato, mas a união crescente. Ela é incentivada pela expansão dos meios de comunicação, produzidos pela grande indústria, que colocam os trabalhadores das mais diversas localidades em contato. Basta esta ligação para centralizar as numerosas lutas em uma luta nacional, em uma luta de classes. Toda luta de classes é uma luta política.*

isto não se revelou verdadeiro e o corporativismo acabou predominando como lógica²²². A consequência foi à ação dos Sindicatos por dentro do mercado de trabalho tentando expandir suas fronteiras para as assessorias e o funcionalismo público como forma de tentar acomodar o número excessivo de jornalistas no mercado.

No plano político, isto teve outros desdobramentos. Kucinski (1998, p. 68) afirmou que a incorporação da auto-censura ao ethos profissional dos jornalistas foi o fator responsável por grande parte deles, dotados de ideologias de esquerda, conseguir suportar a estrutura hierárquica autoritária dos jornais conservadores. A auto-censura era o traço cultural distintivo da ética herdada do jornalismo liberal praticado aqui em relação à existente em países como os EUA. Enquanto lá, o valor *verdade* ocupa um lugar central, aqui este valor foi deslocado pelo valor *responsabilidade* e outros tais como a lealdade pessoal do repórter e/ou da empresa jornalística a facções, ao poder, a interesses particulares ou ao valor *sucesso pessoal*. Assim, a predominância da auto-censura entre os jornalistas brasileiros explicaria porque eles deslocavam o exercício de militância política para fora das redações.

Albuquerque e Roxo (inédito) propõem outra linha interpretativa argumentando que os jornalistas comunistas tinham consciência das restrições impostas pelas empresas ao exercício do jornalismo e que a intensa presença deles nas redações nas décadas 1950/60/70 não se deu a despeito de suas posições políticas, mas fundamentalmente por causa delas. A relação simbiótica entre estes jornalistas e os donos de jornais forneceu o terreno para a adaptação do modelo liberal de jornalismo no Brasil, mas em condições muito diferentes das praticadas nos Estados Unidos, pois aqui a objetividade era um álibi para os jornalistas exercitarem a política no interior dos jornais. A greve de 1979 foi tomada, neste sentido, como uma ruptura neste pacto de convivência ao radicalizar o conflito de classes²²³.

²²² Em 1987, o Sindicato de Jornalistas de São Paulo reclamava da acomodação da categoria. Ela dava pouca importância às discussões políticas, como a construção de uma central sindical entre os trabalhadores e aceitava a os critérios jornalísticos impostos pelas empresas como as demissões. *Nem todos os jornalistas estão conscientes da avaria patronal e preferem concordar com a demissão de colegas*. Para a entidade, um dos problemas era a pouca renovação dos militantes sindicais entre os jornalistas, pois os lugares de formação dos mesmos, o movimento estudantil e organizações clandestinas de esquerda, estavam desarticulados. *Unidade*, n° 92, 1987.

²²³ Depois da greve houve intensa polarização entre o PT e o PCB pelo domínio das entidades de classe dos jornalistas. Entre 1981 e 1988, os sindicatos de jornalistas do Rio de Janeiro e São Paulo, tiveram eleições polarizadas entre militantes dos dois partidos. No Rio em 1984, entre José Carlos Monteiro (PCB) e Marcelo Beraba (PT). Em São Paulo, 1981, entre Rui Falcão (PT) e Emyr Nogueira, apoiado pelo PCB. Na FENAJ, a eleição de 1983 protagonizou essa rivalidade entre Audálio Dantas e Rogério Medeiros, presidente do Sindicato do Espírito Santo que em 1986 foi candidato a Senador pelo PT. Dantas afirmou que este divisionismo foi responsável pela sua suposta vinculação ao PCB, numa época em que isto representava a possibilidade de ser perseguido pelo regime, como aconteceu com Wladimir Herzog. A eleição de Armando Rollemberg para a FENAJ em 1986, representou a ascensão dos grupos vinculados ao PT, tendo a entidade se filiado à CUT no final de 1987.

Uma consequência da hegemonia do modelo de ação sindical petista foi substituir, entre os jornalistas, um tipo de ação política calcado numa perspectiva ação de longo prazo pelo atendimento imediato das demandas corporativas destes agentes. A lógica dos militantes sindicais era construir a identidade destes agentes com base no confronto de interesses com patronato e na incorporação dos métodos de luta do operariado. Para isto, o Sindicato de Jornalistas de São Paulo tentou construir instâncias sob o controle dos jornalistas, capazes de se constituir num contra poder à estrutura hierárquica existente nas redações. Nisto se inspirou os Conselhos Consultivos de Representantes das Redações.

Mas, este tipo de perspectiva mais combativa e classista conviveu com uma outra mais corporativa na qual a defesa do diploma de jornalismo, a padronização das relações salariais, da jornada de trabalho, o alargamento e patrulhamento das fronteiras do mercado de trabalho se harmonizaram num tipo de ação política que fez dos sindicatos um dos principais agentes da profissionalização dos jornalistas na década de 1980. Esta segunda perspectiva tomou forma em momentos em que as relações de classe tendiam a se acomodar levando os sindicatos a cada vez mais a se limitarem a defender às normas legais vigentes como meio de regular minimamente as relações dos seus filiados com as empresas e impedir que estranhos, entenda-se, jornalistas não diplomados exercessem o jornalismo²²⁴.

Do nosso ponto de vista, o assentamento dos jornalistas em torno de suas demandas corporativas foi facilitado, de um lado, pelo próprio ensino do jornalismo nas universidades, centrado num viés tecnicista e, de outro, no próprio modelo de ação sindical petista, no qual a perspectiva combativa, por não ter um lastro ideológico mais denso capaz de organizar e orientar os jornalistas como intelectuais do campo cultural, tinha um potencial para se reduzir a uma perspectiva corporativa de padrão *trade unionista*²²⁵. Esta era capaz de aglutinar os interesses da maioria anônima dos jornalistas, mas sob pena de secundarizar o papel político destes agentes como organizadores do campo cultural ao tornar o jornalismo um emprego como outro qualquer. Para esta maioria, a idéia de auto-censura não tinha maiores significados visto que não era a natureza do trabalho jornalístico que estava em questão, mas o status econômico que os agentes poderiam obter com este tipo de atividade. Com isto, o vínculo de identidade profissional e/ou sindical de boa parte dos jornalistas ficou atrelado ao diploma. E a manutenção da obrigatoriedade para o exercício profissional do jornalismo se

²²⁴ Esse processo de acomodação sofreu abalos na eleição de 1989, por exemplo, no qual grande parte dos jornalistas se engajou na campanha de Luís Inácio Lula da Silva para presidente. Mas, isto foi um impulso externo e passado os seus efeitos, as relações tendiam novamente a acomodação.

tornou um tipo de bandeira em torno da qual às entidades de classe procuraram centrar a identidade dos jornalistas como profissionais.

5.3 Sindicatos X Empresas: O Diploma em Questão

Quando saiu a notícia de que Mauro Santayana, iria propor que a Comissão de Assuntos Constitucionais a desregulamentação das atividades intelectuais, o debate sobre o diploma reaqueceu. Mas, é interessante se observar como ele estava inicialmente estruturado em torno de uma diversidade de opiniões para depois mostrar o seu enquadramento dentro de um esquema bipolar classista. Este simplesmente apagou do debate a maior parte das visões dos jornalistas sobre o problema delas e provocou o alinhamento das mesmas em torno do posicionamento das empresas ou dos sindicatos de jornalistas.

Para recuperar as visões dos jornalistas sobre a questão do diploma recorreremos a três fontes, o jornal *Unidade*, o Boletim da ABI e o jornal *Folha de S. Paulo* ao longo da década de 1980. Mas, concentramos o nosso olhar sobre os depoimentos proferidos entre os anos de 1985 e 1986, quando a discussão ganhou visibilidade. O objetivo fundamental aqui é mostrar como uma posição inicialmente majoritária e contrária ao diploma, encolheu diante da radicalização que sindicatos de jornalista e entidades patronais deram ao problema. Para organizá-los, os dividimos em três eixos. No primeiro estão os que defendiam o fim de qualquer tipo de legislação para o jornalismo. No segundo, os que queriam a revisão da legislação diploma. Por último, os que lutavam pela sua manutenção.

Entre os que defendiam uma total desregulamentação do setor havia cinco ordens de argumentos. O primeiro era de ordem estética, calcado na visão de que o jornalismo era uma atividade similar à artística. Assim, a exigência era vista com um absurdo. *É o mesmo que, amanhã, afirmarem que você não tem diploma para ser romancista e poeta. Vão dizer: 'O senhor não passou pela escola de pintura, então não pode expor'. Não tem sentido*²²⁶. Os defensores desta visão entendiam que o exercício profissional do jornalismo estava associado à capacidade literatura e não à educação formal.

Se mudarem a legislação para que seja livre a atividade, eu sou a favor. Se você pegar um engraxate aí que tenha vocação de jornalista, saiba escrever, é engraxate por contingência, mas já fez curso primário, secundário, por que ele

²²⁵ Esta era uma das principais críticas de Lênin ao sindicalismo, que para ele, só se tornaria politicamente ativo em prol da ação revolucionária se fosse comandado por uma vanguarda disciplinada e obstinada pelo trabalho revolucionário. Suas idéias estão expostas no seu livro *O Quê Fazer*.

²²⁶ Millor Fernandes. *Unidade*, maio/junho de 1985, p. 13.

não pode ser jornalista? Qual é a técnica? A técnica é você escrever bem a coisa. Alguém pode ter diploma de filosofia e escrever mal²²⁷.

O segundo era de ordem ética. O jornalista, além das qualidades literárias, deveria dar a sua atividade um fim nobre e/ou transformá-lo, numa missão e num exercício de militância em torno da qual residiria seu senso de independência e autonomia intelectual. Só assim ele poderia agir como um Dom Quixote, procurando e denunciando as coisas erradas praticadas por governos ou personalidades importantes, interpretar e analisar os fatos.

O que eu falo é resultado de minha prática, que foi principalmente de um jornalismo engajado no sentido de que era um jornalismo de oposição ao sistema vigente. Não era um jornalismo partidário, mas a idéia de se opor ao sistema de opressão vigente. Eu fiquei muito marcado por esse tipo de atitude desde que entrei no jornalismo. Apesar de trabalhar muitos períodos em imprensa convencional, eu sempre procurei onde estavam as coisas erradas e tal, com uma insistência excessiva. A outra fonte de inspiração para mim foi (...) o Watergate. (...) aquilo lá foi para mim uma grande escola de como tem que ser a reportagem investigativa, como é que tem que ser o jornalismo²²⁸.

O terceiro argumento era de natureza cultural. De um lado, havia o entendimento da regulamentação da legislação profissional ser um dos apêndices da nossa cultura ibérica, responsável pelas maiores mazelas do país. *Sou contra qualquer regulamentação. Está na hora de começarmos a nos livrar desse cartorialismo que é uma pesada herança ibérica dos nossos tataravôs.* De outro, estavam os que entendiam ser o gosto do público o critério mais adequado para se aferir a competência de alguém em qualquer tipo de função jornalística. O patrulhamento excessivamente rigoroso do mercado pelos sindicatos poderia levar a categoria a se indispor com a própria sociedade e ser ridicularizada.

Não me pareceu inteligente a tentativa ensaiada por profissionais preocupados com a presença na TV de um homem desprovido do registro no Ministério do Trabalho, de banir o Pelé das transmissões da TV Bandeirantes. O pretexto, o de sempre: Pelé não tinha documentos necessários, faltava-lhe carteirinha do Sindicato, essas coisas. Bobagem. Ninguém é mais qualificado que Pelé para falar de futebol e os espectadores têm direito de ouvi-lo. Mas foi preciso apresentá-lo como “convidado” para driblar uma legislação caolha e a miopia dos colegas que não enxergam isso. O caso do Pelé é exemplar, pois deixa

²²⁷ Oliveiros S Ferreira, professor de Filosofia da USP e diretor de *O Estado de São Paulo*. Seu raciocínio era o mesmo de Paulo Francis, para quem o jornalismo era uma carreira e não uma profissão formal. Mas, Francis acreditava que a formação superior deveria ser incentivada e não obrigatória. Ver *Folha de São Paulo*, 20 de fevereiro de 1986, p. 7.

²²⁸ Bernardo Kucinski. *Revista Brasileira de Comunicação*. Ano IX, nº 55, p. 16-17. Jornalistas de perfil ideológico distintos, como Sebastião Nery, entendiam que os valores que tornavam o jornalista um guardião inquestionável da causa pública não eram aprendidos na escola, mas sim no exercício cotidiano do jornalismo. Ver Boletim ABI, maio/junho de 1986, p. 4.

transparente que, agarrados a tese que é preciso defender o mercado de trabalho, muitas vezes transpomos as fronteiras do ridículo²²⁹.

Havia uma dimensão mais sofisticada desse argumento, baseado numa perspectiva comparativa. Ela afirmava que em países como os EUA e Alemanha o diploma, apesar de existir não fazia a carreira do profissional. Eles não eram obrigatórios e por isso não impediam o acesso à profissão de quem não tinha iniciação formal. Nos EUA, principalmente, a Constituição proibia a criação de leis ordinárias regulando as atividades de imprensa. Isto porque o princípio de liberdade de expressão era amplo e inviolável, não podendo, portanto, ser restrito por qualquer tipo de regulamento de natureza trabalhista²³⁰.

O quarto argumento responsabilizava o diploma pela da elitização do jornalismo e tinha em Santayana o seu grande defensor. Os partidários dessa visão argumentavam que a intervenção do regime militar gerou dois tipos de conseqüências. A primeira é que transformou o ensino universitário numa reserva de mercado para quem não conseguia se estabelecer como jornalista. A segunda consolidou a visão social de que o jornalismo era uma atividade essencialmente de classe média²³¹.

Há professores competentes nestes cursos, mas normalmente, as pessoas que vão ser professores são os mais medíocres. Os grandes expoentes, os de grande talento estão nas redações e não têm tempo a perder com esse tipo de coisa que é razoavelmente mal remunerada. Você não tem muito o que fazer ali. Mas, há um lado ainda mais sério do que esse. No momento em que você exigiu o curriculum, a visão social do jornalismo ficou restrita à classe média. Só entra gente de classe média. Não haveria Joel Silveira, David Nasser, Hélio Fernandes. Todos jornalistas de minha geração sequer eram formados. Muito menos em comunicação (...) Mas, hoje, uma moça de classe média, com um cursinho de

²²⁹ Augusto Nunes ao defender a contratação de Pelé pela TV Bandeirantes para comentar os jogos do Brasil na copa do Mundo de 1986. Unidade, setembro de 1985, p. 4.

²³⁰ Segundo Juarez Bahia (1986, p. 8-9), a organização liberal e democrática norte-americana foi responsável por inspirar no fim da década de 1940, os jornalistas a terem acesso ao curso superior sem necessidade de vestibular. Isto foi deturpado com a obrigatoriedade. Para ele, nem mesmo a legislação de países com tradições corporativistas como a Itália e a Espanha criaram cursos de graduação com outro propósito senão equipar intelectualmente os jornalistas que livremente os freqüentavam. Conforme sua opinião, o decreto-lei mercantilizou a carreira de jornalista amparada na lei da obrigatoriedade. Para Nilson Lage isto era paradoxal uma vez que os EUA incentivaram o ensino de jornalismo e ao mesmo tempo patrocinaram a campanha da SIP contra a obrigatoriedade de diploma. Boletim ABI, julho/agosto de 1986, p. 8.

²³¹ Esta também era a opinião de Sebastião Nery. Nery, na época, parlamentar do PMDB, apresentou um projeto de lei complementar para alterar o decreto lei 972, suprimindo a exigência do diploma. Argumentou que *intelectual que não cria polêmica, acaba criando vermes*. Depois acusou as lideranças sindicais dos jornalistas de se omitirem frente a uma legislação autoritária, acatando um decreto da ditadura. *“Não me venham com histórias de regulamentação da profissão. Regulamentação é isto, o fim do diploma. É a prática democrática”*. O seu projeto foi criticado por Barbosa Lima Sobrinho, pois *para ser jornalista basta ser alfabetizado*.

francês e umas viagens ao exterior, entra num curso vagabundo de jornalismo e vai trabalhar no *Jornal do Brasil*²³².

O quinto argumento era de ordem liberal. Acusava a legislação profissional de ser um regulamento corporativo que impedia o desenvolvimento do jornalismo. Na sua defesa, as empresas queriam o fim da restrição para contratar e treinar os melhores quadros universitários de outras graduações. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o jornalismo não poderia ficar restrito por um regulamento corporativo e excludente *impedindo especialistas de outras áreas colaborarem com a imprensa*. O Estado afirmou que a iniciativa de Santayana era simples, mas de profundo alcance ao *permitir que a profissão de jornalista seja exercida pelos demais portadores de diploma universitário*²³³.

O segundo eixo de argumentos era o dos que defendiam um outro tipo de regulamentação para o jornalismo. Dentro desta concepção havia duas ordens de argumentos. A primeira era de viés aristocrático. Considerava ensino de jornalismo precário. Então a legislação teria de conceder uma abertura para qualquer profissional graduado que demonstrasse gabarito intelectual exercer esta atividade, uma vez que as técnicas jornalísticas eram absorvíveis por qualquer um. Este era o posicionamento de Maurício Sirotsky, diretor presidente da Rede *Brasil-Sul* e na época presidente da ANJ e de Dácio Nitrini, editor do Caderno Cidade da *Folha de S. Paulo* e professor de Casper Líbero.

Sirotsky concordava, em tese, com a abolição total de qualquer regulamentação para o exercício do jornalismo. Pessoalmente, porém, era partidário de uma outra regulamentação para preservar a exigência de formação universitária como um mecanismo de seleção de quadro jornalísticos por parte empresas e de manutenção do status dessa prática social. Nitrini, por sua vez, afirmou que para ele teria sido melhor, do ponto de vista profissional, ter feito um curso mais denso como sociologia do que comunicação²³⁴. *Perdi muito tempo discutindo técnicas muito simples que em um curso bem organizado de seis meses seriam assimiladas por qualquer um*. Muito embora visse na atitude do patronato a intenção de economizar mão de obra com o fim do diploma, não havia, para ele, argumentos plausíveis para manter a profissão restrita a

²³² Millor Fernandes. Unidade, maio/junho de 1985, p. 13-14. Na nossa visão, embora esses argumentos tenham viés democrático, pois se propunham defender o acesso ao jornalismo das pessoas de formação escolar precária, eles se inserem numa perspectiva aristocrática ao defenderem uma concepção altruística dessa prática social com jornalista exercendo o papel de paladino das causas públicas ou exibindo sua genialidade como um literato virtuoso. Pode-se questionar até que ponto eles eram solidários ao estilo sensacionalista do proletariado boêmio e popularesco que povoou as páginas do jornalismo popular antes de 1950.

²³³ Para Nilson Lage, o filho de Frias tinha ao seu redor uma patota de amigos de infância que não eram jornalistas e queriam ser no grito. Por isso ele defendia o fim da regulamentação. Boletim ABI, julho/agosto de 1986, p. 8.

²³⁴ Ver *Folha de S. Paulo*, 20 de fevereiro de 1986, p.7.

médicos, economistas etc desde que o ingresso destes se desse sob controle dos sindicatos (*Unidade*, abril/maio de 1986, p. 7-9).

O segundo grupo defendia um argumento de ordem política. Entendia que a legislação tinha de ser revista por ser fruto de um período autoritário. Além disso, era antidemocrático o jornalismo ficar restrito a graduados. Essa era a opinião de alguns dirigentes e militantes sindicais como Perseu Abramo e Gabriel Romeiro, ambos do Sindicato de Jornalistas de São Paulo, e de José Carlos Monteiro, Presidente do Sindicato de Jornalistas do Município do Rio de Janeiro. Dentre eles, o depoimento mais incisivo foi o de Monteiro. Ele afirmou que *a legislação empobreceu de maneira clara e inequívoca as redações, espantando de lá vários profissionais de sólida formação*²³⁵.

Monteiro defendia a revisão da legislação, mas sem dizer como. Ele e Gabriel Romeiro não tinham propostas muito claras. Essa dificuldade talvez residisse no fato de, de um lado, se sentirem incomodados com as acusações de corporativismo e de abraçarem uma lei criada pela ditadura militar. De outro, tinham cargos de representação e não podiam se indispor com a maioria anônima da categoria. Daí as dificuldades deles se definirem em relação aos limites que a nova lei deveria ter²³⁶. Dentro desta perspectiva se alinhavam, por motivos diferentes, os jornalistas Antônio Brito, Paulo Markun e Cláudio Abramo²³⁷.

O terceiro e último grupo era os dos defensores da obrigatoriedade. Estes estavam organizados em torno de argumentos de ordem histórico-sociológica, comparativa e técnico-pedagógica. Os de ordem histórico-sociológica tinham duas vertentes. A primeira delas reforçava o caráter negativo da memória dos agentes. Assim, a legislação era interpretada como um ponto de ruptura a partir do qual foram excluídos os intrusos, houve elevação do nível intelectual e moral dos jornalistas e afirmação destes agentes como classe.

O jornalismo e o jornalista brasileiro se tornaram mais respeitados com a obrigatoriedade da escola e isso só não vê quem não quer. Antes se dizia que um sujeito, desde que fosse meio poeta e bebesse um pouco, dava pra ser jornalista. Vi uma estatística de antes da regulamentação em que registrava

²³⁵ Idem *ibidem*.

²³⁶ Perseu Abramo entendia que a complexidade da vida moderna exigia que o jornalismo fosse uma disciplina universitária ou de prática equivalente, sem maiores exigências formais. Defendia ainda a existência de cursos técnicos e rápidos de jornalismo para universitários e estudantes de segundo grau. Gabriel Romeiro era a favor da revisão da legislação, mas, reconhecia que os jornalistas deviam a ela os seus avanços organizacionais. A legislação empobreceu de maneira clara e inequívoca as redações, espantando de lá vários profissionais de sólida formação. Defendia um mecanismo que permitisse um novo acesso à profissão do jornalista não diplomado, mas sem dizer qual. Idem *ibidem*.

²³⁷ Brito entendia que deveria haver salvaguardas contra *aventureiros*, como cursos de especialização técnica. Para Markun, o ideal era o jornalismo se tornar um curso de complementação universitária. Cláudio Abramo defendia o diploma e a legislação, mas entendia que o ensino de jornalismo deveria se dar na pós-graduação e ser ministrado exclusivamente por jornalistas experientes. Idem *ibidem*.

entre os sócios do Sindicato, 53% de jornalistas que só tinham o curso primário; uma certa porcentagem nem o primário tinha. Eu convivi na *Folha* com um jornalista quase analfabeto que não sabia escrever redação (...) Hoje não há nenhum jornalista que não tenha convivido numa universidade e que não tenha tido um par de anos de inglês, sociologia, história etc. Melhor preparado, tem mais força para reivindicar²³⁸.

A segunda vertente se interpretava a legislação e o diploma como frutos de um acúmulo de lutas dos jornalistas e não como ato impositivo da ditadura. Eles têm uma característica distinta do anterior ao se alinhar ao passado, glorificando a postura das gerações anteriores em prol da profissionalização. Dentro desta visão, o papel das novas gerações era o de patrulhar o mercado de trabalho garantido a perpetuação dos efeitos positivos da lei.

Se esse fosse um país sério o Ministério do Trabalho evitaria isso. Antes, as próprias emissoras não tomariam esta iniciativa (...). O que se deve evitar é o acesso de não jornalistas a um mercado de trabalho escasso e reservado por lei aos profissionais de nossa categoria. Mesmo com a alegação de que estes astros do esporte contribuem mais do que um comentarista para aumentar o ibope das emissoras. Os jornalistas esportivos não têm o mesmo poder de audiência dos ex-grandes atletas, mas conseguirão, com a força de seu trabalho, comentar e interpretar eventos esportivos com a competência e imparcialidade que o público espera. (...) A regulamentação custou anos de luta e sacrifícios às gerações anteriores de jornalistas. Cabe a nós continuar lutando para que ela seja cada vez mais reconhecida, respeitada e restrita aos verdadeiros jornalistas²³⁹.

Em alguns casos essa estrutura argumentativa era associada a uma outra na qual os desenvolvimentos do jornalismo e do profissionalismo eram vistos como um desdobramento natural da industrialização, ganhando ares de um processo de características universais.

O que há é um movimento histórico de formação de profissionais que vem do fim do séc. XIX, nos EUA, passa pela URRS, em 1917 e tem um momento culminante nos pós-guerra, na ONU, onde o problema é discutido. Depois se espalha pelos quatro cantos do mundo, centros de preocupação específica com essa questão. Um, na AL (Quito), outro na África (Senegal), um na Ásia e outro em Estrasburgo, Europa. O fenômeno imprensa tem um lastro de conhecimento acumulado na história humana. E nós temos que trazer esses elementos para a discussão, para não ficarmos no debate corporativista. Nós temos sido

²³⁸ José Hamilton Ribeiro (Unidade, setembro de 1985, p. 6). Seu argumento tinha apoio em Antônio Carlos Felix Nunes (Unidade, 55, maio/junho de 1980, p. 5) segundo o qual só a partir de 1969, *quando saiu essa regulamentação que adquirimos a condição real de profissionais (...)* Sem ela, os sindicatos não tinham o menor controle sobre o mercado de trabalho, invadido por picaretas de todos os naipes. Para Rodolfo Konder (Unidade, 62 agosto/set. de 1981, p. 12), sem o diploma o jornalismo voltaria a ser como antes uma vala comum para quem não tinha profissão. *Eu mesmo me tornei jornalista porque era dirigente sindical da Petrobrás, estava foragido e precisava de um emprego.*

²³⁹ Carlos Nascimento, repórter da *Rede Globo de Televisão*. Unidade, setembro de 1985, p. 5.

extremamente superficiais, imediatistas, interesseiros e lacaios dos patrões. Tudo porque não nos remetemos aos fundamentos históricos e fenomenológicos²⁴⁰.

A segunda ordem de argumentos era de natureza comparativa. Visava refutar a idéia de que a obrigatoriedade do diploma era uma invenção brasileira, buscando apoio em outros países em que o exercício profissional do jornalismo era regulado pelo Estado.

Penso que antes de uma sugestão definitiva ao Congresso Nacional, deveriam ser obtidas leis de diversos países para um estudo de direito comparado, quanto às obrigações e benefícios aos jornalistas. Portugal, após a Revolução dos Cravos, promulgou uma lei que obriga a existência de Conselhos de Redação. Eles ratificam ou não os nomes do diretor e do chefe de redação, assim como se manifestam a cerca das demissões, admissões e sanções disciplinares aos jornalistas, podem até vetar alguns escritos (...) Lá, o Sindicato de Jornalistas desfruta de todo prestígio e respeito, assim como os seus associados²⁴¹.

A terceira ordem de argumentos era os de natureza político-pedagógica. Eles visavam basicamente justificar a necessidade da formação universitária de jornalistas, possuindo três vertentes argumentativas. A primeira era de natureza histórica. Sustentava que as universidades ocuparam o papel das corporações medievais na formação de profissionais na vida moderna. Não havia sentido, então, algumas empresas prepararem tecnicamente os seus jornalistas. Os atritos na relação entre universidades e empresas deveriam ser sanados com a aplicação da estrutura curricular criada em 1984. Isto é que promoveria um equilíbrio entre a teoria crítica e o ensino das técnicas profissionais, passo fundamental para aproximar o ensino de jornalismo das exigências de mercado²⁴².

A segunda defendia a formalização do ensino diante da crescente influência positiva (esclarecimento das massas) ou negativa (ignorância dos leitores) que o jornalismo poderia exercer na sociedade. Diante do poder dessa prática social não era racional deixar o seu aprendizado ao sabor da capacidade de improviso de cada jornalista.

²⁴⁰ Cremilda Medina ao responder a um questionamento de Dácio Nitrini sobre a suposta correlação internacional entre a regulamentação da profissão de jornalista e a criação dos cursos universitários de formação de jornalista num debate realizado no Sindicato de Jornalistas de São Paulo em abril de 1986.

²⁴¹ Mário Erbolato, professor de Comunicação. Unidade, setembro de 1985, p. 5.

²⁴² Esta era a visão de José Marques de Melo, Nilson Lage e José Paulo de Andrade, diretor do Departamento de Jornalismo da Rádio Bandeirantes. Para Lage, as escolas deveriam se aproximar do mercado enfrentando a resistência de setores acadêmicos ainda presos a uma tradição humanista que impedia que o currículo de 1984 fosse efetivado. Para transpor essa resistência era necessário o apoio de entidades como a ANJ e a FENAJ à luta dos docentes engajados na reforma do currículo. Ver Folha de São Paulo, 20 de fevereiro de 1986, p. 6 e Jornal ANJ, nº 9, dezembro de 1986.

É bom lembrar que antes do funcionamento das faculdades de medicina, as pessoas procuravam o farmacêutico quando adoeciam. Eu conheci na minha cidade natal um rábula que era um dos advogados mais atuantes do foro. Da mesma forma, era normal que no passado a pessoa fosse jornalista sem formação profissional. A necessidade de formação não escapou a argúcia de Gramsci, na análise que fez das escolas de jornalismo (...) ele observou: ‘o princípio, porém, de que o jornalismo deve ser ensinado e que não é racional deixar que o jornalista se forme por si só, casualmente, através da prática, se imporá cada vez mais (...)’²⁴³.

A terceira destacava a relevância política dos cursos por gerar debates sobre a relação dos meios de comunicação com as estruturas de poder autoritárias no país.

A nível ideológico, com a entrada do jornalismo no ambiente universitário, a atividade cresceu. Foram as escolas que iniciaram e engrossaram o debate sobre o monopólio dos meios de comunicação de massa e sobre sua dependência a interesses contrários aos da sociedade²⁴⁴.

Esta duas últimas vertentes se inseriam numa perspectiva que tinha potencial para produzir mais atritos do que harmonia na relação entre empresas e escolas de comunicação. De qualquer forma, não podemos mensurar em termos quantitativos o quanto representava cada uma dessas visões a respeito do diploma. Mas, nos chamou a atenção a maior diversidade de opiniões favoráveis à exclusão da exigência do diploma. O entendimento de que o jornalismo era uma profissão e de que, portanto, deveria ter regrado no seu acesso, contrariou, segundo os argumentos apresentados, a hibridação das diversas tradições dentro das quais ele se desenvolveu como prática social.

Numa visão não sistematizada, podemos dizer que para os opositores do diploma o jornalismo era panfleto, peça literária, reportagem do cotidiano, comentário esportivo etc. Mas, isto dentro calcado numa imagem virtuosa sobre essas diversas características do trabalho jornalístico, associando o papel do jornalista a um guardião moral dos valores da sociedade, o que era uma forte evidência da influência do jornalismo norte-americano, bem como na defesa da democratização desta prática. A posição das empresas no interior desse universo merece um destaque, pois apesar de serem contra a regulamentação profissional, defendiam implicitamente o diploma universitário como um traço de distinção do jornalista em relação a outros agentes sociais.

²⁴³ Antonio Fernandes Netto, professor de comunicação. Unidade, nº 86, setembro de 1985, p. 7.

²⁴⁴ Wilson Bueno, professor de comunicação e Nilson Lage, para quem o ataque ao diploma começou depois que as universidades começaram a discutir questões cruciais como o centralismo do fluxo de informações jornalísticas e a censura patronal, mecanismos postos à disposição dos donos do poder para controlar à opinião pública. Unidade, setembro de 1985, p. 6 e Boletim ABI, p. 8, julho/agosto de 1986.

A defesa do diploma, por sua vez estava fortemente calcada nos benefícios sindicais e organizativos advindos da exigência da formação específica. As restrições à liberdade de expressão não eram, então, derivadas da regulamentação da profissão e sim da monopolização da comunicação por um número reduzido de empresas jornalísticas, o que não deixa de ser uma verdade. Para o grupo intermediário a questão era: até que ponto esta verdade justificaria as restrições criadas por uma ditadura militar para que qualquer um ter acesso ao jornalismo? Era preciso, então, elaborar uma nova regulamentação. O problema era como fazer isso sem correr o risco de acabar sem abalar as conquistas obtidas com o decreto 972 e a própria conformação obtida pelo mercado com a incorporação de setores não jornalísticos como as assessorias de imprensa.

Se por um lado, esse conjunto diversificado de declarações nos dá uma pequena amostra de como o tema era controverso entre jornalistas com relativo status na profissão, por outro, podemos perguntar em que grau essas vozes se articulavam com as opiniões dos 17 mil e quinhentos jornalistas profissionais postados no mercado de trabalho em 1986. É razoável se pensar que era em nome de grande parte desse contingente, formado por jornalistas anônimos que os sindicatos procuravam se expressar.

Desse conjunto majoritário saía os representantes da categoria, escolhidos em assembleias, para participar dos encontros, conferências e congressos organizados pela Federação Nacional dos Jornalistas entre os anos de 1980 e 1986, quando a entidade passou a ser dominada por direções identificadas como “combativas”²⁴⁵. Nesses encontros, a legislação profissional era discutida basicamente com dois intuitos: proporcionar o seu aprimoramento e torná-la uma lei construída pelos próprios jornalistas através de um consenso. Um novo projeto de regulamentação foi obtido através do uso dos mecanismos da democracia direta, a escolha da maioria, com os da democracia indireta, escolhas de representantes que iriam discutir e deliberar essas questões em fóruns sindicais nacionais²⁴⁶.

²⁴⁵ Neste período ocorreram o XIX (Guarapari, 1982), XX (Salvador, 1984) e o XXI (São Paulo) Congressos Nacionais de Jornalistas; As XIII (Caucaia, CE, 1981), XIV (Belo Horizonte, 1983) e XV (Rio de Janeiro, 1985) Conferências Nacionais de Jornalistas e Os I (Brasília, 1984) e II (Recife, 1986) Encontros Nacionais de Assessores de Imprensa. Os dirigentes da Federação neste período foram: Washington Tadeu de Mello, cuja ascensão teve apoio do PT e do PCB, e Audálio Dantas, apoiado pelo PCB e Armando Rollemberg, PT. in Sá: 1999, p. 239-261 e 308-322.

²⁴⁶ Os temas relativos a conjuntura política também afetavam a dinâmica desses encontros. O Congresso de Salvador tinha uma pauta de discussão centrada em três temas: regulamentação profissional, código de ética e eleições diretas para a FENAJ. Mas, ele foi atravessado pela sucessão presidencial. Os jornalistas se dividiram entre a proposta do PCB, de apoiar o voto oposicionista em Tancredo Neves e a do PT, de rejeitar a eleição indireta no Colégio Eleitoral. Nº Um, Jornal dos Jornalistas, dezembro de 1984, p. 4. Em relação a regulamentação a Carta do Rio de Janeiro afirmava que os jornalistas eram prisioneiros de um legislação profissional construída pela ditadura e que saíam daquele Congresso com um novo projeto de lei constituído de

Muito embora em alguns desses encontros e congressos tenham sido apresentadas teses no sentido de eliminar o diploma como a única via de acesso à profissão, estas foram rejeitadas pelo plenário. O projeto da FENAJ foi sendo construído em meio a esse processo assembleístico, visando incorporar as novas funções surgidas com o avanço da informática e especificá-las detalhadamente como funções *privativas* dos jornalistas graduados. A lógica que movia os representantes sindicais era de estender o marco regulatório da profissão, encampando as diversas nuances do trabalho jornalístico e discipliná-las com de código de ética nacionalizado²⁴⁷. Além da ofensiva corporativa, esses encontros tiveram o objetivo de travar uma discussão política em torno do monopólio dos meios de comunicação. A idéia era regular as atividades dos meios de massa através de um novo órgão, o Conselho Nacional de Comunicação²⁴⁸.

Assim, quando a questão do diploma veio à tona já havia um clima favorável ao enquadramento da discussão dentro das matrizes da luta de classe. Os editoriais da *Folha de S. Paulo* enfatizavam que a proposta de Santayana libertaria o jornalismo de um grupo profissional e o tornaria disponível a toda a sociedade. Em contrapartida, Alberto Dines (1986, p. 150) afirmou que a campanha patronal podia ser comparada à patrocinada pela *Tribuna da Imprensa* contra Samuel Wainer. Só que as vítimas do novo “furor elitista” dos jornais conservadores eram os estudantes de jornalismo, que traziam consigo a “*chama sagrada do ideal e da consciência profissional*”.

Para a FENAJ a tentativa de derrubar a exigência do diploma era uma ação inspirada na Sociedade Interamericana de Imprensa e orquestrada por empresas de comunicação no Brasil. Ela encontrou amparo na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que sob o pretexto de defender a liberdade de expressão, ia destruir a legislação profissional e a organização sindical dos jornalistas e de outros trabalhadores da comunicação, barrando o avanço de suas conquistas²⁴⁹.

forma democrática, e se passasse no Congresso Nacional seria capaz de normalizar em bases modernas o exercício profissional do jornalismo. Ver SÁ, 1999, p. 562.

²⁴⁷ O projeto foi ratificado no XXI Congresso Nacional dos Jornalistas em São Paulo no ano seguinte. Ele afirmava que as novas funções surgidas com o advento da informática, como a execução da distribuição gráfica de texto, o processamento de texto, edição de imagem, fotografia e/ou ilustração e a elaboração de texto informativo ou noticioso para a transmissão através de teletexto, deveriam ser exclusivas de jornalistas profissionais. A assessoria de imprensa, o magistério de jornalismo, a editoria, a pauta, a diagramação, a repórtagem fotográfica, cinematográfica e ilustração eram funções para as quais a o projeto previa a extensão da exigência do diploma. O código de ética será discutido no próximo capítulo. Ver *Unidade* nº 88, p. 6-10.

²⁴⁸ A proposta do Conselho se inseria na idéia de dar uma função social aos meios de comunicação que deixariam de se orientar somente pelo lucro. Trataremos dessa discussão no próximo capítulo. Ver Carta do Rio de Janeiro. SÁ, 1999, p. 562.

²⁴⁹ Ver Carta de Brasília, documento produzido durante o encontro Comunicação e Constituinte, promovido pela FENAJ e organizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Brasília.

A questão importante aqui é entender como esse clima de polarização se refletiu nas posturas dos dirigentes dos Sindicatos de Jornalistas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em debate na Associação Brasileira de Imprensa, em 5 de maio de 1986 José Carlos Monteiro incorporou as críticas feitas a posição das empresas, afirmando que a campanha contra o diploma tinha iniciado a sete anos atrás com a postura da SIP, que era no fundo “uma entidade meramente patronal”. Para ele, a postura vanguardista da *Folha* na cruzada contra o diploma era um caso particular. O fim do jornal era se livrar das ações movidas pelo Sindicato dos jornalistas de São Paulo, que questionava o mesmo de possuir na sua direção “elementos” não formados em jornalismo, o contrariava a legislação em vigor (*Boletim ABI*, maio/junho de 1986, p. 6).

Gabriel Romeiro, por sua vez, escreveu uma carta a Comissão Provisória de Assuntos Constitucionais no qual afirmava a posição unânime das entidades de classe dos jornalistas em defender a obrigatoriedade do diploma. A legitimidade e o consenso das entidades em torno dessa postura, segundo Romeiro, era fruto de uma decisão da maioria dos jornalistas, expressa em inúmeros Encontros e Congressos nacionais, sempre em votação abertas e democráticas, como era tradição entre os jornalistas. Seu texto justifica esta postura, pois o fim da obrigatoriedade era o fim da regulamentação e o seu efeito imediato era o fortalecimento do monopólio que controlava o jornalismo à época, formado pelo patronato da imprensa, o verdadeiro obstáculo à democratização da informação da sociedade brasileira (*Idem ibid*).

As duas posturas contrariavam as declarações anteriores destes personagens, problematizando os efeitos negativos da legislação profissional. A partir daí ficou muito difícil se travar um debate mais amplo e mais extenso sobre a questão do diploma. A predominância da interpretação de que as empresas estavam à frente de uma cruzada para implodir a organização sindical dos jornalistas apagou o fato de que a iniciativa de eliminar a obrigatoriedade partiu de um jornalista profissional. Mas, as motivações de Santayana não entraram no debate, mas sim as visões que os jornais, principalmente os paulistas, tinham a respeito do tema.

O clima de polarização afetou também Bernardo Kucinski notório crítico da exigência do diploma e das escolas de comunicação. Para ele, a discussão em torno do diploma foi fomentada de forma desonesta pela empresas com a intenção de dividir os jornalistas, uma vez que o tema era polêmico na categoria. Com isto, o verdadeiro ponto nevrálgico da oposição entre sindicatos e empresa, a democratização dos meios de comunicação teria ficado em segundo plano. Ele mostra a dificuldade de engajamento do autor em torno da questão. A

possibilidade de ser visto como um possível aliado das empresas fez com que Kucinski se omitir da discussão. Anos depois ele acusará a FENAJ de ser responsável pela manutenção de um modelo autoritário de profissionalismo²⁵⁰.

A própria Comissão de Assuntos Constitucionais recuou e em 15 de maio de 1986 mesmo ano definiu que o tema não era matéria constitucional e sim de competência da legislação ordinária (*Boletim ABI*, maio/junho de 1986, p. 11). Para Alberto Dines (1985, p. 151), esta reviravolta foi obra do presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho e do jornalista Mário Martins, ambos membros da Comissão e responsáveis por convencer os demais notáveis a retirarem o tema da pauta de debates constitucionais. Entendemos, porém, que a repercussão e a crescente mobilização das entidades de classe e empresas em torno do tema forçaram um recuo estratégico dos notáveis.

Mas, a questão persistiu. A Comissão propôs no seu anteprojeto uma redação para o artigo 32 da constituição cujo “caput” afirmava o seguinte: É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer. O segundo afirmava que esta restrição só existiria para profissões cujo exercício pudesse por risco à vida ou causar dano à indivíduos ou a coletividade. Neste sentido, era livre o exercício de quaisquer profissões ligadas às artes e a livre expressão do pensamento. No entendimento das entidades de classe isto abria uma brecha para se questionar à legitimidade da obrigatoriedade do diploma. Estes artigos e parágrafos compunham o Capítulo I, dos Direitos e Garantias Individuais, da futura Constituição, mas afetavam indiretamente o exercício do jornalismo.

A questão não era tão simples. Para a FENAJ e os Sindicatos este artigo ia de encontro ao que eles definiam como comunicação social, o direito do conjunto da população consumir e produzir informação. Para o Sindicato de São Paulo, o regulamento profissional dos jornalistas não deveria ser um tipo de restrição ao livre exercício deste direito por indivíduos e grupos sociais. Sendo assim, era obrigação dos meios de comunicação estarem abertos não só aos jornalistas e colaboradores, mas ao conjunto da sociedade. Para compatibilizar um direito universal com o de um grupo, que por sua formação tinha direito a fazer dos jornais uma reserva de mercado, os jornalistas teriam de ver sua atividade como *estritamente técnica* e

²⁵⁰ No II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Comunicação, Kucinski afirmou: *O modelo que institucionalizou a profissão é autoritário. Está errado este negócio de só poder ser jornalista quem tem diploma. O mercado de trabalho não está protegido por esta exigência e eu acho que a FENAJ tem uma visão corporativista. Nós queremos democracia ou luta de classes? O diploma não contribuiu para a democratização dos meios de Comunicação, mas para sua avacalhação. Nossa Pauta, nº 14, julho de 1991, p. 6.*

renunciarem a pretensão de serem os únicos a terem direito de expor suas opiniões nos meios de comunicação²⁵¹.

Paradoxalmente, este tipo de interpretação sobre o exercício do jornalismo se aproximava do que pensava o jornal acusado de capitanear os ataques à exigência do diploma, a *Folha de S. Paulo*. O Projeto *Folha* defendia um jornalismo crítico, apartidário, plural e moderno. Para isto ser alcançado, o jornal deveria ancorar o seu prestígio na “precisão da informação” e na “intransigência técnica”. Os editores deveriam recusar trabalhos de qualidade insatisfatória, punir erros cometidos e, em última, instância, substituir profissionais (SILVA, 2005, p. 109).

Em resposta a isso, os jornalistas da *Folha* se reuniram no Sindicato e produziram num abaixo-assinado com os seguintes termos: *Embora haja concordância dos jornalistas com a maioria dos princípios do Projeto, a verdade que os métodos estão em flagrante contradição com estes princípios e com toda uma proposta jornalística desenvolvida desde a abertura política* (SILVA, *Ibid*, p. 114-115). O próprio Sindicato afirmava que o Projeto em si era “olímpico” e que os problemas de adaptação dos jornalistas a ele eram gerados pelos métodos de gestão confusos e arbitrários utilizados pelos condutores²⁵². Por outro lado, os dirigentes da *Folha* entendiam a questão de outro modo, argumentando que as reclamações se deviam ao fato dos jornalistas estarem presos a uma cultura profissional tradicional e por isso estranhavam os novos e modernos métodos de avaliação impessoais²⁵³.

Esse relativo grau de compartilhamento de valores jornalísticos entre empresários e jornalistas ficou em segundo plano durante o debate a respeito dos artigos e parágrafos que

²⁵¹ Esta era a conclusão a que chegou o Sindicato de Jornalistas de São Paulo depois de debater o assunto. Para a entidade, os jornalistas não poderiam exigir que os jornais fossem organismos democráticos de difusão e debates de assuntos relevantes na sociedade se somente eles fossem os únicos capacitados a ocupar esse espaço em função do diploma. Isto contribuiria para silenciar as outras vozes da sociedade que, mesmo de forma amadorística, tinham o direito de expor suas visões de mundo nas páginas dos jornais. *Unidade*, nº 90, set/out de 1986, p. 23-24.

²⁵² Esse caráter autoritário era expresso através de três modos. O primeiro pelas justificativas do jornal para demitir 28 jornalistas alegando falta de competência profissional dos mesmos para se enquadrarem à filosofia do projeto e não contenção de custos, argumento usual das empresas. O segundo, a introdução selvagem das novas tecnologias, fator responsável pela demissão sumária de 70 revisores. O terceiro era o método de avaliação dos repórteres. Os critérios como domínio de linguagem, empenho, confiabilidade técnica, exatidão, rapidez, senso crítico, concisão, disciplina, formação cultural, iniciativa, criatividade e identificação com o projeto eram avaliados por 21 jornalistas como chefes de redação e editores que não tinham maiores preocupações em diferenciar os trabalhos de editoriais diferentes como a de política e de esporte. Segundo o Sindicato, a alegação de incompetência era um dos fatores que feria a dignidade dos profissionais. O Caso *Folha* in *Unidade*, nº 75, fevereiro de 1975, p.4-5.

²⁵³ Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva, secretário de redação da *Folha*, o projeto era o mais democrático possível do ponto de vista empresarial e o jornal seguia as regras de qualquer empresa capitalista. Para Caio Túlio Costa, também secretário, a idéia da *Folha* era fazer um bom jornal a qualquer preço, pois não havia mais lugar as visões românticas do passado. O Sindicato argumentava, por sua vez, que os jornalistas queriam respeito ao seu profissionalismo e não romantismo ou autoritarismo. *Idem ibidem*

compunham o Capítulo I da Constituição. A estruturação dos direitos individuais em termos essencialmente liberais pôs jornalistas e jornais em conflito a respeito da obrigatoriedade do diploma. As entidades de classe dos jornalistas protestaram, pois a redação proposta para o artigo 32 e seus parágrafos derrubava na prática a exigência do diploma²⁵⁴. Sindicatos e a ABI se articularam com os deputados Antônio Brito, Carlos Alberto Caó, Cristina Tavares e Arthur da Távola para propor um substitutivo à redação do artigo 32. Após intensas discussões na Comissão de Sistematização, os deputados desta aceitaram os argumentos de Antônio Brito mostrando que a exigência de qualificação superior específica para o exercício do jornalismo visava defender o uso da responsabilidade como critério profissional. Pela sua importância, *o jornalismo não poderia ser exercido qualquer pessoa, a qualquer momento e sobre qualquer pretexto*. (Boletim ABI, novembro/dezembro de 1987, p. 6).

Assim, no final de 1987, a comissão produziu um texto dando a seguinte forma na redação final do parágrafo 2º do artigo 32 do Capítulo I da Constituição: *é livre o exercício de qualquer profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir*. Com isso, chegava ao fim a “batalha” do diploma²⁵⁵. O percurso traçado até aqui procurou mostrar como a estruturação do debate em torno de uma polarização entre patrões e jornalistas colaborou para a manutenção desse tipo de restrição ao exercício do jornalismo.

Na realidade, a luta de classes funcionou como uma justificativa para os sindicatos de jornalistas manterem com a exigência do diploma uma barreira ao ingresso de quaisquer outros agentes a este tipo de atividade. Isto contribuiu para a maior parte dos jornalistas afirmarem o diploma como o centro de suas identidades profissionais, a despeito da mobilidade destes agentes por diversos setores da comunicação. Mas, o importante é destacar que a luta de classe foi um fator fundamental para diversos agentes inverterem a sua postura diante da questão da obrigatoriedade. Neste sentido, uma postura majoritária que apontava para a revisão da lei, propondo uma abertura total ou parcial sucumbiu diante da legislação.

Por outro lado, a luta de classes também exortou os sindicatos afirmarem estar defendendo a posição da maioria anônima dos jornalistas através da representação desse setor nas assembleias sindicais. A consequência disso foi o apagamento de um debate rico em

²⁵⁴ Segundo o Sindicato de Jornalistas de São Paulo, *fica claro com essas novas formulações que a Comissão de Estudos Constitucionais abandonou o questionamento da exigência do diploma e passou a questionar a regulamentação da profissão de jornalista em si mesma. Pior que isso, caracterizá-la como cerceadora da liberdade de expressão do pensamento e, em consequência, torná-la inconstitucional*. Ver Unidade, set/out de 1986, p. 21.

²⁵⁵ Segundo Alberto Dines, com a aprovação do substitutivo do parágrafo 2º, a questão do diploma evaporou-se, produzindo muito barulho por nada. Unidade, nº95, p. 3.

argumentos que vinha sendo travado em diversas instâncias sobre a questão da obrigatoriedade. A partir do momento em que essa discussão se estruturou em torno da retórica classista, ela diluiu, ficando restrita ao conflito de visões entre as entidades sindicais ou às empresas jornalísticas. Dentro da matriz discursiva dos sindicatos, ser a favor do diploma era ser a favor de um modelo de jornalismo, como veremos a seguir, em prol não só do interesse da maioria dos jornalistas assalariados, mas também do conjunto da sociedade e contra os interesses privados das empresas de comunicação.

6. A DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

6.1 A Ética e o Código

Não posso ser ao mesmo tempo, crítico de mídia e presidente de uma estatal que têm três emissoras de TV, cinco emissoras de rádio e duas agências de notícias na internet. O que pensaria o leitor? Será que ele confiaria na independência do meu ponto de vista? O leitor teria no mínimo uma desconfiança. Mas, para o nosso código de ética, tudo estaria bem. Para ele, o jornalista pode ser repórter da Folha de S. Paulo, de O Estado de S. Paulo e da Rede Globo e ao mesmo tempo ser ao mesmo tempo assessor do Ministério da Fazenda e da Cultura. Só o que ele não pode fazer é matéria sobre esses ministérios. Francamente, é um descalabro (Eugênio Bucci, Presidente da Radiobrás)²⁵⁶.

Não era desta forma que parte dos jornalistas interpretavam o seu código de ética quando ele foi construído por uma comissão instituída pela FENAJ duas décadas antes de Eugênio Bucci classificá-lo como um *descalabro*. Quando o código foi apresentado à categoria na Conferência Nacional realizada no Rio de Janeiro, no final de setembro de 1985, ele não tinha por finalidade coibir o duplo exercício da função de assessor e jornalista. Sua proposição era, conforme o documento resultante deste encontro, *assegurar a subordinação do trabalho jornalístico aos deveres dos profissionais para o conjunto da sociedade*²⁵⁷.

Essa diretriz é coerente com um processo de engajamento dos Sindicatos e da própria FENAJ cujas ações eram movidas pelo desejo de construir um outro modelo de comunicação social para o país Brasil. Este desejo era motivado pela proximidade de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte e as estratégias de ação dessas entidades passavam por dentro do parlamento. Elas tinham como objetivo institucionalizar juridicamente o Conselho Nacional de Comunicação. As justificativas para a legitimação de tal órgão eram similares às utilizadas pelos jornalistas paulistas para criarem o Conselho Consultivo de Representantes de Redações, CCCR: a necessidade de democratizar os meios de comunicação, uma vez que a simples liberdade de imprensa só era útil ao poder dominante num regime capitalista selvagem como o brasileiro. Para romper com esse domínio do patronato era fundamental fazer com que os cidadãos de uma forma geral não só exercessem o seu direito de ser informado, mas principalmente de produzir informações²⁵⁸.

²⁵⁶ Pequeno trecho de sua palestra proferida no Primeiro Seminário Nacional “Ética no Jornalismo”, organizado pela FENAJ e pelo Sindicato de Jornalistas de Londrina e Região em 31 de março de 2006.

²⁵⁷ Carta do Rio de Janeiro. Ver SÁ, 1999, p. 563

²⁵⁸ Um dos formuladores da proposta do Conselho foi Tomaz de Aquino Silva Filho, técnico de Comunicação Social do Banco do Nordeste do Brasil e representante do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Ceará na FENAJ, como o estatuto de jornalista profissional tinha se estendido para funcionários públicos e de estatais. *Nº Um*, Jornal dos Jornalistas, nº 9, março de 1986, p. 7.

Para isto se tornar uma realidade seis medidas seriam necessárias: tornar a prestação de informações de empresas públicas e privadas uma função social e não comercial; assegurar o uso social das novas tecnologias da comunicação para que elas não gerassem desemprego e não fossem monopolizadas pelas empresas; garantir a diversidade cultural através da regionalização da produção audiovisual e cinematográfica; garantir recursos estatais para veículos de comunicação controlados por organizações representativas da sociedade civil (partidos, sindicatos e associação de moradores); fortalecer a identidade entre sindicatos de trabalhadores da área de comunicação, com o Estado assumindo a responsabilidade exclusiva pela formação de profissionais e por tornar a comunicação tema de ensino nas escolas públicas²⁵⁹. Para dar forma a esta nova política, o Conselho Nacional de Comunicação teria sua composição preenchida pelos representantes dos trabalhadores em geral, depois os da comunicação e, por último, dos empresários do setor. Este arranjo daria maioria aos grupos socialmente dominados e a produção repercutiria a visão de mundo sociedade brasileira²⁶⁰.

O resgate da discussão sobre o Conselho Nacional de Comunicação é fundamental para entendermos a lógica de construção do código de ética já que eles foram elaborados no contexto das discussões da Conferência Nacional realizada no Rio de Janeiro. Se o Conselho era um instrumento para dar uma função social aos meios, o código era vital para que os jornalistas orientassem suas condutas profissionais em prol da produção de um jornalismo que fosse do interesse da maior parte da sociedade e, portanto, livre das obrigações de lucro das empresas jornalísticas. Essa suposta divergência entre um jornalismo de interesse geral versus o de interesse privado é que orientou as diretrizes do Conselho, visto não só como um organismo social capaz de democratizar os meios, mas como um instrumento de ação política dos setores mais engajados em termos sindicais no universo da comunicação.

Neste sentido, é importante é compreender a relação deste tipo de postura com a criação do código de ética. Não nos interessa aqui discutir tópicos específicos do código, mas mostrar como as diretrizes que orientaram a confecção deste regulamento normativo estavam centradas na idéia de reforçar o vínculo de identidade dos jornalistas com as demais categorias de trabalhadores assalariados. Esse vínculo era, segundo Dídimo de Paiva, o lastro que impediria o jornalista pairar acima das classes sociais como um intelectual tradicional²⁶¹.

²⁵⁹ O mentor dessas propostas foi o professor Othon Jambeiro, da Universidade Federal da Bahia e representante sindical daquele estado na FENAJ. *Nº UM*, *Jornal dos Jornalistas*, nº 6, outubro de 1985, p. 12.

²⁶⁰ Ao todo seriam quinze representantes obedecendo a seguinte divisão: dois representantes dos empresários, cinco dos profissionais de comunicação, sete das demais categorias de trabalhadores e segmentos populares e um da instituição universitária. *Jornal ANJ*, nº 11, p. 10.

²⁶¹ Dirigente do Sindicato de Jornalistas de Minas Gerais e um dos membros da Comissão criada pela FENAJ para elaborar o Código de Ética.

Os jornalistas não são diferentes das demais categorias trabalhadores, como o operário ou o camponês sem terra. E não será através pelo privilégio de escrever em jornais e revistas, falar no rádio e na TV que o jornalista pode se considerar um ente intocável e diferente dos comuns dos mortais (*Nº Um*, Jornal dos Jornalistas, nº 6, setembro de 1985, p. 15).

A questão é que esse vínculo de identidade não excluía o jornalista de sua principal missão, reportar os fatos adotando uma postura isenta. Para isso, ele não poderia se deixar levar por pressões de natureza econômica, política, e/ou pessoal ao executar o seu trabalho. Ou seja, ele teria de ter independência para pensar e escrever notícias, reportagens, comentários, textos opinativos, enfim, qualquer coisa considerada de teor jornalístico. Só assim o profissional produziria um jornalismo “autêntico”, capaz de se aproximar da veracidade dos fatos cotidianos.

Onde está o jornalista? No jornal, nas notícias que ele dá, no seu trato com o público, com os colegas, consigo mesmo. O jornalista está na redação, na máquina fotográfica, na mesa de revisão, na prancheta de diagramação. Em cada uma dessas missões ele não pode ser um sujeito desligado da vida ou do drama que se passa lá fora. O jornal, para ser autêntico e veraz, deve ser um resumo do que se passa no mundo, no país e na cidade. No exercício profissional, o jornalista não pode sofrer qualquer tipo de restrição, devendo reconhecer direitos e liberdade de outrem, mas jamais ceder diante dos interesses de ordem estatal, de grupos econômicos, religiosos, ideológicos ou as suas conveniências pessoais (Idem *ibid*).

Esses princípios ressuscitam os arquétipos através dos quais identificamos as premissas do jornalismo norte-americano. Nele, às notícias são vistas como um pequeno retrato do que acontece no mundo e o jornalista um observador neutro capaz de registrar a realidade. Ao mesmo tempo, há um conjunto de prerrogativas que visam aproximar o exercício do jornalismo da atividade intelectual engajada²⁶².

²⁶² O jornalismo norte-americano, que serviu de referência para o caso brasileiro, também não se fundamenta sobre valores compatíveis entre si. Conforme ETTEMA e GLASSER (1998), lá a defesa da objetividade, que pressupõe uma atitude de desengajamento por parte dos jornalistas, convive com a idéia de que este agente é um cão de guarda, uma sentinela dos valores morais da sociedade norte-americana. No caso brasileiro, ALBUQUERQUE (2006, p. 85) chamou a atenção para um importante detalhe. A discussão em torno da ética jornalística feita pelos agentes normalmente é feita à margem de um aspecto fundamental do debate: à obrigatoriedade do diploma. Esse tipo de lógica também prevaleceu nos anos 1980, quando os Sindicatos de jornalistas defenderam que o jornalista tivesse um papel híbrido, como observador neutro e/ou intelectual engajado, mas lutaram pela permanência da exigência do diploma, fator que permitia a este agente ter uma dupla identidade profissional, como jornalista, agente produtor do processo noticioso, e como assessor de imprensa, fonte intermediária desse processo de produção.

Um dos problemas desse tipo de atitude era o seu viés classista. A FENAJ advogava este modelo de ação entre os jornalistas brasileiros e defendia que os interesses comerciais das empresas ficariam em segundo plano no processo noticioso. Isto a inseria na perspectiva do conflito e não do consenso de valores no interior da comunidade jornalística. O modelo para se tornar hegemônico teria de ser imposto e não negociado. Esse caráter problemático da ética jornalística foi discutido em 1979 por Alberto Dines dentro de uma outra perspectiva. Preocupado com a articulação dos donos de jornais em torno da ANJ, ele observou nos estatuto da entidade patronal a menção à criação de um Código de Ética. Para Dines, esse futuro Código só poderia beneficiar uma classe social específica que, por interesses econômicos, deixou os interesses jornalísticos de lado para compactuar com a ditadura militar.

O Código elaborado pelos donos de jornais só poderia resultar num instrumento de dominação destes sobre os jornalistas, solapando, assim, qualquer possibilidade de se praticar um jornalismo sério, profissional e isento no momento final de transição política para a democracia. Para Dines, somente a ABI, por ser um órgão pluriclassista, poderia se apresentar como um fórum de discussão da ética jornalística e um potente agente construtor de um consenso de valores entre os jornalistas profissionais.

Como permitir que os tutores de uma submissão aética convertam-se magicamente nos decretadores de moralidade para a nova fase de independência jornalística? Numa sociedade verdadeiramente democrática, as convenções devem ser fruto de consenso. O pluralismo não significa apenas a existência de várias opções ideológicas, mas antes e acima de tudo uma disposição de aceitar enfoques diferentes (...). A ABI, que representa todos os setores da imprensa é o único foro em que uma discussão sobre ética jornalística pode ser travada de forma descompromissada e, em função dela, ser composto algo mais consciencioso do que um código escrito – um ideário. Ética com uma ótica só jamais será respeitada (*Boletim ABI*, outubro/novembro de 1979, p. 7).

A ABI por sua vez, assumiu a postura de fórum, promovendo no início de 1980, um debate sobre ética jornalística, no qual chamava atenção para um aspecto importante da questão. O caráter controverso a cerca dos princípios morais que deveriam nortear a prática do jornalismo tinha como centro a dificuldade de se conciliar o tema da liberdade de imprensa com o tema da responsabilidade social do jornalismo. O debate era entendido como o principal meio dos jornalistas encontrarem uma difícil fórmula para, de um lado, preservar a liberdade de expressão de pensamento; de outro criar algumas restrições de modo a se evitar tanto os abusos à liberdade de imprensa como elevar a função social dos meios de comunicação social de

massas. Este era um passo necessário, na visão da entidade, para que pudéssemos chegar a uma sociedade harmônica e democrática (*Boletim ABI*, fevereiro/março de 1980, p. 4-5).

Participaram do debate: quatro jornalistas, entre eles um empresário de comunicação (Roberto Marinho, dono das Organizações *Globo* e presidente da ANJ), um ocupante de cargo executivo (Otto Lara Resende, diretor-adjunto de *O Globo*), um colunista (Alberto Dines, da *Folha de S. Paulo*) e um ocupante de cargo de representação de parte da categoria (Ancelmo Góis, presidente da Associação Nacional de Jornalistas de Economia e Finanças); dois juristas (Raimundo Faoro, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, e Serrano Neves, criminalista) e um representante da Arquidiocese de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

A discussão se orientou através das visões individuais de personagens vinculados a instituições com importante papel na transição democrática e na defesa dos direitos humanos durante à ditadura militar: Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil e Igreja Católica. Estes setores compunham o universo da classe média brasileira que simpatizava, em maior ou menor grau, com um difuso ideário liberal democrático, base do Estado de Direito. Com isso, a ABI contornava o caráter classista da discussão, funcionando como um canal de interlocução para jornalistas, donos de jornais e representantes de segmentos da sociedade para os quais a imprensa tinha um importante papel na consolidação da ordem democrática.

Os debatedores expuseram a sua visão da ética jornalística respondendo a quatro perguntas que tinham por objetivo verificar até que ponto a liberdade de imprensa poderia conviver com restrições capazes de limitar “abusos” que desviassem o jornalismo de uma prática “socialmente responsável”. As perguntas eram as seguintes: 1) Vossa Senhoria considera haver chegado o momento da instituição de um código de ética para o jornalismo? 2) Considera possível a instituição de tal código sem que isso implique em alguma forma de restrição à liberdade de colher e transmitir informações? 3) Quem deve participar da fixação dos preceitos éticos para o jornalismo: o Estado, os proprietários dos meios, os jornalistas, os destinatários da comunicação? 4) Estabelecidos os preceitos éticos, como regular a sua aplicação e assegurar sua observância? (*Boletim ABI*, fevereiro/março de 1980, p. 4). Vamos, assim, mapear o debate com certa linearidade, mas identificando as similaridades e diferenças de pensamento entre jornalistas e não jornalistas. Ao mesmo tempo, tomaremos cuidado para observar as estratificações existentes na primeira categoria.

A maior parte dos debatedores considerava a atmosfera política da redemocratização um ambiente político adequado a esse tipo de discussão²⁶³. Mas houve ponderações. Ancelmo

²⁶³ Para Roberto Marinho e Otto Lara Resende a fase de transição tinha uma dinâmica política que animava e facilitava esforços dessa natureza. Para Serrano Neves, um dos juristas, a medida era particularmente meritória,

Góis afirmou que este tipo de discussão podia gerar retrocessos na liberdade de expressão, pois o autoritarismo e a intolerância não eram prerrogativas somente do Estado. Para ele o Código feito naquela conjuntura política teria um formato derivado das relações de poder existentes no interior da imprensa. Como havia um desequilíbrio de forças em favor do patronato, o Código significaria imposição de mais restrições à independência do jornalista (*Ibid*, p. 4-5).

Alberto Dines tinha uma visão diferente na qual associava termos relacionados com o pensamento marxista e funcionalista. De um lado, ele entendia que a ética jornalística era algo *objetivo e infra-estrutural*, uma vez que só podíamos entender o jornalismo “verdadeiro” como uma prática social responsável. De outro, o jornalista tinha a obrigação moral de trabalhar com equilíbrio, equidistância e independência. A auto-censura e a manipulação do noticiário eram disfunções vitais não só ao jornalismo como a prática democrática²⁶⁴.

Seu pensamento tinha ecos com o de Dom Evaristo Arns. Este entendia que não havia a atividade de imprensa fora do conceito de responsabilidade social. A ética jornalística como os direitos humanos estavam baseados na Lei Natural, que interpelava os agentes de forma impositiva. Neste sentido, o comportamento moral do jornalista derivava de um imperativo ético e não de negociações envolvendo a construção de um conjunto de posturas passivas de serem descritas como profissionais²⁶⁵.

Em relação à formalização, à participação e à aplicação do código de ética temos uma divisão dos debatedores em três conjuntos opinativos. O primeiro era formado por Roberto Marinho, Otto Lara Resende e Alberto Dines. Eles entendiam que as normas éticas entre os jornalistas só deveriam existir se emergissem de um consenso capaz de superar as divergências e os conflitos existentes entre os jornalistas.

Havia pequenas variantes interpretativas entre eles. Para Roberto Marinho e Otto Lara Resende o consenso deveria ser espontâneo e não se traduzir em códigos escritos. Em visto disso, caberia ao Estado agir no sentido de reparar os abusos cometidos em nome da liberdade de imprensa, de forma exclusivamente pecuniária resultante de sentenças proferidas por tribunais civis²⁶⁶. Roberto Marinho enfatizou que a criação de uma instância capaz de regular e

pois o jornalismo brasileiro já havia ultrapassado a fase do *artesanato doméstico, parques de recursos e ricos de heróis, no qual a idéia de ética profissional nem fazia sentido, já que estava contida na pureza e na grandeza do idealismo*. Idem *Ibid*.

²⁶⁴ Segundo Dines, a ética não podia algo subjetivo e superestrutural, pois estava embutida numa atividade de intermediação essencial para a sociedade. Neste sentido, a discussão estava *atrasada*. *A abertura política sem o devido lastro da responsabilidade política simplesmente não existe*. Idem *ibid*.

²⁶⁵ Para Dom Evaristo, qualquer atividade envolvendo responsabilidade social corresponde a uma ética baseada na Lei Natural e nos direitos da pessoa humana.

²⁶⁶ Conforme Lara Resende, *a ética tem de derivar do consenso e do bom senso dos jornalistas*. Para Marinho, ela teria de ser herdeira dos “padrões de comportamento” dos profissionais envolvidos com o jornalismo.

assegurar determinados preceitos éticos para o jornalismo só poderia resultar de um regime tirânico imposto por uma maioria sobre o restante dos jornalistas.

Como regular a aplicação e a observância de um compromisso assumido em bases estritamente voluntárias num dado momento histórico? Podem e devem os jornalistas aplicar sanções a outros jornalistas, deles cobrando o procedimento que uma maioria, a certa altura de um processo permanente mutação, considerou desejável e certo? (Idem Ibid).

Para Alberto Dines, a objetivação das normas éticas na democracia deveria resultar de um processo de mobilização dos diversos grupos sociais (profissionais, empresariais, publicitários, estatais e o público) em prol da responsabilidade jornalística. Segundo ele, *à ética chega-se. Partir de uma ética escrita e pronta é arbitrário*. Essa mobilização ao cimentar ética com técnica seria capaz de criar *mecanismos saudáveis* para promover a crítica aos meios de comunicação (como o *media criticism*). A discussão a cerca da responsabilidade seria o fator capaz de mobilizar os agentes, como acadêmicos, sindicatos e empresas jornalísticas. A ABI funcionaria como um pólo catalizador dessas discussões²⁶⁷.

O segundo conjunto de opiniões era composto pelos juristas. Estes entendiam que um código de ética explícito e formal era necessário para fundamentar a função social do jornalismo. Para isso, os jornalistas deveriam criar instâncias. Mas, aqui também há variantes. Para Serrano Neves, sem uma codificação deontológica, a liberdade de colher e transmitir informações se transformaria numa *licenciosidade*, banalizando um direito essencial para a vida pública. *A instituição do código seria um poderoso instrumento de defesa da própria liberdade em referência, pois como diria Padre Antônio Vieira, 'quem quer mais do que lhe convém, perde o que quer e o que tem'* (Idem ibidem).

Na sua visão, os jornalistas deveriam constituir, como na maior parte do mundo civilizado, uma Ordem dos Jornalistas para regular a aplicação do código. Lembrou que no Brasil houve iniciativas neste sentido²⁶⁸. O problema, porém, era a falta de consenso entre os próprios jornalistas. *Os magos e mágicos do jornalismo brasileiro discordaram da criação da ordem. E argumentaram, então, que a imprensa entre nós é competitiva e, portanto, a*

²⁶⁷ Conforme Dines, *uma mobilização da sociedade em todos os níveis será mais rica, mais produtiva e mais sadia do que a codificação rústica e puritana de uma série de preceitos distantes*. Apesar de ser um dos defensores da objetividade jornalística, sua concepção se afasta da interpretação de Soloski (1993), para quem as normas profissionais dos jornalistas daquele país funcionam tanto como um mecanismo de adaptação destes agentes às rotinas do trabalho jornalístico existente nas empresas como para manter um base valorativa capaz de dar lastro ao sendo de independência dos mesmos como profissionais.

composição do Conselho da Ordem, seria sempre, de alguma forma, adversária (Idem ibidem). Assim, dada a pertinência do debate no início dos anos 1980, Neves afirmou que os jornalistas deveriam seguir em frente e construir um organismo capaz de subordinar á ética de cada profissional a uma ética social, relativizando o dissenso de valores existentes entre os jornalistas.

Para Raymundo Faoro, um código de ética para os jornalistas só seria viável se os mesmos fossem tratados como profissionais liberais, conseguindo o direito básico de ter suas identidades reconhecidas ao porem suas assinaturas em reportagens e/ou matérias opinativas. O Código em hipótese nenhuma teria como função restringir a liberdade de imprensa, se atendo apenas aos *aspectos obscuros* do trabalho jornalístico, como o sigilo da fonte, o uso do off e outros instrumentos cuja banalização e uso recorrente beneficiaria os *manipuladores de informações*²⁶⁹.

A prática do off, da qual se beneficiam os manipuladores de informações e da qual a maior vítima é a imprensa, poderia ser disciplinada, certo que a generalidade do procedimento que o limitasse desestimularia o seu uso. A imprensa, que se inspira no preceito liberal da publicidade dos assuntos públicos, não deveria sucumbir à tentação de, ao divulgar a informação, valorizar o seu segredo (*Boletim ABI*, fevereiro/março de 1980, p. 5).

Para discutir esses aspectos e regular melhor o exercício profissional, os jornalistas deveriam criar uma instituição legal dotada de poderes para definir os direitos e deveres dos jornalistas nas suas relações com as empresas e o público. Em relação às empresas, o Código se ateriam às condições contratuais de trabalho dentro de uma relação de prestação de serviços com as empresas sendo tratadas como *clientes*. As violações cometidas pelos jornalistas nas suas relações com o público seriam observadas pela lei penal. A instância reguladora (a Comissão de Ética) deveria se limitar apenas a retirar a capacidade do profissional atuar nos meios de comunicação, de forma temporária ou definitiva, mediante a um julgamento feito pelos pares.

O terceiro grupo de opiniões era composto pelas visões de Ancelmo Góis e Dom Evaristo Arns. A característica comum do pensamento de ambos é fato de admitirem a criação de um Código sem definir precisamente qual instância seria responsável por regular a sua

²⁶⁸ Segundo Serrano Neves, três propostas levadas ao Congresso Nacional. A primeira em 1955, pelo deputado Adguar de Barros, do PTB de São Paulo. A segunda em 1975, pelo deputado Antunes de Oliveira e a terceira, em 1977, pelo Sindicato dos Jornalistas Liberais do Rio de Janeiro.

²⁶⁹ Faoro, de forma indireta, se remete à concepção de Hall (1973) sobre o trabalho noticioso, definido por ele como uma das estruturas mais opacas da sociedade moderna. *Os jornalistas falam de notícias como se “as reportagens” e “os novos ângulos” de uma cobertura tivessem inspiração celestial*. Só que a questão de Hall é

aplicação. Ancelmo Góis entendia que um código, num país democrático, teria positividade se fosse capaz de disciplinar as relações dos jornalistas com o público, o poder público e o patronato, dando aos homens de imprensa maior liberdade de atuação. Para isso ele, o Código deveria ser elaborado por todas as pessoas envolvidas nos efeitos produzidos pelo jornalismo e não exclusivamente por jornalistas. Porém, ele reconhece que isto seria inviável, assim como a criação de uma instância reguladora que tivesse a confiança de todos os setores envolvidos na produção jornalística (*Ibid*, p. 4).

Dom Evaristo Arns afirmou que se era para fazer um código, este deveria ser feito por juristas, os únicos especialistas capazes de conciliar a questão da liberdade de expressão com o tema da responsabilidade da Imprensa. Eles teriam de ser ouvidos e acompanhados pelas instituições interessadas, como o Estado, os Sindicatos de jornalistas, dos proprietários e os destinatários da comunicação social. Mas, era preciso um instrumento mais eficaz para inibir as agressões verbais, a poluição fotográfica, a veiculação sutil de contra-valores, a instrumentalização e outros efeitos nocivos da produção noticiosa. *A lei poderá servir como elemento referencial e regulador do que excedesse em ousadia, insulto e violação os mais elementares direitos da comunicação* (*Ibid*, p. 5).

A grande questão que emerge desse conjunto diversificado de opiniões é se a harmonização entre os valores da liberdade e da responsabilidade deveria resultar de um consenso espontâneo entre os próprios jornalistas ou da ação da ação voluntária de um conjunto de agentes destes através de suas instituições de classe. A questão da formação de um consenso espontâneo é complexa e envolve um exame do contexto político-cultural no qual o jornalismo está inserido. No seu estudo comparativo, Hallin e Mancini (2004, p. 196) constataram que no modelo liberal de jornalismo, a profissionalização dos jornalistas ocorreu de forma relativamente simultânea a profissionalização da administração pública e a crescente autoridade das cortes de justiça, capazes de responderem com relativa agilidade à demanda privada dos agentes econômicos e políticos²⁷⁰. No caso particular dos Estados Unidos, país cujo padrão de jornalismo sintetiza esse modelo, a atmosfera política gerada pelo Movimento Progressivo no início do século XX foi fundamental não só para criar um ambiente no qual a política passou a ser visualizada e interpretada como técnica administrativa. Os jornalistas e os jornais foram agentes ao mesmo tempo sofreram das influências desse processo, produzindo um ambiente

com os aspectos culturais relacionados à produção de notícias e não com questões legais envolvendo a manipulação do noticiário.

²⁷⁰ Uma das características comuns dos países enquadrados nesse modelo (EUA, Inglaterra, Irlanda e Canadá) é o sistema político calcado numa estrutura bipartidária e num governo majoritário, no qual o partido vencedor das eleições assume a total responsabilidade pelos atos de governo.

que contribuiu para se criar uma cultura profissional entre eles relativamente compartilhada entre repórteres e proprietários de jornais²⁷¹.

Por outro lado, os autores também constataram existir uma forte cultura profissional independente na Alemanha, Holanda Noruega, Suécia e Dinamarca, países enquadrados no que eles chamaram de modelo democrático-corporativo de jornalismo. Este é caracterizado pela larga presença na esfera pública de partidos e grupos organizados com diferentes ideologias enraizadas nas históricas divisões existentes nas sociedades desses países. As mazelas vividas na crise dos anos 1930 e na Segunda Guerra Mundial impulsionaram esses grupos a abrirem mão dos seus interesses privados e em compartilhar de um conjunto de regras através das quais eles dividiram parcelas do poder político, resolvendo com isso as suas diferenças e tomando decisões coletivas a cerca do que eles consideravam ser de “bem comum”. Esse tipo de cultura política se desenvolveu como resposta a crise econômica mundial de 1930 e aos efeitos das invasões nazistas na década 1940 culminando na criação de um Estado de Bem Estar Social (Welfare State), personagem central na manutenção deste arranjo. Isto foi fundamental não só para permitir o desenvolvimento de uma mídia de comercial de massa paralelamente a uma outra ligada às culturas corporativas desses diversos grupos políticos e sociais. Neste ambiente, os jornalistas desenvolveram um forte de senso de independência das outras instituições, construindo em meio às duas divergências políticas, um conjunto de princípios capazes de exprimir suas identidades como profissionais. Um deles é o de interpretar e opinar sobre os fatos de acordo com suas crenças políticas e de intervir explicitamente na realidade social (*Ibid*, p. 244).

Temos assim dois modelos de profissionalismo em que, de um lado, o tema da responsabilidade e liberdade foi harmonizado sem a interferência do Estado na relação dos indivíduos e grupos entre si e outro no qual o Estado é um personagem importante na manutenção do consenso entre os diversos grupos sociais. Isto teve efeitos na produção jornalística, sendo o modelo liberal conduzido pela ética do desengajamento e o modelo democrático-corporativo pela da intervenção no debate político.

Evidentemente que a realidade brasileira dos anos 1980 não tinha uma correspondência direta com um ou outro contexto. Em termos políticos, o Brasil dava os seus primeiros passos para consolidar um presidencialismo multipartidário. Porém, no período em questão ainda sofria da influência da lógica bipartidária predominante no regime militar. Nela, o arranjo entre governo e oposição correspondia às posições da rede de apoio da ditadura e dos grupos de

²⁷¹ SCHUDSON (1978) atribuiu o fortalecimento da norma da objetividade jornalística a esse contexto cultural.

oposição da sociedade civil. Uma das novas forças partidárias que emergiu neste contexto foi o Partido dos Trabalhadores procurava se afirmar numa terceira posição dando um caráter classista às disputas políticas no ambiente brasileiro.

Dentro desse contexto foi se afirmando uma determinada subcultura sindical até certo ponto paradoxal, que mesclava um discurso de combate à ditadura e ao empresariado, mas sua permanência com sua estrutura vinculada ao Estado²⁷². Em relação ao jornalismo, temos um quadro no em que os jornais formaram, num primeiro momento, a rede de apoio ao golpe militar e, posteriormente, ajudaram na condução do processo de restauração democrática. Isto aconteceu diante do fim da experiência da imprensa alternativa e da expansão do mercado de trabalho jornalístico para além das redações. Neste ambiente, os sindicatos de jornalistas tentaram, de um lado, consolidar a identidade de classe dos jornalistas como trabalhadores assalariados, de outro, formalizar as relações de trabalho destes agentes em setores jornalísticos e não jornalísticos dentro dos marcos legais herdados do regime militar. Este tipo de estratégia combinava o confronto com as empresas e um processo de acomodação das relações de classe no interior das normas jurídicas expressas pelo decreto-lei 972 e seus regulamentos posteriores. Que tipo de cultura profissional se formou neste ambiente e como ela procurou harmonizar o tema da liberdade com o da responsabilidade?

A discussão travada até aqui tem ainda um outro componente no qual o trabalho dos jornalistas está situado na confluência entre as esferas da comunicação, envolvendo o seu trabalho na indústria cultural, da cultura, envolvendo a importância dos meios da difusão e sedimentação de hábitos e valores no corpo social, e a política, envolvendo a relação desses valores com os grupos que disputavam o poder. No início dos anos 1980, as relações entre essas esferas estavam circunscritas estavam marcadas por um clima de tensão envolvendo os jornalistas dentro da perspectiva do engajamento político.

Isto nos remete a Gramsci (2002), no qual o papel da imprensa se aproxima se aproxima do partido político e o jornalista, por atuar na esfera superestrutural não deixa de estar ligado, seja como produtores, seja como difusores das idéias dos grupos dirigentes, a produção ideológica. Evidentemente, que a indústria cultural dos anos 1980 não se assemelha à imprensa partidária existente na década de 1920 na Itália. Segundo Coutinho (2000, p. 74-77), o desenvolvimento da indústria cultural não pode ser vista somente do lado negativo. Isto

²⁷² Apesar dois discursos defendendo a autonomia e a pluralidade sindicais, o novo sindicalismo manteve dois princípios básicos do sindicalismo anterior a 1964: a unicidade, o fato de somente um sindicato poder representar os trabalhadores numa determinada área geográfica, e a contribuição sindical obrigatória, que obrigava o trabalhador ceder o valor do salário correspondente a um dia de trabalho para sua instituição de classe.

porque ela submeteu a maioria dos intelectuais às relações de assalariamento, impedindo-os que eles continuassem a se comportar como “mandarins privilegiados”, cujo prestígio e status decorriam, até então, dos seus acúmulos de capital cultural e da aproximação afetiva que possuíam com o poder dominante, e os converteu em trabalhadores assalariados a serviço da reprodução do capital.

Este seria um dos fatores que teria permitido a identificação dos jornalistas com as demais categorias dos trabalhadores assalariados nos anos 1980. Ao tentarem fundamentar a identidade profissional dos jornalistas no antagonismo de classe, os sindicatos se posicionaram dentro de uma perspectiva que tornava praticamente inviável possibilitar aos jornalistas e empresários compartilharem da mesma visão a cerca da responsabilidade social do jornalismo ou que harmonizaram às suas diferenças a respeito do tema. Este antagonismo de classe pode ser observado nos discursos de Armando Rollemberg, ao rememorar o seu período na presidência da FENAJ, entre 1986 e 1989.

As divergências internas, embora cada vez mais acentuadas, não impediram os avanços da luta da categoria. Denunciávamos a concentração dos meios de comunicação, lutávamos pelos direitos humanos e postulávamos a unificação da data base de negociação coletiva dos sindicatos. O movimento ganhou crescente dinamismo. Na maioria dos sindicatos de jornalistas, as eleições eram disputadas por duas, três, quatro chapas (...) Com o apoio de diversas entidades da sociedade civil, obtivemos assinaturas suficiente para a apresentação de uma emenda popular intitulada “Pela Democratização dos Meios de Comunicação”. Nela defendíamos a criação do Conselho Nacional de Comunicação (...). Ao lado dessas bandeiras, outras ainda mais polêmicas faziam parte da proposta da FENAJ. Entre elas, duas fundadas na utopia dos mais esquerdistas. Uma propugnava que os meios de comunicação não tivessem fins lucrativos. A outra, a eleição de conselhos sindicais nas redações, proposição que deixava arrepiado o patronato. Lutamos muito. Tivemos evidentes frustrações, mas conquistamos alguns avanços²⁷³.

Isto nos faz recuperar novamente a importância das discussões relativas aos Conselhos. A experiência paulista na criação dos Conselhos Consultivos de Representantes de Redações para ter inspirado à FENAJ na tentativa de irradiar esta experiência e na própria visão da entidade sobre o processo de comunicação do país. Este tipo de protagonismo sindical se desdobrou na proposta do Conselho Nacional de Comunicação, que encontrou forte resistência dos proprietários dos meios de comunicação. Estes passaram a explicitar a importância da livre

²⁷³ Armando Rollemberg presidiu a FENAJ de 1986 a 1988 e de 1988 a 1991. Foi repórter de *Veja*, *Jornal do Brasil*, *Jornal de Brasília*, *Correio Braziliense* e diretor de jornalismo da *TV Brasília*. Depois ingressou no serviço público, sendo assessor de comunicação social e chefe da assessoria parlamentar do Superior Tribunal de Justiça. Ver www.fenaj.org.br/materia.php?id=1310.

iniciativa e do regime de concorrência comercial para a defesa da democracia representativa e do pluralismo político, conforme transparece no discurso de Victor Civita, presidente da Editora *Abril* e da Associação Nacional de Editores de Revistas.

Este Conselho seria filho dileto de um Sistema Nacional de Comunicações, cujo fim seria zelar pela ‘função social’ da imprensa, o respeito à verdade e por uma ‘política democrática’ de comunicações. Somos obrigados a perguntar, qual ‘verdade’? E que tipo de democracia estamos falando? Popular, sindical ou – o que não acreditamos – dentro dos padrões ocidentais? Pretende mais a FENAJ, entidade filiada a CUT, braço sindical do PT, nessa sua cruzada visando ‘democratizar’ a informação – que o exercício do jornalismo seja confiado apenas às sociedades não lucrativas. E ao referido Conselho competiria a gestão ‘democrática’ das empresas, a esta altura deficitárias e dependentes, inclusive definindo as linhas editoriais das publicações (...). No nosso entender estaria garantido o funeral da liberdade de expressão e de todas as demais liberdades. O funeral da própria democracia (...) Não hesitemos em proclamar: sem a livre iniciativa e a concorrência não haveria a constante renovação e a multiplicidade de vozes tão fundamentais para existência de uma sociedade aberta, pluralista e democrática (*Jornal ANJ*, nº 11, p. 10).

Pelo depoimento, sindicalistas e empresários estiveram envolvidos nos anos 1980, em maior ou menor grau, em disputas relacionadas ao tipo jornalismo e de democracia que deveria predominar na Nova República brasileira. A questão é que o conflito de classes era apenas uma das dimensões que atravessava o universo jornalístico e ele nos aponta um dilema: até que ponto o jornalista deveria submeter a sua autonomia intelectual e a sua responsabilidade individual ao grupo social em que os seus vínculos de pertencimento eram realçados pelo assalariamento?

Um fato ocorrido em junho de 1985 nos mostra como havia divergências entre os jornalistas comuns e anônimos em relação aos seus valores e práticas profissionais.

Jornalistas denunciaram que parlamentares ausentes às votações ocorridas no Congresso Nacional estavam recebendo de forma irregular um auxílio financeiro chamado de “jeton”. Os parlamentares denunciados, por sua vez, acusaram vários profissionais de imprensa de se valerem de um duplo estatuto, eram também funcionários públicos lotados na Câmara e no Senado, para produzirem notícias sobre a conduta pouco ética dos deputados para os jornais.

Segundo a FENAJ, os 204 jornalistas com empregos públicos correspondiam a 15 % dos sindicalizados em Brasília. Este volume fundamentava, para a entidade, o “alarde” em torno dessa polêmica. Este alarde foi provocado pela revolta dos parlamentares faltosos, que solicitaram ao presidente da Câmara a lista dos jornalistas lotados no Congresso para saberem

se os mesmos cumpriam as suas jornadas de trabalho como funcionários públicos (*Nº Um*, *Jornal dos Jornalistas*, nº 9, março de 1986, p. 10).

A questão, aos poucos, foi assumindo o contorno de um conflito intra-classe, pois a lista dos jornalistas-funcionários públicos começou a circular nos jornais. Com isto, os profissionais responsáveis pela divulgação dos pares denunciados pelo duplo emprego passaram a ser hostilizados por estes. Assim, o problema foi além dos preceitos éticos. Afetou também o trabalho nas redações. De um lado, jornalistas que cobriam o assunto estavam revoltados, pois eram assediados pelos jornalistas denunciados sem que os seus órgãos de classe tomassem a sua defesa. De outro, os jornalistas preocupados com a divulgação dos seus nomes solicitava as suas chefias a exclusão de seus nomes. Algumas destas, por sua vez usavam de critérios seletivos não explícitos, para poupar alguns nomes da divulgação²⁷⁴.

O problema foi tratado pela FENAJ como um “*conflito de interesses entre a preservação da ética na profissão e o status social adquirido no serviço público*” (Idem *Ibid*). Isto sugere que o salário era um dado fundamental para os jornalistas abdicarem dos seus princípios profissionais em troca de maior estabilidade financeira ingressando no serviço público. Se a preservação da ética exigia o afastamento do profissional do cargo público, os baixos salários e pouca estabilidade no emprego funcionavam como um incentivo para o ingresso na atividade pública. Não obstante o discurso da entidade em prol da defesa do concurso público para a ocupação de cargos no serviço público, na prática a FENAJ silenciou sobre o problema do duplo emprego e ao fato da maioria dos jornalistas envolvidos no caso ter ingressado no Congresso pela “janela”. A lógica era da entidade era tratar o conflito de valores internamente e não explicitá-lo através da imprensa.

Isto pode ser constatado no depoimento de Armando Rollemberg, na época secretário geral da FENAJ, para quem *o profissional mal remunerado, de forma legítima, procura um novo emprego para aumentar sua renda mensal. As discussões e eventuais deformações existentes em nosso meio devem ser feitas no âmbito sindical* (Idem *Ibid*). Audálio Dantas, presidente da instituição sindical, afirmou ser a denúncia sobre os parlamentares “precisa e ética”, pois contribuía para o fortalecimento das casas legislativas. Washington Tadeu, presidente da Federação entre 1980 e 1983, na época Subsecretário de Divulgação do Senado Federal, afirmou que a divulgação dos parlamentares era uma decorrência *da força de alguns companheiros para dar seqüência à luta pela redemocratização da vida brasileira* (Idem *ibid*).

²⁷⁴ Um jornalista da *Folha de S. Paulo*, cujo nome não foi divulgado, teve de abandonar o local de trabalho em função da pressão dos denunciados. Um jornalista do Rio entrevistou um dos jornalistas empregados no Congresso, que revelou ter usado de influência para empregar o irmão e o filho na casa legislativa.

Com a divulgação das listas de jornalistas ocupantes de cargos públicos, a guerra do jeton se tornou um conflito entre jornalistas. Mas, ele tomou a defesa dos pares que tiveram os nomes divulgados, pois *não temos o que esconder dos companheiros ou da Nação. Quem exerce eticamente a sua atividade jornalística tem o mesmo comportamento, esteja onde estiver, trabalhe onde trabalhar* (Idem *Ibid*).

O que podemos interpretar desta declaração? Que a ética do jornalista é a mesma do servidor público? Ou que ele estando no serviço público deve se comportar como um jornalista na redação de um jornal? A quem o jornalista deve prestar contas? A sua consciência individual ou a sua classe social? Dois aspectos subjazem aqui. O primeiro é a alusão de que o comportamento amoral dos jornalistas que exerceram duplamente as funções opostas, o fizeram em função de condições estruturais. Os baixos salários pagos nos jornais os impulsionaram, por razões de sobrevivência, a aceitar cargos no funcionalismo público. O outro, é que essas discussões sobre a ética jornalística não deveriam ser publicizadas, mas discutidas no âmbito da “classe”. Isto reflete o papel que a lógica de classe assumiu entre as lideranças sindicais em relação aos aspectos valorativos das práticas profissionais dos jornalistas. A lógica do grupo deprimia a noção expressa por Norberto Bobbio (1996, p 103), de que nas democracias representativas, a responsabilidade é sempre algo subjetivo e individual. Se aproximarmos o jornalista da figura de um intelectual, isso implica dizer que o mesmo deve assumir as conseqüências de suas escolhas e não, necessariamente, submetê-las uma ética grupal.

Com isto já temos elementos suficientes para retomar a discussão em torno do código de ética elaborado pela FENAJ. O mesmo foi apreciado numa Conferência Nacional ocorrida três meses depois dos fatos descritos acima. Mas, o conflito de identidades entre o jornalista de redação, o assessor de imprensa e o funcionário público não entrou no debate. Pois, um dos meios de se legitimar o documento produzido por uma comissão especial vinculada à FENAJ foi à democracia direta, com a aferição da vontade coletiva feita através do voto individual de cada jornalista presente no encontro nacional e, posteriormente nas assembleias sindicais realizada em cada em Estado para a aprovação do Código. Isto nos indica a concepção sindical através da qual o Código foi legitimado.

Um pequeno exame sobre o documento produzido pela FENAJ e os seus efeitos posteriores têm de levar em consideração dois aspectos. O primeiro é a questão do peso exercido antagonismo de classe e de que forma ele está presente no texto referente ao Código. O segundo tem como referência os temas presentes nas discussões travadas anteriormente e que nos leva a questionar o seguinte: de que forma o código procurou conciliar o tema da liberdade de expressão com o tema da responsabilidade social do jornalista? Quais os elementos

restritivos utilizados para direcionar o jornalismo a uma função social elevada? E de que forma ele tratou os conflitos de valores relacionados ao fato dos jornalistas exercerem ao mesmo tempo não só funções interpretadas como antagônicas, mas papéis sociais, como trabalhador ou intelectual, que punham em contradição uma ética individual e com uma outra vista como de classe?

O Código foi dividido em quatro partes: *Do direito à informação; Conduta Profissional; Responsabilidade Profissional; Aplicação*. Dos cinco artigos referentes à primeira parte, *Do Direito à Informação*, temos a definição de que a informação é um bem público. Sua divulgação tinha de se pautar pela real ocorrência dos fatos e atender o interesse social e coletivo. Por isso, a correta prestação de informações pelos meios privados ou públicos era um dever dos mesmos, sendo a auto-censura ou a censura direta considerada um delito contra a sociedade. Portanto, o Código reitera a importância do jornalista ter sua autonomia intelectual preservada para transformar a informação num bem público. (Ver Anexo).

Esse tipo de arranjo tinha por finalidade garantir a livre circulação de informações e evitar manipulações e o uso de mecanismo censores principalmente por parte das organizações noticiosas. Mas, o que era a “correta informação”? Para entendermos melhor o significado desse termo temos de examinar a segunda parte do código referente à *Conduta Profissional*. Seus quatro artigos estabelecem os compromissos fundamentais do jornalista. Entre eles, os dois principais são com a verdade dos fatos e a correta divulgação dos mesmos.

Em linhas gerais, o que vamos percebendo é que o código tem referências explícitas a procedimentos que orientam os jornalistas norte-americanos e em tese aptos a funcionar numa democracia liberal. Neste sentido, a correta divulgação dos fatos era aquela que atendia os preceitos da objetividade jornalística. Essa concepção liberal da prática jornalística, porém, foi atravessada pela lógica sindical. O artigo nono, impõe como um dever do jornalista não só divulgar os fatos que sejam do “interesse público”, mas também prestigiar suas entidades “representativas e democráticas”.

Ele impõe restrições de ordem política. O jornalista estava impedido de aceitar trabalho abaixo do piso salarial fixado por sua entidade de classe, impedir o livre debate, perseguir indivíduo ou instituições por motivos de ordem política, religiosa, racial ou sexual. Não há menções a dubiedade de empregos. O jornalista podia era trabalhar como repórter nos órgãos ou empresas em que tivesse vínculo de emprego como funcionário, assessor ou empregado. O que significa o seguinte: se ele fosse funcionário da Câmara ele podia cobrir o Senado para qualquer jornal diário e vice-versa.

Isto gerava uma área de indefinição. Pois, no caso de um indivíduo ser jornalista e funcionário público ao mesmo tempo, como impedi-lo, como funcionário, de trabalhar como repórter no horário do seu emprego em alguma repartição pública? No caso específico dos parlamentares faltosos, a conduta dos jornalistas-funcionários deveria se pautar pela ética do serviço público ou pelos critérios de noticiabilidade vigente nos jornais? Enfim, como estabelecer as fronteiras precisas entre estes dois ofícios se eles podem ser exercidos de forma simultânea? De que forma deveriam agir, como caso citado, os jornalistas-funcionários do Congresso? Divulgar a lista de parlamentares faltosos que tiveram acesso justamente por serem funcionários públicos ou deixá-la de lado e se arriscar a por em jogo a sua competência como profissionais do jornalismo?

Prosseguindo, verificamos que o código subordina a consciência individual do jornalista ao “interesse público”. Mas, como o Código definia este termo? Um exame na terceira parte, *da Responsabilidade do Jornalista*, nos leva ao artigo 16 cujo texto é o seguinte: ***o jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos econômicos, políticos e social e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitado os direitos da minoria***. Nestes termos, podemos entender que o interesse público era expresso pela vontade da maioria. O senso de independência e isenção individual dos agentes no processo de produção noticiosa tinha que se curvar à vontade do coletivo e tomá-la como um limite.

Mas, como se afere cotidianamente a vontade da maioria? O que está implícito aqui é o maniqueísmo herdado da lógica sindical movida pelo antagonismo de classe. A maioria se expressava por suas entidades representativas, os sindicatos e os movimentos sociais conforme a própria configuração do Conselho Nacional de Comunicação como órgão orientador de uma nova política de comunicação para o país. Por essa lógica, o interesse coletivo deveria ser expresso pelo pensamento das diversas entidades de classe que representavam as diversas categorias de trabalhadores existentes no país.

Se os sindicatos tinham um privilégio em ocupar de forma majoritária as cadeiras do Conselho de Comunicação, eles também deveriam ter também autoridade para funcionar como órgãos responsáveis pela aplicação do Código de Ética de suas categorias. Assim, a quarta parte do Código define que as transgressões éticas serão apuradas, apreciadas por uma Comissão eleita em assembléia geral realizada por cada sindicato, convocada somente para este fim. A Comissão teria de ter cinco membros e os mandatos dos mesmos seriam coincidentes com os da diretoria de cada sindicato.

A Comissão se reuniria para avaliar os casos de transgressões éticas somente após ser apresentada a ela uma representação escrita, na qual constasse a identificação do cidadão ou

instituição que se julgasse atingidos por alguma notícia. A representação tinha de estar fundamentada sob pena de ser recusada e arquivada. Se aceita, o jornalista autor da matéria em questão deveria ser convocado por escrito, tendo dez dias para apresentar sua defesa, de forma oral ou escrita. A não observância desse prazo implicaria na aceitação integral da representação e a Comissão teria mais dez dias para manifestar o seu parecer a respeito do caso (Ver Anexo).

As penas obedeciam a seguinte lógica. Para os jornalistas sindicalizados as penas eram de advertência, suspensão e exclusão do quadro social da entidade. Para os não sindicalizados, advertência pública, impedimento temporário ou definitivo do ingresso social na entidade de classe. Os pareceres aplicando as penas “máximas” para serem efetivados teriam de ser referendados em assembleias gerais da categoria, convocadas unicamente para esta finalidade.

Este tipo de estrutura punitiva dificultava mais do que alimentava um debate arguto sobre as contradições existentes no trabalho jornalístico no Brasil e o conflito de identidades inerente a ele. Isto porque, do ponto de vista lógico, esta estrutura punitiva tinha como fundamento o jugo tirano da maioria²⁷⁵ (Tocqueville, 1998, p. 294) Isto gerou ponderações como às feitas por Dídimo de Paiva, um dos autores do Código de Ética. Segundo ele, o código só era aplicável aos jornalistas assalariados. Sem um extra-classe, como uma Ordem de Jornalistas, os sindicatos se arriscavam a se transformar em tribunais inquisidores enquanto os empresários *continuariam impunes na prática de distorções no processo informativo* (Nº Um, Jornal dos Jornalistas, nº 6 setembro de 1985, p. 15). Para ele, esse tipo de luta não tinha ver com democratização dos meios de comunicação, bandeira que deveria orientar as ações sindicais. Mas, não era somente isto que estava em questão. O código interpretava que o tema da liberdade envolvia a responsabilidade e o compromisso fundamental do jornalista com a sua classe social, os trabalhadores assalariados, o que não deixava de ser uma restrição ao seu senso de independência e à soberania de sua consciência individual.

²⁷⁵ Um dos problemas discutidos por Tocqueville (1998, p. 294) em relação à democracia era quem ou o quê controla e questiona o poder da maioria? No seu modo de ver, a lógica democrática, como praticada nos EUA no século XIX consagrava tal onipotência as decisões da maioria, que todos os demais servidores do Estado, inclusive da justiça, se subordinavam ao seu jugo. Transpondo essa discussão para as comissões de ética sindicais no Brasil dos anos 1980, o que se pode perguntar é a que critérios de justiça ficariam subordinados os jornalistas? Na medida em que não havia consenso sobre as práticas profissionais como julgar o que era certo ou errado? O julgamento assim, poderia trazer embutido preconceitos de classe, rivalidades pessoais, disputas política e a sua definição depender da composição da assembleia e não de normas compartilhadas em termos do que possa ser interpretado como uma prática jornalística responsável.

6.2 As Comissões de Ética em Ação.

Segundo o Sindicato de Jornalistas de São Paulo uma comissão de ética devia operar com imparcialidade. Para isso dois procedimentos deviam ser seguidos. O primeiro, a necessidade de seus membros serem escolhidos de forma consciente pela categoria. O segundo, as deliberações deste órgão teriam de se sujeitar às decisões das assembleias sindicais, instância soberana nos processos de decisão coletiva da categoria.

Na visão do Sindicato, a Comissão tinha como missão um exercer um caráter pedagógico para elevar a qualidade e o nível de desempenho profissional dos jornalistas paulistas no sentido deles cumprirem sua “função social”. Para isto era necessário que a Comissão apurasse os fatos dando ampla direito de defesa às partes envolvidas. O parecer da Comissão seria levado à assembleia, onde os detratores do Código seriam submetidos ao julgamento da maioria. A soberania da maioria impediria que esta forma de julgamento fosse classificada de “fascista, autoritária ou corporativista” e que a Comissão fosse acusada de ser um “tribunal de inquisição” (*Unidade*, nº 89, maio/junho de 1986, p. 15).

Em abril de 1986, Hélio Bicudo, Perseu Abramo, Eurenides Pereira, João Yuasa, e Celso Ming foram eleitos para a Comissão de Ética do Sindicato paulista. Foi resolvido de forma por eles que as decisões da Comissão só teriam dois caminhos: o arquivamento do processo, se constatada a inexistência de infração ou o encaminhamento de proposta para a expulsão ou não do implicado da entidade de classe. Não haveria advertências. Este formato deliberativo agradou Hélio Bicudo, também um notável jurista e militante do PT. *Acredito ser mais passível de tráfico de influências uma decisão no judiciário do que uma decisão tomada a partir da Comissão de Ética com referendo da classe* (Idem *ibid*).

Outro membro da Comissão, Perseu Abramo divergiu deste tipo de visão. Ao discorrer anos mais tarde sobre as Comissões de Éticas sindicais, Perseu afirmou que elas não funcionaram por não existir uma ética universal do jornalismo capaz de envolver padrões e jornalistas dentro de uma mesma perspectiva. Uma das falhas básicas do Código era imaginar que o jornalismo fosse concebido como serviço social e público mesmo ele sendo monopolizado por empresas privadas. A outra, mais grave, era o fato do Código resultar num instrumento de sanções de jornalistas construído por jornalistas. Havia nele uma contradição básica, pois o profissional de imprensa era um trabalhador assalariado, mas o Código exigia

que ele assumisse voluntariamente um tipo de compromisso social, baseado na idéia dele ser plenamente responsável pelo controle do trabalho jornalístico²⁷⁶.

De certa forma esta lógica transpareceu no primeiro caso julgado pela Comissão de Ética em agosto de 1987. Mário Vitor, jornalista, diretor executivo da *Folha de S. Paulo* e associado ao Sindicato interveio a mando da empresa na sucursal do jornal em Brasília por dois motivos. O primeiro porque conter um clima de insatisfação dos jornalistas, “estarecidos” por saber que uma companheira de trabalho, Amália Maranhão, dirigente do Sindicato de Jornalistas de Brasília, era também funcionária da Câmara dos Deputados. O segundo foi um caso de desrespeito à hierarquia funcional. O jornalista Antônio Carlos Campos, também dirigente sindical de Brasília, foi acusado de desobedecer seu superior, negando-se a cumprir a pauta noticiosa estabelecida para ajudar na organização da greve geral dos trabalhadores programada pela CUT e a CGT para o dia 20 daquele mês. Mário Vítor demitiu Amélia Maranhão e Antônio Carlos, este por justa causa (*Unidade*, nº 97, março de 1988, p. 15).

O Sindicato de São Paulo assumiu a defesa dos jornalistas afirmando que estarecedor era o fato da *Folha* ter contratado Amália Maranhão sabendo que ela era funcionária da Câmara. Quanto à Antônio Carlos, o Sindicato afirmou que ele já tinha cumprido o seu expediente como repórter quando foi exercer suas obrigações como dirigente sindical. Para a entidade, Mário Vítor havia cometido três deslizes. O primeiro deles gravíssimo: perseguiu e demitiu dirigentes sindicais, quando a lei garante a estabilidade dos mesmos. O segundo, proibiu o livre acesso do Sindicato de Brasília à redação do jornal. O terceiro, porque usou de truculência ao contratar uma empresa de vigilância armada para garantir a integridade da redação diante da ameaça de invasão do Sindicato. Diante disso, a Comissão de Ética do Sindicato paulista deliberou pela sua expulsão. Foi convocada uma assembléia geral, no qual estiveram presentes 50 jornalistas que votaram pela sua suspensão por seis meses do Sindicato (*Idem Ibid*).

A *Folha de S. Paulo* interpretou a mudança da sentença, de expulsão para suspensão, como uma prova cabal de que Mário Vítor estava agindo a mando da empresa e, portanto, não havia cometido “transgressões éticas”²⁷⁷. O Sindicato, por sua vez, entendeu a postura do dirigente como um caso típico do jornalista que age como “técnico amestrado”, interessado em agradar o seu patrão em vez de firmar seu compromisso profissional com os interesses da maioria da população (*Idem Ibid*).

²⁷⁶ Conforme ABRAMO, Perseu (1997, p. 322-323), o grau de controle do jornalista sobre o seu trabalho era o mesmo de um metalúrgico sobre o processo de fabricação de um automóvel de luxo.

O que nos chama atenção aqui é o baixo quorum dos jornalistas presentes à assembléia que definiu a suspensão de Mário. Dois motivos podem explicar essa reduzida presença. Um dos mais óbvios seria o desagrado da categoria por esse tipo de discussão. O outro era uma possível preocupação dos jornalistas em se expor, pois o próprio sindicato defendia que uma postura ética exigida era postura heróica uma vez que colocaria o jornalista “claramente contra os interesses das organizações jornalísticas”, gerando o dilema entre o engajamento na defesa do Código e a manutenção do emprego. *A defesa da ética pode significar a perda do emprego. Muitos capitulam, às vezes por necessidade de sobrevivência*²⁷⁸. Sendo assim, talvez boa parte dos jornalistas preferisse não se expor ao debate e preservar o vínculo de trabalho.

O Sindicato reclamava ainda do fato de existir “muitas correntes de pensamento entre jornalistas” que consideravam o Código de Ética algo utópico e coercitivo. Não sabemos que correntes são essas. Mas, para o Sindicato isto não tinha sentido. O Código, na visão da entidade, era um instrumento pedagógico fundamental para valorizar o jornalista e a “função social” do seu trabalho²⁷⁹.

Em 1990, uma nova Comissão foi eleita, composta por Mario Mazzei, Cremilda Medina, Heródoto Barbeiro, José Hamilton Ribeiro e Luís França. Uma das primeiras missões que recebeu foi deliberar se jornal “*Notícias Populares*”, do Grupo *Folhas*, presidido por Octávio Frias, se constituía num flagrante caso de violação à ética jornalística por seu teor “altamente sensacionalista”. Este estava tradicionalmente ligado ao trinômio sexo, crime e sobrenatural. Mas, uma reforma gráfica, inspirada nos tablóides de escândalos ingleses *Dayli Mirror* e *Sun*, afetou o equilíbrio deste trinômio com o noticiário sobre sexo ganhando mais espaço e as notícias de crime ficando concentradas no “mundo cão”. Com as reformas, o jornal dobrou a sua tiragem para cem mil exemplares diários (*Unidade*, nº 110, dezembro de 1990, p. 12-13).

Com o aumento da circulação, o público do jornal, originado nas classes populares, se ampliou para outras camadas desse segmento, principalmente entre os jovens menores de idade, que, segundo o Sindicato, era atraído pelas fotos de mulheres nuas nas primeiras páginas de jornal. Isto gerou diversas reclamações vindas principalmente dos pais desses jovens e elas perturbavam os jornaleiros, com muitos deles ameaçando não exporem mais o jornal em suas

²⁷⁷ O título da reportagem da *Folha* era *Sem acusações, Sindicato recua na expulsão de jornalista*. Ver *Folha de S. Paulo*, 24 de fevereiro de 1988, p. 15.

²⁷⁸ Costa Pinto. *Unidade*, nº 93, novembro de 1987, p. 14.

²⁷⁹ Segundo Costa Pinto, era óbvio que a Comissão de Ética não é um Tribunal do Santo Ofício, muito menos se orienta pelas Ordenações Manuelinas ou Filipinas. Apenas procurará ser um instrumento de equilíbrio, de educação, de unidade na ação, valorizando o jornalista e sua função social, rumo ao futuro. *Idem Ibid.*

bancas. Organizações de homossexuais e negros também reclamavam do preconceito contra esses grupos embutido nas páginas do *Notícias Populares*²⁸⁰

A reclamação de grupos organizados serviu como um incentivo para o Sindicato acionar a Comissão de Ética. Esta esperava o retorno de Mário Mazzei da Europa para se pronunciar ou não em relação ao jornalismo praticado pelo jornal em questão. Enquanto Mazzei não retornava, o Sindicato resolveu aferir a opinião de quatro jornalistas e seis leitores sobre o “caso” do *Notícias Populares*.

Entre os leitores, apenas um assumiu gostar do jornal por ele “mostrar a realidade”²⁸¹. Os outros deram diversas definições sobre jornal. Francisco Raunieri Neto, presidente do Sindicato dos Jornaleiros afirmou não gostar do jornal por ele ser “libertino”, mas que este era o “preço da liberdade de imprensa”. Andréia Quevedo, secretária, achava a sua linguagem “chula” e “supervulgar”. Wanda Pereira, bancária, afirmou que os donos do jornal *Notícias Populares* deveriam abrir um bordel ou entrarem para o tráfico de drogas e Antônio Vieira, motorista afirmou que os donos deveriam ir para a cadeia. Apenas Celso Antonio Pacheco Fiorillo, doutorando em Direito pela PUC/SP advogou a censura, afirmando que o Ministério Público deveria legislar sobre a falta de procedimento ético de alguns jornais, censurá-los e restabelecer assim, a “moral no seio da sociedade brasileira” (*Ibid*, p. 12).

Entre os jornalistas Ricardo Kotscho afirmou que nunca escreveria algo que pudesse chocar sua família, mas que se esse “jornalismo grotesco” existe é porque há público para ele. Heródoto Barbeiro, da Comissão de Ética, afirmou que o *Notícias Populares* feria a ética jornalística por que suas matérias tinham um “tratamento ficcional”, não relatando os fatos na sua realidade “crua”. Sônia Abraão disse que trabalhou 14 anos no jornal, mas saiu, pois o novo projeto abandonou as colunas sobre economia popular, poupança e salários, “que sempre mudavam a cabeça do leitor”. Essas colunas fundamentavam a visão de que o jornalismo popular não era só sangue e sexo. Para Perseu Abramo, era injusto punir somente o *Notícias Populares*, pois a dimensão ética estava em crise na maior parte das atividades de

²⁸⁰ Para mostrar como o trinômio crime, sexo e sobrenatural estruturava a atitude preconceituosa do jornal, o Unidade pôs na matéria, intitulada *Jornalismo Shit*, duas fotos com a primeira página de duas edições do *Notícias Populares*. A manchete central era *Comeu o feto*, sobre um gato que atacou um recém-nascido. No alto, vem *Viadagem nos cinemas*, sobre o homossexualismo nos cinemas da área central da cidade de São Paulo. Na parte de baixo, o sobrenatural, *Morreu pela 6ª vez*. Na segunda edição, a metade superior da capa tem o seguinte título *Bimbar até cair morto*, sobre um torneio de sexo oferecido por uma casa de massagens a seus frequentadores. A metade inferior vem com uma notícia de crime, *Alugou o defunto e morreu*, sobre a venda de cadáveres de indigentes no Instituto Médico Legal Paulista e termina com *Mulherada quer ver calcinha de Fábio Júnior*. *Unidade*, nº 110, p. 12.

²⁸¹ Esta era a opinião de Wallace Luiz Rios, escriturário.

comunicação. “*Senão, como explicar essa pérola do new-shit-journalism, que é o Notícias Populares*”.

A questão é que o new-shit-journalism não era um fenômeno novo. Sua linguagem *chula* tinha fortes conexões com o tipo de literatura praticada pela boêmia literária na França antes da Revolução Francesa conforme estudado por Darnton. Ela compunha também uma das dimensões da literatura popular moderna e, obviamente, não era somente um fenômeno brasileiro. O que mais chocava naquele momento era o fato desse tipo de jornalismo não ser mais praticado pelos jornalistas de origem popular e de formação escolar rudimentar como antes de 1950. Agora, jornais como os *Notícias Populares*, tinham em suas redações jovens de classe média com curso superior. Este era o caso dos que tinham definido as linhas mestras do novo projeto gráfico do jornal, Otávio Frias Filho, Laura Capriglioni e Leão Serva²⁸².

De qualquer forma, a enquete mostrou que para a maior parte dos entrevistados, o tema da liberdade de imprensa não tinha uma conexão evidente com o tema responsabilidade. Muito embora houvesse diversas opiniões condenando e criticando o jornal, somente uma advogou explicitamente a entrada em ação de um mecanismo restritivo para preservar a moral social, orientação que por sinal partiu de um advogado. Outra, o condenou eticamente com o argumento de que o jornal não procedia à correta divulgação dos fatos, entendendo que há uma clara diferença entre jornalismo e ficção. O fundamental é que o resultado das entrevistas conteve o ímpeto da Comissão da Ética e o caso do *Notícias Populares* não foi à frente.

No Rio de Janeiro, o Sindicato empossou sua Comissão de Ética em novembro de 1987. Uma assembléia geral extraordinária foi realizada durante um Encontro Regional na ABI e foram eleitos para a Comissão Marcos de Castro (*Jornal do Brasil*), Marcelo Mate (*TV Globo*), Sylvia Moretzshon (*Jornal do Brasil*), Oswaldo Maneschi (*O Globo*) e João Ripper (Freelancer). Um dos primeiros trabalhos do organismo foi produzir um relatório com um duplo objetivo: combater o desinteresse e a falta de consciência existente na categoria em relação à definição do papel social do jornalista; melhorar o nível de informação dos jornalistas a respeito do Código de Ética. A Comissão pretendia traçar um plano de ação e desfazer os comentários indignados de jornalistas taxando a Comissão de novo Tribunal de Inquisição (*Nossa Pauta*, nº 1, dezembro de 1987, p. 11).

²⁸² Segundo Otávio Frias Filho (2003, p. 367), o projeto de *Notícias Populares* foi comandado por Leão Serva e conseguiu modernizar muito o jornal, mas ele justificava indiretamente o sensacionalismo não como um padrão de jornalismo praticado aceitável, mas resultado da escravização do jornal em relação ao gosto popular: *Em relação ao conteúdo, no entanto, os avanços não foram importante porque você vive um dilema terrível, pois tudo que você faz para baixar um pouco a incidência do expediente sensacionalista, imediatamente derruba a circulação do jornal.*

Para cumprir esses objetivos, o relatório estabeleceu que o trabalho da Comissão de Ética estaria focado em duas diretrizes: divulgar e discutir o Código de Ética junto a categoria e os estudantes de comunicação; apurar denúncias de infração aos seus artigos, aplicando as sanções cabíveis em cada caso. Para isso, a Comissão seguiria o que estava escrito no Código, Atuando no sentido de garantir o acesso público à comunicação e a correta divulgação dos fatos. Na interpretação da Comissão, o Código classificava às práticas dos meios de comunicação em geral como instrumentos de propaganda ideológica cujo objetivo era formar e manipular a opinião pública de acordo os desejos da minoria representada pelos ocupantes do poder²⁸³. Assim, por ser inseparável do desempenho da profissão de jornalista, a luta pelo respeito ao Código de Ética será sempre um cotidiano exercício de luta política. Daí o dever moral de cada jornalista em lutar pelo “controle popular” dos meios, única forma de se combater e se opor a qualquer forma de manipulação da informação (Idem *Ibid*). Na interpretação da Comissão, o jornalista teria de ter um “relacionamento solidário” com pares e reiterar a sua condição de “trabalhador”. Isto valia os jornalistas de uma forma geral, incluindo os assessores de imprensa e os ocupantes de cargos de chefia, ambos também responsáveis pelo exercício de “socialização da informação”²⁸⁴.

Esta concepção foi posta à prova quando o jornalista Ancelmo Góis publicou na sua coluna no *Jornal do Brasil*, em 04 de novembro de 1987, uma pequena nota intitulada *Em Causa Própria*. Nela, ele informa que a liderança sindical dos bancários cariocas tinha razões de sobra, de ordem pessoal, para pleitear a estabilidade no emprego no Banco do Estado do Rio de Janeiro, BANERJ. O banco, além de liberar 31 funcionários para o Sindicato dos Bancários, todos recebendo os seus salários em dia, pagava ao presidente da entidade sindical, Ronald Barata, além dos salários, duas horas extras diárias e adicional noturno. No total, esses dirigentes recebiam CZ\$ 3.234.354²⁸⁵.

Os bancários estavam em greve e Ronald Barata reclamou da nota junto à direção do Sindicato dos Jornalistas. A denúncia foi publicada no jornal do IX Encontro dos Jornalistas Cariocas. Ancelmo Góis, convocado para ser ouvido pela Comissão de Ética, se justificou

²⁸³ A interpretação do Sindicato do Rio de Janeiro a respeito do papel exercido pelas empresas jornalísticas era a seguinte: *Mas, se os meios de comunicação atuam como um instrumento ideológico de formação de opinião, como propriedade privada eles estarão frequentemente a serviço dos interesses contrários aos da maioria*. Ver *Jornalistas, Pra Quê?*, *Ibid*, p.XIII. As aspas indicam os termos utilizados pela Comissão.

²⁸⁴ Segundo o Sindicato, os assessores não deviam se limitar a fazer releases, mas trabalhar para garantir o acesso à informação sem favores ou discriminações. Os ocupantes de cargos de chefia, por sua vez, deveriam rejeitar a tese de que os seus cargos eram de confiança das empresas, pois eles eram jornalistas como quaisquer outros. Idem *Ibid*.

²⁸⁵ Só para se ter uma referência à ordem de grandeza desse número. Ele correspondia a aproximadamente a 1.080 salários mínimos da época, de CZ\$ 3.000,00. O piso salarial de um jornalista carioca era de CZ\$ 12.612,51. Esse montante cobria, portanto, o piso de 262 jornalistas.

através de carta e confirmou a veracidade de todas as informações contidas na nota. Ele lamentou a possibilidade de ter criado qualquer dificuldade para a luta dos bancários, pois também militara por mais de dez anos no movimento sindical dos jornalistas cariocas. Mas, também protestou por não ter sido ouvido imediatamente pelo Sindicato dos Jornalistas e contou com o apoio do presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, para reparar a sua honra profissional, atingida pelo episódio (*Nossa Pauta*, nº 4, maio de 1988, p. 7).

A análise da questão podia envolver se a nota era ou não notícia. Os dados eram factuais, sem contestação. O que poderia incriminar Ancelmo Góis, então? Certamente a repercussão da notícia no âmbito sindical. A nota era uma denúncia contra os super-salários pagos aos dos diretores do Sindicato dos Bancários. Eram privilégios como horas extras e adicionais noturnos para quem estava licenciado do Banco para se dedicar exclusivamente às atividades sindicais. Em termos implícitos, a nota sugere que Barata tinha algum tipo de relação paternalista com os dirigentes do Banerj para receber tal regalia, algo que não acontecia com a maioria dos bancários, em greve justamente por causa dos baixos salários. Aparentemente, o elo afetivo entre as entidades de classe preponderou sobre os critérios jornalísticos e levou Ancelmo Góis a se explicar perante a Comissão.

Isto gerou constrangimentos. O presidente da Comissão de Ética, Marcos de Castro, se demitiu do cargo. Sua pretensão era tornar a Comissão um tribunal de classe para julgar às transgressões éticas cometidas pelos patrões. Ele se sentia um verdadeiro *Torquemada* julgando o *companheiro* Ancelmo Góis. Para ele, o sindicato tinha primordialmente de preservar a unidade da classe e não emitir juízos morais sobre seus filiados, mesmo que eles ferissem a dignidade ou a consciência profissional da categoria²⁸⁶.

O Sindicato respondeu afirmando que *patrões* eram também àqueles jornalistas que falavam a voz dos donos de jornais, numa referência indireta a postura de Ancelmo Góis²⁸⁷. Para Sylvia Moretzsohn, uma das integrantes da Comissão, a mesma não era um tribunal de inquisição, mas um instrumento de defesa da dignidade da profissão. Os métodos utilizados pelo organismo eram até então aceitos consensualmente pelos seus membros, pois eram vistos como procedimentos típicos de um *juízo democrático*, sem quaisquer semelhanças com um interrogatório policial. Qualquer um poderia apresentar denúncias a Comissão e aos acusados era garantido um amplo direito de defesa e o julgamento final era o da maioria. Além

²⁸⁶ Marcos de Castro e Marcelo Matte deixaram a comissão sendo substituídos por Newton Santos e Lourdes Coutinho, suplentes. *Nossa Pauta*, nº 3, maio de 1988, p.7.

²⁸⁷ *Jornalistas, Pra Quê?* (1990, p. XIV).

disso, não havia sentido compactuar com transgressões individuais que poderiam macular a imagem dos jornalistas como grupo profissional (*Nossa Pauta*, nº 3, maio de 1988, p. 7).

Diante da incapacidade de compreensão de parte da categoria à respeito do papel de uma Comissão de Ética Sindical, Moretzsohn afirmou que o ideal era a formação de um Conselho de Jornalistas ou uma Ordem, instâncias comuns a médicos e advogados e capazes de dar aos jornalistas o poder de incluir e excluir profissionais de seus quadros. *Aí também a Comissão de Ética teria uma influência mais concreta, pois, por ora, a pena máxima a ser imposta é a expulsão do transgressor do quadro de associados do Sindicato*²⁸⁸.

Os conflitos de visões dos jornalistas em torno do papel da Comissão de ética não se limitaram a este caso. Pouco tempo depois, em junho de 1988, a Comissão recebeu uma acusação formal do jornalista Estanislau Oliveira (repórter) contra Dácio Malta (diretor de redação), Eucimar Oliveira (secretário de redação) e Hílcar Leite (chefe de reportagem), todos de *O Dia*. O Sindicato não publicizou o conteúdo da acusação. Os jornalistas de *O Dia* entregaram um abaixo assinado com 101 assinaturas ao Sindicato apoiando os acusados e pedindo à diretoria para avaliar com mais profundidade as denúncias apresentadas antes de acatá-las. Reiterou ainda que a entidade utilizasse o abaixo assinado como “peça de defesa”.

A Comissão, por sua vez, não discutiu o mérito da questão por entender que se tratava de desavenças pessoais. Resolveu esclarecer os jornalistas sobre seu papel e os procedimentos que era obrigada a seguir em casos de denúncias. Primeiro, toda queixa tinha de obedecer um rito formal, ser aberto um inquérito aberto e ouvir as partes envolvidas. Segundo, a Comissão era uma instância independente e autônoma da direção do Sindicato e averiguaria a procedência das denúncias com isenção e sem aceitar qualquer tipo de pressão. Terceiro, o abaixo assinado uma *precipitação* que revelava do grau de *desinformação* predominante na categoria a respeito do Código de Ética. Quarto, a maior parte dos jornalistas agia de forma *corporativista* em vez de se pautar pela análise *fria* e impessoal dos casos levados à Comissão. Quinto, a preocupação central da Comissão era com a dignidade de profissão e não punir jornalistas²⁸⁹.

A princípio, a Comissão não estava tendo sucesso na sua intenção de ter uma função pedagógica sobre os jornalistas em relação às suas práticas profissionais. Mas, isto não impedia os membros desse órgão de ter um olhar arguto a respeito de tudo que circulava e pudesse ameaçar a reputação dos jornalistas enquanto profissionais. Desta forma, identificou nas

²⁸⁸ Comissão de Ética Não Aceita Papel de Inquisidor. Sylvia Moretzshon. (Idem Ibidem)

²⁸⁹ Segundo a Comissão, *o episódio de O Dia demonstrou mais uma vez, que ainda há muito a se discutir a respeito da ética profissional e dos mecanismos para garanti-la. Pois, a desinformação leva, em geral, a precipitação na defesa de um colega acusado, substituindo uma análise fria da situação, orientada pela defesa da dignidade de nossa profissão. Nossa Pauta*, nº 5, junho de 1988, p. 5.

palavras do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Hélio Saboya, uma grave denúncia contra os jornalistas quando ele disse o seguinte ao jornal *Tribuna do Advogado*, da OAB/RJ:

a imprensa foi a área que mais me desencantou no exercício do poder. Fala-se muito da corrupção policial, mas se esquece que ela também existe na imprensa e se alia com a parte pior da polícia. Me parece fundamental que as palavras por mim proferidas fossem fielmente reportadas, pois minha experiência com a imprensa tem sido muito negativa. Claro, que isso não ocorre com todos repórteres. Existem profissionais com grande fidelidade, hombridade e vocação, já que a vocação implica compromisso com a verdade dos fatos(...) (*Nossa Pauta*, nº 5, junho de 1988, p. 5).

Isto foi suficiente para a Comissão entrar em ação. Sylvia Morestzshon enviou uma carta ao Secretário na qual cobrava os nomes dos jornalistas corruptos argumentando que era uma atribuição básica da Comissão de Ética submeter tais profissionais ao rigor do julgamento da categoria.

Na certeza de que suas palavras foram fielmente reportadas, esta é uma grave denúncia. Pois, se nem todos os repórteres estão envolvidos em corrupção, devemos concluir que a maioria está. Como acreditamos que nem toda denúncia deve cair no vazio e esta é genérica, pedimos que colabore conosco e nos informe quem são esses profissionais corruptos, para apurarmos os fatos com o devido rigor, de acordo com nosso Código de Ética. Sua função, como vê, é fundamental para a luta pela dignidade de nossa profissão (Idem *Ibid.* Grifos meus).

No jornal da OAB/RJ, verificamos que Saboya nominou um dos jornalistas que, na sua opinião, era corrupto: Bartolomeu Brito, do *Jornal do Brasil*. O Sindicato, por sua vez, fez a defesa do jornalista, afirmando que o ímpeto acusatório do Secretário de Segurança se deu em função de Brito publicar reportagens com estatísticas provando ser a política de segurança carioca um fracasso.

Hélio Saboya se perdeu. Já vinha demonstrando estar no lugar errado e que deveria se voltar para o seu escritório de advocacia civilista. Com às acusações á imprensa e ao Bartolomeu, provou que é outro o seu destino. Deve acompanhar seu antecessor, Marcos Heusi, que só fez trapalhadas à frente da polícia, a ponto de ser chamado de Inspetor Clouzeaut (*Nossa Pauta*, nº 4, junho de 1988).

Saboya respondeu à Comissão de Ética e reafirmou tudo o que pensava. Os nomes, ele não achava necessário dar, pois ele não montou um inquérito policial, só manifestou o seu

pensamento sobre a conduta de um profissional, o que julgava ser do seu direito, mesmo a despeito de não ter prova desabonadora contra o citado (Idem *Ibid*). Sylvia Morestzsohn, por sua vez, produziu uma réplica. Acusou Saboya de macular a imagem dos jornalistas ao proferir uma “acusação genérica e sem provas” e transferir à Comissão o ônus de fazer o levantamento das “graves denúncias” feitas por ele. Para ela, os pontos de vista expressos por Saboya a respeito dos jornalistas eram incompatíveis com as responsabilidades de um homem com um importante cargo na administração pública e um notório saber jurídico. A réplica termina com ela afirmando a postura da Comissão na defesa da dignidade profissional dos jornalistas (Idem *Ibid*).

Queremos deixar claro ao Secretário que não nos anima nenhum espírito corporativista e aproveitamos para lembrar que, como qualquer cidadão, o Secretário tem o direito de encaminhar suas denúncias à nossa Comissão sempre que se sentir *ofendido* ou *injustamente* criticado por algum jornalista. **Acreditamos ser esta a única forma de zelar pela correta divulgação da informação e pelo respeito à ética profissional** (Idem *ibidem*. Grifos meus).

Três aspectos marcam essa discussão. O primeiro é a divergência de visões a respeito da ética jornalística. Isto certamente tem relação com as diferentes formas que os jornalistas interpretavam o papel exercido pelas Comissões de Ética, com as mesmas sendo definidas como um tribunal inquisidor e/ou sendo utilizadas a resolução de desavenças pessoais ou entre grupos. O segundo diz respeito ao lugar ocupado pela retórica de classe para dar a esse senso de profissionalismo uma “função social”, interpretada como um passo necessário para direcionar o jornalismo aos anseios da maioria da população. Era neste sentido que os membros das Comissões procuravam ressaltar o caráter pedagógico destas instâncias, como se elas pudessem iluminar os caminhos para se chegar ao bom jornalismo. O terceiro, é o caráter macartista utilizado em relação aos “fora” e aos “dentro”, que tinham suas declarações e atitudes policiadas pelas entidades de classe e membros da comissão em virtude de produzirem opiniões ou atitudes vistas como responsáveis por arranhar a imagem dos jornalistas como classe ou profissão.

Os dois primeiros aspectos transpareceram novamente numa análise feita pela Comissão de Ética carioca quando esta completou um ano de existência.

As comissões de ética sempre foram identificadas pela categoria e por muitos dos seus membros como organismo cuja incumbência era, basicamente, julgar os infratores ao código. Isto porque a inexistência de uma ampla discussão da categoria leva a que os aspectos punitivos predominem. Os processos por

“infração ao Código de Ética” ganham então, o sentido de ajustes de contas, o que permite que a comissão seja vista com um possível instrumento para dirimir desavenças pessoais ou de grupos, sem a necessária serenidade à discussão de assuntos tão importantes como este. A ‘cabeça quente’, discussões passionais, os rancores incoseqüentes ganham então o cenário e quando esfriam, em geral desaparecem sem deixar nenhum saldo coseqüente. (*Nossa Pauta*, nº 7, dezembro de 1988, p. 10).

Segundo a Comissão, isto explicava um movimento contraditório: a instância estava sofrendo um esvaziamento e ao mesmo tempo tendo de lidar com um número crescente de denúncias genéricas, que terminavam quando os “elementos subjetivos” eram postos em segundo plano e amenizado o “caráter passional das discussões”. Por esvaziamento, podemos entender então, a falta de discussões mais elevadas relacionadas ao papel exercido pela prática jornalística.

Em relação ao terceiro aspecto, a Comissão insistia em preconizar que ênfase de sua atuação não era no “aspecto punitivo”, mas sim em relação ao “aspecto pedagógico” do Código de Ética. Mas, que tipo de pedagogia poderia ser exercida no sentido de convencer aos jornalistas aceitarem as diretrizes expostas no Código? Segundo Moretzshon, nenhum jornalista negava a importância da ética para o exercício profissional, mas grande parte rejeitava um código específico, necessário justamente porque havia um dissenso entre os jornalistas em relação às suas práticas profissionais. O Código de Ética, então, se impunha como algo capaz de nortear a forma destes agentes agirem.

Bem, quando se defende um código de ética para o jornalista – tal como o que temos há quatro anos e que não foi feito pela ditadura, mas por nós em Congresso organizado pela FENAJ – defende-se menos a punição do que o estabelecimento das normas coletivas de conduta, necessárias exatamente porque o coletivo não tem um consenso sobre a forma de agir. E quando se defende que o Código não se limite aos jornalistas, devendo alcançar os donos dos meios de comunicação, é porque se entende que a ética desse negócio chamado imprensa não pode ser apenas a ética dos donos da empresa (Moretzshon. *Nossa Pauta*, nº 8, julho de 1989, p. 5).

As dificuldades que afetavam as Comissões de Ética e a preocupação das entidades de classe em evitar a pecha de serem tribunais de inquisição, as mesmas levaram a uma mudança de estratégia. Desde 1990, houve debates entre as entidades de classe no sentido de se constituir entre os jornalistas uma Ordem, Conselho ou Fórum, enfim, um organismo extra-classe capaz de normatizar as práticas jornalísticas²⁹⁰. Segundo Américo Antunes (In

²⁹⁰ Essa discussão tomou vulto em 1990 quando Rogério Magri, Ministro do Trabalho de Fernando Collor de Melo, afirmou que o governo estudava extinguir o registro da profissão de jornalista através de uma medida

SÁ, 1999, p. 324) presidente da FENAJ entre 1992 e 1995, a entidade efetuou um verdadeiro trabalho de “moralização” na concessão do registro de jornalista jornalistas, em mais de mil concessões feitas pelo Ministério do Trabalho forma revistas. Esse trabalho de moralização contou com o apoio do poder público e das entidades empresariais, demonstrando que a lógica punitiva passou a ter como eixo a obrigatoriedade do diploma e a formação superior como elementos fundamentais da melhoria da função social do jornalista e exclusão dos não jornalistas do mercado.

Em 1997, a FENAJ se engajou no “Movimento pela Melhoria da Qualidade de Ensino do Jornalismo”, procurando fixar as responsabilidades específicas de cada segmento na prática jornalística (impresso, rádio e tv, assessorias), marcando uma importante articulação do movimento sindical com setores da área acadêmica²⁹¹. Este movimento teve como consequência a elaboração do Conselho Federal de Jornalismo. Foge do escopo desse trabalho analisar a fundo a proposição de tal Conselho, mas devemos demarcar que há uma linha de continuidade entre a dinâmica sindical dos anos 1980 e o arcabouço argumentativo utilizado pela FENAJ para justificar a criação de tal organismo nos tempos atuais.

Observando o projeto de lei 3985/2004, encaminhado pela FENAJ ao Congresso Nacional, através do Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, podemos perceber que a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo em 2004 foi feita dentro de um contexto que favorecia o pleito. Afinal, o governo tinha vários integrantes cuja origem política era o movimento sindical. Apesar de não ter vingado, o projeto do Conselho possui três artigos que nos chamaram a atenção.

provisória. Na interpretação dos sindicatos reunidos no Congresso Nacional realizado naquele em Santa Catarina, o fim do registro significava o fim da exigência do diploma. Neste sentido, a proposta de criação de um Conselho era uma das tentativas dos jornalistas tomarem para si o controle do acesso dos indivíduos ao jornalismo bem direcionar os contornos dessa prática social. Para isso era fundamental manter a exigência de formação superior. Segundo o Sindicato de Jornalistas de São Paulo, as entidades admitiam até discutir uma eventual abertura na legislação para o ingresso no jornalismo de outros profissionais graduados, com a devida especialização em jornalismo e para exigir status universitário para fotojornalistas e diagramadores. Segundo o Sindicato, *uma coisa é certa: ninguém abre mão do nível superior para o jornalista. Repórter ou editor de formação primária ou cursado no Senai só se for nas Ilhas Seychelles ou em Aruba. No Brasil, não. Unidade*, nº 110, dezembro de 1990, p. 04.

²⁹¹ Conforme a Carta do Rio de Janeiro, documento resultante do XXVIII Congresso Nacional dos Jornalistas (SÁ, 1999, p. 580), houve um importante avanço no relacionamento da FENAJ com as entidades nacionais da área academia – Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (ABECOM), Coordenação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS) e Sociedade de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (INTERCOM) – o que abria, segundo o documento, *auspiciosas possibilidades de implementação do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo*. Em 2002, o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo passou a ser signatário do Programa, que pode ser visto em www.sindjorms.com.br/qualidade_formacao_jornalismo.htm.

O seu artigo 39 sintetiza a ambição dos sindicatos, que após duas décadas, ainda sonhavam em controlar de forma restritiva o livre acesso dos indivíduos ao jornalismo. Diz o texto:

Ficam criados o Conselho Federal de Jornalismo e os Conselhos Regionais de Jornalismo, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, **constituindo, em seu conjunto, uma autarquia destinada a orientar, disciplinar, fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe.**

Este artigo dá conseqüência ao oitavo, no qual a inscrição do jornalista junto ao Conselho é condicionada a formação superior em jornalismo e a aprovação do candidato e a uma aprovação do mesmo em “procedimento instituído pelo CFJ, capaz que afigure sua capacidade técnica profissional”²⁹². O décimo sexto afirma que são consideradas empresas jornalísticas aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, boletins, revistas e periódicos e a distribuição de noticiários, bem como, a radiodifusão, os meios eletrônicos em suas seções ou departamentos de telejornalismo, radiojornalismo e as agências de notícias ou de imagens, assessorias de imprensa ou comunicação ou qualquer outra instituição responsável pela difusão/criação de material de conteúdo noticioso. O quarto parágrafo deste artigo afirma que o registro de empresa jornalística junto ao Conselho será suspenso ou definitivamente cancelado *na hipótese de se constatar o emprego de mão de obra não habilitada para o exercício profissional*²⁹³. Com isto, basicamente todo o mercado ficaria direcionado ao jornalista graduado.

Os sindicatos de jornalistas tentaram recriar mecanismos de controle que seriam capazes de definir quem poderia exercer ou não o jornalismo e como os de habilitados para tal prática deveriam exercê-lo. O fundamento deste conjunto de ações era a obrigatoriedade do diploma em jornalismo, o principal pilar da identidade profissional²⁹⁴. Diferentemente dos

²⁹² As três condições para o exercício do jornalismo eram: a capacidade civil, o diploma e a aprovação na prova do Conselho.

²⁹³ O § 1º do artigo rezava que as empresas relacionadas no artigo só poderão exercer atividades jornalísticas se obtiverem o registro no Conselho Regional cuja base territorial estiver sua sede; o § 2º condicionava os registros a utilização exclusiva de jornalistas profissionais (entenda-se, graduados) e o § 3º dava um prazo de 180 dias para as empresas obterem o registro para funcionamento após a regulamentação da lei que institucionalizava o Conselho.

²⁹⁴ A defesa do diploma é um dos eixos que norteou, em 2001, a confecção do livro *Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*. O livro foi elaborado pela FENAJ e produzido pela Universidade Federal de Santa Catarina após a juíza Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara da Justiça Federal suspender, provisoriamente, esta exigência em ação movida pelo Ministério Público Federal. A coletânea de manifestos e artigos escritos por lideranças sindicais e por acadêmicos em prol da manutenção não só do diploma e de um padrão de jornalismo que fundamenta a formação superior específica como o único atributo capaz de

Conselhos de Imprensa criados em outros países, como os situados no sistema midiático que Hallin e Mancini (2004, p. 173) chamaram de democrático-corporativo (Alemanha, Holanda e o países escandinava), que eram modulados pela lógica do consenso em torno das normas profissionais e por isso capaz de ser aceito por jornalistas e os *publishers*, o Conselho criado pela FENAJ correspondeu a um longo processo engajamento das entidades sindicais em regular e controlar a produção jornalística.

A criação de Conselhos começou em 1979 para incrementar a luta de classe. Mas, já havia um desejo orientar as práticas jornalistas, baseado na suposição de que o antagonismo de classe era capaz de conter todas as diferentes visões que os jornalistas tinham de suas práticas como profissionais. Porém, com a redemocratização, se tornou cada vez mais acomodar esse dissenso num esquema bipolar. Restou, então, às entidades de classe forjar esse consenso em cima de um pressuposto corporativo. Este tem como eixo a idéia de que a formação superior é o único elemento capaz dar ao jornalismo uma função social elevada e o Conselho, assim como acontece em outras profissões liberais, o único instrumento capaz de disciplinar as práticas jornalísticas, corrigir os seus desvios e orientá-la, dentro de uma concepção de classe, na direção do interesse social²⁹⁵. Neste sentido, os sindicatos procuravam harmonizar, através do Conselho, o tema da liberdade com o da responsabilidade, mas dentro de uma concepção profundamente elitista do jornalismo enquanto prática social²⁹⁶.

fazer com que o jornalista exerça o papel de mediador na relação entre os fatos e o público. Conforme Guerra (p. 87), professor da Universidade Federal de Sergipe, *a discussão do diploma passa fundamentalmente pela discussão dos critérios mínimos a serem exigidos daqueles que querem ser jornalistas. Pessoas, profissionais, a quem a democracia confia a satisfação de um direito fundamental na democracia, o direito à informação. Essa discussão se torna ainda mais fundamental no presente momento, quando a mera disponibilização de informações torna-se cada vez mais frágil com a internet. Mas, em se tratando de jornalismo, que presume credibilidade de quem informa e a confiança de quem é informado, é preciso ter garantias mínimas sobre a veracidade do que está sendo dito. Sem o diploma, a marca da credibilidade seria exclusivamente das empresas que dizem fazer o jornalismo* (Grifos meus).

²⁹⁵ Esta concepção ficou patente no artigo escrito por Maria José Braga, tesoureira da FENAJ, para o *Jornal do Brasil* (14 de agosto de 2004), na qual afirma que “as entidades que representam verdadeiramente os jornalistas brasileiros propuseram a criação do CFJ por defenderem a informação com um bem público a qual todos têm direito e por acreditarem que o Conselho vai contribuir para o aprimoramento do jornalismo, tornando mais ético, democrático, plural e comprometido com a cidadania e o bem comum. Esta é nossa utopia”. O argumento restitui assim a pretensão de que este órgão exercesse o papel pedagógico que as Comissões de Ética sindicais não conseguiram levar em frente nos anos 1980.

²⁹⁶ Este argumento transparece em relação à morte do jornalista Luiz Carlos Barbom Filho. Sua morte é atribuída às suas reportagens contra abusos sexuais de políticos de Porto Ferreira (SP), que culminaram na condenação em primeira instância de 10 acusados em 2004. Porém, conforme nota da FENAJ e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, Barbom Filho exercia ilegalmente a profissão de jornalista e por isto deveria ser processado. “Luiz Carlos Barbom Filho, apesar de se auto-intitular jornalista, não o era de fato e de direito. O jornal Realidade, de sua propriedade, foi fechado, pois nunca esteve regularizado e Barbom Filho não possuía o registro de jornalista, tendo sido, inclusive, processado por exercício ilegal da profissão. No entanto, esses fatos não justificam nenhum ato de violência contra sua pessoa e tampouco desabonam as denúncias que eventualmente tenha feito contra desmandos de autoridades ou grupos.” Isto mostra como a defesa do diploma se tornou um importante eixo de ação das entidades de classe dos jornalistas e é interessante observar como elas defendem a exclusividade dessa prática social para os profissionais graduados. *Para a*

Conclusão

Estruturamos o drama da identidade profissional dos jornalistas em torno de três tipos ideais: o jornalista trabalhador, sob a esfera de influência do sindicato; o intelectual, sob a esfera da política e da memória das reformas do jornalismo dos anos 1950/60 e o profissional, sob influência das empresas. Entre os anos 1950 e 1980 essas três linhas de forças presentes no debate estavam imbricadas. Assim, os jornalistas comunistas davam suma importância ao papel político da imprensa na retomada da democracia e da modernização econômica do Estado Brasileiro. Ao mesmo tempo, defendiam a importância do jornalismo norte-americano como um instrumento útil ao seu senso de profissionalismo e isenção, fundamental para consolidar a autoridade destes agentes perante aos donos de jornais e ao público em geral.

Neste sentido, em vez de servirem de obstáculos, os jornalistas comunistas tiveram um papel relevante na condução do jornalismo em direção a profissionalismo e a modernização. As premissas do jornalismo norte-americano tiveram um papel fundamental neste processo. Porém, longe de significar um distanciamento da política, as balizas desse modelo de jornalismo fundamentaram a presença da imprensa, de um modo geral, e dos jornalistas de comunistas de um modo particular, na arena política. A presença da imprensa tem haver com o modo como os jornalistas um conjunto de jornalistas colaborou na articulação de uma frente de alianças pluriclassista que privilegiou a ação parlamentar em detrimento da ação de classe. Isso ocorreu muito impulsionado por uma peculiar aliança de interesses entre os donos de jornais e os jornalistas comunistas, que de certa forma permitiu que um modelo de jornalista profissional fosse se constituindo em aliança com o tipo intelectual.

Esse arranjo foi perturbado pelos efeitos gerados pelo do decreto-lei 972. Ele tem como premissa o desejo do governo militar e das empresas em disciplinar as atividades

realização plena dessas condições básicas de liberdade, os jornalistas têm um papel fundamental a cumprir. Isso é óbvio. Mas é doentio pensar que todo cidadão, para poder exercer esses direitos, deva se arvorar à

jornalísticas, distanciando-as mesmas da política e direcionando-as ao mercado. Porém, o decreto produziu efeitos inesperados. Entre eles, o crescimento das escolas de comunicação e, conseqüentemente, da oferta de mão de obra graduada. De um lado, essa mão de obra é afetada pelo clima engajado existente no ambiente universitário e pelas ideologias de esquerda nele predominante. De outro, o acesso desses quadros ao mercado de trabalho se dá inicialmente no exercício de funções cujos salários e as condições de trabalho os aproximavam mais das diversas categorias de trabalhadores assalariados do que do universo da classe média. Isto as tornava influenciáveis a retórica sindical.

As condições estruturais de trabalho estavam encobertas pelo ambiente político existente em meados da década de 1970. Os Sindicatos de Jornalistas, principalmente o de São Paulo, exerceram neste período considerável papel na arena política. A morte do jornalista Wladimir Herzog foi um dos fatores que impulsionou os jornalistas a compor, através das suas entidades de classes, a frente política de resistência à ditadura e a luta por liberdade de imprensa. Esse tipo de atuação sofreu um revés quando eclodiram as greves metalúrgicas no ABC paulista em 1978. A partir daí, a política até então conduzida dentro dos moldes aliancistas preconizados pelos comunistas passou a sofrer a concorrência dos jornalistas que queriam compor a frente popular e de massas, que ganhou identidade política com a fundação do Partido dos Trabalhadores. A greve de 1979 simbolizou, portanto a eclosão de um novo modelo de identidade política com o jornalista procurando se afirmar como trabalhador, cujos interesses eram diametralmente opostos aos dos patrões.

A derrota dos jornalistas na greve teve dois desdobramentos. O primeiro deles foi clarificar uma série de processos no campo macro político, econômico e sindical. Em relação ao primeiro, o processo de transição pactuada gerou um presidencialismo pluripartidário que fragmentou de vez a frente de oposição parlamentar à ditadura militar. Dentro deste ambiente, os jornalistas continuaram divididos nas suas relações de pertencimento político entre o Partido dos Trabalhadores e Partido Comunista Brasileiro. No campo econômico, o processo de modernização conservadora se fez com base na formação de grandes conglomerados estatais e privados. Isto teve reflexo no campo jornalístico, que se concentrou nas redações dos grandes jornais, mas se expandiu para novas fronteiras como as assessorias de imprensa e a comunicação empresarial. O campo sindical viu a hegemonia da Central Unida dos Trabalhadores e do modo de ação sindical petista, calcado no confronto com o patronato e na greve como modo de ação política dos trabalhadores.

A hegemonia desse modo de ação entre os jornalistas teve gerou resultados surpreendentes. De um lado, ele deu um elevado status as suas entidades de classe como agentes responsáveis pela construção da identidade do jornalista como trabalhador. Em torno desta identidade, os sindicatos adotaram uma retórica classista, preconizando a ruptura com a democracia liberal e a autonomização dos trabalhadores com o advento do socialismo. De outro, eles se destacaram em suas ações práticas de modo corporativista. Os Sindicatos tiveram um importante na fundamentação do decreto-lei 972 no novo senso de profissionalismo que foi sendo adquirido pelos jornalistas nos anos 1980. Este lei foi um instrumento essencial pra os sindicatos deferem as fronteiras do jornalismo e incorporarem a elas atividades não jornalísticas como as assessorias de imprensa e as atividades de comunicação dos setores empresariais e governamentais.

A importância do diploma para o senso de identidade profissional dos jornalistas durante a década de 1980 se afirmou em meio a conflitos que tiveram como palco os debates na Assembléia Nacional Constituinte. Por adquirir uma conotação classista, o debate em torno da obrigatoriedade acabou por legitimar a posturas dos sindicatos na defesa desta exigência. Três motivos colaboraram para isso. O primeiro, o argumento de que o fim do diploma correspondia à perda do sentido de classe da categoria e um avanço das empresas na tentativa de desregulamentar as relações de trabalho no jornalismo foi forte a ponto de silenciar as lideranças que eram inicialmente contrárias a ela.

Segundo, a provável conexão que este tipo de postura tinha com a da massa de jornalistas graduados anônimos, já que o diploma lhes dava mobilidade num mercado de trabalho que se expandia para os setores convencionalmente chamados de extra-redação. O terceiro é que este tipo de postura encontrava apoio em parte do grupo que esteve à frente das reformas dos anos 1950 e que considerava a formação superior um tipo de exigência sem qual seria impossível o jornalismo cumprir sua missão de instruir e prestar serviços à sociedade.

Neste sentido, a retórica classista foi um importante instrumento de unificação dos destes setores e serviu como um alibi, naquele momento, para as instituições de classe se furtarem a debater, de um lado, os aspectos substantivos que a prática jornalística estava adquirindo diante da crescente interferência da tecnologia (as novas rotinas produtivas e o fim de setores como a revisão), da invasão das assessorias e da crescente presença de jornalistas no setor público, de outro, o viés elitista embutido na defesa do diploma, que tinha como função consolidar o jornalismo como uma prática social vocacionada para a classe média.

Paralelamente a essa dinâmica no campo sindical, no campo acadêmico presenciou o debate sobre os currículos que deveriam nortear o curso de comunicação social. A aliança dos setores que defendiam uma formação tecnicista, dos setores privados da educação superior, as entidades de classe dos jornalistas e as patronais consagrou, primeiramente em São Paulo e depois no resto do país, o modelo habilitacional de curso. Este modelo estava calcado na forte concepção destes agentes de que a comunicação deveria acompanhar a divisão social do trabalho, que segundo eles atravessava o universo da produção capitalista e já estava expressa no conjunto de leis criadas pela ditadura militar no final dos anos 1960 regulamentando as diversas atividades na área (Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade, Cinema e Editoração).

A retórica classista e a ação corporativista dos Sindicatos encontraram apoio na estrutura habilitacional adquirida com os cursos de comunicação. Isto reforçou a lógica de que tanto a técnica e a ética jornalística do serviço público seriam reforçadas pela formação superior, mostrando uma aproximação dos tipos trabalhador e profissional. Esta aproximação resultou num modelo de ação sindical cujo viés principal de ação era de um lado, o patrulhamento das fronteiras profissionais para garantir que o mercado de trabalho não fosse “contaminado” por pessoas de “fora”, os não habilitados em jornalismo (Isto foi explicitado nos casos do cantor Léo Jayme, do advogado José Carlos Dias e contemporaneamente no caso do jornalista Luis Carlos Barbom Filho); de outro, nas Comissões de Ética sindicais, que defendiam a independência e a autonomia dos jornalistas, mas cobravam que estes agentes transformassem o seu senso de responsabilidade profissional num compromisso de classe com a maioria da população. Isto explica a atuação dos sindicatos no caso do jornalista Mário Vítor, da *Folha de S. Paulo* e Ancelmo Góes, do *Jornal do Brasil*. Este tipo de atuação sindical corporativa associada a setores do universo acadêmico acabou se hegemonizando e sendo explicitado com o formato adquirido pelo Conselho Nacional de Jornalismo.

Desta forma, os modelos descritivos utilizados para explicar o jornalismo atualmente, nos quais o senso de profissionalismo dos jornalistas é calcado no papel de profissional cão de guarda (modelo norte-americano) ou do intelectual engajado (modelo vigente nos países do norte da Europa) são relativamente simples para dar conta da dinâmica que se apossou do jornalismo brasileiro entre os anos 1950 e 1980. Essa dinâmica também não pode ser explicada pelas recorrentes oposições geracionais encontradas entre antigos jornalista boêmios e os novos profissionais carreiristas, nem tão pouco pelo viés da luta de classes, opondo os jornais capitalistas e os jornalistas socialistas.

O objetivo do trabalho foi mostrar a singularidade do caso brasileiro, no qual a identidade do jornalista profissional se desenvolveu plenamente conectada com o seu contexto histórico. Teríamos num primeiro momento a concepção de profissional imposta pelos que estavam à frente das reformas discursivas dos anos 1950, que tinham como centro às técnicas discursivas do jornalismo norte-americano. Estas foram apropriadas pela concepção intelectual do papel dos jornalistas levada a cabo pelos comunistas no período da ditadura militar.

Essa concepção via os jornais como importantes organismos de difusão cultural dos setores descontentes com a ditadura militar e os jornalistas como importantes agentes construtores de uma política de aliança com a burguesia nacional capaz de, pela via reformista, restaurar e consolidar o Estado democrático de direito. Neste sentido, a objetividade era um importante instrumento para os jornalistas escudar suas posições políticas, pois a defesa da prática de um jornalismo centrado em fatos lhos era conveniente para defender das acusações do regime, bem como se movimentar dentro dos limites impostos pelas políticas editoriais dos jornais. Esse senso de disciplina também era útil aos interesses econômicos dos donos de jornais, que por isso deram discreto apoio aos comunistas nas redações, recebendo em troca um profissional firmemente disciplinado e consciente dos limites impostos às diretrizes editoriais.

Este arranjo foi fortemente tensionado a partir do momento em que os sindicatos de jornalistas profissionais modularam o seu discurso pela retórica classista e pela defesa da concepção de que o papel do jornalista como trabalhador era unicamente revestido pelo assalariamento. Se num primeiro momento as lideranças tentaram materializar esses discursos em ações de classes, forjando a identidade profissional dos jornalistas com base num antagonismo de interesses com o patronato, o conjunto posterior de ações sindicais assumiu um caráter cada vez mais corporativista, numa espécie de movimento de retorno às origens e tradições do sindicalismo brasileiro tal como concebidas pelos ideólogos do Estado Novo. Neste processo, os sindicatos jornalistas foram agentes ativos da identidade profissional, porém os seus movimentos afirmaram o diploma como o epicentro desta identidade, mas deixaram em segundo plano os aspectos substantivos da ética jornalista.

Isto se caracterizou pela defesa cada vez mais ampla da incorporação de um leque de funções ao às práticas jornalistas, entre elas as assessorias de imprensa e os setores de comunicação do setor público, formando com o tempo uma rede comunicação promíscua no qual o jornalista é fonte e ao mesmo tempo agente da notícia, contemporaneamente chamada de “mídia das fontes”. A circularidade dos jornalistas por estes setores é justificada pelo

diploma e incentivada pelas condições de compra e venda existentes nesse mercado. Os jornalistas graduados se adaptaram a esse tipo de lógica, indicando ser jornalista é ser um trabalhador assalariado como outro qualquer. Isto implica que o trabalho em redação de jornal ou no setor público tem para eles o mesmo significado como profissionais.

FONTES PRIMÁRIAS E BIBLIOGRAFIA

PERIÓDICOS

1. Sindicais

1.1 Sindicato de Jornalistas de São Paulo - *Unidade*

Números

1979 – 39 (janeiro); 40 (fevereiro); 41 (março); 42 (Abril); 43, 44, 45 e 46 (Edições especiais sobre a Greve de maio de 1979); 47 (Junho); 48 (Julho); 49 (Agosto); 50 (setembro); 52 (Dezembro);

1980 – 53(Janeiro/Febrero); 54 (Março/Abril); 55 (Maio/Junho); 56 (Julho/Agosto); 57 (Setembro/outubro); 58 (dezembro/janeiro);

1981 - 58 (Dezembro/Janeiro); 59 (Febrero/Março); 60 (Abril/Maio); 62 (agosto/setembro); 63 (novembro); 64 (Dezembro);

1982 - 65 (Março); 66 (abril/maio - Edição Extra – II Congresso de Jornalistas do Estado de S. Paulo) 66 (edição normal); 67 (junho); 68 (Julho/agosto);

1983 – S/nº (Abril - I Encontro Paulista de Jornalistas Assessores de Imprensa); s/nº (abril); s/nº (Outubro); s/nº (dezembro - 1º Encontro Nacional dos Jornalistas Fotográficos);

1984 - S/nº (Julho - II Encontro Paulista dos Jornalistas de Assessorias e Jornais e Revistas de Empresa); s/nº (agosto- 3º Congresso Estadual de Jornalistas); s/nº (setembro);

1985 - S/nº (Febrero - O caso Folha); 75 (maio e junho); s/nº (Julho– 1º Encontro Estadual dos Repórteres Fotográficos); s/nº (Julho/setembro);

1986 - 84 (março/abril); 85 (maio/junho); 90 (setembro/outubro);

1987 - 91 (Janeiro/fevereiro); 92 (Junho/julho); 93 (Novembro); 94 (Dezembro);

1988 - 95 (Janeiro); 96 (Fevereiro); 97 (Março); 98 (abril); 100 (junho); 101 (julho/agosto); 102 (setembro); 103 (outubro/novembro); 104 (Dezembro);

1989 - 105 (Janeiro/fevereiro); 106 (Março/abril); 107 (Maio); 109 (Julho/Agosto); 110 (setembro);

1990 - 110 (dezembro); **1991** - 111 (março);

1.2 Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro

1.2.1 Boletim *Unidade e Ação Já*

1984 - 1 (Junho); 2 (Junho);

1.2.2 *Nossa Pauta*

1987 - 1 (Dezembro);

1988 - 2 (Janeiro); 3 (Maio); 4 (junho); 5 (Julho); 7 (Dezembro);

1989 - 8 (Julho); 9 (julho); 10 (outubro);

1991 - 13 (Maio); 14 (Julho);

1992 - 5 (Janeiro); 6 (julho); 7 (agosto - VI Encontro Nacional de Jornalistas Assessores de Imprensa); 7 (setembro/outubro); 9 (novembro);

1993 - 10 (maio);

1.3 Associação Nacional dos Jornais – *Jornal ANJ*

1985 – 1 (abril); 2 (junho); 3 (julho); 4 (setembro); 5 (novembro);

1986 – 6 (maio); 7 (agosto); 8 (outubro); 9 (dezembro);

1987 – 10 (março); 11 (julho); 12 (dezembro);

1988 – 13 (março); 14 (junho); 15 (agosto); 16 (setembro); 17 (outubro); 19 (dezembro).

1.4 Associação Brasileira de Imprensa – *Boletim ABI*

1979 - (Outubro/novembro); (dezembro/janeiro 1980)

1980 – (fevereiro/março); (abril/maio); (junho/julho); (agosto/setembro);
 (outubro/novembro/dezembro);
1981 – (julho/agosto); (setembro/outubro); (novembro/dezembro);
1982 – (março/abril); (julho/agosto);
1983 – (março/abril); (julho/agosto); (setembro/outubro); (novembro/dezembro);
1984 – (janeiro/fevereiro); (julho/agosto); (setembro/outubro);
1985 – (janeiro/fevereiro); (março/abril); (julho/agosto); (setembro/outubro);
1986 – (março/abril); (setembro/outubro); (novembro/dezembro);
1987 – (janeiro/fevereiro); (março/abril); (julho/agosto); (setembro/outubro);
1988 – (janeiro/fevereiro); (março/abril); (maio/junho); (julho/agosto); (setembro/outubro);
 (novembro/dezembro);
1989 – (janeiro/fevereiro); (março/abril); (maio/junho); (julho/agosto);
 (novembro/dezembro);
1990 – (julho/agosto); (janeiro/fevereiro).

DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS PUBLICADAS

- ALVES, César Francisco. “Diploma: a guerra continua”. In *Revista de Comunicação*, ano 3, nº 12, 1987.
- ANDRADE, Evandro Carlos de. In ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN e ROCHA, Dora. *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- BAHIA, Juarez. “Um diploma no Entulho”. In *Revista de Comunicação*, ano 2, nº 5, 1986.
- DINES, Alberto. In ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN e ROCHA, Dora. *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- _____. “O Repórter do Século”. In *Imprensa*, nº 33, 1990.
- GUERRA, Josenildo. Diploma e Liberdade de Expressão. In FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (org). *Formação Superior em Jornalismo: Uma exigência que interessa a sociedade*. Florianópolis, UFSC, 2002.
- FRIAS FILHO, Otávio. In ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN e ROCHA, Dora. *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- LIMA, Venício A. de. “Profissões e formação teórica em Comunicação”. In *Revista Brasileira de Comunicação*, ano XIII, 1990.

- MELO, José Marques de Melo. O Ensino de jornalismo na batalha decisiva pela qualidade. *Revista Brasileira de Comunicação*, Ano VIII, nº 52, Janeiro a junho de 1985.
- MOREIRA, Sônia Virgínia. “Ser Jornalista, eis a questão”. *Revista de Comunicação*, ano 4, nº 14, 1988.
- MÜLLER FILHO, Roberto. In ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN e ROCHA, Dora. *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- NUZZI, Erasmo. “O Ensino do Jornalismo no Brasil”. In, *Revista de Comunicação*, ano 3, nº 12, 1987.
- SOUSA, Pompeu de. “A revolução do lead”. In *Imprensa*, nº 33, 1990.
- _____. Era uma vez o Nariz de Cera. Entrevista concedida a Cláudio Lysias. In *Revista de Comunicação*, nº 7, 1988.
- TINHORÃO, José Ramos. “O máximo de notícia no mínimo de espaço”. In *Revista de Comunicação*, nº 7, 1988.
- VASSALO, Maria Immacolata. Novo Currículo de Comunicação: uma filosofia para o tronco comum. *Revista Brasileira de Comunicação*, Ano VIII, nº 52, Janeiro a junho de 1985.
- KUCINSKI, Bernardo. Entrevista concedida à Dario Borelli e Gloria Kreinz. In *Revista Brasileira de Comunicação*, ano IX, nº 55, 1986.
- SALLES, Mauro. *Apontamentos sobre a Imagem do Brasil*. In PERSCINOTO, Alex e ABERJE. São Paulo, ABERJE, 1998.
- SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (org). *Jornalistas, Pra Quê?* Rio de Janeiro, 1990.
- SOUSA, POMPEU. Era uma vez o Nariz de Cera. In *Revista de Comunicação*, nº 7, 1988.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.
- ABRAMO, Lélia. *Vida e arte*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997.
- ABRAMO, Perseu. *Um trabalhador da notícia*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997.
- ABREU, Alzira Alves at all. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

- _____. Os Suplementos Literários: Os Intelectuais e a Imprensa nos Anos 1950. In ABREU, Alzira Alves att all. *A Imprensa em Transição*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- _____. *Jornalistas: de românticos a profissionais*. Antropolítica n° 5, p. 7-19, 1998.
- _____. Jornalistas e Jornalismo Econômico na Transição Democrática. In ABREU at all. *Mídia e Política no Brasil. Jornalismo e Ficção*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- ADGHIRNI, Zélia Leal. *Hibridação e Gêneros Midiáticos: A Informação Jornalística Pelas Instituições de Comunicação*. Ícone. Programa de Pós-Graduação UFPE/7: 140 – 152.
- ALBUQUERQUE, Afonso. *A Obrigatoriedade do Diploma e a Identidade Jornalística: Um Olhar pelas Margens*. Contracampo. Programa de Pós-Graduação UFF/14: 73 – 90.
- ALBUQUERQUE, Afonso e FORTES, Rafael. *Jornalismo e o Diploma: Negociando as fronteiras da Comunidade Jornalística no Brasil*. Texto apresentado no NP 02 de Jornalismo do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, Porto Alegre, 2004.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEIS, Luiz. Carro-Zero e Pau de Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In NOVAIS, Fernando e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A História da Vida Privada*. Volume 4. São Paulo, Cia da Letras, 1998.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados. Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, nona edição, 1999.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. V.1. São Paulo, Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2000.
- _____. *Imprensa e Poder: Reflexões a cerca do desenvolvimento da Imprensa Contemporânea*.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa, Relógio D'Água, 1992.
- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder*. São Paulo, Editora Unesp, 1996.
- BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, EDUNB, 1992.
- BOITO JÚNIOR, Armando. *Classe Média e Sindicalismo*. Politéia: História e Sociedade. Vitória da Conquista, v. 4, n° 1, p. 211-234, 2004.
- BURGH, Hugo de. *Skills are not enough. The case for journalism as an academic discipline*. Journalism 4 (1): 95-112, 2003.

- BREED, Warren. Controle Social na Redação: Uma Análise Funcional. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Vega, 1993.
- BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro, José Olympio, 5ª edição, 2004.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.
- CAMPBELL, Richard. *60 Minutes and the news: a mythology for Middle América*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press, 1991.
- CAREY, James W. The Dark Continent of American Journalism. In MANOFF, Robert Karl & SCHUDSON, Michael. *Reading the news*. New York: Pantheon Books, 1986, pp.146-196.
- CARVALHO, Samantha Viana Castelo Branco Rocha. “Internacionalização da Mídia Brasileira: A Trajetória da Gazeta Mercantil”. Texto selecionado para o GT Jornalismo. Intercom, Salvador, setembro de 2002.
- CHALABY, Jean K. O Jornalismo como Invenção Anglo-Americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e o anglo-americano (1830s-1920). *Media & Jornalismo* (3), 2003, pp. 29-50.
- CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto*. São Paulo, Cia da Letras, 1999.
- CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. *Da Política aos Jornais: O dissídio das Vozes segundo os Manuais de Redação dos Jornais Folha, Estado e Globo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, DPA, segunda edição, 2000.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. 1964-1985*. Rio de Janeiro, Record, 1998.
- DARTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- DINES, Alberto. *O papel do Jornal*. São Paulo, Summus Editorial, 1986.
- DÓRIA, Carlos Alberto. O Dual, o Feudal e o Etapismo na Teoria da Revolução. In MORAES, João Quartim de (org). *História do Marxismo no Brasil*. Volume III. (org). Campinas, Unicamp, 1998.
- DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e Redemocratização no Brasil. *Dados, Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 26, nº 2, 1983.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo, Perspectiva, 1992.

- ETTEMA, James S. & GLASSER, Theodore. *Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue*. New York: Columbia University Press, 1998
- GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e Notas Dispersas para um Grupo de Ensaio sobre os Intelectuais. In *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Breves Notas sobre a Política de Maquiavel. In *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Observações sobre o Folclore. In *Cadernos do Cárcere*. Volume 6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- FARO, José Salvador. *A Universidade Fora de Si: A Intercom e a Organização dos Estudos de Comunicação no Brasil*. São Paulo, Intercom/Alaic, 1992.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito. Cultura e Imaginário Político dos Comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro, Mauad-Eduff, 2002.
- FIDALGO, Joaquim. *Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança*. Comunicação e Sociedade (UM), 5: 63-74, 2004.
- FREDERICO, Celso. "A Política Cultural dos Comunistas". In *História do Marxismo no Brasil*. V. III. MORAES, João Quartin de (org). Campinas, Unicamp, 1998.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo, Summus, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HALLIN, Daniel C. & MANCINI, Paolo. *Comparing Media Systems. Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- _____. "Speaking of the President: Political Structure and Representational Form in U.S. and Italian Television News". *Theory and Society*, 13, pp. 829-850, 1984.
- HOBBSBAWN, Eric. Thomas Paine. In: *Pessoas Extraordinárias*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- HONS, André des Seguins. *Le Brésil - presse e historie, 1930-1985*. Paris, Editions L'Harmattan, 1985.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa Alternativa*. São Paulo, Scritta, 1991.
- KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

- LACHINI, Cláudio. *Anabase - História da Gazeta Mercantil*. São Paulo, Lazuli, 2000.
- LAMAS, João Lúcio Tatagiba. O mercado de trabalho dos jornalistas em São Paulo. In MELO, José Marques de (org). *Pesquisa em Comunicação no Brasil. Tendências e Perspectivas*. São Paulo, Cortez/Intercom/CNPQ, 1983.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 1950: os “anos dourados”. Os Suplementos Literários: Os Intelectuais e a Imprensa nos Anos 1950. In ABREU, Alzira Alves att all. *A Imprensa em Transição*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- LIPPMAN, Walter. *Public Opinion*. New York: Fress Press Paperbacks, 1977.
- LOPES, Fernanda Lima. *Auto-referenciação e Construção da Identidade Jornalística*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos – A Guerra dos Jornalistas na Independência*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Contraponto, 1997.
- MATTOS, Maria Ângela. *O saber comunicacional e os projetos experimentais no ensino de Comunicação Social da PUC/MG*. Texto apresentado no NP 01 - Teoria da Comunicação - do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, Porto Alegre, 2004.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia Inacabada. A política dos Comunistas no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.
- MEDINA, Cremilda (org). *O Jornalismo na Nova República*. São Paulo, Summus Editorial, 1987.
- MELO, José Marques de. *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1974.
- MELO, José Marques de Melo, FADUL, Anamaria, SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Ideologia e Poder no Ensino da Comunicação*. São Paulo, Cortez & Moraes – Intercom, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo*. São Paulo, Impress, 1981.
- MORAES, Mário Sérgio de. *O Ocaso da Ditadura: Caso Herzog*. São Paulo, Barcarolla, 2006.
- MORAES FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

- MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005.
- MOURA, Cláudia Peixoto de. *O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.
- NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. Porto, Porto Editora, 2005.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- OLIVEIRA, Paulo Roberto Nassar de. *Relações Públicas e História Empresarial no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo, ECA/USP, 2006.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- PEREIRA, Leonardo. *O Carnaval das Letras*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1994.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- PINTO, Manuel. *O ensino e a formação na área de jornalismo em Portugal: “crise de crescimento” e notas programáticas*. Comunicação e Sociedade (UM), 5:49-62, 2004.
- PROENÇA, José Luiz. Do assédio implícito ao jornal prateleira. In LOPES, Boanerges e VIERA, Roberto Fonseca (orgs). *Jornalismo e Relações Públicas: Ação e Reação*. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2000.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro nos anos 50*. Tese de Doutorado. UFRJ, setembro de 2000. Mimeo.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre alerta*. São Paulo, Olho D’água e Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas. 1937a1997*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Imesp, 1998.
- RIBEIRO, Eduardo. Comando das organizações não olha camisa. In LOPES, Boanerges e VIERA, Roberto Fonseca (orgs). *Jornalismo e Relações Públicas: Ação e Reação*. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza Rodrigues. A Geração Boêmia: Vida Literária em Romances, Memórias e Biografias. In CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo (orgs). *A História Contada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *João do Rio: A cidade e o poeta*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre Antenas e Radars*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- ROXO DA SILVA. *Companheiros em Luta: A Greve dos Jornalistas de 1979*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2003.
- RUELLAN, Denis (2004 a). *Grupo Profissional e Mercado de Trabalho do Jornalismo*. Comunicação e Sociedade (UM) 5: 9-24.
- _____. (2004 b). *A Roupas Justa do Jornalista: O Estatuto Profissional à Prova de Jurisprudência*. Texto apresentado na XII Encontro Nacional de Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Compós, São Bernardo do Campo.
- SÁ, Adísia. *O Jornalista brasileiro*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.
- _____. “Política e História em Disputa: O Novo Sindicalismo e a Idéia de Ruptura com o Passado”. In *O Novo Sindicalismo vinte anos depois*. RODRIGUES, Iram Jácome (org). Petrópolis, Vozes, 1999.
- _____. *Trabalhadores em Movimento: O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980-1990*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano*. Volume 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a Social History of American newspapers*. New York: Basic Books, 1978.
- _____. A Política da Forma Narrativa: A emergência das Convenções Noticiosas na Imprensa e na Televisão. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Vega, 1993.
- _____. The Objectivity Norm in American Journalism. *Journalism* 2(2): 149-170. 2002.
- _____. The Sociology of News production revisited. In Curran, James & GUREVITCH, Michael (eds). *Mass Media and Society*. New York, Cap. 7, p. 141-159, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão – Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

- SIEBERT, Fred S.; PETERSON, Theodore & SCHRAMM, Wilbur (1963/1956). *Four Theories of the Press*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: Seis Mil Dias Depois*. São Paulo, PubliFolha, 2005.
- _____. *O Adiantado da Hora*. São Paulo, Summus Editorial, 1990.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999, quarta edição.
- SOLOSKI, John. “O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico”. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Vega, 1993.
- SOREL, Georges. *Reflexões sobre a Violência*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América. Leis e Costumes*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa – A Árvore da Liberdade*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- _____. *Tradicion, Revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Editoria Crítica, 1977.
- TRAQUINA, Nelson e AGEE, Warren K. *O Quarto Poder Frustrado: Os Meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário*. Lisboa, Vega, s/d.
- TRÓPIA, Patrícia Vieira. Sindicalismo Comerciário e Conservadorismo Político. In *Cadernos AEL*, v. 7, nº 12/13, Campinas, São Paulo, 2000.
- TUCHMAN, Gaye. A Objetividade Como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objetividade dos Jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Vega, 1993.
- VIANNA, Oliveira. *Direito do Trabalho e Democracia Social*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.
- VIEIRA, Roberto Amaral. A Formação Básica de Um Comunicador Voltada para a Realidade Brasileira. In: VIEIRA, Roberto Amaral (org). *Comunicação de Massa: O Impasse Brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.
- WAISBORD, Silvio. *Watchdog Journalism in South América*. New York, Columbia University Press, 2000.

- ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.
- WEBER, Maria Helena. *Comunicação e Espetáculos de Política*. Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS, 2000.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira/Thomson Learning, 2003.
- _____. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo, Editora Moraes, 1991.

ANEXOS

LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS (1930-1980)

- **Decreto nº 910** (30/12/1938) – regulamenta a profissão de jornalista com exigência do registro no Ministério do Trabalho.
- **Decreto nº 3.590** (11/01/1939) – desconto de 50% do valor das passagens nas linhas ferroviárias da união para os jornalistas registrados no Ministério do Trabalho e na ABI.
- **Decreto nº 4.144** (02/03/1942) – desconto de 30% do valor das passagens nos navios nacionais para os jornalistas registrados no Ministério do Trabalho e na ABI.
- **Decreto nº 5.480** (13/05/1943) – cria os cursos de jornalismo.
- **Decreto nº 7.037** (10/11/1944) – tabela de remuneração mínima para as funções jornalísticas.
- **Decreto-lei nº 3.529** (13/01/1959) – aposentadoria dos jornalistas aos 30 anos de serviço.
- **Decreto 51.218** (22/08/1961) – regulamenta o decreto 910 com a exigência do diploma ou certificado de habilitação em jornalismo pelas escolas reconhecidas pelo governo federal.
- **Decreto 1.177** (12/06/1962) – modifica o decreto 51.218, eliminando a exigência de diploma.
- **Decreto-lei nº 972** – impõe a exigência do diploma para o exercício profissional do jornalismo criando quatro categorias de jornalistas: profissional, colaborador, provisionado (no limite de 1/3 do total dos jornalistas nas redações) e o estagiário (obrigatório para a obtenção do registro de profissional).

- **Decreto 65.912** (19/12/1969) – regulamenta o decreto 972, com o estágio exclusivo dos alunos do último ano de curso e a proibição dos jornalistas provisionados ocuparem cargos de chefia.
- **Decreto 68.629** (18/05/1971) – regulamenta o decreto 972 tornando obrigatório o estágio para os candidatos destinados a 1/3 das vagas reservadas aos jornalistas provisionados.
- **Lei 6.612** (07/12/1978) – jornalista colaborador: trabalhos de natureza técnica, científica e cultural relacionados com a natureza de sua especialização.
- **Decreto 83.824** (13/03/1979) – regulamenta o decreto 972. Fim do estágio obrigatório; Provisionado limitado aos municípios sem cursos de comunicação; jornalistas profissionais: formados nas escolas de comunicação e habilitados exclusivamente em jornalismo.
- **Decreto 91.902** (11/11/1985) – jornalistas provisionados passam a ser profissionais desde que comprovem o exercício da profissão nos dois anos anteriores à promulgação do decreto 83.824.

ÍNTEGRA DOS DECRETOS E LEIS QUE LEGISLAM A PROFISSÃO DE JORNALISTA DESDE 1970

1. DECRETO LEI Nº 972, 17 de OUTUBRO de 1969.

Os ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º- O exercício da profissão de Jornalista é livre, em todo o território nacional, aos que satisfizerem as condições estabelecidas neste Decreto-lei.

Art. 2º- A profissão de Jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remuneração de qualquer das seguintes atividades;

- a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada contenha ou não comentário;
- b) comentários ou crônica, pelo rádio ou pela televisão;
- c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;
- d) planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de Jornalismo como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;

- e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea “a “,
- f) ensino de técnicas de Jornalismo
- g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;
- h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e à adequação de linguagem;
- i) organização e conservação de arquivo jornalístico e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;
- j) execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;
- l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico.

Art. 3º- Considera-se empresa jornalística, para os efeitos deste Decreto-lei aquela que tenha como atividade a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário, com funcionamento efetivo, idoneidade financeira e registro legal.

§ 1º Equipara-se à empresa jornalística a seção ou serviço de empresa de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agência de publicidade, onde sejam exercidas as atividades previstas no artigo 2º.

§ 2º (Revogado pela Lei nº 6.612. de 07/12/78).

§ 3º A empresa não jornalística sob cuja responsabilidade se editar publicação destinada a circulação externa promoverá o cumprimento dessa Lei relativamente aos jornalistas que contratar observado, porém o que determina o artigo 8º, § 4º.

Art. 4º- O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social que se fará mediante a apresentação de :

I- prova de nacionalidade brasileira;

II- folha corrida

III- carteira profissional

IV- (Revogado pela Lei nº 6.612 de 07/12/78

V- diploma de curso superior de Jornalismo, oficial ou reconhecido, registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição por este credenciada, para as funções relacionadas de “a” a “g “, no artigo 6º. § 1º (Revogado pela Lei 6.612 de 07/12/78).

§ 2º (Revogado pela Lei 6.612 de 07/12/78).

§ 3º O regulamento disporá ainda sobre o registro especial de:

a) colaborador, assim entendido aquele que , mediante remuneração e sem relação de emprego produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização, par ser divulgado com o nome e qualificação do autor. (Nova redação, dada pela Lei nº 6.612 de 07/12/78 - D.O. de 12/12/78);

- b) funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais coincidam com as do artigo 2º.;
- c) provisionados na forma do artigo 12.

§ 4º O registro de que tratam as alíneas “a” e “b”, do parágrafo anterior não implica o reconhecimento de quaisquer direitos que decorram da condição de empregado, nem, no caso da alínea “b” os resultantes do exercício privado e autônomo da profissão.

Art. 5º- Haverá, ainda, no mesmo órgão, a que se refere o artigo anterior, o registro dos diretores de empresas jornalísticas que, não sendo jornalistas, respondam pelas respectivas publicações.

§ 1º Para esse registro serão exigidos:

I- prova de nacionalidade brasileira,

II- folha corrida

III- prova de registro civil ou comercial da empresa jornalística,

IV- prova de depósito do título da publicação ou da agência de notícias no órgão competente do Ministério da Indústria e do Comércio;

V- para empresa já existente na data deste Decreto-Lei, conforme o caso:

a) trinta exemplares do jornal;

b) doze exemplares da revista;

c) trinta recortes ou cópias de noticiários com datas diferentes e prova de sua divulgação;

§ 2º Tratando-se de empresa nova, o registro será provisório com validade por dois anos, tornando-se definitivo após o cumprimento do dispositivo no item V.

§ 3º Não será admitida a renovação de registro provisório nem a prorrogação do prazo de sua validade.

§ 4º Na hipótese do 3º do artigo, será obrigatório o registro especial do responsável pela publicação, na forma do presente artigo para os efeitos do §4º do artigo 8º.

Art. 6º- As funções desempenhadas pelos jornalistas profissionais, como empregados, serão assim classificadas:

a) Redator: aquele que, além das incumbências de redação comum, tem o encargo de redigir editoriais, crônicas ou comentários;

b) Noticiarista: aquele que tem o encargo de redigir matéria de caráter informativo, desprovida de apreciação ou comentários;

c) Repórter: aquele que cumpre a determinação de colher notícias ou informações, preparando-as para divulgação;

d) Repórter de Setor: aquele que tem o encargo de colher notícias ou informações sobre assuntos pré determinados, preparando-as para divulgação;

e) Rádio-repórter: aquele a quem cabe a difusão oral de acontecimento ou entrevista pelo rádio ou pela televisão, no instante ou no local em que ocorram, assim como o comentário ou crônica, pelos mesmos veículos;

f) Arquivista-Pesquisador, aquele que tem a incumbência de organizar e conservar cultural e tecnicamente, o arquivo redatorial, procedendo à pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;

g) Revisor: aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística;

h) Ilustrador: aquele que tem a seu cargo criar ou executar desenho artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;

i) Repórter- Fotográfico: aquele a quem cabe registrar, fotograficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;

j) Repórter-Cinematográfico: aquele a quem cabe registrar, cinematograficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalísticos;

l) Diagramador: aquele a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica de matérias fotográficas ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de publicação.

Parágrafo único. Também serão privativos de jornalista profissional as funções de confiança pertinentes às atividades descritas no artigo 2º, como editor, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de revisão.

Art. 7º- Não haverá incompatibilidade entre o exercício da profissão de jornalista e o de qualquer outra função remunerada, ainda que pública, respeitada a proibição de acumular cargos e as demais restrições de lei.

Art. 8º- Será passível de trancamento voluntário ou de ofício, o registro profissional do jornalista que, sem motivo legal, deixar de exercer a profissão por mais de dois anos.

§ 1º Não incide na comunicação deste artigo o afastamento decorrente de:

a) suspensão ou interrupção do contrato de trabalho;

b) aposentadoria como jornalista;

c) viagem ou bolsa de estudo, para aperfeiçoamento profissional;

d) desemprego, apurado na forma de Lei nº 4.923 de 23 de dezembro de 1965.

§ 2º O Trancamento de ofício será da iniciativa do órgão referido no artigo 4º ou a requerimento da entidade sindical de jornalistas;

§ 3º Os órgãos do Ministério do Trabalho e Previdência Social prestarão aos sindicatos de jornalistas as informações que lhes forem solicitadas, especialmente quanto ao registro de admissões e dispensas nas empresas jornalísticas realizando as inspeções que se tornarem necessárias para a verificação do exercício da profissão de jornalista.

§ 4º O exercício da atividade prevista no artigo 3º, § 3º, não constituirá prova suficiente de permanência na profissão se a publicação e seu responsável não tiverem registro legal.

§ 5º O registro trancado suspende a titularidade e o exercício das prerrogativas profissionais, mas pode ser revalidado mediante a apresentação dos documentos previstos nos incisos II e III do artigo 4º.

Art. 9º- O salário de jornalista não poderá ser ajustado nos contratos individuais de trabalho, para a jornada de cinco horas, em base inferior à do salário estipulado, para a respectiva função, em acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa da Justiça do Trabalho.

Parágrafo Único. Em negociação ou dissídio coletivos, poderão os sindicatos de jornalistas reclamar o estabelecimento de critérios de remuneração adicional pela divulgação de trabalho produzido por jornalistas em mais de um veículo de comunicação coletiva.

Art. 10º- Até noventa dias após a publicação do regulamento desse Decreto-Lei, poderá obter registro de jornalista profissional quem comprovar o exercício atual da profissão, em qualquer das atividades descritas no artigo 2º desde doze meses consecutivos ou vinte e quatro intercalados, mediante:

I- os documentos previstos nos item I,II,III do artigo 4º.

II- atestado de empresa jornalística, no qual conste a data de admissão, a função exercida e o salário ajustado;

III- prova de contribuição para o Instituto Nacional de Previdência Social, relativa à relação de emprego com a empresa jornalística atestante.

§ 1º Sobre o pedido, opinará, antes da decisão da autoridade regional competente, o Sindicato de Jornalistas da respectiva base territorial.

§ 2º Na instrução do processo relativo de que trata este artigo, a autoridade competente determinará verificação minuciosa dos assentamentos na empresa, em especial das folhas de pagamento do período considerado, registro de empregados, livros contábeis, relações anuais de empregados e comunicação mensais de admissão e dispensa, guias de recolhimento ao INPS e registro de ponto diário.

§ 3º Nos municípios com população inferior a cem mil habitantes, exceto se capitais de Estados, os diretores-proprietários de empresas jornalísticas que comprovadamente exerçam a atividade de jornalista há mais de cinco anos poderão se requererem ao órgão regional competente do Ministério do Trabalho, dentro de noventa dias, contados da publicação desta Lei, obter também o registro de que trata o Art. 4º mediante apresentação de prova de nacionalidade brasileira e folha corrida.

§ 4º O registro de que trata o parágrafo anterior terá validade exclusiva no município em que o interessado houver exercido a respectiva atividade.

(§§ 3º e 4º acrescentados pela Lei 6.727 de 21/11/78 D.O. de 22/11/79.)

Art. 11º- Dentro do primeiro ano de vigência deste Decreto-Lei, o Ministério do Trabalho e Previdência Social promoverá a revisão de registro de jornalista profissional, cancelando os viciados por irregularidade insanáveis.

§ 1º A revisão será disciplinada em regulamento, observadas as seguintes normas:

I- a verificação será feita em comissão de três membros, sendo um representante do Ministério, que a presidirá, outro da categoria econômica e outro da categoria profissional, indicados pelos respectivos sindicatos, ou, onde não os houver, pela correspondente federação;

II- o interessado será notificado por via postal, contra recibo ou, se ineficaz a notificação postal, por edital publicado três vezes, em órgão oficial ou de grande circulação na localidade do registro;

III- a notificação ou edital fixará o prazo de quinze dias para regularização das falhas do processo de registro, se for o caso, ou para apresentação de defesa;

VI- decorrido o prazo da notificação ou edital, a comissão diligenciará no sentido de instruir o processo e esclarecer as dúvidas existentes, emitindo a seguir seu parecer conclusivo;

V- de despacho caberá recurso, inclusive por parte dos Sindicatos de Jornalistas Profissionais ou de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas, para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, no prazo de quinze dias, tornando-se definitiva a decisão da autoridade regional após o decurso desse prazo sem a interposição de recurso, ou se confirmada pelo ministro.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido neste artigo, os registros de jornalistas profissionais e de diretores de empresa jornalística serão havidos como legítimos e definitivos, vedado a instauração ou renovação de quaisquer processos de revisão administrativas, salvo o disposto no artigo 8º.

§ 3º Responderá administrativa e criminalmente a autoridade que indevidamente autorizar a registro de jornalista profissional ou de diretor de empresa jornalística, ou que se omitir no processamento da revisão de que trata este artigo.

Art. 12º- A admissão de jornalista, nas funções relacionadas de “a” a “g” no artigo 6º., e com dispensa da exigência constante no item V do artigo 4º., será permitida, enquanto o Poder Executivo não dispuser em contrário, até o limite de um terço das novas admissões a partir da vigência deste Decreto-Lei.

Parágrafo Único. A fixação em decreto, de limites diversos do estipulado neste artigo, assim como do prazo da autorização nele decreto-lei se fará na forma do artigo 626 e seguinte da Consolidação contida, será procedida de amplo estudo de sua viabilidade, a cargo do Departamento Nacional de Mão de Obra.

Art. 13º- A fiscalização do cumprimento dos preceitos deste Decreto-Lei das Leis do Trabalho, sendo aplicável aos infratores multa variável de uma a dez vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo Único - Aos Sindicatos de Jornalistas incumbe representar às autoridades competentes acerca do exercício irregular da profissão.

Art. 14º - O regulamento deste Decreto-lei será expedido dentro de sessenta dias de sua publicação.

Art. 15º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições que dependem de regulamentação e revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 310 e 314 da Consolidação das Leis do Trabalho.

2. LEI Nº 6.612 - DE 7 DE DEZEMBRO DE 1978

Altera dispositivos do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre a profissão de jornalista.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados o § 2º do art. 3º; o item 1 e os §§ 1º e 2º do art. 4º, do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969.

Art. 2º Passa a vigorar com a seguinte redação a alínea a, do § 3º, art. 4º, do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969:

"Art. 4º

§1º

.....
.....

§2º

.....
.....

§3º

.....
.....

a) colaborador, assim entendido aquele que, mediante remuneração e sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização, para ser divulgado com o nome e qualificação do autor:

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 07 de dezembro de 1978; 157º da Independência e 90º da República.

ERNESTO GEISEL

Arnaldo Prieto

3. DECRETO 83.284, 13 DE MARÇO DE 1979.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, Item III, da Constituição,

DECRETA:

Art 1º É livre, em todo território nacional, o exercício da profissão de Jornalista, aos que satisfizerem as condições estabelecidas neste Decreto.

Art 2º A profissão de Jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades:

I - redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário;

II - comentário ou crônica, por meio de quaisquer veículos de comunicação;

III - entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;

IV - planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de Jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;

V - planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata o item I;

VI - ensino de técnicas de Jornalismo;

VII - coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;

VIII - revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem;

IX - organização e conservação de arquivo jornalístico e pesquisa dos respectivos dados para elaboração de notícias;

X - execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;

XI - execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico, para fins de divulgação.

Art 3º Considera-se empresa jornalística, para os efeitos deste decreto, aquela que tenha como atividade a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário, com funcionamento efetivo, idoneidade financeira e registro legal.

§ 1º Equipara-se à empresa jornalística a seção ou serviço de empresa de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agências de publicidade ou de notícias, onde sejam exercidas as atividades previstas no artigo 2º.

§ 2º A entidade pública ou privada não jornalística sob cuja responsabilidade se editar publicação destinada a circulação externa está obrigada ao cumprimento deste decreto, relativamente aos jornalistas que contratar.

Art 4º O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional do Ministério do Trabalho, que se fará mediante a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;

III - diploma de curso de nível superior de Jornalismo ou de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, fornecido por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da lei, para as funções relacionadas nos itens I a VII do artigo 11;

IV - Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único. Aos profissionais registrados exclusivamente para o exercício das funções relacionadas nos itens VIII a XI do artigo 2º, é vedado o exercício das funções constantes dos itens I a VII do mesmo artigo.

Art 5º O Ministério do Trabalho concederá, desde que satisfeitas as exigências constantes deste decreto, registro especial ao:

I - colaborador, assim entendido aquele que, mediante remuneração e sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização, para ser divulgado com o nome e qualificação do autor;

II - funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais coincidam com as mencionadas no artigo 2º;

III - provisionado.

Parágrafo único. O registro de que tratam os itens I e II deste artigo não implica o reconhecimento de quaisquer direitos que decorram da condição de empregado, nem, no caso do item II, os resultantes do exercício privado e autônomo da profissão.

Art 6º Para o registro especial de colaborador é necessário a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;

III - declaração de empresa jornalística, ou que a ela seja equiparada, informando do seu interesse pelo registro de colaborador do candidato, onde conste a sua especialização, remuneração contratada e pseudônimo, se houver.

Art 7º Para o registro especial de funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais coincidam com as mencionadas no artigo 2º, é necessário a apresentação de ato de nomeação ou contratação para cargo ou emprego com aquelas atribuições, além do cumprimento do que estabelece o artigo 4º.

Art 8º Para o registro especial de provisionado é necessário a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;

III - declaração, fornecida pela empresa jornalística ou que a ela seja equiparada, da qual conste a função a ser exercida e o salário correspondente;

IV - diploma de curso de nível superior ou certificado de ensino de 2º grau fornecido por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da lei, para as funções relacionadas nos itens I a VII do artigo 11.

V - declaração, fornecida pela entidade sindical representativa da categoria profissional, com base territorial abrangendo o município no qual o provisionado irá desempenhar suas funções, de que não há jornalista associado do Sindicato, domiciliado naquela município, disponível para contratação;

VI - Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 1º A declaração de que trata o item V deverá ser fornecida pelo Sindicato, ao interessado, no prazo de 3 dias úteis.

§ 2º Caso exista profissional domiciliado no município, disponível para contratação, o Sindicato comunicará tal fato ao Ministério do Trabalho, no mesmo prazo de 3 dias, a contar do pedido de fornecimento da declaração de que trata o item V.

§ 3º Caso o Sindicato não forneça a declaração de que trata a item V, no prazo mencionado no §1º, o interessado poderá instruir seu pedido de registro com o protocolo de apresentação do requerimento ao Sindicato.

§ 4º Na hipótese prevista no parágrafo anterior o Ministério do Trabalho concederá ao Sindicato prazo não superior a 3 dias para se manifestar sobre o fornecimento da declaração, caso não tenha ocorrido o fato constante do § 2º.

5º O registro especial de provisionado terá caráter temporário, com duração máxima de três anos, renovável somente com a apresentação de toda documentação prevista neste artigo.

Art 9º Será efetuado, no Ministério do Trabalho, registro dos diretores de empresas jornalísticas que, não sendo Jornalista, respondem pelas respectivas publicações, para o que é necessário a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;

III - prova de registro civil ou comercial da empresa jornalística, com o inteiro teor do seu ato constitutivo;

IV - prova de depósito do título da publicação ou da agência de notícias no órgão competente do Ministério da Indústria e do Comércio;

V - 30 exemplares do jornal; ou 12 exemplares da revista; ou 30 recortes ou cópias de noticiário, com datas diferentes de sua divulgação.

§ 1º Tratando-se de empresa nova, o Ministério do Trabalho efetuará registro provisório, com validade por 2 anos, tornando-se definitivo após a comprovação constante do item V deste artigo.

§ 2º Não será admitida renovação ou prorrogação do prazo de validade do registro provisório previsto no parágrafo anterior.

Art 10. Será efetuado no Ministério do Trabalho registro especial do diretor de empresa não jornalística sob cuja responsabilidade se editar publicação destinada à circulação externa ou interna, para o que se exigirá a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - prova de que não está denunciado ou condenado pela prática de ilícito penal;

III - prova de depósito do título da publicação no órgão competente do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art 11. As funções desempenhadas pelos jornalistas, como empregados, serão assim classificadas:

I - Redator: aquele que, além das incumbências de redação comum, tem o encargo de redigir editoriais, crônicas ou comentários;

II - Noticiarista: aquele que tem o encargo de redigir matérias de caráter informativo, desprovidas de apreciações ou comentários, preparando-as ou redigindo-as para divulgação;

III - Repórter: aquele que cumpre a determinação de colher notícias ou informações, preparando ou redigindo matéria para divulgação;

IV - Repórter de Setor: aquele que tem o encargo de colher notícias ou informações sobre assuntos predeterminados, preparando-as ou redigindo-as para divulgação;

V - Rádio Repórter: aquele a quem cabe a difusão oral de acontecimento ou entrevista pelo rádio ou pela televisão, no instante ou no local em que ocorram, assim como o comentário ou crônica, pelos mesmos veículos;

VI - Arquivista-Pesquisador: aquele que tem a incumbência de organizar e conservar cultural e tecnicamente o arquivo redatorial, procedendo à pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;

VII - Revisor: aquele que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística;

VIII - Ilustrador: aquele que tem a seu cargo criar ou executar desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;

IX - Repórter Fotográfico: aquele a quem cabe registrar fotograficamente quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;

X - Repórter Cinematográfico: aquele a quem cabe registrar cinematograficamente quaisquer fatos ou assuntos de interesse jornalístico;

XI - Diagramador: aquele a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica de matérias, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação.

Parágrafo único. Os Sindicatos serão ouvidos sobre o exato enquadramento de cada profissional.

Art 12. Serão privativas de jornalista as funções pertinentes às atividades descritas no artigo 2º, tais como Editor, Secretário, Subsecretário, Chefe de Reportagem e Chefe de Revisão.

Art 13. Não haverá incompatibilidade entre o exercício da profissão de jornalista e o de qualquer outra função remunerada ainda que pública, respeitadas a proibição de acumular cargos e as demais restrições de lei.

Art 14. Será passível de trancamento o registro profissional do jornalista que, sem motivo legal, deixar de exercer a profissão por mais de 2 anos.

§ 1º Não incide na cominação deste artigo o afastamento decorrente de:

- a) suspensão ou interrupção do contrato de trabalho;
- b) aposentadoria como jornalista;
- c) viagem ou bolsa de estudo, para aperfeiçoamento profissional;
- d) desemprego, apurado na forma da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro, de 1965.

§ 2º O trancamento será da competência do órgão regional do Ministério do Trabalho, de ofício ou a requerimento da entidade sindical representativa da categoria profissional, cabendo a esta fazer publicar, em órgão oficial, por três vezes consecutivas e dentro de um interstício de dois anos, a relação dos jornalistas cujos registros pretende trancar.

§ 3º Os órgãos do Ministério do Trabalho prestarão aos sindicatos representativos da categoria profissional, as informações que lhes forem solicitadas, especialmente quanto ao registro de admissões e dispensas nas empresas jornalísticas, realizando as inspeções que se tornarem necessárias para a verificação do exercício da profissão de jornalista.

§ 4º O exercício da atividade em empresa não jornalística, mencionada no artigo 3º, § 2º, não constituirá prova suficiente de permanência na profissão se a publicação e seu responsável não tiverem registro nos termos deste decreto.

§ 5º O registro trancado suspende a titularidade e o exercício das prerrogativas profissionais, mas pode ser revalidado mediante apresentação dos documentos mencionados nos itens II e III do artigo 4º.

Art 15. O salário de jornalista não poderá ser ajustado nos contratos individuais de trabalho, para a jornada normal de 5 horas, em base inferior à do salário estipulado, para a respectiva função em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou sentença normativa da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Em negociação ou dissídio coletivo poderão os Sindicatos de Jornalistas reclamar o estabelecimento de critérios de remuneração adicional pela divulgação de trabalho produzido por jornalista em mais de um veículo de comunicação coletiva.

Art 16. A admissão de provisionado, para exercer funções relacionadas nos itens I a VII do artigo 11, será permitida nos municípios onde não exista curso de jornalismo reconhecido na forma da lei e comprovadamente, não haja jornalista domiciliado, associado do sindicato representativo da categoria profissional, disponível para contratação.

Parágrafo único. O provisionado nos termos deste artigo poderá exercer suas atividades somente no município para a qual foi registrado.

Art 17. Os atuais portadores de registro especial de provisionado poderão exercer suas atividades no Estado onde foram contratados.

Art 18. A fiscalização do cumprimento dos dispositivos deste decreto se fará na forma do artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo aplicável aos infratores multa variável de 1 a 10 vezes o maior valor de referência fixado de acordo com o artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975.

Parágrafo único. Aos sindicatos representativos da categoria profissional incumbe representar às autoridades competentes acerca do exercício irregular da profissão de jornalista.

Art 19. Constitui fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamentos simbólicos, sob pretexto de estágio, bolsa de estudo, bolsa de complementação, convênio ou qualquer outra modalidade, em desrespeito à legislação trabalhista e a este regulamento.

Art 20. O disposto neste decreto não impede a conclusão dos estágios comprovadamente iniciados antes da vigência da Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978, os quais, entretanto, não conferirão, por si só, direito ao registro profissional.

Art 21. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nºs 65.912, de 19 de dezembro de 1969 e 68.629, de 18 de maio de 1971.

Brasília, em 13 de março de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

ERNESTO GEISEL

Arnaldo Prieto

4. DECRETO Nº 91.902, 11 DE NOVEMBRO DE 1985

Regulamenta a Lei nº 7.360, de 10 de setembro de 1985, que altera dispositivos do Decreto lei nº 972, de 17 de outubro de 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição decreta:

Art. 1º É assegurado ao jornalista provisionado na forma do artigo 12 do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, o direito de transformar seu registro para jornalista profissional.

Art. 2º Para que se efetive a transformação referida no artigo anterior, o provisionado deverá comprovar:

I - o registro como provisionado na forma do artigo 12, do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969; e

II - o exercício de atividade jornalística nos dois anos imediatamente anteriores ao Decreto nº 83.284, de 13 de maio de 1979.

Parágrafo único. A comprovação do item I deste artigo far-se-á mediante certidão fornecida pela Delegacia Regional do Trabalho e, a do item II, por intermédio de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social; de documento fornecido por empresa jornalística, do qual constem a função, o período de trabalho e o correspondente salário; ou por outros meios de prova, tais como perícias, documentos e testemunhos.

Art. 3º A transformação do registro, a que se refere o artigo 1º deste Decreto, poderá ser requerida na Delegacia Regional do Trabalho em que o provisionado esteja registrado ou na da localidade de sua residência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de novembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY
Almir Pazzianotto

OS JORNALISTAS E A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE TRABALHO.

Seção XI

Dos Jornalistas Profissionais

Art. 302. Os dispositivos da presente Seção se aplicam aos que nas empresas jornalistas prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, com as exceções nela previstas.

§ 1º Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias e artigos e a organização, orientação e direção desse trabalho.

§ 2º Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins desta Seção, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário, e, ainda, a radiodifusão em suas seções destinadas à transmissão de notícias e comentários.

Art. 303. A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite.

Art. 304. Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição.

Parágrafo único. Para atender a motivos de força maior, poderá o empregado prestar serviços por mais tempo do que aquele permitido nesta Seção. Em tais casos, porém, o excesso deve ser comunicado às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, dentro de 5 (cinco) dias, com a indicação expressa dos seus motivos.

Art. 305. As horas de serviço extraordinário, quer as prestadas em virtude de acordo, quer as que derivam das causas previstas no parágrafo único do artigo anterior, não poderão ser remuneradas com quantia inferior à que resulta do quociente da divisão da importância do salário mensal por 150 (cento e cinquenta) para os mensalistas, e do salário diário por 5 (cinco) para os diaristas, acrescido de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento).

Art. 306. Os dispositivos dos arts. 303, 304 e 305 não se aplicam àqueles que exercem as funções de redator-chefe e secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina, de ilustração e chefe de portaria.

Parágrafo único. Não se aplicam, do mesmo modo, os artigos acima referidos aos que se ocuparem unicamente em serviços externos.

Art. 307. A cada 6 (seis) dias de trabalho efetivo corresponderá 1 (um) dia de descanso obrigatório, que coincidirá com o domingo, salvo acordo escrito em contrário, no qual será expressamente estipulado o dia em que se deve verificar o descanso.

Art. 308. Em seguida a cada período diário de trabalho haverá um intervalo mínimo de 10 (dez) horas, destinado ao repouso.

Art. 309. Será computado como de trabalho efetivo o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador.

Arts. 310 a 314. (REVOGADOS.)

Art. 315. O Governo Federal, de acordo com os governos estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa.

Art. 316. (REVOGADO.)

CÓDIGO DE ÉTICA ELABORADO EM 1985.

Fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre jornalistas.

I – Do Direito à Informação

Art. 1º - o acesso à informação pública é um direito inerente à condição de em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse;

Art. 2º - A divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação pública, independentemente da natureza de sua propriedade;

Art. 3º - A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo;

Art. 4º - A prestação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social;

Art. 5º - A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e aplicação de censura ou auto-censura são delitos contra a sociedade.

II – Da Conduta Profissional do Jornalista

Art. 6º - O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e de finalidade pública, subordinada ao presente Código de Ética.

Art.7º - O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.

Art. 8º - Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e a identidade das suas fontes de informação.

Art. 9º - É dever do jornalista:

- a) Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público;
- b) Lutar pela liberdade de pensamento e expressão;
- c) Defender o livre exercício da profissão;
- d) Valorizar, honrar e dignificar a profissão;
- e) Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos humanos;
- f) Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação;
- g) Respeitar a privacidade do cidadão;
- h) Prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria;

Art. 10º O jornalista não pode:

- a) aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com a tabela fixada pela entidade de classe;
- b) submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação;
- c) Frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate;
- d) Concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual;
- e) Exercer cobertura jornalística pelo órgão em que trabalha, em instituições políticas e privadas, onde seja funcionário, assessor ou empregado.

III – Da Responsabilidade Profissional do Jornalista

Art. 11º - O jornalista é responsável por toda informação que divulga desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros;

Art. 12º - Em todos os seus direitos e responsabilidades o jornalista terá apoio e respaldo das entidades representativas d categoria.

Art. 13º - O jornalista deve evitar a divulgação de fatos:

- a) Com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas;
- b) De caráter mórbido e contrários aos valores humanos;

Art. 14º - O jornalista deve:

- a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas;
- b) Tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar;

Art. 15º - O jornalista deve permitir o direito de resposta às pessoas envolvidas ou mencionadas em sua matéria, quando ficar demonstrada a existência de equívocos ou incorreções;

Art. 16º - O jornalista deve pugnar pelo exercício da soberania nacional, em seus aspectos político, econômico e social, e pela prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias.

Art. 17º - O jornalista deve preservar a língua e a cultura nacionais.

IV – Aplicação do Código de Ética

Art. 18º - As transgressões ao presente Código de Ética serão apuradas e apreciadas pela Comissão de Ética;

§ 1º - A Comissão de Ética será eleita em assembléia geral da categoria, por voto secreto, especialmente convocada para este fim.

§ 2º - A Comissão de Ética terá cinco membros com mandato coincidente com o da diretoria do Sindicato.

Art. 19º - Os jornalistas que descumprirem o presente Código de Ética ficam sujeitos gradativamente às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela Comissão de Ética:

- a) Aos associados do Sindicato, de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do Sindicato;
- b) Aos não associados, de observação, advertência pública, impedimento temporário e impedimento definitivo de ingresso no quadro social do Sindicato.

§ Único- As penas máximas (exclusão do quadro social para os sindicalizados e impedimento definitivo de ingresso no quadro social, para os não sindicalizados) só poderão ser aplicadas após prévio referendo da assembléia geral especialmente convocada para este fim.

Art. 20º - Por iniciativa de qualquer cidadão, jornalista ou não, ou instituição atingidos, poderá ser dirigida representação escrita e identificada á Comissão de Ética para que seja apurada a existência de transgressão cometida por qualquer jornalista.

Art. 21º - Recebida à representação, a Comissão de Ética decidirá sua aceitação fundamental, ou se, notadamente incabível, determinará seu arquivamento, tornado pública a decisão, se necessário.

Art. 22º - A aplicação de penalidade deve ser precedida de prévia audiência do jornalista objeto da representação, sob pena de nulidade;

§ 1º - A audiência deve ser convocada por escrito, pela Comissão de Ética, mediante sistema que comprove o recebimento da respectiva notificação, e realizar-se-á no prazo de dez dias a contar da data de vencimento do mesmo.

§ 2º - O jornalista poderá apresentar resposta escrita no prazo do parágrafo anterior ou apresentar suas razões oralmente, no ato da audiência;

§ 3º - A não observância pelo jornalista dos prazos previstos neste artigo implica a aceitação dos termos da representação.

Art. 23º - Havendo ou não resposta, a Comissão de Ética encaminhará sua decisão às partes envolvidas no prazo máximo de 10 dias, contados da data marcada para a audiência;

Art. 24º - Os jornalistas atingidos pelas penas de advertência e suspensão podem recorrer à assembléia geral, no prazo máximo de 10 dias corridos a contar do recebimento da notificação;

§ Único – Fica assegurado ao autor da representação o direito de recorrer à Assembléia Geral, no prazo máximo de 10 dias corridos a contar do recebimento da notificação.

Art. 25º - A notória intenção de prejudicar o jornalista manifesta em caso de representação sem o necessário fundamento, será objeto de censura pública contra o seu autor.

Art. 26º - O presente Código de Ética entrará em vigor após homologação da Assembléia Geral de jornalistas, especialmente convocada para este fim.

Art. 27º - Qualquer modificação neste Código somente poderá ser feita em Congresso Nacional de Jornalistas mediante proposição escrita por no mínimo dez delegações representantes do Sindicato de Jornalistas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)